

REVISTA MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Uma publicação da Unitrabalho • julho a dezembro de 2017 • v2. n2.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS



MINISTÉRIO DO TRABALHO

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho, tem o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

MINISTRO DO TRABALHO

Ronaldo Nogueira de Oliveira

CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO

Ricardo Costa Gonçalves

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Antônio Correia de Almeida

SUBSECRETÁRIO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Natalino Oldakoski

FUNDAÇÃO UNITRABALHO

Sônia Marise Salles Carvalho (Diretora Executiva)

Pedro Henrique Isaac Silva (Diretor Administrativo
Financeiro)

Laudemir Luiz Zart (Diretor de Educação e Trabalho)

Valéria Blumer (Coordenadora Técnica de Projeto)

COORDENAÇÃO NACIONAL DA REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Milton de Almeida Barbosa Filho (Secretaria Executiva
Nacional)

André Ferreira (Coordenação Nordeste)

Luciano Siqueira Mina (Coordenação Sudeste)

Maria da Penha Lage Camargo (Coordenação Sul)

Márcia Bianchi Costa de França (Coordenação Sul)

Robson Grizilli (Coordenação Sudeste)

Sandra Inês Faé (Coordenação Sudeste)

Tatiana Araújo Reis (Coordenação Nordeste)

Reynaldo Sorbille (Coordenação Sudeste)

Sandy Fontoura (Coordenação Centro-Oeste)

Kamila Lima (Coordenação Centro-Oeste)

Silvia Monteiro e Silva (Coordenação Norte)

COMITÊ EDITORIAL

Pedro Henrique Isaac Silva (IFB)

Sônia Marise Salles Carvalho (UnB)

Laudemir Luiz Zart (UNEMAT)

Francisco José Carvalho Mazzeu (UNESP)

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Roberto Horta (UFMG)

Cezar Candeias (UFAL)

Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Francisc Hernandez (Universidad de Valencia)

Gustavo Abílio Arnt (IFB)

Juliano Luis Borges (IFMT)

Maria Nezilda Culti (UEM)

Nilson Rodrigues Barreiros (UFAM)

Paulo Gabriel Soledad Nacif (UFRB)

Raimundo Bonfim (UESC)

Roberto Marinho Alves da Silva (UFRN)

Ronalda Barreto (UNEB)

Sandra Schiavi (UEM)

Sandro Bebedito Sguarezi (UNEMAT)

Sérgio Barroca (UFG)

Valmor Schiochet (FURB)

Copyright 2017 by Fundação Unitrabalho.

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.

MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho

Rua Chuí 74, Paraíso – São Paulo – SP – Cep: 04104-050

EDITOR RESPONSÁVEL

Pedro Henrique Isaac Silva (IFB – Instituto Federal de Brasília)

COLABORADORES DESTES NÚMERO

Maria da Penha Lage Camargo (Prefeitura de Joinville)

Patrícia Guarany Cunha Santos (Fundação UNITRABALHO)

Pedro Henrique Isaac Silva (Instituto Federal de Brasília /
Fundação Unitrabalho)

Reynaldo Norton Sorbille (Prefeitura de Araraquara)

Sandra Inês Faé (Rede de Gestores)

Tatiana Araújo Reis (Instituto Federal Baiano – Campus
Uruçuca)

Valéria Blumer (Fundação UNITRABALHO)

Raquel Sobral (Rede de Gestores)

PARECERISTAS

Alessandra Santos Rosa

André Ferreira da Silva

César Nonato Bezerra Candeias

Crislene Rodrigues da Silva Morais

Ludmila Meira

Pedro Henrique Isaac Silva

Tatiana Reis

Valmor Schiochet

PRODUÇÃO GRÁFICA EDITORIAL

Diagrama Editorial

Sumário

Editorial	206
Análise do processo de elaboração e proposição da política pública de economia popular solidária O caso de Mato Grosso <i>Laudemir Luiz Zart</i>	210
A Economia Solidária no Brasil Uma trajetória de conformação enquanto movimento social? <i>Bianca A. Lima Costa, Paulo de Jesus</i>	241
Diferenças e similaridades entre as experiências da economia social na Espanha e da economia solidária no Brasil <i>Ednalva Felix das Neves, Miguel Juan Bacic, Isabel-Gemma Fajardo García</i>	265
A Experiência do Empreendimento Econômico Solidário COOPVILA da Vila Emater de Maceió Uma análise do monitoramento do Projeto “Reciclar e Educar” no período 2013 a 2015 <i>Ana Maria Rita Milani, Emanuel Lucas de Barros</i>	289
A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos Um estudo sobre a Feira Baiana <i>André Luis Ferreira da Silva</i>	313
A formação do complexo cooperativo de Serra Geral na Bahia como forma de desenvolvimento local e sustentável <i>Janilson Barros do Amaral, Rafael Lopes Ferreira</i>	339

As políticas públicas e a economia solidária

A gestão social como ferramenta para a economia solidária

José Ribeiro Gomes

359

Desenvolvimento de empreendimento econômico solidário

Um estudo sobre a cooperacção – Maringá/PR

Maria Adélia Alves Sousa, Rosalina Lima Izepão, Mara Lucy Castilho

374

A política pública de Economia Solidária pelas mãos de seus trabalhadores

Nelsa Inês Fabian Nespolo

399

Balanço do projeto “Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária” dez/13 à set/17

Maria da Penha Lage Camargo, Sandra Fae, Valéria Blumer,

André Luís Ferreira Silva, Raquel Sobral

420

Editorial

A Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo chega ao seu segundo número de 2017 fechando a série de edições voltadas à temática das políticas públicas de economia solidária. Mais uma vez cabe salientar a importância da parceria entre a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e a Unitrabalho, que foi decisiva não apenas para a consecução dessas três edições temáticas, mas para que o projeto de se ter uma revista científica voltada às questões do mundo do trabalho, em geral, e à economia solidária, em particular, saísse do papel. Destacamos também o apoio da Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, que garantiu o aporte de recursos necessários à elaboração e publicação das três edições da Revista. Esse terceiro número também encerra o projeto **Fortalecimento de redes de gestores de políticas públicas de Economia Solidária**, executado pela Fundação Unitrabalho com recursos do Ministério do Trabalho (Convênio nº 795123/2013). Como uma das ações previstas nesse projeto, a elaboração das três edições da Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo contou com o trabalho árduo e persistente de algumas pessoas cujo valor inestimável nos demanda citá-las nominalmente: Valéria Blumer, Reynaldo Norton Sorbille, Patrícia Guarany Cunha Santos, Maria da Penha Lage Camargo, Sandra Inês Faé e Tatiana Araújo Reis.

Lá se vão praticamente quatro anos de execução do projeto que busca “congregar esforços para o fortalecimento institucional da política pública nacional de economia solidária com vistas à superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria”. Ao longo desses anos, o projeto permitiu a troca de experiências, abriu caminhos para a articulação de gestores públicos e proporcionou, em nível nacional e local, o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária. As políticas públicas de economia solidária se constituem a partir dessa relação entre o local, o regional e o nacional e a articulação entre gestores públicos municipais, estaduais e federais mostra-se de fundamental importância para a efetivação das políticas públicas de economia solidária como políticas de Estado. Além disso, as políticas públicas de economia solidária não se constroem sem a participação da sociedade civil, representada por empreendimentos econômicos solidários, organizações não-gover-

namentais, pesquisadores e extensionistas ligados às universidades. O presente número traz algumas reflexões a esse respeito, discutindo sobre as dinâmicas que perpassam a relação entre os diversos atores quando da construção e implementação das políticas públicas da economia solidária.

O artigo **Análise do processo de elaboração e proposição da política pública de economia popular solidária: o caso de Mato Grosso** busca refletir sobre a experiência mato-grossense de construção das políticas de economia solidária a partir da participação social nos espaços de elaboração e proposição dessas políticas. Nessa reflexão, Laudemir Luiz Zart nos mostra que o desafio atual do movimento de economia solidária é continuar atuando de modo a construir a democratização do Estado por meio da elaboração coletiva, da proposição participativa e da implantação democrática das políticas públicas de economia solidária.

Em **A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social?**, Bianca Lima Costa e Paulo de Jesus fazem uma reconstrução histórica da economia solidária no Brasil a partir da trajetória do movimento de economia solidária. Os autores analisam a trajetória movimento da economia solidária, representado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a sua relação com o Estado brasileiro e a institucionalização da política pública da economia solidária.

Os autores Ednalva Felix das Neves, Miguel Juan Bacic e Isabel-Gemma Fajardo Garcia, no artigo **A economia social na Espanha e a economia solidária no Brasil: distintos contextos e experiências**, fazem uma comparação entre as experiências brasileiras e espanholas, verificando similaridades e diferenças. Sua análise focaliza os atores e a institucionalidade das políticas de economia social e de economia solidária na Espanha e no Brasil, respectivamente. Suas diferentes institucionalidades, atores e princípios norteadores engendram experiências de abrangências diferentes nos dois países, além de ser verificado maior apoio do Estado no caso espanhol.

Ana Maria Rita Milani e Emanuel Lucas de Barros se propõem a analisar o processo de consolidação de uma cooperativa de catadores no estado de Alagoas. O artigo **A experiência do empreendimento econômico solidário COOPVILA da Vila Emater de Maceió: uma análise do monitoramento do Projeto “Reciclar e Educar” no período 2013 a 2015** trata do processo de construção de mecanismos de gestão administrativa e financeira na cooperativa e relata ainda o desenvolvimento de estratégias de coleta seletiva realizada pelos catadores. A experiência mostra

que, apesar dos resultados positivos da intervenção na melhoria da autogestão, é necessário ainda o reconhecimento institucional do trabalho realizado pela cooperativa para que catadores possam deixar a situação de pobreza e vulnerabilidade. Esse reconhecimento, conforme indicam os autores, se efetiva no pagamento dos serviços de coleta e tratamento dos resíduos sólidos recicláveis realizados pelos catadores.

No artigo **A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos: Um estudo sobre a feira baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar**, André Luis Ferreira Silva analisa a natureza dos ganhos obtidos por membros dos empreendimentos econômicos solidários que participam da feira baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar. O autor defende que o processo de idealização, preparação e realização da feira proporciona não apenas retorno financeiro, mas gera ganhos multidimensionais, que englobam também as esferas política, cultural, social e tecnológica. O artigo traz uma importante reflexão a respeito da necessidade de o Estado construir indicadores que também deem conta dessas outras dimensões, sob o risco de menosprezar os resultados obtidos pelas políticas públicas da economia solidária.

Essa edição traz ainda relatos de experiência que proporcionarão uma melhor compreensão da diversidade de políticas públicas e experiências de economia solidária que têm se desenvolvido no Brasil nos últimos anos: **A formação do complexo cooperativo de Serra Geral na Bahia como forma de desenvolvimento local e sustentável**, Janilson Barros do Amaral e Rafael Lopes Ferreira; **As políticas públicas e a economia solidária: a gestão social como ferramenta de gestão para a economia solidária**, de José Ribeiro Gomes; **Desenvolvimento de empreendimento econômico solidário: um estudo sobre a Cooperança – Maringá/PR**, de Maria Adélia Alves Sousa, Rosalina Lima Izepão e Mara Lucy Castilho; **A política pública de economia solidária pelas mãos de seus trabalhadores**, de Nelsa Inês Fabian Nespolo; **Balanco do Projeto Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária**, de Maria da Penha Lage Camargo/SC, Sandra Faé/SP, Valéria Blumer/SP, André Luís Ferreira Silva/BA e Raquel Sobral Nonato.

Mais uma vez, a Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo se propõe a realizar um diálogo aberto e profundo a respeito dos limites e possibilidades da economia solidária enquanto modelo alternativo de desenvolvimento e trabalho autogestionário. Não podemos deixar prestar uma

homenagem ao precursor desse diálogo no campo da economia solidária, o nosso companheiro e mestre Paul Singer, grande intelectual que abriu esse campo na academia e se fez gestor para a implementação da política pública da Economia Solidária no Brasil. A “utopia militante” de Paul Singer é inspiração para todos nós e sua abnegação, perspicácia e agudeza de análise foram de fundamental importância para o desenvolvimento da economia solidária em nosso país, tendo sido o primeiro a dizer que a economia solidária se constituía como um enclave não capitalista na sociedade capitalista. A Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo tem em Paul Singer uma referência política e acadêmica e essa edição é fruto da confiança e do trabalho realizado por ele e sua equipe à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Enfim, esperamos que os artigos e relatos aqui apresentados possam contribuir para o avanço das discussões e para o fortalecimento das políticas públicas da economia solidária no Brasil.

Boa leitura!

Comitê Editorial

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

Análise do processo de elaboração e proposição da política pública de economia popular solidária

O caso de Mato Grosso

Laudemir Luiz Zart

Resumo O artigo analisa os pressupostos de elaboração e proposição da política pública de socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso entre os anos de 2003 a 2014. Para alcançar este objetivo parto do debate sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos que orientam as concepções de conhecimento embasando na dialética entre a descrição e a interpretação da realidade e da dinâmica de projeção e de transformação do contexto histórico, descrevendo um futuro possível. Para a compreensão crítica alicerço a teoria na Análise de Política que tem como referencial a descrição, a explicação e a prescrição de políticas públicas com base na participação de distintos atores sociais. Na perspectiva da política pública de socioeconomia solidária e na geração de ciência e tecnologia para o desenvolvimento dos grupos populares debato a Teoria da Adequação Sociotécnica. Apresento o quadro da concepção geral do processo de elaboração e proposição denominada de jornada estadual que tinha como objetivo a mobilização de atores para elaborar, encaminhar e aprovar a política pública para a socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso. A análise se limita no tempo que inicia em 2003 com a realização do EMESOL na Universidade do Estado de Mato Grosso, perpassando pela construção do PIESES e da articulação da REMSOL até a realização de audiências públicas, a proposição e aprovação da lei estadual de economia solidária no ano de 2014.

Palavras Chave Epistemologia; Política pública; Socioeconomia solidária.

Abstract The article analyzes the assumptions for elaboration and proposal of the public policy of socioeconomic solidarity in the State of Mato Grosso between the years 2003 and 2014. To achieve this goal, the debate about the theoretical and epistemological foundations that guide the conceptions of knowledge based on the dialectic between the description and interpretation of reality and the dynamics of projection and transformation of the historical context, describing a possible future. For critical understanding, I take by base the theory in the Analysis of Politics that has as reference the description, explanation and prescription of public policies based on the participation of different social actors. In the perspective of the public policy of socio-economic solidarity and in the generation of science and technology for the development of popular groups, I discuss the Theory of Sociotechnical Adequacy. I present the framework of the general conception of the process of elaboration and proposal called a state day that had as its objective the mobilization of actors to elaborate, forward and approve the public policy for solidarity socioeconomics

in the State of Mato Grosso. The analysis is limited to the time it starts in 2003 with the implementation of EMESOL at the State University of Mato Grosso, through the construction of the PIESES and the articulation of REMSOL until the holding of public hearings, the proposal and approval of the state law of solidarity economy in the year 2014..

Keyword Epistemology; Public policy; Solidary socioeconomics.

Resumén El artículo analiza los presupuestos de elaboración y proposición de la política pública de socioeconomía solidaria en el Estado de Mato Grosso entre los años 2003 a 2014. Para alcanzar este objetivo se parte del debate sobre los fundamentos teóricos y epistemológicos que orientan las concepciones de conocimiento basadas en la dialéctica entre la descripción y la interpretación de la realidad y de la dinámica de proyección y de transformación del contexto histórico, describiendo un futuro posible. Para la comprensión crítica base la teoría en el análisis de política que tiene como referencia la descripción, la explicación y la prescripción de políticas públicas con base en la participación de distintos actores sociales. En la perspectiva de la política pública de socioeconomía solidaria y en la generación de ciencia y tecnología para el desarrollo de los grupos populares se debate la Teoría de la Adecuación Sociotécnica. Se presenta el cuadro de la concepción general del proceso de elaboración y proposición denominada de jornada estadual que tenía como objetivo la movilización de actores para elaborar, encaminar y aprobar la política pública para la socioeconomía solidaria en el Estado de Mato Grosso. El análisis se limita en el tiempo que comienza en 2003 con la realización del EMESOL en la Universidad del Estado de Mato Grosso, pasando por la construcción del PIESES y de la articulación de la REMSOL hasta la realización de audiencias públicas, la proposición y aprobación de la ley estadual de economía solidaria en el año 2014.

Palabras clave Epistemología; Política pública; Socioeconomía Solidaria.

Dos fundamentos teóricos e epistemológicos

Para orientar as reflexões, seguirei as orientações teóricas e epistemológicas presentes em Herrera et. al (1994), os quais trazem como pressupostos metodológicos a indicação de que a leitura da realidade pela ciência deve ser feita por dois caminhos complementares. O primeiro é a atitude *proyectiva* que “... describen un futuro posible suponiendo la persistencia de las principales tendencias observadas en el momento” (p. 13) e o segundo a atitude *normativa* que “...propone un deseable y trata de identificar las acciones necesarias para pasar de este presente a este futuro” (p. 13). Avalio que, ao fazer a análise do processo de implantação da política estadual de socioeconomia solidária, coloco-me na perspectiva interacional do processo projetivo, visto como a capacidade de análise da realidade, que é complementada pelo processo normativo, porque:

su objetivo no es predecir el futuro, porque pensamos que a historia es un proceso abierto; no hay un futuro predeterminado, hay tan sólo opciones. El objetivo del trabajo es elegir un escenario deseable entre las multiplicidad de futuros posibles e identificar las acciones necesarias para alcanzarlo. No pretende ser “objetivo” en el sentido de una supuesta neutralidad en cuanto a valores se refiere; [...]. Es por otra parte objetivo, por cuanto que parte de una visión realista de los problemas que enfrenta el mundo, y busca soluciones basadas en la capacidad de cambio y en creatividad que las sociedades humanas han mostrado tantas veces en el pasado. (HERRERA et al., 1994, p. 13).

Para a compreensão do processo, fundamento-me na construção do referencial teórico de Ham e Hill (1993) para os quais a Análise de Política é ao mesmo tempo descritiva, explicativa e prescritiva, trabalhando com a perspectiva da resolução de problemas sociais. Esses autores negam a neutralidade da ciência e, ao tomar esse direcionamento, a teoria da Análise de Políticas traz um desafio intelectual bastante significativo em termos metodológicos, pois passam das análises descritivas dos objetos e das ações, no sentido de dizer o que são, passando pela explicação, a compreensão da lógica dos fenômenos, para as análises normativas e, portanto, de aceitação de que as relações humanas e, por conseguinte, as ciências são guiadas por valores.

Nos processos de planejamento e de análise das políticas públicas no modelo de Estado democrático e participativo, não é possível aceitar a fórmula do técnico planejador distante de outros atores sociais. O planejador e o analista do campo da Análise de Políticas são atores ativos nas relações de poder e participantes dos processos públicos de discussão, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, a teoria mostra a viabilidade de análise comprometida com processos sociais e cognitivos que são provocadores de conflitos ideológicos e científicos, que poderão, como tese, levar a um processo de democratização da Sociedade e do Estado brasileiro, quando há a participação de diversos atores para a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas.

Essa situação leva à necessidade de compreensão do sentido da política. Para tanto, apresento os três significados de política e a sua relevância, embasados por Roth-Deubel (2006, p. 25–26). O primeiro concerne ao sentido de luta e de atividade organizativa ligada ao controle de poder,

então a escrita é *politics*. O segundo significado está ligado aos propósitos e programas públicos, sendo nomeado de *policy*. Por fim, a *polity* é concebida como a ação de governo e das sociedades humanas. Essa distinção é relevante para a clareza dos sentidos das políticas públicas em dois aspectos: primeiro para pensar a organização das políticas públicas, da necessidade de participação e das disputas que ocorrem na definição dos objetivos, das metas, da alocação de recursos e nas decisões a serem tomadas. Ademais, essa distinção é geradora da clareza de que a ciência assim como o Estado e, portanto, a política, não são neutras, mas resultantes de interrelações que ocorrem entre os atores e da sua capacidade propositiva. A segunda guia para o cenário que as *policy* são resultantes da *politics*, por isso das relações e dos conflitos entre os atores sociais na construção das políticas públicas. Por isso mesmo, a *polity* é configurada como consequência da participação ou da abstenção de determinados atores sociais. Acrescento que a participação ou abstenção dos atores favorece a tomada de decisões numa determinada direção política, o que significa a não tomada de decisão na direção oposta, sendo, então, favorecedora de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Bem, numa sociedade de classes sociais e, conseqüentemente de desigualdade social, o cenário de elaboração das *policy* é um processo de reafirmação e reprodução social das estruturas sociais excludentes ou um processo de *politics* para induzir a *polity* para as ações de governo que possam induzir as transformações sociais.

Para uma compreensão mais ampla da questão das políticas, interpreto os escritos de Dagnino (2002, p. 10-11), explicitando as diversas visões sobre o processo de Análise de Políticas: a pluralista, a elitista, a marxista e a corporativista. A concepção elitista é resultante do exercício do poder “por um pequeno número de bem organizados interesses societais e a habilidade dos mesmos para alcançar seus objetivos”. Avalio que a visão elitista caracteriza melhor todos os tempos e os quinhentos anos da construção do Estado brasileiro

A visão pluralista afirma a existência de “um grande espectro de grupos de pressão dotados de poder diferenciado nas diversas áreas onde se conformam as políticas públicas (embora nenhum possa ser considerado dominante) sendo estas um resultado das preferências destes grupos sociais”. Avalio que se pode inferir que o Estado brasileiro, a partir da constituição de 1988, está sendo gerido pela concepção de política pública presente na concepção pluralista. Os processos participativos geram espaços no Esta-

do e nas metodologias adotadas, que tentam demonstrar a possibilidade de participação e de inserção dos cidadãos nas resoluções decisórias que induzem as ações de governo. Os espaços criados nos últimos anos representam um processo cognitivo e político importante para a democratização do Estado e da sociedade. Essa conclusão, quando defrontada com uma visão de sociedade amplamente democrática, terá limites importantes de ser considerada tão relevante. Ela ganha um grau maior de relevância quando comparada aos processos políticos institucionais e sociais elitistas que configuram a história da sociedade brasileira.

Dito dessa forma, a interpretação marxista do Estado ganha relevância para a compreensão dos limites do pluralismo, ao serem verificadas as estruturas de poder político que são fortemente vinculadas aos processos de constituição das relações econômicas da sociedade. A “visão marxista aponta a influência dos interesses econômicos na ação política e vê o Estado como importante meio para a manutenção do predomínio de uma classe social particular”. Essa definição poderá fazer com que se tenha a necessidade de compreender as influências que os grupos econômicos, fortemente organizados, exercem sobre o poder de Estado. Essa organização nas decisões do executivo, na tomada de decisões em diversos ministérios e no legislativo é pouco discutida. O judiciário, por sua vez, pela sua atmosfera aparente de neutralidade, é o local público de maior resistência aos grupos sociais dominantes e de menor visibilidade para a proposição democratizante da Sociedade e do Estado brasileiros. A visão marxista, então, chama para a percepção das contradições dos processos de elaboração da Análise das Políticas.

No que concerne à visão corporativista, tem-se que ela propõe que os interesses de diversos “grupos de pressão (organizações de trabalhadores e patrões), passam a ser integrados no Estado”. Isso é a afirmação da relevância do Estado como mediador dos conflitos entre interesses sociais distintos e, dirimindo os conflitos, ele é capaz de preservar os objetivos universais e alongá-los no tempo, não permitindo a destruição das instituições e das relações sociais consideradas como legítimas para a reprodução social das relações sociais.

Esse cenário conceitual, associado às proposições desenvolvidas por Dagnino (2008), que discute a questão da ciência e da tecnologia a partir da ciência e tecnologia e da sociedade, possibilita interpretar os caminhos para a efetivação de uma política para a economia solidária. O enfoque na ciência e tecnologia tem duas correntes de interpretação: a primeira

caracteriza-se pela sua concepção de neutralidade e está centrada na comunidade de pesquisa como ator principal na definição das políticas de ciência e tecnologia. O princípio do universalismo que sustenta essa corrente traduz a ideia de que todo conhecimento é aplicável de igual forma para todos. No foco da ciência e tecnologia está ainda a corrente do determinismo tecnológico, orientada pela matriz do marxismo ortodoxo, e que carrega a ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas levará de forma linear e automática para a superação do capitalismo e a consolidação do socialismo. Ademais, está embasada numa leitura de sociedade formada por classes sociais, mas tem a perspectiva que os trabalhadores irão se apropriar da ciência e da tecnologia no dia em que a revolução socialista acontecer.

Continuando a sua reflexão, o autor desenvolve o pensamento que centra a ciência e a tecnologia na sociedade, sendo que este tem como centralidade interpretativa a conexão do processo de construção da ciência com os contextos socioculturais. Nesse sentido, apresentam-se duas correntes interpretativas, chamadas de *tese fraca da não-neutralidade* e *tese forte da não-neutralidade*. A primeira abarca a escola denominada de *construtivismo*, ou ainda da construção sociotécnica, e considera que os atores participam dos processos de construção da ciência e da tecnologia. Há, então, uma interação entre esses atores na construção da ciência e da tecnologia. A C&T é percebida como um processo inserido nos contextos culturais, e é influenciada pela linguagem, pelos gestos dos atores que configuram determinados conhecimentos e pelos artefatos que se formam nas relações. Essa abordagem tem forte influência dos Estudos Antropológicos e da Etnologia, e visa compreender o sentido que os indivíduos atribuem às ações. A *tese forte da não-neutralidade*, por sua vez, interpreta criticamente o desenvolvimento da C&T e demonstra a vinculação desta com o modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, as ciências e as tecnologias modernas são frutos do capitalismo, que capturou o sistema de conhecimento e de artefatos para aplicar na produção e empoderar os proprietários dos meios de produção, criando um sistema social de domínio do capitalista sobre os trabalhadores.

Com base nessas interpretações e considerando que o ator movimentos sociais não está na centralidade dos debates das políticas públicas, Dagnino apresenta como modelo cognitivo alternativo a *teoria da adequação sociotécnica*. Através desta propõe, com base na teoria social crítica e na teoria da construção sociotécnica, a elaboração de referenciais que visu-

alizam a construção da C&T tendo como parâmetro a estrutura da sociedade formada por classes sociais. Há a compreensão de que os contextos da C&T expressam interesses diversos e contraditórios. Dagnino, assim, defende uma visão não-determinista e não-neutra da ciência e da tecnologia. Nesses termos, a teoria da adequação sociotécnica constrói uma forma diferenciada de compreensão da C&T que tem implicações relevantes para a configuração da Política Científica e Tecnológica (PCT).

O autor introduz a necessidade de considerar atores sociais que historicamente estavam, e em determinadas políticas ainda estão, à margem da agenda da PCT, que são os movimentos sociais, que são definidos como os atores que representam o povo, isto é, aqueles que se tornam atores a partir da inserção nas relações de produção da C&T, do controle dos meios de produção como propriedade coletiva, da construção colaborativa das tecnologias sociais, da formação de redes de cooperação social e de processos políticos participativos. Essas características necessitam de uma C&T que esteja em acordo com as diversidades dos grupos sociais. Dessa forma, não é possível criar e desenvolver a C&T de forma unidirecional, mas sim em um movimento de construção e desconstrução contínua para adequar-se aos contextos nos quais ela é recriada e readequada.

Embasado nos conceitos aqui expressos, irei apresentar e discutir o processo gerador da institucionalização da política de socioeconomia solidária do Estado de Mato Grosso.

Da concepção geral do processo de elaboração e proposição

Em meados de 2003, iniciou-se um processo no Estado do Mato Grosso de aprofundamento das discussões, ampliando os campos de abrangência e de inserção dos atores dos movimentos sociais na construção da socioeconomia solidária¹. Nas ambiências que implicaram sujeitos de vários matizes profissionais, territoriais e culturais, constituíram-se ações,

1 Há no título deste texto e está expresso na lei estadual a expressão “economia popular solidária”. No desenvolvimento do ensaio, usaremos a expressão socioeconomia solidária. Esse é o termo que usamos nos trabalhos de pesquisa, de ensino e de extensão na Universidade do Estado de Mato Grosso no Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, na INCUBEES – Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis e na interação com os movimentos e os grupos sociais que participam do movimento da economia solidária. Não faço distinção entre os dois termos, porque compreendo que se a economia solidária não for popular ela deixa de ser uma economia solidária e, por conseguinte, ela não atinge e não incorpora a diversidade cultural dos grupos que formam a sociedade brasileira e latino-americana.

debates em eventos e elaborações teóricas que configuram um saber e uma necessidade de avançar nos conhecimentos e nas práticas dos atores que estão implicados na construção da socioeconomia solidária. Nesses termos e agregando vontades e formas problematizadoras diversas, foi instituído um processo participativo denominado de “jornada estadual”, que tinha como propósito a mobilização de sujeitos e atores sociais para debater, elaborar, encaminhar e aprovar políticas públicas para a socioeconomia solidária a ser implantada no Estado de Mato Grosso.

Para a consecução dessa finalidade maior, foram estabelecidos objetivos que agregassem os atores para debater com a sociedade matogrossense o significado e os procedimentos para a institucionalização de políticas públicas. Para tanto, percebia-se a necessidade de evidenciar os conceitos e as práticas sociais relativas ao campo societal e epistemológico da socioeconomia solidária. No processo de discussão, os atores participantes eram convidados, ou melhor, instigados a apresentar, discutir e fazer sugestões sobre a lei de economia solidária. Para alcançar a finalidade proposta, foram mobilizados movimentos sociais, empreendimentos econômicos solidários, organizações não governamentais, comunidade de pesquisa, escolas de ensino médio e fundamental, associações comunitárias e órgãos públicos que têm correspondência com o debate e a gestão da socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso.

Compreendo que a realização da jornada estadual para a discussão e a implantação da política estadual de socioeconomia solidária de forma participativa tem significações e relevâncias na perspectiva da política e da pedagogia. No sentido da política, ela representa uma iniciativa que tem na politização dos processos instituintes de políticas públicas a geração de possibilidades de compreensão dos procedimentos tanto da proposição e aprovação quanto do acompanhamento e avaliação dessas políticas, no sentido da confecção dos orçamentos, na aplicação do dinheiro público, na análise dos resultados, no reencaminhamento e aprofundamento das ações públicas para atender diretamente os grupos sociais para a promoção do desenvolvimento integral do ser humano e dos contextos socioculturais, educacionais, ecológicos e econômicos.

Nessa perspectiva, a politização tem um significado importante, porque traduz a compreensão dos espaços e dos tempos que formam os procedimentos e os sentidos das relações que são estabelecidas entre os diversos grupos sociais que se colocam em disputa para a conquista de recursos, de meios, de promoção tecnológica para a configuração de um modo de

desenvolvimento social e econômico adequado no atendimento de determinadas necessidades.

Esta ideia nos leva para a segunda proposição de relevância que é o aspecto pedagógico do processo de discussão da política pública para a socioeconomia solidária. O debate participativo de uma lei para a economia solidária e os desdobramentos que desta decorrem não devem cair no vazio da aprendizagem, portanto a política não se constitui por um ato mecânico de institucionalização. É fundamentalmente um processo pedagógico, isto é, deve ser gerador de relações sociais que tenham na atitude da pergunta, da curiosidade, da busca, da participação, da proposição e do envolvimento comprometido a definição das metodologias e dos processos que orientam as ações dos sujeitos que buscam e se dedicam a construir as políticas públicas para a socioeconomia solidária.

Nesse sentido, o pedagógico terá um significado especial, pois representa o empenho de construção de metodologias, de conceitos e de valores ético-filosóficos para a constituição de configurações sociais que tenham, na formação social da solidariedade, da cooperação e da sustentabilidade, princípios fundantes para a geração de novas sociabilidades. Penso na humanização do infra-humano, conforme demonstra Arruda (2003), e, nessa perspectiva teórica, na economia que, por ser solidária, não é somente uma resposta aos problemas imediatos dos empobrecidos, como a fome, o desemprego, a violência, a educação alienante, a cultura massificadora, a exploração e a dominação. Mas, ela visa “contribuir para a edificação de um novo paradigma civilizatório” (ARRUDA, 2003, p. 19), e é por essa razão que a socioeconomia solidária deve estar atenta e gerar respostas aos problemas elencados.

Assim, a jornada estadual se constituiu enquanto um caminhar que provocou a ampliação e o aprofundamento dos participantes do movimento da socioeconomia solidária para a construção de referenciais teóricos e metodológicos, de práticas sociais, da promoção de espaços para a formação para a socioeconomia solidária, para a constituição de empreendimentos econômicos solidários, para a configuração de redes de colaboração solidária, para a adoção e o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas à promoção da economia, da cultura e da educação oriunda da diversidade dos grupos sociais e dos ambientes ecológicos que formam os diferentes ecossistemas no Estado de Mato Grosso. Nesse sentido, o desafio de concretização da socioeconomia solidária em um estado que se caracteriza por ser diverso culturalmente e desigual socialmente é mui-

to grande. Por isso, há a necessidade da institucionalização de políticas públicas promovidas, acompanhadas, avaliadas e reencaminhadas pelo movimento da economia solidária.

Da origem da proposta e dos atores proponentes

Para explicitar a origem da proposta e dos atores proponentes, volto-me para a construção de uma ambiência que considero relevante no Estado de Mato Grosso. Inicio a exposição com a configuração do espaço na Universidade do Estado de Mato Grosso e como ocorreu a interação e o diálogo da comunidade de pesquisa com os movimentos sociais, para a elaboração e a proposição de uma percepção de ciência e de tecnologia, e, ainda, do desenho de um espaço institucional para que pudesse ocorrer o reconhecimento das vozes e das práticas dos diversos atores. É imperioso compreender se a universidade, mais especificamente a comunidade de pesquisa e os atores dos movimentos sociais e dos grupos sociais, pode configurar um “conhecimento prudente” para uma “vida decente”, como indicou Sousa Santos (2000). Conhecimento este que requer a crítica radical ao paradigma da ciência moderna e a construção de um processo paradigmático que tenha na sua raiz, tanto para a prática quanto para as atitudes reflexivas, a perspectiva emancipatória do ser humano das condições históricas de escravização e de dominação. A prudência em Sousa Santos é um chamamento para a configuração de um paradigma científico e tecnológico que responda aos desafios libertários da humanidade, do “conhecimento-reconhecimento” (SOUSA SANTOS, 2000, p. 30) que é a possibilidade da construção de relações sociais solidárias.

Para compreender a diversidade de ações, demonstro a construção e o significado do Programa Institucional de Educação e Socioeconomia Solidária (PIESES), da Rede Matogrossense de Educação e Socioeconomia Solidária (REMSOL) e o Encontro Matogrossense de Educação e Socioeconomia Solidária (EMESOL). Dessas três formas de organização, o primeiro momento é a situação em que o olhar se lança para a comunidade de pesquisa e se indaga sobre a ciência e o processo de organização desse espaço. O outro momento é o olhar para a sociedade e vislumbra uma rede que é mobilizadora dos atores sociais para a construção de estruturas e relações sociais para a solidariedade. O terceiro momento é o do encontro dialógico e dialético entre a comunidade de pesquisa e os atores sociais.

O que é o PIESES? A Universidade do Estado de Mato Grosso é uma Instituição de Ensino Superior que tem uma estrutura organizacional multicampi. Essa estrutura permite que ela esteja inserida em quase todas as regiões do Estado de Mato Grosso, abrangendo, com isso, a diversidade biológica de três grandes ecossistemas: o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia. Além dessa abrangência, encontra-se nesse território uma grande diversidade cultural, que é formada por diversos grupos socioculturais que têm origens e presenças que expressam não só as diferenças sociais e culturais, mas também as desigualdades sociais. Destaco alguns grupos para ilustrar a diversidade. O território a que me refiro é configurado por: grupos sociais formados por indígenas, sendo trinta e oito etnias em Mato Grosso; grupos de quilombolas organizados em comunidades em situações sociais muitas vezes adversas, mas que estão em processo de reconhecimento das suas terras e da sua identidade linguística, comunal, religiosa; comunidades ribeirinhas e assentamentos originários de agricultores que preservam uma relação profunda com natureza; grupos extrativistas, que têm na natureza uma fonte de riqueza e a percebem como produtiva; migrantes de origens diversas, como sulistas e nordestinos, e entre estes os que são os proprietários e os que são assalariados, sendo que entre os proprietários há aqueles que promoveram a exploração das florestas, instalando as serrarias e transformando as árvores em matéria-prima, e aqueles que transformaram a “terra livre” em “terra cativa” (MARTINS, 1993) para o boi, para a soja e a cana de açúcar, promovendo o agronegócio e a política de exportação e da dependência econômica. Entre os migrantes estão ainda os assalariados que se tornaram força de trabalho da indústria madeireira, da terra do agronegócio, da construção civil e da exploração mineral, muitas vezes tornando-se escravos modernos da superexploração do trabalho nas fazendas das terras sem lei. Ademais, há os desempregados, sem-terra, sem-tetos e retirantes. Mas, existem também os indivíduos que lutam pela emancipação social do ser humano. É por esse motivo que podemos afirmar que, além da diversidade, encontra-se a desigualdade, a condição da luta de classes sociais: daqueles que são proprietários dos meios de produção e dos que na sua condição de trabalhadores/as vivem da sua situação de trabalho.

A questão a ser colocada versa sobre a possibilidade de compreensão desse quadro social diverso e contraditório, daí o papel da explicação científica da realidade. Considerando que a ciência não é neutra e associando-a ao movimento explicativo, fomos levados, na Unemat, ao caminho

da construção de uma organização institucional que pudesse corresponder aos objetivos de inserção da comunidade de pesquisa num meio socioeconômico e cultural que traduz a necessidade da transformação das estruturas e das relações sociais excludentes. O PIESES é a organização que se volta para o paradigma de ciência e de tecnologia, sendo comprometido com a construção de um modo de desenvolvimento social e econômico que se embasa nos princípios da solidariedade e da sustentabilidade. Correspondendo à estrutura multicampi da Universidade do Estado de Mato Grosso, o PIESES se inseriu nos *campi* universitários através de núcleos de pesquisa, de ensino e de extensão, das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis e dos grupos de pesquisa. Nesse sentido, a organização acadêmica tem uma configuração diversa, pois se constitui a partir da realidade socioeconômica do território e da composição da comunidade de pesquisa. Assim está expresso no documento que aprova o programa:

O Programa de Educação e Socioeconomia Solidária tem como perspectiva implantar processos de investigação, de ensino, de extensão e de formação com grupos sociais determinados, para compreender as concepções e as práticas no campo da solidariedade e da sustentabilidade, visando a implementação de organizações e de empreendimentos solidários para a geração e distribuição de renda e a aprendizagem de saberes cooperativos, participativos e ecológicos visando a integração e inclusão social e ambiental. Os processos de construção de saberes e de instituições são complementares entre a solidariedade e a sustentabilidade e se constituem dialógicos entre a Universidade e a Sociedade. (CONEPE², 2006).

A comunidade de pesquisa é heterogênea e possui interesses políticos em relação à ciência que tem direções múltiplas e, em muitas oportunidades, contraditórias, porque esses interesses estão associados a atores sociais diversos e contraditórios. Assim, teve-se como finalidade preparar a comunidade de pesquisa, que adjetivo de engajada, para que pudesse desenvolver ações de pesquisa, de ensino e de extensão que envolvesse grupos sociais na construção do conhecimento e na organização social que tem como finalidade a sociedade solidária. Ter como interlocutores os grupos sociais dominados e explorados e propor-lhes a construção de

2 CONEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

referenciais teóricos e metodológicos para a edificação de um conhecimento prudente é um desafio que tem pesos epistemológicos e sociais muito significativos. O peso epistemológico reside na necessidade de questionamento da ciência moderna, enquanto paradigma hegemônico, e na possibilidade de construir um processo epistemológico que legitime uma cultura científica autêntica, inserida e comprometida com os grupos sociais empobrecidos e direcionada à emancipação social. O peso social é a capacidade de diálogo entre a comunidade de pesquisa engajada e os atores dos grupos sociais empobrecidos. A dialogicidade presente nesse caminhar traduz a busca da abertura para a interação de saberes que são concebidos e percebidos como diferentes e complementares e não estabelecidos como hierarquicamente desiguais. Essa relação representa uma aprendizagem para dentro da universidade e para dentro dos grupos e dos movimentos sociais. É um processo pelo qual os modelos cognitivos são postos em perspectivas avaliativas e os atores participantes se obrigam a, além de dar passos que os fazem avançar no caminho, procurar uma sombra e se dedicar à reflexão sobre a sua forma de pensar e de agir.

Associado ao processo reflexivo, o PIESES, por ter também a ação e a interação como finalidade, traz no seu escopo a seguinte definição:

O Programa de Educação e Socioeconomia Solidária se embasa numa visão sistêmica da sociedade e das relações sociais que nela se estabelecem. Esta perspectiva nos obriga a olharmos além de um ponto específico da realidade e verificarmos como diversas dimensões se entrelaçam e se entrecruzam formando um todo complexo. Este é um paradigma que surgiu recentemente nas ciências e nos orienta a remodelarmos o nosso pensamento. Se isto se constitui um desafio na construção do conhecimento, maior ele se faz na constituição de políticas públicas. Mas é um desafio que deve ser enfrentado e isto por duas razões. Primeiro, enquanto paradigma epistemológico moderno, já são conhecidos os resultantes dos conhecimentos reducionistas e fragmentários. Segundo, porque este mesmo reducionismo aplicado nas políticas públicas tem causado mais frustração do que conseguido gerar respostas satisfatórias para os sujeitos sociais para os quais se dirigem as ações públicas (CONEPE, 2006).

Desse modo, além do olhar para a comunidade de pesquisa também lanço o olhar para a sociedade e questiono sobre a necessidade e a possibilidade de mobilização e de organização para enfrentar processos de

elaboração e implantação de programas e projetos que tornem viáveis a educação e a socioeconomia solidária. Essa problematização é necessária, porque compreendo que a universidade isolada não é capaz de efetivar um pensamento que represente ações socioeconômicas que são contra-hegemônicas. Além de não ser capaz, para a comunidade de pesquisa engajada a autodefinição, o trabalho autoreferenciado da universidade não é desejável. Foi na perspectiva de ampliar o campo de ação e no diálogo de atores da comunidade de pesquisa e de atores dos movimentos sociais que surge a REMSOL. Essa perspectiva organizativa surgiu em agosto de 2003, em torno de uma ideia que agregasse e associasse os diversos atores do movimento de economia solidária de forma democrática, participativa e pluralista, com capacidade de criticar as realidades sociais existentes e que fosse ao mesmo tempo propositiva. A REMSOL é um esforço dialógico para abranger e agregar organizações dos/as trabalhadores/as em torno da temática da socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso.

Participam dessa organização atores sociais vinculados aos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, Organizações não-governamentais, Sindicatos, Federação de Sindicatos, Centrais Sindicais, Organizações Sociais, Movimentos Sociais e Instituições de Ensino que têm compromissos com a construção filosófica, política, econômica, cultural e educacional da sociedade solidária, que está embasada na ética da cooperação, da interação, da colaboração e da sustentabilidade. Como exemplos de entidades e movimentos sociais que participam da rede podemos citar: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres e de Lucas do Rio Verde, Núcleo UNEMAT-UNITRABLHO, INCUBESS - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Pastoral da Juventude Rural, Comissão Pastoral da Terra, Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès, Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), Colônia dos Pescadores Z2 de Cáceres, grupos informais e cooperativas como: Sonho de Rose, COOPESCARSTS, COOTRAMI, Grupo Raio de Sol, Comunidade Novo Oriente, Amigas da Fronteira, Comunidade Luzia do Retiro, AMANT e a REDESOL. Essas entidades são somente uma amostragem do significado da rede na mobilização dos/as trabalhadores/as para a construção da socioeconomia solidária.

A partir desta mobilização, a REMSOL³ definiu seus objetivos, os quais classifico neste artigo em três campos distintos, mas complementares, que formam o contexto da construção social da socioeconomia solidária. O primeiro conjunto de objetivos relaciona-se à questão da ciência, o segundo está ligado à questão da mobilização política e o terceiro ao processo cultural.

a) No campo da promoção do conhecimento prudente e da pertinência social:

I - Constituir espaços e tempos interinstitucionais para desenvolver reflexões e ações sobre a Educação e a Socioeconomia Solidária, tendo como finalidade a promoção da pesquisa, do ensino, da extensão e de políticas públicas, construídas num processo inter-relacional entre as Instituições de Ensino Superior, as Organizações Econômicas, Sociais e Políticas dos/as Trabalhadores/as, Organizações Não-Governamentais que tenham como fundamento a geração e distribuição de renda e a promoção de saberes cooperativos e sustentáveis;

III – fomentar o diálogo entre saberes distintos e complementares, isto é, as ciências e os conhecimentos populares;

b) No campo da ação política para a mobilização e a organização dos/as trabalhadores/as:

II - promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa nos princípios da Educação e Socioeconômica Solidária;

IV - defender os interesses comuns de suas associadas;

VII - Desenvolver políticas de fomento para a mobilização e a organização dos/as trabalhadores/as capacitando-os para a obtenção da consciência crítica e organizativa;

VIII - Propor a aprovação e a execução de políticas públicas, discutidas e avalizadas pelo coletivo, que tenham como orientação o

3 As informações destacadas são tiradas do projeto que forma a REMSOL.

atendimento e a promoção social das organizações, tendo como finalidade a inclusão social e a autonomia dos/as trabalhadores/as;

c) No campo da diversidade cultural, incentivando práticas sociais que reconhecem as identidades dos grupos socioculturais.

V - estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento solidário e sustentável;

VI - combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;

IX - Interação dos movimentos sociais, entidades de classe, instituições de estado para a formação de uma rede de colaboração solidária no Estado de Mato Grosso;

Além dos objetivos, consideramos importante apresentar as respostas que precisam ser construídas e que são lançadas como horizonte para o movimento da socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso. Agrupamos o conjunto de resultados a serem alcançados em três subconjuntos: o campo econômico, o político e o educacional.

a) No campo econômico:

1 - Organização e desenvolvimento de empreendimentos solidários e sustentáveis;

2 - Capacitação dos/as trabalhadores/as para a gestão de práticas sociais, econômicas, políticas e ecológicas solidárias e sustentáveis;

3 - Habilitação de profissionais para o desenvolvimento de projetos de inclusão social, econômica, política, ambiental;

9 - Propostas de atuação interinstitucional para a efetivação de programas que promovam a geração e distribuição de renda;

b) No campo político:

- 4 - Políticas Públicas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as – quanto crédito, infraestrutura, saúde, educação, tecnologia;
- 8 - Participação dos grupos sociais na elaboração, execução e avaliação de políticas coletivas e públicas de promoção de ações cooperativas e sustentáveis;
- 10 - Rede de instituições, entidades, organizações que trabalham para compreender, desenvolver e consolidar a sociedade solidária e sustentável;
- 11 - Mobilização dos/as trabalhadores/as para a concretização do projeto societal e epistemológico caracterizado pela solidariedade e pela sustentabilidade;

c) No campo educacional:

- 5 - Educação Solidária que apreenda e pratique teorias, epistemologias, didáticas, metodologias, que difundem conhecimentos que simbolizam a cooperação e a sustentabilidade;
- 6 - Saberes que absorvem e ampliam a competência dos/as trabalhadores/as, quanto à administração coletiva de empreendimentos solidários (autogestão), análise de conjuntura, produção e comercialização, saberes ecológicos, formação política, etc.;
- 7 - Investigações que demonstram a concepção e as práticas dos/as trabalhadores/as nas relações sociais cotidianas e históricas nas múltiplas perspectivas sociais nas quais estão envoltas.

Os objetivos, os fundamentos da educação e da socioeconomia solidária e as estratégias organizacionais são discutidas, elaboradas, aprovadas e implantadas a partir do EMESOL. Os encontros têm relevância social porque são mobilizadores de diversos atores sociais e entidades para a reflexão sobre as práticas desenvolvidas no campo de conhecimentos, de políticas públicas e da organização dos/as trabalhadores/as que traduzem processos constituintes da transformação dos contextos sociais geradores da pobreza econômica, política, educacional e ambiental.

Para a realização dos encontros, diversas entidades sindicais, organizações não-governamentais, movimentos sociais e órgãos governamentais são mobilizados para gerar uma ambiência participativa e propositiva.

va, avaliando, corrigindo e ampliando os conceitos e as ações dos atores na socioeconomia solidária. Os encontros têm como finalidade, portanto, a dinâmica geradora das relações necessárias para a reflexão sobre as práticas existentes, constituindo-se na capacidade mobilizadora do diálogo entre os agentes atuantes no campo das temáticas da educação e da socioeconomia solidária com o objetivo de formar redes interativas para potencializar as práticas societais e epistemológicas transformadoras.

Nesse sentido é que o EMESOL se tornou uma estratégia de interação dos atores sociais ligados aos movimentos sociais, das entidades, como universidades, organizações não-governamentais e gestores públicos, que traduzem a historicidade e os desafios das atividades que são desenvolvidas pelos sujeitos sociais envolvidos. Em cada debate há sempre a possibilidade de ampliar e aprofundar a compreensão sobre a socioeconomia solidária, bem como articular as ações para potencializar as competências políticas transformadoras. Acreditamos que a mobilização sistêmica dos diversos agentes envolvidos nas práticas e nas políticas da socioeconomia solidária é uma caminhada significativa de empoderamento dos atores e dos agentes que se dedicam aos processos transformadores.

É na linha da crítica e das ações reflexivas em relação às estruturas e às relações sociais, ao tipo de ciência predominante na sociedade, às necessidades e desejos dos atores sociais participantes do movimento da socioeconomia solidária, que ocorre dentro da universidade e se aprofunda para o interior dos movimentos sociais, que os diversos atores articulados avaliaram a necessidade de propor, encaminhar e aprovar a lei estadual de economia solidária. A lei, como instrumento para implantar a política estadual de fomento à economia solidária, é uma construção coletiva, fruto das reflexões da comunidade de pesquisa e dos participantes nos movimentos sociais e dos sujeitos sociais envolvidos nas atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários e nas atividades de formação política e técnica de trabalhadores/as vinculados aos programas de extensão universitária.

Com esse desenho interinstitucional e com a participação de diversos atores, foi possível a apresentação da lei na Assembleia Legislativa no Estado de Mato Grosso. Esta teve como proponente o deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores Alexandre César⁴. No processo de discus-

4 Antes da versão aprovada na Assembleia Legislativa, tivemos uma primeira tentativa com o Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores Ságuas de Moraes (que assumiu no período das discussões do projeto de lei a Secretário de Estado de Educação), versão que, apesar de aprovada no poder

são da lei, além das atividades acima descritas, foram realizadas quatro audiências públicas nas quais foram feitos os chamamentos da sociedade em geral e dos atores do movimento da economia solidária em particular para o debate das proposições feitas. As audiências foram feitas em Cáceres, em Tangará da Serra, em Sinop e em Cuiabá, e se constituíram enquanto um espaço oficial, organizadas a partir do Estado, do poder legislativo, que gestou um processo de mobilização e de sensibilização de atores dos poderes públicos, destacando a relevância da socioeconomia solidária para a inserção de grande parcela dos/as trabalhadores/as na economia, na educação, nos processos formativos, na produção da ciência e da tecnologia, que devem ser fundantes de estruturas e de relações sociais solidárias. Para fundamentar as discussões, foram realizados processos de diálogo com os atores do movimento da socioeconomia solidária, os quais apresento a seguir.

Pressupostos políticos e pedagógicos

Quando as organizações sociais, as entidades públicas e as organizações não-governamentais iniciaram o processo, que denomino de político-pedagógico, para debater os caminhos e a mobilidade necessária para instituir a socioeconomia solidária como política pública, objetivaram a constituição de um modo de desenvolvimento sustentável e solidário para Mato Grosso. Nesse sentido, os atores sociais, ao proporem a socioeconomia solidária como política pública, demonstram os desafios e as necessidades de instituir práticas sociais que têm implicações em diferentes campos de ação, como: a) a capacitação de agentes de socioeconomia solidária para compreender os conceitos, os processos históricos e sociais constituintes das relações sociais solidárias e sustentáveis; b) a mobilização da sociedade e lideranças sociais, comunitárias, sindicais, eclesiais e universitárias para a elaboração, o encaminhamento, o acompanhamento e a avaliação da política pública de socioeconomia solidária; c) a reflexão e a socialização de experiências de socioeconomia solidária, constituin-

legislativo, foi vetada pelo poder executivo, no período da realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária. O poder executivo alegou vícios de constitucionalidade. Retomado o processo e a lei, o movimento da economia solidária se mobilizou para que o governador do Estado de Mato Grosso sancionasse a lei – ato ocorrido em 17 de julho de 2007. A lei 8.936 institui a política estadual de fomento à economia popular solidária. Com esse ato, inicia-se a necessidade de aprofundar a mobilização para que a política estadual de economia solidária possa ser efetivamente implantada.

do redes de colaboração solidária; d) a viabilização dos empreendimentos econômicos solidários em termos sociopolíticos, econômico-culturais e ambientais inserindo-os na participação ativa nos contextos local, regional e nacional; e) o encaminhamento de processos permanentes para a mobilização instituinte das iniciativas populares e da democracia popular.

Nesse contexto, discutir políticas públicas para a socioeconomia solidária representa uma caminhada que tem como referência a politização dos grupos sociais e do movimento de economia solidária para a geração de alternativas populares para a criação de meios de implementação de ações coletivas que se traduzem na capacitação dos/as trabalhadores/as para a produção coletiva, a organização do trabalho e do consumo que atenda ao coletivo e que tenham como forma de conhecer, a consciência que se embasa nos princípios da solidariedade (cuidado com os humanos) e da sustentabilidade (cuidado com a natureza).

Nesse direcionamento, a política pública de socioeconomia solidária e as ações decorrentes têm como referenciais a mobilização e a capacitação de atores sociais para e da socioeconomia solidária, tendo como orientação a metodologia que se traduz com os seguintes pressupostos fundantes:

a) A aprendizagem: a política pública de socioeconomia solidária e, por conseguinte, todo o processo decorrente, deve provocar os atores participantes para a compreensão do significado da solidariedade, da cooperação e da sustentabilidade. Deve apresentar as alternativas organizacionais, gnosiológicas (conhecimento), produtivas e culturais para a afirmação emancipatória dos grupos sociais dominados, gerando alternativas econômicas, políticas, educacionais e culturais. Nesses termos, podemos perceber que a socioeconomia solidária conduz para uma formação social que não está em consonância com as diretrizes da sociedade hegemônica, a saber: a valorização da concorrência e da competitividade como formas de traduzir a existência e as relações humanas. Por ser contra-hegemônica, no sentido empregado por Gramsci (1978), a educação tem um sentido fundante essencial, porque é o processo de reflexão sobre as estruturas econômicas e políticas, sobre as relações humanas e a produção de subjetividades, sobre a alienação e as formas de educação crítica, sendo capaz de gerar o “intelectual orgânico” para a classe trabalhadora.

A educação tem uma base de mobilização da intelectualidade⁵ que reflete sobre a ação e que, nessa reflexão, busca formas diferenciadas de ação ou o seu aprofundamento. É, portanto, na práxis que o ser humano se faz na sua integralidade. Aqui, temos expressado um problema da ontologia social que não explica o indivíduo como um ser isolado, mas compreende o humano, que se faz humano nas diversas relações que estabelece com outros humanos. É por isso que a compreensão da cooperação e da solidariedade como princípios fundantes é orientadora de processos educacionais, sendo denominada de “omnilateralidade” e “omnidimensionalidade” (ARRUDA, 2003, p. 41). E isso porque é através desses princípios que se apreende o humano na sua totalidade e se compreende como ele se constitui por meio das múltiplas dimensões que o envolvem: o econômico, o cultural, o político, o educacional, etc.

b) A participação: a democracia é compreendida, nesse contexto, como uma organização social que deve ir além dos princípios e das formalidades dos regimes políticos que se embasam nas ações restritas da observação e do protesto. O protesto considero necessário, mas ele tem um sentido que deve ser complementado pela proposição. A democracia propositiva é essencialmente participativa e tem como orientação a superação dos modelos, das estruturas e das ações sociais dominantes e excludentes, geradoras do absenteísmo político e da pobreza econômica. É assim que a democracia ganha uma configuração social que requer a inscrição direta dos sujeitos sociais não individualmente, mas através de suas organizações e dos processos sociais mobilizadores e organizadores. A democracia não corresponde, portanto, a um ato voluntário e instantâneo, mas está implicado na organização e movimentação social e epistemológica que é geradora de atitudes críticas.

Dessa forma, corroboro com a perspectiva de Demo (1999) no que concerne ao fato de que a participação deve ser uma conquista das classes populares e não uma ação das classes dominantes e dirigentes. Essa assertiva implica que a democracia seja resultante da mobilização popular e democrática e, a partir dela, supere a pobreza. Demo (1999) discute duas dimensões fundantes das desigualdades sociais: a “pobreza econômica” e a “pobreza política”. A primeira é mais conhecida e reconhecida, porque a exclusão e a desigualdade social do Brasil são das mais acentuadas do mundo. A pobreza política, por sua vez, é a expressão do absenteísmo, do

5 Emprego esse conceito na perspectiva de Gramsci (1978), quando afirma que todos os “homens são filósofos”, portanto toda atividade humana é intelectual.

distanciamento de grande parcela da população da política, o que na história brasileira é uma construção muito recente no sentido do exercício da democracia. A pobreza econômica e política são complementares, pois a não participação política é geradora de uma ambiência de alienação, de não compreensão das relações de poder e das estruturas socioeconômicas que geram as desigualdades. A participação carrega uma dimensão de utopia, na direção de ser superadora das estruturas sociais excludentes, portanto da possibilidade de construção de novos ambientes socioeconômicos, que para o contexto dessa reflexão são solidários e de cooperação. É por isso que a dimensão da autopromoção do sujeito, da passagem de um indivíduo quietado pela cultura autoritária para uma relação dialógica que eleva a capacidade do sujeito tornar-se um participante ativo e propositivo no coletivo autogestionário.

c) A socioeducativa: o não fazer para, mas o fazer com, representa uma atitude política que deve se contrapor à historicidade da política paternalista, assistencialista e coronelista dominantes na cultura política brasileira. A cultura patrimonialista é geradora de atitudes passivas, que deixam as pessoas em situação de espera, mas não de esperança, que se percebendo numa totalidade social é capaz de inserir-se em processo de mudança social (FREIRE, 1979). O objetivo lançado é que o processo de discussão e os encaminhamentos da política pública para a socioeconomia solidária configurassem um processo social tendo uma orientação de conscientização político-pedagógico, isto é, os sujeitos sociais, na condição de cidadãos/ãs, ao participarem, devem assumir o compromisso para a efetivação da política pública da socioeconomia solidária. Assumir o compromisso é da mesma forma um ato não mecânico. É antes de tudo uma práxis educativa que coloca em contradição e em conflito opções diversas para a construção da sociedade e de todos os meios que temos para definir a vida. Não nos limitamos a um ato restrito do sentido da economia como o de mercado e da política como um ato inserido nas ações políticas eleitorais. A aprendizagem dos significados, da politização e da conscientização são resultantes de caminhos longos e muitas vezes adversos, mas que têm a emancipação social como horizonte e são resultantes da participação e do fazimento da história.

d) O trabalho: tem como horizonte a geração de relações sociais que implicam a superação de exploração do homem pelo homem. Distintamente do modo de produção burguês, a socioeconomia solidária tem como centralidade o trabalho e não o capital. Portanto, há uma inversão na relação

dos fenômenos. O trabalho, como gerador da organização e da vida social, requer metodologias autogestionárias, a politecnia, a equidade social, a diversidade cultural, o respeito ecológico, a filosofia da práxis. Isto é, o trabalho é um processo social emancipador.

e) A economia: não restrinjo as práticas econômicas à restrita produção de mercadorias e da busca insaciável do lucro, características próprias do modo de produção capitalista. A economia é o modo de ser em sociedade que cuida de todas as partes da vida humana. É a afirmação do bem viver, em que todos os seres tenham a possibilidade plena de vida, sem a escassez que leva à miserabilização da existência humana atual. A solidariedade é um princípio, que, ao adjetivar a economia, é categórica na afirmação de que a vida, em todos os sentidos, está acima do capital e do dinheiro acumulado individualmente.

f) A cultura: para constituir uma economia solidária, tem-se como fundamento o reconhecimento das diversas culturas que constituem as formações sociais no nosso território. O movimento da economia solidária avalia que uma economia democrática é aquela que possibilita a construção das condições de vida a partir dos valores culturais e das éticas que simbolizam as diversidades dos grupos socioculturais. A diversidade é a afirmação da capacidade de diálogo entre os sujeitos e os grupos sociais, por isso há a necessidade de constituição de redes de colaboração e de troca de experiências e de simbologias que reforcem os valores da solidariedade e da cooperação.

g) A ecologia: a economia solidária é complementar à ecologia. São dois movimentos que se encontram e que são necessários para a geração de condições de vida sustentáveis e que provoquem a solidariedade com as gerações presentes quanto com as gerações vindouras. Nesse sentido, a terra não é percebida como um depósito infinito de recursos que podem ser explorados, mas sim como um ser vivo e frágil que necessita dos nossos cuidados. O planeta terra, mátria-pátria, que precisa viver.

Para tanto, necessita-se de uma filosofia que se centra na sensibilização e conscientização dos participantes. O caminho a seguir é a efetiva inserção dos sujeitos sociais na constituição e no desenvolvimento de coletivos. A economia solidária é uma invenção dos movimentos sociais populares e deverá continuar assim. A política pública é a afirmação de que os setores públicos necessitam destinar recursos e logísticas para aquelas atividades que são básicas para o desenvolvimento humanizador constituído pela socioeconomia solidária.

Construir a socioeconomia solidária: um mundo melhor de se viver

Para refletir sobre as possibilidades de construção da socioeconomia solidária, questiono o seu significado. Essa é uma questão feita por muitas pessoas fazem. Alguns até desconfiam que na economia possa haver solidariedade, por isso estabelecem uma relação direta entre a economia e a competição, a concorrência, o individualismo e a exploração-dominância. Consideram que a economia é naturalmente a expressão e a prática social que demonstra esses valores.

Para não se incorrer em erros elementares é bom problematizar e historicizar os conceitos. Nesse sentido, parto do pressuposto de que a economia é uma ciência que não tem um único significado, mas representa a construção de conhecimentos que substanciam os interesses de grupos sociais diferentes. Por esse caminho de interpretação se salvaguarda o movimento da economia solidária, ou ele estaria condenado ao sistema social que domina e explora e não teria possibilidades de promover a emancipação social dos seres humanos.

Para problematizar o conceito, uso uma distinção feita por Aristóteles (1991) no livro “A Política”. Para ele, há uma diferença entre a “crematística” e a “economia”. A crematística é a arte e o poder de ficar rico. São as formas de acumular bens e transformá-los em capital, isto é, na capacidade de explorar e dominar os outros: empoderar-se sozinho e estar acima de todos, ser um mandante. Essa prática já fora condenada por Aristóteles. Mas pode-se facilmente compreender que é este o sentido divulgado pelos dominantes e o vivido hegemônico nos nossos dias.

A economia para Aristóteles, por sua vez, é a arte de viver numa república, isto é, numa sociedade em que as coisas coletivas valem muito e são tratadas com esmero e cuidado. Então, a economia é um conhecimento e uma prática social que constrói as condições para todos viverem bem e felizes.

Mas por que se confunde a economia com a crematística? No século XIX, na Inglaterra, Adam Smith (1996), atendendo aos anseios da burguesia industrial, que se tornou a classe social dominante, desenvolve um pensamento que reduz a economia aos significados das relações sociais de produção e de consumo e aos princípios morais e filosóficos próprios do capitalismo: a defesa da propriedade privada dos meios de produção, a exploração da força de trabalho, a acumulação de capital, a busca incessante e sem limites pelo lucro. O pensamento de Adam Smith é assu-

mido como o catecismo dos liberais (atenção – não confundir liberais com liberdade humana). A partir de então, e muito intensivamente na atualidade, vê-se todos os dias nos meios de comunicação, que são controlados pela burguesia, o conceito de economia na perspectiva econômica liberal.

Dessa forma, a economia, enquanto referencial moral que afirma a competição, a concorrência, etc., tem um significado histórico. Essa afirmação pode ser feita a partir da história, porque foi a burguesia (os ricos: detentores dos meios de produção), para atender aos seus interesses e contra os interesses dos/as trabalhadores/as (dos pobres: detentores da força de trabalho), que como classe social hegemônica divulga uma maneira única e limitada de compreender a vida e as relações sociais, na perspectiva da crematística e não da economia. Por isso, é que a socioeconomia solidária recupera o sentido original e profundo da economia, aquele referente à convivência social tranquila e humanizada, na sua historicidade, diversidade e, associado a este, o processo da negação e do combate às desigualdades sociais.

Podemos afirmar que a economia não é sinônimo de mercado, de lucro, de competição. Essa aparente significação existe somente no ideário burguês, para levar vantagem e dominar a todos e todas. A economia como arte do bem viver, leva em consideração o ser humano como ser integral. Por isso que a socioeconomia solidária recupera a significação de cuidado com o ser humano, com a natureza e com as gerações que ainda vão nascer, para que elas tenham condições de viver.

Com esse sentido, a socioeconomia solidária opõe-se aos monopólios imperialistas que o capitalismo na atualidade promove. É só saber que algumas empresas transnacionais possuem mais capital do que grande parte das nações. Isto é, muitos bilhões de seres humanos vivem na pobreza e na miséria por que tem uma ideologia que deixa os humanos cegos, e por isso não compreendem a lógica por que tanta riqueza para poucos e tantos pobres espalhados pelo mundo. A compreensão a que me refiro não é uma simples abstração, mas o compromisso de transformação da realidade socioeconômica que empobrece e coisifica os seres humanos.

A socioeconomia solidária é um jeito diferente de viver em sociedade. É uma forma de convivência na qual não há um patrão que manda e os empregados assalariados que obedecem. A maneira de organizar-se é autogestionária, isto é, onde todos/as participam de forma democrática e têm direito de voz e voto, sendo um processo decisório coletivo. Os resultados do trabalho não são apropriados por um só, o proprietário dos

meios de produção, mesmo por que este não existe na socioeconomia solidária. Como a centralidade é o trabalho e não o capital, os resultados são compartilhados por todos/as àqueles/as que de fato trabalharam.

Além dessas características, pode-se dizer que a socioeconomia solidária é popular, ela não atende às esquizofrenias das classes sociais dominantes que são antissociais e anti-humanitárias. Ela é antes de tudo um atendimento às necessidades e aos desejos de liberdade dos grupos sociais populares. Por isso ela não é elitista, mas afirmativamente popular, como Darcy Ribeiro (1995) classicamente explicou o sentido e a formação do “povo brasileiro”. Desse modo, na organização da socioeconomia solidária se atende e se constrói relações socioculturais, econômicas e políticas que estão em correspondência com as capacidades e as potencialidades dos grupos sociais populares que vivem em comunidade. São desenvolvidos os valores éticos e morais da comunhão, do companheirismo, do compartilhar, do cuidado, da cooperação.

Há outro desafio a ser exposto e compreendido: o processo educacional não pode ser feito somente no sentido da instrução, mas também da politização. A questão que parece ser simples traz um referencial bastante profundo. Nas relações de trabalho que são dominantes na sociedade capitalista, facilmente se ignora o fenômeno da alienação. Há muitos discursos e práticas educativas que reduzem os processos formativos dos filhos e filhas dos/as trabalhadores/as para a capacitação para o mercado de trabalho capitalista. Isto é, a classe proletária deve se reproduzir como proletária nas relações de produção modernizadas, aperfeiçoando-se cada vez mais, para atender às demandas do capital, afinal os comandos produtivos e tecnológicos estão cada vez mais exigentes, por isso os/as trabalhadores/as devem ser mais capazes.

Na educação solidária deve haver uma inversão da ordem dos fenômenos, que representa uma mudança do sentido da educação. O ser humano deve ser visto na sua integralidade. A formação é politécnica, vale dizer, além da instrução técnica, os/as trabalhadores/as se formarão para apreender o sentido político, epistemológico, filosófico da existência humana. Os/as trabalhadores/as serão pensadores/as não para reproduzir as estruturas sociais dominantes, mas para subvertê-las, para construir relações sociais emancipatórias, tornando livres os/as dominados/as. A liberdade não somente formal, mas uma liberdade material, pela qual os seres humanos têm as condições objetivas e subjetivas de liberdade.

Destaco, ainda, que a socioeconomia solidária só tem sentido profundo de mudança quando ela está direcionada para atender as diversidades culturais. Por isso colocamos, no Núcleo Unemat-Unitrabalho, a expressão socioeconomia. O sócio é a significação de um processo coletivo envolvente das diversidades socioculturais. Assim, afirma-se que somos particularmente privilegiados no nosso meio histórico-cultural, basta aprendermos mais e então saberemos efetivamente dos quilombolas, dos chiquitanos⁶, dos camponeses, das mulheres, da juventude, dos artesãos, dos desempregados, dos cantores, dos poetas, dos sonhadores, dos lutadores ... e de todos e de todas que fazem um mundo melhor de se viver todos os dias e em todos os lugares.

Conselhos de socioeconomia solidária: processos de participação para o estabelecimento e avaliação de políticas públicas

Os conselhos representam uma conquista importante para o controle social do Estado. São espaços que constituem a possibilidade de participação da sociedade na definição e avaliação de políticas públicas. Constituem uma inversão histórica em relação ao Estado brasileiro, que de controlador da sociedade, portanto como um ente fechado e autoritário, deve passar a ser controlado pela sociedade, por isso aberto, transparente e democratizador. É certo que os conselhos estão alicerçados em um modelo de Estado formatado com base nos conceitos e práticas jurídicas definidoras dos preceitos constitucionais e ideológicos da filosofia liberal burguesa. Essa característica indica limites na possibilidade de avançar na democratização das estruturas e das relações sociais e econômicas.

Ademais, essa afirmativa tem como consequência a não identidade da classe trabalhadora com as orientações das normas e dos procedimentos

6 Os Chiquitanos são um povo de origem indígena e que vivem em um território que abrange o Brasil e a Bolívia. Há uma diferença muito significativa na atualidade entre os Chiquitanos brasileiros e os bolivianos. Enquanto na Bolívia eles se reconhecem como índios e buscam a conservação da sua identidade cultural e do seu modo de viver, no lado brasileiro, destaco que, na região de Cáceres, pelo processo histórico de colonização e de aculturação, os Chiquitanos vivem uma forma forte de negação da sua identidade cultural e histórica. Para muitos, ser índio representa a perda da identidade urbana associada ao mundo cultural modernizante. Há, na atualidade, um movimento organizado principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base para o reconhecimento da chiquitania. Boa parcela da população chiquitana vive na periferia da cidade de Cáceres e outra parcela é camponesa. A condição geral é o seu estado de empobrecimento econômico e cultural. Por isso o trabalho político é a construção da sua identidade.

oriundas do Estado, visto que os definidores das políticas e das ações não estão em correspondência, na sua grande maioria, com o ideário e com as necessidades materiais dos grupos sociais populares. Essa desconexão é geradora de uma confluência conflituosa entre as definições providas do Estado e das demandas sustentadas nas necessidades populares. Em decorrência da inabilidade do Estado democrático liberal burguês em atender efetivamente às necessidades da população pobre e trabalhadora, ocorre um processo de resistência que se manifesta, não pela mobilização integradora dos sujeitos sociais excluídos, mas pelo recolhimento que se retira das práticas da participação direta.

Neste artigo, esse recolhimento não significa a desistência dos grupos sociais populares em construir uma sociedade democrática, mas carrega uma conotação muito importante se soubermos fazer a leitura correta. Ele constitui a negação ativa da democracia formal burguesa que sustenta as ações jurídicas e procedimentais do Estado brasileiro (da União, das Unidades da Federação e dos Municípios). Isso ocorre porque a compreensão da democracia formal é limitadora na perspectiva de avançar para atender as necessidades reais dos grupos sociais. Há um desafio para ser gerado neste sentido, que é a instituição de relações de poder assentadas na igualdade material da democracia, portanto na progressividade dos direitos efetivos e na superação das desigualdades sociais⁷.

Como fazer isso? Em primeiro plano há direitos conquistados dentro da organização da democracia formal. É preciso não estacionar o bonde da história nessa estação. Faz-se necessário avançar para a materialidade da democracia, ou seja, os grupos sociais populares devem participar ativamente na proposição, na execução e na avaliação das políticas públicas. É um processo de disputa do Estado. Aqui não reside nenhuma ideia de ingenuidade de que os grupos sociais dominantes, que sempre se beneficiaram do Estado, irão ceder como ato de benevolência algum espaço do Estado constituído. O Estado deve ser conquistado a partir da competência política mobilizadora e da organização dos movimentos sociais e dos grupos sociais populares.

Essa metodologia é pedagógica para a aprendizagem de relações políticas de participação efetiva e da democracia profunda. É nesses termos

7 Neste artigo, analiso o processo de construção da política pública de economia solidária no Estado de Mato Grosso entre os anos de 2003 e 2014. Os/as leitores/as devem considerar que o cenário político após o Golpe de Estado que levou Temer à presidência da república é o adverso do proposto: a política no Brasil se constitui num processo fervoroso de destruição dos direitos sociais da classe trabalhadora.

que na proposição da lei para a socioeconomia solidária, que foi aprovada pelo Estado de Mato Grosso define que o conselho terá como atribuição:

- I - estabelecer diretrizes e detalhar a Política (...) de Fomento à Socioeconômica Solidária;
- II - definir os critérios para seleção de programas e projetos a serem financiados com recursos públicos ou benefícios resultantes da implementação desta política;
- III - acompanhar e avaliar a gestão financeira, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados por recursos públicos;
- IV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

O que se destaca é o sentido de que a política pública deverá, com as definições presentes neste artigo, ter as características próprias e que atendam de forma objetiva às necessidades dos grupos sociais. É evidente que a socioeconomia solidária é um campo amplo de atuação. Define-se um conjunto de atividades que tem na organização de empreendimentos econômicos solidários, o reconhecimento da diversidade cultural, o respeito à natureza, a promoção de ambiências educacionais humanizadas, da democracia participativa, da igualdade social, racial e de gênero, alguns dos desafios definidores da amplitude e da profundidade da socioeconomia solidária. Como será possível planejar e organizar um projeto social de tais dimensões sem a participação dos atores sociais e de entidades que tenham na solidariedade e na cooperação os fundamentos e os objetivos de suas práticas sociais?

Dessa forma, a afirmação constituinte do argumento é que o conjunto dos participantes é que deve estabelecer as diretrizes e detalhar as políticas públicas. Essa relação somente é possível com a inserção comprometida e profunda dos atores sociais do movimento de economia solidária. Para corresponder às exigências demandadas pelo trabalho dos conselhos, há a necessidade da formação política e filosófica dos sujeitos implicados nas definições para a socioeconomia solidária. Os conselhos são para apreender o sentido originário de sua instituição, o espaço aberto de participação e de proposição de programas e de projetos.

Assim, o conselho é um espaço de formulação e de avaliação de políticas públicas. Sem a efetiva participação se incorre no grave perigo de tornar a socioeconomia solidária uma prática de poucos para poucos, o que será a razão do seu fracasso. A socioeconomia solidária é a organização

para a libertação das pessoas de suas condições objetivas de pobreza e de desumanização. É a utopia do possível, por isso basta realizá-la.

Conclusão

Com base na Análise de Política, avalio que a política pública para a socioeconomia solidária tem dois enfoques a serem continuamente interpretados. O primeiro é a necessidade da crítica em relação às condições sócio-históricas que configuram a economia, a política, a cultura, a educação. A segunda é a visualização do processo constituinte, isto é, aquele em que os atores dos movimentos sociais, a comunidade de pesquisa engajada e os gestores públicos se inserem para a construção de espaços sociais e políticos que possibilitam a promoção das *policy* para a socioeconomia solidária.

A inserção dos atores dos movimentos sociais representa enfrentar a questão da democratização do Estado. Neste sentido, no caso analisado, o espaço do conselho estadual será mais uma conquista para os trabalhadores/as que associados à REMSOL, EMESOL e PIESES tem dinâmicas institucionais que abrangem o Estado, a Universidade e a Sociedade.

Um desafio que fica é a necessidade da capacidade política do movimento de economia solidária poder articular todos os espaços, tempos e atores para a elaboração coletiva, a proposição participativa e a implantação democrática das políticas públicas da socioeconomia solidária no Estado de Mato Grosso.

Referências

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

DAGNINO, R. et al. **Gestão estratégica da inovação**: metodologias para a análise e implementação. Taubaté/SP: Editora Cabral Universitária, 2002.

_____. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez Editora, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalismo moderno.** Trad. Renato Dagnino. Título do Original: *The Policy in The Modern Capitalist State.* Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HERRERA, A. et al. **Las nuevas tecnologías y el futuro de América Latina: riesgo e oportunidad.** México/DF: Siglo Veintiuno Editores – Editorial de la Universidad de las Naciones Unidas, 1994.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROTH-DEUBEL, A.-N. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación.** Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

A Economia Solidária no Brasil

Uma trajetória de conformação enquanto movimento social?

Bianca A. Lima Costa¹, Paulo de Jesus²

Resumo Caracterizar a Economia Solidária enquanto movimento social foi o objetivo dos autores que desenvolveram pesquisa bibliográfica/documental movidos pelas questões: como organizações e espaços vinculados à Economia Solidária no Brasil, do final do Século passado aos nossos dias (2001/2013), têm se constituído como Movimento Social? Tal trajetória implica na construção de estratégia de desenvolvimento e contraponto ao capitalismo? Qual a implicação no trabalho (pressupostos e organização), apesar da diversidade e contradições? Utilizaram-se documentos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, textos de Gohn, Lacerda, Veronese, Gaiger, Singer, França Filho, Laville, Coraggio e Santos, entre outros, que subsidiaram os argumentos analíticos possibilitando concluir que, no caso brasileiro, a Economia Solidária apresenta um histórico de lutas, adesões, ganhos que, possivelmente, contribui para a construção de outras referências sobre outros mundos, outras economias possíveis, construção essa que, aliada a outras variáveis, parece contribuir para caracterizá-la como movimento social.

Palavras-chaves Economia solidária; Movimento social; Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Secretaria Nacional de Economia Solidária; Solidarismo.

-
- 1 Bianca Aparecida Lima Costa é Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora Adjunta I na Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Economia Rural. Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV. Tem artigos publicados sobre a temática de Economia Solidária, Gênero e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários em revistas nacionais e capítulos em coletâneas. Endereço: Universidade Federal de Viçosa - Campus de Viçosa, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Departamento de Economia Rural, sala 235, CEP: 36570-900. E-mail: bianca.lima@ufv.br.
 - 2 Paulo de Jesus é Doutor em Ciências da Educação (Université Paris V/Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Pós-doutorado em Associativismo/Cooperativismo, com Maxime Haubert (IEDES/Paris I/Sorbonne); Pós-doutorado em Economia Solidária, com Jean-Louis Laville (CNAM-Paris). Professor Associado IV - Universidade Federal Rural de Pernambuco onde atua como docente e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local e Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades, contando com mais de 60 orientações acadêmicas concluídas, (sobretudo dissertações). É também Coordenador Executivo da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Tem artigos publicados sobre a temática de Economia Solidária em revistas, nacionais e internacionais, capítulos em coletâneas e coordenou o Projeto Centro de Formação em Economia Solidária - Nordeste, além do Mapeamento da Economia Solidária (2005-2007), no Estado de Pernambuco. UFRPE - Departamento de Educação; Campus Dois Irmãos - Recife Pe. E-mail: paulodej@terra.com.br.

Abstract To define Solidarity Economy as a social movement is the objective of the authors who have carried out a bibliographic and documented research, in an attempt to answer the following questions: how did organizations and spaces related to Solidarity Economy, from the end of the previous century to nowadays (1985-2013), form a social movement? Does such a trajectory entail the setting up of a development strategy aimed at opposing capitalism? What is its impact on labour and work conditions (assumptions and organization) despite diversity and contradictions? The authors have used documents from the Brazilian Forum for Solidarity Economy and from the State Secretariat for Solidarity Economy, as well as texts by Gohn, Lacerda, Veronese, Gaiger, Singer, França Filho, Laville, Coraggio and Santos – among others – which uphold analytical arguments allowing them to conclude that in the case of Brazil, Solidarity Economy amounts to a history of struggles, commitment and benefits which, perhaps, contributes to the building up of new references in other possible worlds and economies – a building-up process which, along with other variables, seems to help define it as a social movement.

Keywords Solidarity Economy; Social Movement; Brazilian Forum for Solidarity Economy; State Secretariat for Solidarity Economy; Solidarity.

Resumén La caracterización de la economía solidaria como movimiento social fué el objetivo de los autores que desarrollaron investigación bibliográfica y documental movidos por las cuestiones: como organizaciones y espacios vinculados a la economía solidaria en Brasil, del final del siglo pasado a nuestros días (2001/2013), se han constituido Como Movimiento Social? Tal trayectoria implica la construcción de estrategia de desarrollo y contrapunto al capitalismo? ¿Cuál es la implicación en el trabajo (presupuestos y organización), a pesar de la diversidad y las contradicciones? Se utilizaron documentos del Foro Brasileño de Economía Solidaria y de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria, textos de Gohn, Lacerda, Veronese, Gaiger, Singer, Francia Filho, Laville, Coraggio y Santos, entre otros, que subsidiaron los argumentos analíticos posibilitando concluir que En el caso brasileño, la Economía Solidaria presenta un historial de luchas, adhesiones, ganancias que, posiblemente, contribuye a la construcción de otras referencias sobre otros mundos, otras economías posibles, construcción que, junto a otras variables, parece contribuir a caracterizarla como movimiento social.

Palavras chave Democracia; Política Pública; La Gestión Social; Economía Solidaria.

1. Introdução

A economia solidária, em sua pluralidade de manifestações e de abordagens, tem se tornado um tema cada vez mais debatido no Brasil em diferentes espaços, como acadêmicos e de movimentos sociais. A diversidade das ações que envolvem a temática e os diferentes atores atuantes nesse campo contribuem para uma variedade de interpretações, por vezes, não consensuais. (Coraggio, 2007; Gaiger, 2007; Laville, 2006; Lima; 2009)

Do ponto de vista histórico, um conjunto substancial de trabalhos refere-se ao crescimento desse fenômeno no contexto brasileiro, fundamentalmente, a partir da década de 1990. Alguns desses estudos vinculam a retomada dessas discussões ao cenário econômico de altos índices de desemprego e pobreza; parte dessas interpretações, embora com razão em relação ao pano de fundo do (re)surgimento da economia solidária, não enfatiza tanto algo que pode ser primordial nesse cenário, qual seja o papel dos movimentos sociais no processo de redemocratização do país e de construção de alternativas democráticas para consolidação de uma sociedade mais justa e baseada em princípios democráticos. (Pinto, 2006; Pochmann, 2007).

A compreensão de que a economia solidária, nesse contexto, configura-se como um *novo* movimento social é polêmica, assim como os próprios debates acerca dos movimentos sociais na contemporaneidade. A complexificação da chamada sociedade da informação e da comunicação em contrapondo à sociedade industrial, cujos conflitos e fronteiras pareciam bem mais delimitados, como argumenta Touraine (2006), instiga-nos a pensar esses processos de um ponto de partida mais amplo.

Não há dúvidas de que, no início do século XXI, o movimento altermundialista ou antiglobalização ocupou um papel importante nesses novos debates. Muitas vezes criticadas por sua fragmentação, as diferentes edições dos Fóruns Sociais Mundiais foram significativas para o agrupamento e o diálogo das variadas ações coletivas pautadas em temáticas plurais. (Coraggio, 2007; Gaiger, 2007; Viveret, 2009, Laville, 2006, Lévesque, 2009; Santos; Rodriguez, 2002; Lima, 2009).

Igualmente, têm-se indicações de que as principais articulações entre diferentes atores sociais em torno do tema da economia solidária aconteceram nos espaços dos Fóruns Sociais. (Lima, 2009).

Embora os conceitos sobre fenômeno das relações Economia Solidária-Movimentos Sociais não sejam consensuais, como afirmamos, as circunstâncias de seu surgimento apresentam algumas convergências. É possível afirmar que mudanças no capitalismo mundial contribuíram para a reativação das discussões sobre formas alternativas de desenvolvimento (Santos e Rodríguez, 2002; Laville, 2006; Singer, 2003a; França Filho, 2006; Quijano, 2002).

Nessa conjuntura, diversos autores destacam a ampliação do pensamento neoliberal em todo o mundo e a crise do socialismo centralizado como fatores importantes para a reflexão acerca de mudanças na orga-

nização da sociedade, segundo novos paradigmas (Santos e Rodríguez, 2002; Quijano, 2002). Aliadas a isso, diferentes temáticas foram incorporadas aos movimentos sociais, ampliando seu escopo de lutas e mobilizando atores sociais variados (Laville, 2010).

No caso brasileiro, um conjunto de atores sociais se envolveu nesse processo de construção de outro mundo e de outra economia. Diferentes bandeiras, especialmente a partir da década de 1990, compartilhavam a premissa de que eram necessários outros pressupostos para o trabalho e para organização dos trabalhadores e das trabalhadoras. As concepções, enfoques e estratégias de cada um desses atores eram e ainda permanecem diversos. O agrupamento dessa temática e o seu crescimento, sob o título de economia solidária, ganhou uma expressão social significativa ao longo da última década, apesar de sua diversidade e de suas contradições.

Neste contexto, definem-se como questões sínteses do problema que orientou a investigação da qual resultou o presente texto: como organizações e espaços vinculados à Economia Solidária no Brasil, do final do século passado (1985/2000) e início do século XXI (2001/2013), tem se constituído como um Movimento Social? Essa trajetória se consolida em luta pela construção de uma estratégia de desenvolvimento e contraponto ao capitalismo? Qual a contribuição para a construção de outros pressupostos para o trabalho e para organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, apesar de sua diversidade e suas contradições?

Destaca-se, como marco histórico dessa trajetória, a criação, em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), envolvendo diferentes atores sociais, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que se originou a partir de uma demanda desse conjunto de envolvidos. Nesse terreno, portanto, há uma pluralidade de ações coletivas que se entrecruzam com objetivos diferenciados. Compreender esse emaranhado de atores sociais de diversas vinculações parece-nos algo importante e pouco explorado, principalmente enquanto movimento social.

O objetivo desse artigo é o de construir argumentações que possam contribuir para compreender como a economia solidária no Brasil se conforma enquanto movimento social, buscando analisar os atores sociais envolvidos nesse processo, destacando a trajetória de uma das organizações mais importantes nesse campo no Brasil - o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Observa-se que essa conformação se entrecruza com a mesma temática das políticas públicas nacionais e, por vezes, essas fron-

teiras são tênues e conflituosas. Considerá-las, no entanto, pode resultar em produção de elementos que podem contribuir para melhor compreendê-las.

Os procedimentos metodológicos adotados nesse trabalho compreendem a revisão bibliográfica acerca da temática em questão e a análise de documentos oriundos das instituições envolvidas. Privilegiou-se, como material, parte da literatura produzida e em circulação no Brasil, no período indicado, como universo temporal do estudo, ou seja, de 2001 a 2013. Quanto à documentação, deu-se prioridade àquela emanada do Fórum Brasileiro da Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, esta última, como se sabe, vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego. Metodologicamente, com base no material de trabalho e frequentemente referenciado, exercitou-se o diálogo com autores e autoras, sejam pessoas físicas, sejam instituições.

O artigo, além da presente introdução, está estruturado em três seções: a primeira relaciona-se à conceituação de movimento social; a segunda dedica-se à trajetória do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; e a terceira busca estabelecer alguma conclusão sobre o tema abordado.

2. Movimentos sociais na atualidade: conceitos e abordagens

Compreender os movimentos sociais e analisá-los têm sido o desafio enfrentado por diferentes vertentes da sociologia. A noção acerca do tema está presente em diversos espaços sociais e, de forma geral, começou a ser utilizada para se referir a variadas formas de ação coletiva, em especial, manifestadas em contraposição ao sistema capitalista (Gohn, 2011a).

Segundo Gohn (2011a), nesse campo, as interpretações teóricas sobre movimentos sociais podem ser vinculadas à produção sociológica de escolas como a norte-americana e a europeia. No caso do continente norte-americano, tais perspectivas relacionam-se aos conceitos de mobilizações de recursos para ações coletivas, baseados na teoria da escolha racional. Já a vertente europeia, de acordo com a mesma autora, baseia-se nas correntes marxistas, por um lado, e na conceituação de novos movimentos sociais, por outro. No caso da visão marxista, enfatiza-se a luta de classes, enquanto os novos movimentos sociais, por processos de identidade para a ação coletiva.

A América Latina, assim como o Brasil, recebeu influência predominante do paradigma europeu. No entanto, é fundamental diferenciar o contexto econômico, histórico, cultural e social vivenciado aqui. As interpretações acerca dos movimentos sociais no continente latino-americano devem ser compreendidas considerando suas especificidades. É prudente destacar, por exemplo, que os anos de 1970 e 1980 foram marcados por processos de redemocratização. Com o fim das ditaduras, vários países passaram a vivenciar novas experiências em relação aos direitos sociais coletivos e à cidadania. As interpretações sobre movimentos sociais passaram a privilegiar o conceito de sociedade civil e de democracia, articulados aos debates sobre organizações não governamentais e das novas relações entre Estado e sociedade (Gohn, 2011a).

A década de 1990 pode ser caracterizada por mudanças no capitalismo, por uma nova redivisão internacional do trabalho e por processos de reestruturação produtiva. Esse cenário afetou, por exemplo, os sindicatos, o que causou demissões em massa e exigiu novas posturas dos trabalhadores e de suas organizações. Nessa era da globalização, novos atores sociais e pautas de lutas entraram em cena, redesenhando, em parte, os movimentos sociais e suas organizações. Nesse novo ciclo de lutas, a exclusão social e a pobreza tornam-se temas fundamentais, mobilizando atores sociais em prol de alternativas que buscam conectar os aspectos macrossociais às abordagens que priorizavam a vida cotidiana (Gohn, 2011a).

Ainda para esta autora, os movimentos sociais são fontes de inovação e, ao mesmo tempo, geram saberes e conhecimentos sobre a realidade. As redes de articulações envolvidas nesses processos são capazes de, cotidianamente, indagar a conjuntura política, econômica e sociocultural no país. Essas ações interativas contribuem para mudanças na sociedade a partir da organização das demandas de grupos que buscam, de alguma maneira, expressar seus anseios. Tais forças sociais organizadas realizam atividades e ações de experimentação e inovação na construção de propostas que, no geral, visam à inclusão social. As estratégias para manifestação dessas demandas e propostas podem ser variadas, passando por denúncia ou pressão direta, por meio de mobilizações, marchas, passeatas, entre outras, ou por meio de pressões indiretas (Gohn, 2011b, p.335-336).

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais quanto para influenciar políticas públicas. Como par-

te desses esforços, muitas vezes eles se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas também na maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (Abers; Bulow, 2011, p. 65).

Abers e Bulow (2011) ressaltam também a importância de se compreender a participação de ativistas dos movimentos sociais no Estado. Ou seja, o cruzamento dessa fronteira como fator importante para a construção de políticas públicas. Confluindo com essa argumentação, Diani e Bison (2010) afirmam que os movimentos sociais podem ser considerados redes de interações informais que mobilizam diferentes indivíduos, grupos ou associações, a partir de uma identidade coletiva compartilhada, engajados em conflitos políticos ou culturais.

Em uma conceituação mais ampla, M. G. Gohn considera os movimentos sociais como “[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (Gohn, 2011a, p. 251). Essas organizações são estruturadas a partir de temas e problemas de conflitos e disputa em uma sociedade. Tais processos criam uma identidade coletiva compartilhada por um interesse comum. Essa é a principal força do movimento, ou seja, a solidariedade construída com base em valores culturais e políticos, debatidos em espaços coletivos e não institucionalizados. Os movimentos têm capacidade de gerar uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privadas. Trata-se de mobilizações importantes na luta política de um país e em sua transformação. Sua atuação apoia-se em entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas baseadas em demandas socioeconômicas ou político-culturais (Gohn, 2011, p. 251-252).

É importante ressaltar que os movimentos sociais vêm passando por mudanças e, no início do século XXI, as articulações em redes e a atuação de organizações não governamentais geram questionamentos (Gohn, 2006). Apesar disso, autores argumentam que, nesse cenário de reelaborações, surgem novas temáticas e eixos de atuação de diferentes atores sociais em ação coletiva. O tema da economia solidária se insere nesse contexto, como forma e expressão de um movimento social. (Lacerda; Veronese, 2011, p. 29; Gohn, 2011b).

Nesse campo, diversos setores começaram a rediscutir a questão da organização do trabalho, aliada ao tema da exclusão social e de formas mais sustentáveis de vida. Esse campo reuniu movimentos com diferentes bandeiras em prol do debate sobre outra economia. Em um contexto de democratização, movimentos sociais e organizações da sociedade civil demandam espaços de participação social com o objetivo de influenciar as políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 assegura alguns desses preceitos e o desafio será os limites e potencialidade desse diálogo, para construção de ações coletivas.

Com base nas perspectivas aqui apresentadas, apesar de envolver uma temática nova, não consensual e conflituosa, é possível afirmar a existência de um movimento social de economia solidária no Brasil. Essa articulação contempla diferentes atores sociais em prol da construção de formas de trabalho associado e autogestionário. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária pode ser considerado um dos principais expoentes nesse contexto.

A próxima seção será dedicada à análise do processo de conformação do FBES, seus projetos, conflitos e desafios. O caso apresentado está baseado em pesquisa documental, realizada principalmente em documentos oficiais e públicos do mesmo Fórum e, em especial, na carta de princípios e nos relatórios das plenárias, que são instâncias máximas de participação dos atores sociais envolvidos nesse movimento. Baseamo-nos também em informações coletadas pelos autores a partir de observação participante em eventos do FBES.

Pode-se adiantar que o cruzamento entre as ações do FBES e da SENAES fica visível, reforçando a noção de rede e do trânsito entre movimento social e gestão pública. No caso da temática da economia solidária, esses limites institucionais sempre foram tênues. A fim de demarcar os principais acontecimentos e a implicação dos mesmos na consolidação do FBES, essa trajetória foi dividida em três fases. A primeira fase engloba a construção dos primeiros consensos quanto à identidade do movimento de economia solidária no Brasil e à articulação de seus principais atores sociais. Esse período abarca, ainda, a relação com a SENAES em seus primeiros anos e o desenho das políticas públicas em nível federal. A segunda é marcada por fortes conflitos e tensões e compreende o momento de avaliação do FBES, quanto ao seu papel junto ao Governo Federal e suas principais estratégias. Na terceira fase, a conjuntura atual do Fórum é

apresentada e a questão primordial gira em torno de seu projeto político para a sociedade.

Cunha (2012), tratando do mesmo quadro, também compreende que há pelo menos dois momentos marcantes nesse processo, em especial, em relação à SENAES, quais sejam: a construção dos primeiros acordos e políticas públicas de economia solidária e a fase conflituosa entre FBES e SENAES.

Atualmente, o FBES envolve mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, mobilizando mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela rede de gestores em economia solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2011).

3. Sentidos da economia solidária enquanto movimento social

O propósito deste texto, como se viu, é o de construir argumentações visando à compreensão da Economia Solidária no Brasil enquanto movimento social, analisando a trajetória de alguns de seus atores sociais envolvidos nesse processo, particularmente a do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e suas relações com a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Mas, quando se fala Economia Solidária, do que se está falando?

Falar nos sentidos de Economia Solidária, no Brasil, é se defrontar com uma considerável diversidade epistemológica. Cattani (2003) chama a atenção para tal diversidade, mas sublinha como ponto de união a crença nos valores civilizatórios de cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, com a natureza, com o pacifismo e com a justiça social. Associa-se a isso a crença comum daqueles que integram, de um modo ou de outro, o movimento chamado economia solidária, de que um mundo melhor é possível e que tal mundo melhor está sendo construído pelas realizações concretas da outra economia, a Economia Solidária.

A diversidade também se manifesta em textos de Milanez, de Coraggio, de Lechat, de Icaza e Tiriba, todos de 2003, entre outros. É uma economia humana que não se consolida pela produção do lucro. Analisando os resultados da primeira pesquisa nacional sobre Economia Solidária no Brasil, Luiz Inácio Gaiger, , em sua pesquisa, assim se expressou:

[...] as práticas e a sociabilidade dos empreendimentos econômicos Solidários, ao demonstrarem a viabilidade de outras formas de vida social e econômica, ao negarem o exclusivismo e a superioridade da lógica utilitária e do primado da mercadoria, adquirem uma conotação anticapitalista mesmo quando não se contrapõem diametralmente às relações sociais dominantes (GAIGER, 2004, p. 397).

No Brasil, pode-se classificar o movimento desta Economia Solidária em três fases, quais sejam: (i) de 2001 a 2006 - Articulação e principais consensos; (ii) de 2006 a 2010 - Repensando a prática e (iii) de 2011 aos dias atuais - repensando o projeto político para a sociedade.

A partir dessa classificação, serão delineados, nas próximas seções, os principais pontos que marcam essa trajetória, analisando elementos que contribuíram para conformação da economia solidária como movimento social no Brasil.

3.1 Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária: articulação de atores sociais e a construção dos principais consensos (2001-2006)

Na primeira fase do movimento de economia solidária no Brasil, a mobilização para a constituição do FBES foi iniciada em 2001, no processo de preparação do I Fórum Social Mundial - FSM, em Porto Alegre. Um Grupo de Trabalho (GT Brasileiro), do qual fazia parte um conjunto significativo de entidades, em geral, com atuação nacional, se organizou para debater essa temática no evento internacional. Naquele momento, sob o viés de outra globalização, essas entidades se reuniram na primeira edição do FSM, que teve a participação de 16 mil pessoas de mais de 117 países. Durante o evento, mais de 1500 participaram da oficina intitulada *Economia Popular e Solidária e Autogestão* (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Esse grupo encarregou-se de conceber uma identidade minimamente consensual em torno da economia solidária e de planejar a construção de uma organização em nível nacional, considerando diferentes segmentos

e atores sociais envolvidos com essa temática. O coletivo elaborou uma carta, em 2002, direcionada ao então presidente Lula, sob o título “Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento”, na qual solicitava a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esse documento foi aprovado na I Plenária de Economia Solidária, realizada em São Paulo, em dezembro do mesmo ano, com a presença de mais de 200 pessoas, entre trabalhadores de empreendimentos associativos, gestores de políticas públicas e entidades de assessoria e fomento (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Na II Plenária, em janeiro de 2003, também durante o Fórum Social Mundial, em documento intitulado *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, apresentavam-se propostas mais concretas para a construção de um espaço nacional de articulação dos diferentes segmentos da economia solidária no Brasil. Com mais de 800 presentes, esse espaço definiu a agenda de mobilização de debates, de sensibilização pelas regiões e referendou o GT já constituído como responsável por esse processo (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Em junho de 2003, menos de seis meses depois, realizou-se a III Plenária de Economia Solidária, envolvendo 17 estados e com a participação de mais de 900 pessoas, representantes de Empreendimentos da Economia Solidária e entidades de apoio aos Empreendimentos da Economia Solidária, gestores públicos, incluindo o recém-nomeado Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof. Paul Singer, e representantes do Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, entre outros (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003).

Nesse momento, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária configurou-se como principal interlocutor da sociedade civil junto à SENAES. Além disso, a organização teve o desafio de mobilizar a criação de fóruns regionais e estaduais para sustentação e ampliação do diálogo com as bases do movimento.

Na ocasião da III Plenária, também foi aprovada a carta de princípios do FBES, um documento importante para a articulação dos atores sociais que compõem o movimento e para afirmação de seus valores, identidade de luta e eixos de mobilização. Esse foi o momento de construção dos grandes consensos quanto à economia solidária no país. Mesmo com a diversidade de origem e de dinâmica cultural, a carta apresenta eixos gerais de convergências quanto aos princípios da economia solidária:

[...] a valorização social do trabalho humano [...], a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica [...], o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade [...] a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza [...] e os valores da cooperação e da solidariedade [...] (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005b, s/p).

Essa Plenária de fundação definiu também a composição do FBES, organizada a partir de três segmentos: empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de assessoria e fomento. Esse ponto foi polêmico, principalmente em relação à incorporação dos gestores públicos como um dos segmentos do fórum. Definiu-se, também, que os empreendimentos, considerados como protagonistas do movimento, teriam maior representatividade nas diversas instâncias do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Segundo essa concepção, o papel das iniciativas econômicas foi definido como central no movimento de economia solidária no Brasil. De acordo com a carta do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005b), para compor o movimento, os empreendimentos econômicos solidários devem estar organizados de forma coletiva, autogestionária e suprafamiliar. As entidades de apoio e assessoria, em geral, são organizações sem fins lucrativos, não governamentais ou universidades. Essas últimas são representadas por meio das Incubadoras Tecnológicas ou grupos de extensão e prestam serviços de apoio e de fomento aos empreendimentos em diferentes níveis de atuação, tais como formação, assessoria técnica, crédito, entre outros. No segmento de gestores públicos, estão os representantes de governos estaduais e municipais que executam explicitamente programas e projetos direcionados à economia solidária. Nacionalmente, esse segmento está representado pela Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária.

O FBES definiu eixos de ação que balizaram - e ainda balizam - com algumas reformulações, as principais plataformas de ação do movimento. Esses eixos começaram a ser construídos desde a I Plenária, mas se consolidaram no momento de criação, na III Plenária, e vêm sendo revistos em momentos subsequentes. Ao todo foram sete plataformas trabalhadas: (i) finanças solidárias; (ii) marco legal; (iii) educação; (iv) comunicação;

(v) redes de produção, comercialização e consumo; (vi) democratização do conhecimento e tecnologias; e (vii) organização social da economia solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Os primeiros passos de organização do Fórum são marcados por grandes desafios em relação às políticas públicas, com a criação da SENAES e em relação à expansão do tema da economia solidária no país. Era imprescindível fortalecer as bases e articular os empreendimentos solidários que, em muitos casos, não estavam mobilizados sob tal perspectiva. Isso significou a realização de processos e eventos de formação e ampliação das instâncias locais, o que implicava questões de ordem operacional, como pessoas liberadas para trabalhar na secretaria executiva dos fóruns e também recursos para mobilizações, reuniões e plenárias.

Além disso, o ato que criou a SENAES deliberava sobre a criação do Conselho Nacional, que passou por um período de discussões até sua maturação e instituição, em 2006 (Cunha, 2012). Esse espaço representaria, em alguma medida, a institucionalização do diálogo entre Governo Federal e movimento de economia solidária.

Nesse contexto, os primeiros anos de criação do Fórum, a partir de 2003, foram de muitas atividades e de rápida expansão. A elaboração e implementação de políticas públicas, consideradas pelo movimento como essenciais ao projeto de economia solidária, começaram a ser executadas, como o caso do mapeamento nacional, ocorrido em 2005 e 2007. Nesse processo, o FBES teve grande participação, especialmente em suas instâncias regionais, no desenvolvimento da pesquisa nos Estados.

Conforme Cunha (2012), o Fórum ocupou um papel de interlocutores privilegiados junto à SENAES na construção dessas ações públicas. Segundo a autora, a equipe da Secretaria Nacional, desde o início, tinha por opção o fortalecimento do Fórum Brasileiro como a principal instância de articulação da diversidade da economia solidária. A ideia era de que um movimento forte e articulado contribuiria para a expansão e institucionalização da política pública.

Uma das primeiras ações da Secretaria foi justamente o apoio à sustentação do Fórum e suas instâncias estaduais, inclusive contribuindo para sua criação em lugares em que elas não existiam. Por outro lado, havia também questionamentos quanto ao papel do FBES como interlocutor, em especial pela fragilidade de sua estruturação e capacidade de interlocução com os movimentos mais locais, dado a recente criação do mesmo e a necessidade de ampliar seus debates em instâncias mais próximas

aos empreendimentos. Essas tensões eram evidenciadas por integrantes do Fórum que temiam pelo aparelhamento do movimento. Apesar dessas questões, foi criado um Conselho interlocutor que representava o espaço de diálogo entre SENAES e FBES. (Cunha, 2012).

No entanto, o avanço e a disseminação da economia solidária nos Estados e a ampliação da mobilização de empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos geraram diferentes conflitos no âmbito do movimento. Pode-se, no entanto, dizer que essa primeira fase foi marcada pela construção de elementos que caracterizavam o projeto de economia solidária no Brasil, articulando atores sociais em prol das diferentes ações públicas em torno da temática.

O elemento primordial para o início do que foi caracterizado como segunda fase do FBES é a constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária, em 2006 - processo que será apresentado na próxima seção.

3.2 Representação, participação social e conflitos: repensando a prática (2006-2010)

Os primeiros anos de atuação do FBES e da SENAES, a partir de 2003, foram marcados pela elaboração e execução de diferentes ações, projetos e programas. Esse foi um período de aprendizado e, ao mesmo tempo, de construção. No âmbito do MTE, a economia solidária se configurava como um diferencial no que se tange à questão do Trabalho e Renda, ao menos no que diz respeito à SENAES.

A composição do Conselho Nacional de Economia Solidária, criada pelo mesmo decreto que criou a SENAES (BRASIL, 2003), foi negociada até 2006, quando foi possível, depois de muitas discussões, a indicação de seus membros. E aqui se inicia a segunda fase.

A discussão foi intensa, especialmente em relação aos indicados pela sociedade civil. Uma das principais polêmicas, segundo Cunha (2012), era a indicação ou não de algumas entidades, como a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, entidade de representação do cooperativismo dito tradicional.

Em meados de 2007, com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, logo após a primeira Conferência Nacional, a interlocução do FBES com o governo se alterou. Essa instância institucionalizada, composta pela sociedade civil e pelo governo, modificou o papel do Fórum

como interlocutor na política pública nacional. E na tônica de repensar seu papel perante o governo, a IV Plenária começou a ser articulada pelo Fórum, voltada para as prioridades internas do movimento, a conformação de seu projeto político e o fortalecimento de suas bases. Muitos projetos estavam em curso, muitos atores novos haviam sido mobilizados e alguns desmobilizados. Também a temática economia solidária, a partir do impulso da política nacional, começou a chegar a diferentes municípios em forma de ações governamentais e na constituição de leis de fomento.

A reestruturação fora diagnosticada como prioridade nas instâncias de Coordenação do FBES, e seus processos de mobilização confrontavam-se com os desafios de ativar dinâmicas orgânicas dos fóruns locais – que, em muitos estados, não passavam de algumas pessoas de referência, e mesmo os fóruns estaduais em muitas UFs não estavam ativos, além de não contarem com equipes liberadas e/ou infraestrutura física. A partir das discussões e encontros nos territórios, a proposta era mobilizar plenárias estaduais que preparassem para uma IV Plenária Nacional – inicialmente planejada para 2007, mas que acabou se viabilizando só em 2008 (CUNHA, 2012, p. 249).

Em março de 2008, foi realizada a IV Plenária do FBES com o tema *Outra economia construindo outros desenvolvimentos*. Esse momento marcou a segunda fase que se está caracterizando, pois nele foram ressaltadas, de forma mais clara, as bandeiras e os eixos de lutas do Fórum, revisando suas ações prioritárias nos eixos de Produção, Comercialização e Consumo Solidários; Formação; Finanças Solidárias; Marco Legal. Diferente do momento de conformação do Fórum (primeira fase), em que as prioridades estavam em fase de construção, nesse momento, o movimento conseguiu sistematizar e priorizar ações de maneira mais concreta.

Além dos debates acerca das bandeiras, o Fórum avançou na definição do seu papel social como

[...] um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento

sócio econômico do país que queremos (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 7).

Parece que se pode afirmar que a IV Plenária também avançou, definindo, de forma mais precisa, quais eram os empreendimentos, passando a exigir comprovações para participação nos fóruns locais. A participação dos gestores foi reafirmada a partir da participação dos mesmos em rede. Nesse sentido, então, parece que o Fórum aprofundou a concepção de empreendimentos de economia solidária, estabelecendo critérios mais claros, como, por exemplo, os formatos organizativos, a necessidade de ser suprafamiliar e um enfoque mais ampliado quanto às comunidades tradicionais.

As estratégias prioritárias para o triênio (2009-2011) do FBES foram definidas como fortalecimento político e organizacional dos Fóruns estaduais, microrregionais e municipais, visando uma maior integração e interiorização do movimento. Outro enfoque foi a consolidação dos empreendimentos a partir de redes e cadeias no campo da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias. Da mesma forma, destacou-se a incidência nas políticas públicas, em especial sob a perspectiva de outro modelo de desenvolvimento (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2008).

As relações com outros movimentos e atores da sociedade civil, em consonância com as proposições da economia solidária, tornaram-se prioridade, assim como as articulações internacionais, fundamentalmente na América Latina. Outra preocupação foi a busca por sustentabilidade dos fóruns nacional e local, por meio de estratégias de autofinanciamento, captação de recursos públicos e cooperação internacional. (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2008).

De acordo com Cunha (2012), a nova fase do FBES será marcada pelas mudanças em relação às dinâmicas de interação com a SENAES, com tensões entre as duas partes, ou seja, entre o FBES e a SENAES. A instalação do Conselho poderia representar a perda de força do Fórum na construção conjunta das políticas públicas que era predominante no período anterior. A etapa foi considerada menos participativa. A autoavaliação iniciada em 2006 evidenciou a necessidade de reestruturação e rediscussão da composição do Fórum, sua forma de funcionamento e seus conteúdos prioritários.

Nesse momento, apesar do ponto de vista otimista que poderia se exprimir mediante a construção conjunta de políticas públicas, Cunha (2012) destaca que o balanço interno do FBES indicava que essa construção havia sido feita de forma desigual. Mesmo com o reconhecimento de certos avanços, alguns tensionamentos ficaram claros e, no geral, com a percepção de fragmentação e de pouca integração entre as ações. Com a instituição do Conselho Nacional, mesmo que mais da metade dos conselheiros fossem indicados pelo FBES, esse se caracteriza como outro espaço de participação marcado pelas disputas de projetos e mobilizações. A força do movimento passa a compreender sua capacidade de realizar proposições e defendê-las no âmbito do CNES.

Em resumo, essa fase do FBES foi marcada pela reflexão quanto à atuação do movimento social em relação às políticas do governo federal, a partir da criação do Conselho Nacional. Outro ponto fundamental desse período compreende a reestruturação interna do Fórum que colocou em debate a articulação de forças entre os fóruns estaduais e algumas entidades nacionais. Pode-se dizer que a IV Plenária se configurou como o auge dessa disputa interna e marcou a separação do projeto de algumas organizações para o reforço das instâncias estaduais, compreendidas na diversidade dos fóruns regionais.

3.3 Relação entre o Estado e o movimento social: repensando o projeto político para a sociedade

A terceira fase do FBES começa a se delinear especialmente a partir da mudança no Governo Federal. Com a eleição da presidente Dilma Rousseff, a economia solidária se torna um tema ainda mais importante no que diz respeito à erradicação da extrema pobreza. Essa adequação direciona os programas e ações da economia solidária para os beneficiários do Programa Bolsa Família, inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico. Ao mesmo tempo, percebe-se, também, a ênfase nas ações voltadas ao empreendedorismo, englobando, em especial, os microempreendedores individuais.

Em 2011, o governo lançou o Projeto de Lei 865 que propunha a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, que passaria a

ter atribuições relacionadas à economia solidária com a transferência da SENAES e do Conselho para essa nova pasta.

Em diversos documentos e atos, o Fórum Brasileiro demonstrou sua insatisfação quanto à falta de diálogo do governo com a sociedade civil, com o Conselho e com a SENAES em relação à mudança proposta. O movimento se manifestou contrário à nova proposição. Para ampliar essa discussão, os fóruns estaduais mobilizaram audiências públicas, no período de maio a junho de 2011, com a participação de diferentes atores sociais e com o apoio das frentes parlamentares de Micro e Pequena Empresa e da economia solidária. Nesse período, foram realizadas 23 audiências públicas, reunindo cerca de 2.500 pessoas (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2011, p.6).

Nas audiências, atores da economia solidária, em sua maioria, reafirmaram as diferenças em relação às micro e pequenas empresas, especialmente quanto às estratégias de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. Buscou-se ressaltar que os empreendimentos atuam sob o caráter de emancipação social e, também, lutam contra a pobreza, destacando suas articulações com outros temas como agroecologia, segurança alimentar, saúde mental, moradia urbana, entre outros. O FBES também recebeu apoio de diferentes instituições contra tal proposta, inclusive em âmbito internacional.

Com base nas proposições advindas de todo o Brasil, foi apresentado ao governo um documento que sintetizava as principais diretrizes do FBES em relação ao Projeto de Lei. A proposta continha dois apontamentos gerais: o da criação de uma Secretaria de Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Econômico (ideia sempre reforçada nas Conferências) ou, se isso não fosse possível, a ampliação das ações e o fortalecimento da SENAES no espaço que lhe fosse atribuído.

Após intensa mobilização e debates, o PL 865 foi retirado da pauta do Governo e a SENAES permaneceu no Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, nas avaliações de algumas lideranças do Fórum, essa atitude foi audaciosa e gerou conflitos internos no movimento. É desse momento político que nasce a V Plenária, buscando fortalecer a economia solidária externamente e consolidar sua identidade política e social como movimento.

Com o tema “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”, a V Plenária teve como intenção aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia

de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário. Tratava-se de uma opção de organização popular e luta emancipada dos trabalhadores associados segundo uma proposta transversal e interligada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista. Os debates foram organizados em três dimensões: orientação política do movimento; orientação das ações do movimento; organicidade do movimento.

Refletindo sobre a identidade do movimento social de economia solidária no Brasil. Para tanto, é importante debater o significado de ser um movimento social, o que nos une, quais os nossos enfrentamentos, com quais movimentos e setores nos aliamos. Refletindo sobre o nosso projeto político para a sociedade. Buscando construir estratégias que nos ajudem a identificar o que e quem contribui para o fortalecimento do nosso projeto político, bem como o que dele nos distancia (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, s/p).

É importante salientar que o movimento de economia solidária, nesse momento, visa a discutir, como em outras plenárias, suas ações prioritárias e formas de organização, mas foca no caráter político do movimento, o que pode ser uma tentativa de reafirmar sua identidade. O documento base da Plenária destaca a economia solidária como um movimento contra o capitalismo, em prol de uma nova sociedade e organização social, política e econômica. Para tanto, é preciso ampliar diálogos, articulações e alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade justa, solidária, diversa, autogestionária e sustentável.

Os resultados desse encontro foram importantes para reafirmar o papel da economia solidária não só como movimento social, mas também reforçando a importância de debater e articular com outros movimentos, fortalecendo lutas históricas em prol de uma outra estratégia de desenvolvimento e de bem-viver.

4. Conclusão

As motivações que mobilizaram os autores a desenvolverem pesquisas das quais resultou o presente texto centravam-se na perspectiva de caracterizar a economia solidária, no Brasil, como movimento social.

Privilegiando o pensamento de Maria Glória Gohn em seus escritos sobre Movimentos Sociais, os quais foram caracterizados, conceitualmente, como fontes de inovação, produtores de saberes e conhecimentos sobre a realidade, articuladores que promovem mobilizações com vistas a mudanças. Ensaiei-se, neste texto, caracterizar dois grandes sujeitos que gravitam em torno das concepções e das práticas da Economia Solidária: o Fórum Brasileiro da Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Examinaram-se as trajetórias de um e de outro, bem como suas relações e interações. Ao cabo de tal exercício, parece que se pode afirmar que, no Brasil, a Economia Solidária - até o presente - pode ser compreendida e caracterizada como um movimento social, inclusive enquanto espaço de confronto e de luta por um outro tipo de organização da produção de bens e serviços que almeja e enseja novas relações sociais, buscando a consolidação de relações econômicas que ultrapassem os interesses de lucro, do mercado capitalista e de novas relações Sociedade Civil - Estado ou Governos.

Após cerca de 10 anos de construção, não só do movimento, mas também de uma política nacional, compreender como esses atores sociais - FBES e SENAES - construíram suas trajetórias no Brasil apresenta-se como algo propício nessa conjuntura de reflexão. É importante salientar que essa é uma nova fase do movimento que busca repensar suas ações de forma mais independente das políticas nacionais e reforça seu caráter político. O processo ainda está em construção, mas torna-se cada vez mais evidente a mudança de caminho do FBES, buscando a construção de estratégias que lhe assegurem mais autonomia e, certamente, mais liberdade, sem perder de vista a importância de sua relação enquanto sociedade civil com o Estado e os Governos. A viabilidade desse projeto, no contexto atual, ainda não é clara, principalmente no que diz respeito às estruturas e mobilização do Fórum nos Estados e municípios.

Ao considerar a experiência do Brasil no campo da economia solidária, é fundamental destacar, ainda - como se tentou neste artigo -, a articulação entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais e construção das políticas públicas nacionais. Por outro lado, apesar da expressão social que ganharam as trajetórias aqui consideradas, esse foi um caminho de conflitos e convergências em que a participação social foi de extrema importância. Observa-se que há, ainda, um longo caminho a percorrer, especialmente na definição de prioridades e orientações de ambas as instituições.

A pesquisa, cujos resultados aqui se apresentam sinteticamente, parece apontar para a necessidade de outros estudos, destacando, sobretudo, investigações que privilegiam a situação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, seja no tocante às suas características socioeconômicas e políticas, seja quanto à sua viabilidade econômica e social, ou ainda quanto à sua percepção das relações e trajetórias tratadas no presente texto.

Afirma-se, por fim, a convicção de que a Economia Solidária no Brasil apresenta um histórico de lutas, de adesões, de ganhos que, possivelmente, muito contribuíram para a construção de outras referências sobre outros mundos, sobre outras economias possíveis.

Referências bibliográficas

Abers, R.; Bülow. M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.**

CATTANI, A. D. A outra Economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

CORAGGIO, J. L. Introducción. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 17-57.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)**. 2012. 472p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **III Plenária Nacional de Economia Solidária: relatório**. Brasília: FBES, 2003. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=112&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Histórico**. 2005a. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios**. 2005b. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60> Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **A experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil**. Brasília: FBES, 2006. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária**: relatório final. Brasília: FBES, 2008. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Sobre o FBES**. 2011.

Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIASOLIDÁRIA. Fortalecimento das políticas públicas de
Economia Solidária no governo Dilma
Rousseff
. Brasília: FBES, 2011. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Brasília: FBES, 2012.

Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=474&dir=DESC&order=date&Itemid=216&limit=10&limitstart=70>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

GAIGER, L. I. A emancipação no presente e no futuro. In: GAIGER, L. I. (org.) **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

GAIGER, L. I. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: CORAGGIO, J. L. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 79-110.

ICAZA, A. M. S. et TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

LECHAT, N. M. P. Economia moral. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

LECHAT, N. M. P. et SCHIOCHET, V. Economia da Dádiva. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 259-268.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011a. 391p.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago, p.333-361, 2011b.

LACERDA, L. F. B.; VERONESE, M. V. Trabalho e movimentos sociais: suas influências na emergência de práticas alternativas de geração de trabalho e renda. São Leopoldo, **Otra Economía**, São Leopoldo, n. 5, v. 8, p. 19-34, 2011.

LAVILLE, J-L. et al. Introdução. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L; MEDEIROS, A; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 11-18.

LAVILLE, J-L. Économie solidarité: esquisse d'une problématique. In: LAVILLE, J-L (Dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Pluriel, 2010. p. 11-76.

LÉVESQUE, B. Sociologia Econômica. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009. p. 305-309.

LIMA, J. C. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a consituição do campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, I. P. H.; LEITE, M. de P. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 195-226.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária**. De volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 195p.

POCHMANN, M. Posibilidades y limites de la economía solidaria latinoamericana. In: CORAGGIO, J. L. **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 225-240.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-512

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003a. p.11-30.

VIVERET, P. Altermundialização. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009. p. 11-15.

Diferenças e similaridades entre as experiências da economia social na Espanha e da economia solidária no Brasil

*Ednalva Felix das Neves¹, Miguel Juan Bacic²,
Isabel-Gemma Fajardo García³*

Resumo A economia social na Espanha e a economia solidária no Brasil guardam similaridades e diferenças: o histórico de surgimento, os princípios e a forma de organização dos empreendimentos, por exemplo, são similares entre as duas experiências. Contudo, os atores são diferentes, já que a experiência espanhola possui uma abrangência maior, aceitando alguns tipos de instituições que a economia solidária não aceita no Brasil. A maior diferença, contudo, surge quando se analisam as políticas públicas: a experiência espanhola conta com maior apoio do Estado por meio das políticas públicas, tendo, inclusive, a lei de economia social (Ley 5/2011), enquanto que a experiência brasileira ainda enfrenta dificuldades em angariar apoio aos empreendimentos e não possui legislação própria.

Palavras-chave Economia Solidária; Economia Social; Políticas Públicas de Economia Social e Solidária; Apoio e fomento à economia social e solidária.

Abstract The social economy in Spain and the solidary economy in Brasil have similarities and differences: the emergence of history, principles and form of organization of the enterprises, for example, are similar between the two experiences. However, the actors are different, as the Spanish experience has a broader scope, accepting some types of institutions which solidary economy does not accept in Brasil. But, the biggest difference emerges when considering public policies: the Spanish experience she achieved greater support from the state through public policies, and even the law of social economy (Ley 5/2011), while the brazilian experience still faces difficulties in raising support for enterprises and does not have specific legislation.

Keywords Solidary Economy; Social Economy; Public Policy of Social and Solidary Economy; Support and promotion of solidary economy and social economy.

-
- 1 Economista, Mestre em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP. Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Email: ednalvafelix@gmail.com
 - 2 Graduado em Contador Público, Mestre em Ciências Econômicas e Doutor em *Administración*. É professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP. Email: bacic@unicamp.br
 - 3 Licenciatura e Doutorado em Direito pela *Universidad de Valencia*. É professora de Direito Mercantil na *Facultad de Derecho y de Económicas*, da *Universidad de Valencia*. E-mail: isabel.fajardo@uv.es

Resumén La economía social en España y la economía solidaria en Brasil mantienen algunas similitudes y diferencias: el histórico de su aparición en la historia, sus principios y forma de organización de los emprendimientos, por ejemplo, son similares entre las dos experiencias. Sin embargo, los actores son diferentes, eso porque la experiencia española tiene un alcance más amplio, aceptando algunos tipos de instituciones que la economía solidaria en Brasil no acepta. La mayor diferencia, sin embargo, surge al considerar las políticas públicas: la experiencia española tiene un mayor apoyo del Estado a través de las políticas públicas, e incluso ya tiene la ley de la economía social (Ley 5/2011), mientras que la experiencia brasileña todavía se enfrenta a dificultades para obtener apoyo a los emprendimientos y, también, aún no se tiene legislación específica.

Palabras clave Economía Solidaria; Economía Social; Políticas Públicas de la Economía Social y Solidaria. Apoyo y promoción de la Economía Social y Solidaria.

Introdução

A economia social surgiu na Espanha, em meados do século XIX, constituída por práticas que têm como base os princípios cooperativos de Rochdale (1844). “Enquanto atividade, [ela] aparece vinculada historicamente ao cooperativismo, que constitui seu eixo vertebral” (BAREA e MONZÓN, 1992, p. 08, grifo nosso), refletindo uma oposição ao capitalismo, na tentativa de criar uma alternativa a esse sistema. Na atualidade, ela reflete uma reação dos trabalhadores, que buscam por oportunidades de trabalho e renda, como garantia de sobrevivência, e não mais um embrião de uma sociedade que substituiria o capitalismo.

A economia solidária surgiu no Brasil no final do século XX, como resultado da grave crise econômica e social que acometeu a sociedade brasileira nesse período. Essa crise afetou fortemente dois grupos de pessoas: o primeiro, um amplo segmento da população, historicamente pobre, em função da má distribuição da renda, da inserção desigual dos trabalhadores no mercado de trabalho, do processo de concentração da terra, e da ausência de políticas públicas capazes de garantir um modelo de crescimento econômico pautado na justiça econômica e social. O segundo grupo é formado por trabalhadores que foram afetados pela crise do desemprego, e que lutavam para impedir de serem jogados na mesma situação de pobreza e miserabilidade do primeiro grupo.

As pessoas de ambos os grupos precisaram buscar alternativas para solucionar seus próprios problemas, fosse formando cooperativas de catadores de materiais recicláveis, costureiras, bordadeiras, artesãos, panificações, etc. (no caso do primeiro grupo), fosse assumindo a tarefa de

recuperar suas empresas falidas, que ameaçavam seus postos de trabalho e seus direitos trabalhistas (aqueles do segundo grupo) (SINGER, 1996; FARIA, 2005).

Conforme é possível notar, o que se denomina “economia social” na Espanha é bem mais antigo do que se considera a “economia solidária” no Brasil. Contudo, ainda que as experiências naquele país sejam mais antigas, as experiências brasileiras surgiram já tendo como base o histórico do movimento cooperativista e de luta dos trabalhadores, sendo, inclusive, influenciadas por ele. Dessa forma, é possível dizer que, embora a experiência brasileira seja mais recente, não é, de todo, nova, pois também é herdeira do mesmo movimento cooperativista europeu.

O objetivo deste trabalho é comparar a economia social na Espanha com a economia solidária no Brasil, buscando especialmente entender, a forma de organização, os atores e o papel das políticas públicas de economia social e da economia solidária.

1. Contexto histórico, princípios e atores da economia social na Espanha

A história da sociedade moderna tem nos mostrado que o livre mercado não foi capaz de criar uma sociedade pautada nos ideais de igualdade econômica, ao contrário, gerou pobreza e exclusão social. Para enfrentar esse problema, duas alternativas têm sido testadas nas sociedades modernas: 1) o Estado tem atuado como agente de planejamento econômico e como redistribuidor da renda e da riqueza; 2) a própria sociedade civil (especialmente os grupos sociais desfavorecidos – os excluídos da sociedade de mercado) tem se organizado, criando iniciativas empresariais que tentam integrar ações de caráter econômico e social (MONZÓN, 1989; 2003).

Foi no contexto da segunda alternativa que surgiram as atuais alternativas de cooperativismo na Europa. Assim, pode-se dizer que o novo movimento da economia social na Espanha surgiu no início do século XX, fruto de uma reação dos trabalhadores que buscavam gerar suas próprias oportunidades de trabalho e garantir renda e sobrevivência. Enquanto atividade, a economia social surgiu “vinculada historicamente às associações populares e às cooperativas”, isso porque seus princípios e valores se assemelham ao cooperativismo histórico, e estão estruturados em

torno de formas de organizações, como: cooperativas, mútuas e associações e, mais recentemente, das fundações (MONZÓN e CHAVES, 2012, p. 13; BAREA e MONZÓN, 1992).

As expressões de economia social têm representado, segundo Monzón e Chaves (2012, p. 13), “a resposta dos grupos sociais mais vulneráveis e indefesos, através de organizações de autoajuda, às novas condições de vida criadas pelo desenvolvimento da sociedade industrial nos séculos XVIII e XIX”. Logo, essas experiências simbolizavam a busca dos segmentos marginalizados pela sua sobrevivência, frente a uma sociedade na qual se via desenvolver, e crescer, um sistema excludente e predatório para um amplo conjunto de pessoas (o sistema capitalista).

De acordo com os referidos autores, é provável que o termo “economia social” tenha surgido na literatura econômica em 1830, com a publicação do “Tratado de Economia Social”, do economista francês liberal Charles Dunoyer, que defendia um enfoque moral para a economia. Outra influência foi a obra do espanhol Ramón de La Sagra, “*Lecciones de Economía Social*”, de 1840. No entanto, nenhum desses trabalhos fez referência ao sentido atual da economia social. A partir da segunda metade do século XIX, o termo sofreu transformações, especialmente pela atuação de pensadores como Le Play e Gide. No final do mesmo século, a expressão “economia social” ganhou novo significado, focando na pesquisa sobre atividades e atores que buscavam alternativas fora do campo da lógica capitalista (como as formas associativistas). Dessa maneira, a economia social conquistou sua consolidação científica (CHAVES e MONZÓN, 2003, p. 07).

O entendimento e reconhecimento da economia social vêm aumentando na Europa, desde a criação do Comitê Nacional de União das Atividades Mutualistas, Cooperativistas e Associativistas (CNLAMCA)⁴ que define o tema com base em uma perspectiva ética e social: trata-se de um conjunto de entidades que não são nem públicas, nem privadas; que funcionam com base na igualdade de direitos entre os sócios e na gestão democrática, e que pratica um “regime especial de propriedade e distribuição dos ganhos”, em que os excedentes do exercício são empregados a fim de gerar o crescimento da própria entidade e a melhoria dos serviços prestados aos sócios e à sociedade (CHAVES e MONZÓN, 2003, p. 01; grifo nosso). Sendo assim:

4 *Comité Nacional de Enlace de las Actividades Mutualistas, Cooperativas y Asociativas.*

O conceito de “economia social” indica aquele conjunto de organizações microeconômicas que possuem características comuns, marcadas por uma ‘ética social’. Como é um conceito definido em positivo, vai além da clássica delimitação interinstitucional baseada na identificação de um setor residual, integrado por aquelas organizações que não pertencem ao âmbito da economia pública e nem da economia privada capitalista (CHAVES e MONZÓN, 2003, p. 01).

Posteriormente, conforme destacam Chaves e Monzón (2003: p. 02), o organismo belga “*Conseil Wallon de l’Economie Sociale*”, buscou dar mais precisão ao tema, apresentando-o da seguinte maneira: “a economia social faz referência àquela parte da economia integrada por organizações privadas, principalmente cooperativas, mutualidades e associações” e cuja ética atende a quatro princípios básicos (pautados em valores como democracia, interesse social e justiça distributiva), que são: ter como finalidade atender aos membros e à coletividade, ao invés dos objetivos de lucro; ter autonomia no processo de gestão; a tomada de decisão deve ocorrer de forma democrática (pautada na ideia de uma pessoa = um voto); haver prioridade das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição da rendas/excedentes.

Paralelamente à definição belga, a Comissão Científica do CIRIEC-Espanha⁵ propôs uma nova definição para a economia social, na qual incorpora as organizações privadas que, assim como as fundações e algumas associações, também respondem ao quesito de ética social, mesmo não cumprindo o princípio democrático. A definição do CIRIEC, portanto, é de que a economia social é:

Conjunto de empresas privadas criadas para satisfazer as necessidades de seus sócios através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, e em que a distribuição dos ganhos e a tomada de decisão não estão relacionadas diretamente com o capital aportado por cada sócio, e corresponde a um voto a cada um deles. A economia social também inclui as instituições sem finalidade de lucro que não são produtoras para o mercado privado, não são controladas pela administração pública e que produzem

5 CIRIEC: Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa.

serviços não destinados à venda para determinados grupos familiares; seus principais recursos procedem de contribuições voluntárias feitas por famílias de consumidores, de pagamentos dos governos e de rendas de propriedades (CHAVES e MONZÓN, 2003, p. 03).

Uma das principais características da economia social na atualidade é o fato dela se apresentar como uma forma de estruturação da sociedade em que há predominância de pessoas ao invés do capital. Trata-se de uma forma de organização que considera como componente essencial a economia de participação, os seres humanos envolvidos nas atividades produtivas e a sociedade que os rodeia; e ainda os seres humanos na qualidade de consumidores de bens e serviços (CHAVES *et al.*, 2013).

A predominância das pessoas e a forma de organização participativa ficam claras na Carta de princípios da economia social, de acordo com a *Social Economy Europe* (sociedade representativa da economia social na Europa), *que prevê os seguintes princípios e/ou características das instituições de economia social:*

Primazia das pessoas e do objetivo social sobre o capital; adesão voluntária e aberta; controle democrático pelos membros; conjunção dos interesses dos membros com o interesse geral; defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade; autonomia de gestão e independência dos poderes públicos; destinação da maioria dos excedentes à consecução de objetivos de desenvolvimento sustentável, melhoria dos serviços para os membros e do interesse geral (CHAVES *et al.* 2013, p. 20).

No que se refere aos atores da economia social, Baréa e Monzón (1992, p. 05) destacam os seguintes: i) empresas não financeiras que produzem bens e serviços destinados à venda no mercado – cooperativas (de consumo, de trabalho associado, de moradia, de ensino, de saúde, transporte, agrárias, etc.); Sociedades Laborais; Sociedades Agrárias de Transformação; Empresas mercantis não financeiras controladas por atores da economia social; ii) instituições de Crédito – cooperativas de crédito (Caixas Rurais e Cooperativas de Crédito Profissional e Populares); seções de crédito das cooperativas; Caixas de Poupança; iii) empresas de Seguros – Mútuas de Seguros; Cooperativas de Seguros; Mutualidades de Previdência Social; iv) instituições Privadas sem ânimo de Lucro – Associações,

Fundações; Sociedades Agrárias de Transformação; Confrarias de pescadores; sociedades de ajuda mútua; Cruz Vermelha, etc.

As cooperativas são a coluna vertebral da economia social na Espanha. Elas podem ser agrupadas em: i) cooperativas de serviços empresariais ou profissionais: em que existe a autoexploração do trabalho como principal característica, sendo que a organização cooperativa é a forma utilizada para a comercialização dos seus produtos ou serviços – compreendem agricultores, transportadores, farmacêuticos, comerciantes e outros empresários; ii) cooperativas de trabalho associado: em que trabalhadores combinam os meios de produção com seu próprio trabalho em uma empresa; iii) cooperativas de consumidores ou usuários: são constituídas por consumidores, a fim de prover “bens e serviços, alimentos, produtos domésticos, moradias, ensino, saúde, turismo, organização do lazer/ócio, etc.”; iv) cooperativas de caixas de crédito: formadas por pequenos empresários ou por consumidores, para prover a necessidade de crédito tanto para viabilizar a produção de bens e serviços, quanto o consumo – por isso, poderiam ser incluída em qualquer das classificações anteriores (BAREA e MONZÓN, 1992).

Ainda de acordo com os referidos autores, além das cooperativas, a economia social na Espanha é composta ainda pelas Sociedades Anônimas Laborais (SAL); Sociedades de Responsabilidade Limitada Laboral (SLL); Associações; Sociedades mutualistas; Caixas de Poupança; Fundações.

2. Contexto histórico, princípios e atores da economia solidária no Brasil

No caso da economia solidária no Brasil, os pesquisadores do tema situam seu surgimento no início da década de 1980, período marcado pela crise econômica que causou graves problemas sociais, como o desemprego, a pauperização da classe trabalhadora e a exclusão social. Paul Singer (2005, p. 03), um dos principais nomes da economia solidária no Brasil – que foi responsável pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por mais de 13 anos – declarou, por exemplo, que a economia solidária surgiu “provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar”.

O surgimento da economia solidária no Brasil está relacionado a dois contextos: o primeiro tem raízes históricas e diz respeito à existência de um grupo de pessoas que não foram incluídas ao mercado formal de trabalho, e às condições de vida da sociedade industrial que se desenvolveu no país durante todo o século XX. Essas pessoas viviam em situação de pobreza, miserabilidade e exclusão social, causadas pela concentração fundiária, má distribuição da renda e inexistências de políticas sociais adequadas. Ao chegarem à década de 1980 (a década perdida da economia brasileira), e se depararem com a crise econômica enfrentada pelo país, essas pessoas viram agravar, ainda mais, suas já precárias condições socioeconômicas, e tiveram que buscar alternativas de sobrevivência por meio do trabalho precário e por conta própria (NEVES, 2016).

Foi fruto desse contexto que surgiram as diversas iniciativas de organização popular, algumas delas apoiadas por instituições sensibilizadas com a questão social daquele momento, como a Cáritas, alguns grupos de acadêmicos (que formaram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs), sindicatos, e outros. Algumas prefeituras (especialmente aquelas administradas por partidos de esquerda) também se engajaram na organização dos trabalhadores, ajudando-os a formar cooperativas e associações capazes de gerar trabalho e renda e, assim, garantir a sua sobrevivência: eram experiências de cooperativas de catadores de materiais recicláveis; cooperativas ou associações de costureiras e bordadeiras; cantinas populares; coletivos de cuidadores de veículos (também chamados de “flanelinhas”); cooperativas de limpeza e cuidados domésticos; associações de artesãos; cooperativas de panificação e/ou produção de outros produtos alimentícios, etc. Desse grupo, as cooperativas de catadores foram as que tiveram maior visibilidade e, em alguns casos, apoios das Prefeituras, devido às discussões sobre o fim dos aterros sanitários e à necessidade de reciclagem dos lixos urbanos. Porém, tal apoio se devia muito mais à preocupação com as questões ambientais do que sociais.

O segundo contexto sofreu influência direta da aguda crise econômica vivida pelo país na década de 1980, e do processo de abertura econômica e financeira da década de 1990, que causou o enfraquecimento da competitividade das empresas brasileiras frente à economia internacional, provocando falências. Além disso, a má gestão também foi um fator de causa de quebras de empresas no Brasil: na maioria dos casos, os proprietários das empresas buscaram salvar seus próprios patrimônios, abandonando

os trabalhadores à própria sorte e decretando falência para se livrarem dos encargos financeiros e trabalhistas (FARIA, 2005).

Diante desse contexto, os trabalhadores, apoiados pelos sindicatos, assumiram a tarefa de pleitear o direito sobre as empresas, como forma de resgate de seus direitos trabalhistas, assumindo as dívidas e a tarefa de recuperação das empresas. Porém, nesse caso, diferentemente do que acontecia com o primeiro grupo – em que os trabalhadores já se encontravam em situação de pobreza e exclusão social – o esforço dos trabalhadores era no sentido de tentar impedir seus próprios processos de exclusão social. O que há de comum entre os dois casos é o trabalho associado, isto é, os trabalhadores se uniram para buscar a solução dos seus problemas, motivados, dentre outras coisas, pela falta de políticas públicas capazes de acolher suas necessidades e demandas. Vale lembrar que, também dentro deste desse contexto, outros trabalhadores buscavam soluções para problemas idênticos, por meio de ações individuais, aclamadas como “iniciativas empreendedoras”. A diferença é que esse grupo de trabalhadores ao qual nos referimos buscou soluções por meio de iniciativas coletivas.

O (novo) ambiente de trabalho coletivo, por sua vez, exigiu aprendizados dos trabalhadores, como: aprender a gerir o empreendimento coletivamente, sob um regime de autogestão. As (novas) configurações assumidas pelos empreendimentos, sob a forma cooperativa ou associativa, exigiu que os trabalhadores aprendessem sobre cooperação e passassem a pautar suas ações de maneira condizente com os princípios cooperativos. Além disso, as próprias condições difíceis enfrentadas pelos trabalhadores, tanto financeiramente, como socialmente, ensinaram-lhes a agir de maneira solidária e cooperativa. Isso se verifica tanto nos casos das cooperativas de catadores, em que os trabalhadores se solidarizavam entre si, com suas situações de pobreza extrema; no caso das mulheres dos empreendimentos de costuras e bordados, no que concerne às suas situações enquanto mulheres, mães, esposas e donas de casa (situações estas que exigiam delas muito mais empenho, enquanto trabalhadoras); como nos casos dos trabalhadores das empresas falidas e em via de recuperação que precisavam apoiar-se nas situações de falta de renda (devido aos salários atrasados) para manutenção (provisão financeira) de seus lares, acertos de dívidas, etc.

Sobre a definição da economia solidária, Singer (2000) a define como o “conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários”, e que podem as-

sumir diferentes formas: “cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas e diversas organizações populares e urbanas e rurais”. A SENAES (2006) a define de maneira bem parecida como o “conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas e realizadas de forma solidária, ‘por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária’”.

A economia solidária se baseia em quatro princípios básicos: 1) os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) devem realizar atividade econômica, a fim de gerar trabalho e renda (pressupostos básicos para a inclusão social); 2) Solidariedade, que resulta de ações coletivas, resultantes da igualdade de direito entre os trabalhadores, a partir de ações pautadas sob o “princípio de democratização societária”; 3) Cooperação, resultado do trabalho conjunto dos trabalhadores ou da existência de “interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades”; 4) Autogestão, entendida como a gestão coletiva e democrática dos EES, realizada pelos sócios, com tomada de decisão feita em assembleia geral por meio do voto (ou consenso), envolvendo diálogos e discussões entre os trabalhadores (SENAES, 2006).

O termo “economia solidária” foi usado pela primeira vez no Brasil pelo professor Paul Singer, no artigo intitulado “Desemprego: uma solução não capitalista”, no ano de 1996. Posteriormente, Singer publicou outros dois artigos sobre o tema: “Economia solidária contra o desemprego” e “Autogestão contra o desemprego” (FARIA, 2005), em que o autor chamou a atenção para o problema do desemprego, da pobreza, miserabilidade e exclusão social de parcela dos trabalhadores brasileiros, e discutiu a possibilidade de enfrentamento do problema por meio das ações coletivas, pela formação de iniciativas de economia solidária.

De acordo com Freitas (2012), os atores da economia solidária podem ser classificados em cinco grupos, conforme a Figura 1, a seguir:

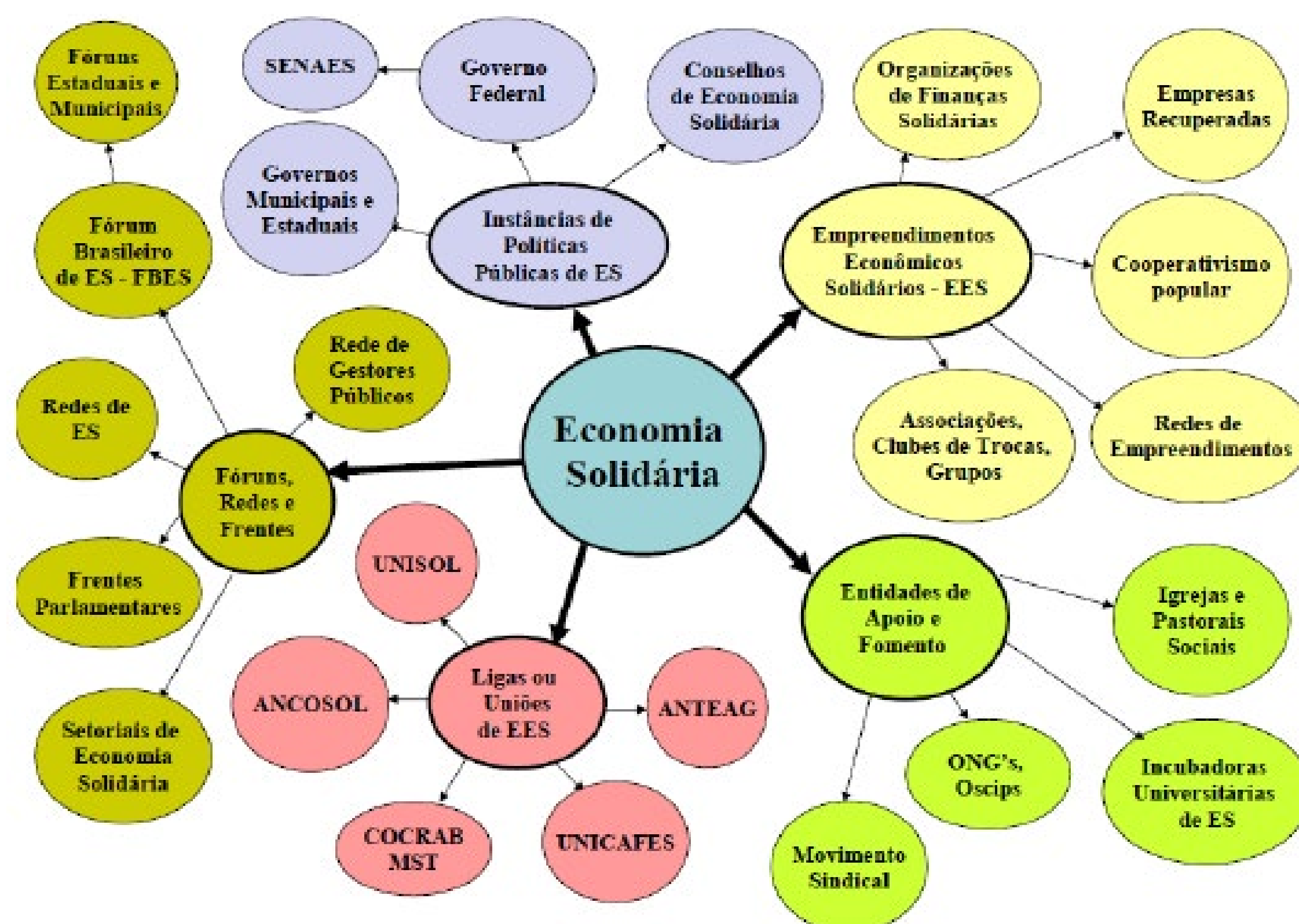


Figura 1. Os atores da economia solidária no Brasil. Fonte: Freitas (2012), a partir de informações do Atlas da Economia Solidária no Brasil.

Como é possível notar, a figura mostra os atores em seus respectivos grupos e a relação entre eles: 1) o conjunto dos EES, no qual se encontra as unidades produtivas (cooperativas, associações, empresas recuperadas, bancos comunitários, etc.); 2) as Entidades de Apoio e Fomento (ITCPs, Sindicatos, ONGs, Igrejas, etc.); 3) as “ligas e uniões entre os EES” (Unisol, CONCRAB, ANTEAG; etc.); 4) os Fóruns e Redes da economia solidária (FBES, os Fóruns Estaduais e Municipais de economia solidária, Rede de ITCPs, Rede de Gestores Públicos, etc.); 5) as instâncias de Políticas Públicas de economia solidária (Secretarias dos Governos Municipais e Estaduais, SENAES, etc.) (FREITAS, 2012).

3. As políticas públicas de economia social na Espanha e de economia solidária no Brasil

Barea e Monzón (2002) destacam o importante papel das políticas de fomento e das estruturas de apoio à economia social na Espanha. Conforme os autores, o fato de poder contar com um modelo de governos autônomos descentralizados e com um marco institucional positivo foi um aspecto positivo, especialmente no que se refere ao reconhecimento da identidade diferenciada da economia social. Um exemplo disso é o tratamento fiscal diferenciado às entidades da economia social – algumas de-

las têm gozado de vantagens fiscais, como mecanismos de compensação, bonificações fiscais, etc. Ainda que a falta de acordo entre os atores da economia social e os poderes públicos tenha dificultado uma maior participação dos primeiros nos órgãos criados para representá-los, Barea e Monzón afirmam que:

Os poderes públicos têm promovido a criação de órgãos de encontro e consulta, tanto em nível nacional (Conselho de Fomento da economia social e Conselho Estatal de organizações não Lucrativas de Ação Social), como em nível regional, com os Conselhos Superiores de Cooperativas (ou afins), contemplados nas respectivas leis autonômicas de cooperativas (BAREA e MONZÓN, 2002, p. 40).

Reconhecendo a existência dos problemas estruturais de ordem financeira da economia social, Barea e Monzón (2002, p. 41) entendem que as “medidas financeiras públicas” podem atenuar ou mesmo solucionar esses problemas. No que se refere ao financiamento da economia social, a banca cooperativa e a banca ética são as principais entidades de financiamento das pequenas entidades da economia social na Espanha. E, embora não tenha nenhuma relação com uma política pública, alguns governos autônomos espanhóis têm incentivado a busca de financiamento alternativo, ligado às caixas de poupança, à banca cooperativa e à banca ética.

Outro tipo de medida financeira tem a ver com a regulação do trabalho, mais propriamente com a flexibilização de regras trabalhistas em favor da melhoria econômica e financeira das entidades da economia social – é o caso do pagamento do fundo de garantia ou seguro desemprego em uma parcela única aos trabalhadores que desejem constituir uma cooperativa.

Outro conjunto de medidas busca promover apoio condicionado às instituições da economia social, como os fundos feitos pelas administrações públicas, por exemplo, que têm a finalidade de promover e desenvolver a economia social. Nesse caso, o apoio condicionado está ligado a alguns tipos de reações esperadas, como o desempenho das entidades da economia social, incorporação de novos sócios, reestruturação cooperativa, intercooperação, etc. Esses tipos de medidas existem tanto nos níveis dos governos autônomos, como do governo federal, ou ainda no nível de comunidade europeia, mas ainda contam com uma magnitude limitada (BAREA e MONZÓN, 2002, p. 41).

Além das medidas já mencionadas, os autores destacam a existência de um amplo leque de estruturas federativas que representam e defendem os interesses da economia social, e “oferecem diversos serviços de consultoria e apoio técnico”. O setor empresarial está representado por uma organização de estrutura confederativa, que representa a maior instituição da economia social espanhola (a Confederação Empresarial Espanhola de Economia Social – CEPES), em que se encontram:

Integrados seis confederações estatais de cooperativas, sete grupos empresariais da economia social, três confederações autonômicas de cooperativas e economia social, a Confederação Nacional de Entidades de Previsão Social (CNEPS) e a Confederação Empresarial de Sociedades Laborais (CONFESAL) (BAREA e MONZÓN, 2002, p. 44).

Já a Confederação Espanhola de Cooperativas de Trabalho Associado (COCETA) é responsável por agrupar as federações regionais e autonômicas desse tipo de cooperativas (BAREA e MONZÓN, 2002, p. 44).

No ano 2000, o CIRIEC-Espanha aplicou um questionário para as comunidades autônomas⁶, a fim de avaliar os objetivos das políticas públicas de economia social. Dentre as principais respostas dadas pelas autonomias, estão: fomentar a cultura empreendedora e empresarial; contribuir para a distribuição de renda; favorecer o desenvolvimento local; gerar emprego (especialmente, emprego estável) e, assim, solucionar o problema do desemprego, especialmente, pautando-se na ideia de que o autoemprego individual e o associativo são as formas mais eficientes para promover o desenvolvimento econômico e social; fomentar as formas solidárias de trabalho ou formas associativas de autoemprego; melhorar a competitividade das empresas da economia social e/ou consolidar as empresas já existentes; fixar a população a um território (em geral, seu próprio território, evitando, assim, os processos migratórios) e/ou promover o reequilíbrio territorial; promover o desenvolvimento rural; difundir os valores da cooperação, da participação e autogestão; criar um marco jurídico para a economia social (BAREA e MONZÓN, 2002, p. 46).

As políticas públicas de economia social podem ser classificadas como políticas transversais ou setoriais (BAREA e MONZÓN, 2002), sendo que

6 Responderam ao questionário as seguintes comunidades autônomas: Andaluzia, Aragón, Astúria, Balears, Canárias, Cantábria, Castilha de la Mancha, Castilha-León, Catalunha, Comunidade Valenciana, Extremadura, Galícia, Madrid, Múrcia, País Vasco, La Rioja.

as primeiras podem ser direcionadas ao fomento tanto da oferta, como da demanda. Quando assumem o fomento à oferta, estas políticas agem sobre a estrutura das organizações da economia social; são elas:

- Medidas institucionais: reconhecimento da economia social como ator/ agente privado; reconhecimento da liberdade desse ator para atuar nos distintos setores econômicos; eliminação de empecilhos jurídicos; reconhecimento da economia social, tanto como ator possível de usufruir da aplicação das políticas públicas, como participante da elaboração das mesmas políticas;
- Medidas financeiras: mudanças na regulação direcionada a reduzir os custos dos fatores produtivos (capital e trabalho) e a melhorar o acesso ao financiamento privado; orçamentos públicos para a promoção da economia social.
- Medidas de apoio com serviços reais: existência de organismos públicos de apoio à economia social com serviços – informação, formação, criação de redes, assessorias técnicas e comerciais, pesquisas.
- Medidas de natureza cognitivas: criação de um clima de aceitação pública sobre a economia social; inserção da economia social nos programas de formação do sistema educativo, nos diferentes níveis e nos programas públicos financiados por fundos públicos.

No caso de assumirem o papel de fomento à demanda, as políticas transversais agem sobre as atividades das organizações de economia social, tais como: as medidas destinadas a promover a melhoria da acessibilidade da economia social enquanto clientes (direto e indireto) das Administrações Públicas; a redução das exigências financeiras no acesso às contratações públicas; a preferência por instituições da economia social, caso haja empate entre estas e as instituições privadas capitalistas nos processos de contratações públicas; a discriminação positiva em favor da economia social nas contratações públicas, entendendo seu importante papel para a inclusão social; e, nos casos em que já houver as contratações públicas de instituições da economia social, as Administrações Públicas devem agir no sentido de não prejudicar econômica e financeiramente as instituições da economia social, promovendo corretamente os pagamentos, mantendo estabilidades de contratos e convênios, e, quando possível e necessário, adiantamento de pagamentos (BAREA e MONZÓN, 2002).

No que se refere às Políticas Setoriais, seu foco é “incidir sobre uma dimensão determinada da realidade socioeconômica, por exemplo, a política agrária, a política de emprego, a política habitacional, a política educativa, a política regional, etc.” Ou seja, diferentemente das políticas transversais, as setoriais agem de maneira localizada, buscando focar um determinado setor da economia social. Por exemplo, as políticas de emprego podem ser voltadas à criação e estabilização do emprego na economia social, ou à formação dos trabalhadores dessas instituições, etc. (BAREA e MONZÓN, 2002).

É importante ressaltar que, a partir da década de 1980, foram dados passos importantes para a construção do marco jurídico da economia social na Espanha, que contou com os avanços das comunidades autônomas, uma vez que elas foram a vanguarda da criação dos seus marcos-jurídicos (como por exemplo, a criação das leis de cooperativas de Euskadi, em 1982; da Catalunha, em 1983; da Andaluzia, em 1985; da Comunidade Valenciana, em 1985; e de Navarra, em 1989). No âmbito federal, a Lei Geral de Cooperativas (1987) adaptou a realidade das cooperativas à estrutura do Estado daquele momento, além de contemplar a situação socioeconômica em que as cooperativas estavam inseridas, introduzindo novidades, “especialmente com uma concepção mais nítida da cooperativa como empresa”. Para Barea e Monzón (1992, p. 155), esse feito contribuiu para reforçar “os instrumentos de capitalização da sociedade, incrementando a dotação de reservas e introduzindo a figura dos associados” no debate.

Finalmente, em 2011, foi aprovada a Lei 5/2011 que criou o marco legal nacional para a economia social na Espanha⁷. O principal objetivo da lei foi dar um marco jurídico à economia social, a fim de proporcionar-lhe melhor reconhecimento e visibilidade. Com isso, “reconhece-se como tarefa de interesse geral, a promoção, estímulo e desenvolvimento das entidades da economia social e de suas organizações representativas”, entendendo a importância de haver “interlocução dos poderes públicos com as organizações que representam as distintas entidades que compõem a economia social” (ESPAÑA, Ley 5/2011; FAJARDO, 2012). Esse conjunto de princípios é apresentado no artigo quarto da Lei e são marcos orientadores para a economia social, conforme seguem:

7 As Legislações espanholas têm o papel de criar o marco legal da economia social no país, estabelecer as normas para o desenvolvimento e fomento às entidades. Porém, não são elas que, necessariamente, criam as ações de fomento, uma vez que algumas ações existem antes mesmo das leis.

a) Primazia das pessoas e da finalidade social sobre o capital, o que se concretiza por meio da gestão autônoma e transparente, democrática e participativa, que leva a priorizar a tomada de decisões mais em função das pessoas e suas contribuições de trabalho e serviços prestados a entidades ou em função da finalidade social, que em relação a suas contribuições ao capital social. b) Aplicação dos resultados obtidos da atividade econômica principalmente em função do trabalho aportado e serviços ou atividades realizadas pelas sócias e sócios ou por seus membros e, se for o caso, para a finalidade social do objeto da entidade. c) Promoção da solidariedade interna e com a sociedade que favoreça o compromisso com o desenvolvimento local, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a coesão social, a inserção de pessoas em risco de exclusão social, a geração de emprego estável e de qualidade, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional e a sustentabilidade. d) Independência com relação aos poderes públicos (ESPAÑA, 2011, Ley 5/2011, Art. 4º).

Além de apresentar os objetivos e o entendimento sobre o conceito de economia social (artigo 2º), a Lei regula ainda: seu âmbito de aplicação (artigo 3º); as formas de organização e representação (artigo 7º); o estímulo à difusão e fomento à economia social (artigo 8º e 9º). Os atores da economia social são citados no quinto artigo, são eles: cooperativas, mutualidades, fundações e associações que realizam atividade econômica, sociedades laborais, empresas de inserção, centros especiais de emprego, confrarias de pescadores, sociedades agrárias de transformação, e demais entidades criadas a partir dos princípios da economia social, listadas no catálogo de entidades da economia social (ESPAÑA, 2011; FAJARDO, 2012).

No caso da economia solidária no Brasil, nem o intenso processo responsável por sua expansão, durante as décadas de 1980-90, foi suficiente para acarretar o apoio institucional necessário das distintas esferas do Estado brasileiro (FREITAS, SANCHEZ e NEVES, 2016). Assim:

- As primeiras políticas públicas de economia solidária mais estruturadas surgem a partir de experiências de governos municipais no final dos anos de 1990, quando algumas prefeituras, particularmente

de cidades onde partidos políticos do então chamado “campo democrático e popular” ganharam as eleições, passam a desenvolver ações de apoio e fomento à economia solidária e criam estruturas próprias no interior dos governos para apoiar este setor. Criadas a partir das demandas e reivindicações dos movimentos de economia solidária, geralmente estas políticas públicas municipais de economia solidária estavam vinculadas às recentes secretarias municipais de trabalho ou nas tradicionais secretarias municipais de assistência social (FREITAS; SANCHEZ; NEVES, 2016, p. 04).

Portanto, a inserção da economia solidária no âmbito das políticas públicas data do início da década de 1990, com o apoio de alguns governos municipais. No final dessa mesma década e início da década seguinte, as ações dos municípios se ampliaram, uma vez que, percebendo que essas iniciativas poderiam ser uma importante alternativa de geração de trabalho e renda, outras administrações públicas municipais passaram a incentivá-las. Em comum, existe o fato de esses governos terem sido administrados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Dentre os governos municipais pioneiros na atuação com a economia solidária, estão: “Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Recife (PE), Belém (PA), Campinas (SP), Santo André (SP), São Bernardo (SP), São Carlos (SP)” (FREITAS, 2012, p. 62).

É importante destacar que a maneira como essas políticas foram estruturadas em cada município dependeu das diferentes visões sobre o tema e também dos arranjos políticos locais realizados. Sendo assim, elas aparecem alocadas em diferentes secretarias municipais – nas secretarias de trabalho e desenvolvimento econômico, secretarias de assistência social (FREITAS, 2012) – e, especialmente, nas secretarias de meio ambiente, nos casos dos EES de coleta seletiva.

No que se refere à atuação dos governos estaduais, o pioneirismo de deveu ao governo de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul (1998-2002), com a criação do Departamento de Economia Solidária, na Secretaria do Desenvolvimento (SEDAI), para apoiar as atividades de economia solidária naquele Estado.

Em 2010, cerca de 180 municípios e 14 Estados brasileiros possuíam algum tipo de política de economia solidária “segundo dados da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária” (DUBEUX *et al.*, 2011, *apud* FREITAS, 2012, p. 62).

Freitas, Sanchez e Neves (2016) destacam que o “fortalecimento e construção de uma identidade comum” no movimento da economia solidária foi um fator importante para a inserção do tema no escopo das políticas públicas federais. Nesse sentido, vale destacar as discussões ocorridas no Fórum Social Mundial, no ano de 2001, por meio do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária. A reunião desse GT deu impulso à convocação para a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, para 2002, após a eleição do governo Lula, a fim de discutir sobre o fortalecimento da economia solidária e sobre a inserção do tema no âmbito das políticas públicas do governo federal.

Dessa plenária resultou a elaboração de uma carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, que foi “assinada por mais de 200 entidades, dirigida ao presidente eleito [Lula da Silva], solicitando a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no interior do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)” (FREITAS, SANCHEZ e NEVES, 2016, p. 9; grifos nossos). E em 24 de junho de 2003, atendendo à solicitação do movimento de economia solidária, o presidente criou a SENAES, e nomeou o professor Paul Singer para comandar a secretaria, dando início à inserção da economia solidária nas políticas públicas federais⁸ (FREITAS, 2012, p. 65).

A SENAES está alocada no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) e, em 2016, no âmbito dos cortes e reformas conservadoras e antissociais promovidos pelo governo de Michel Temer (que assumiu a presidência da República após o impeachment de Dilma Rousseff), a SENAES foi rebaixada à categoria de Subsecretaria. Alguns meses antes, Singer havia deixado o cargo de Secretário.

Desde sua criação, a SENAES tem sido o principal órgão do Estado responsável pela economia solidária, comandando os mais importantes programas e ações para o conjunto da economia solidária no Brasil, por meio de chamadas públicas e editais que contemplam desde a formação em economia solidária, até a aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios para o funcionamento dos EES. Contudo, é possível encontrar ações de apoio à economia solidária pulverizadas em outros ministérios e organismos do governo federal, tais como: Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério

8 Singer já figurava como um dos principais nomes da militância da economia solidária, abordando o tema sob uma perspectiva teórico-conceitual.

de Ciência e Tecnologia; Ministério do Turismo; Ministério da Pesca e Aquicultura; dentre outros.

É importante destacar também que, embora já tenha se passado mais de 14 anos desde a criação da SENAES, e mais de três décadas desde o surgimento das iniciativas de economia solidária, o Brasil não conta, ainda, com uma legislação própria, que abranja e dê conta de toda a complexidade da economia solidária. A legislação mais abrangente data de 1971 e nada tem a ver com a economia solidária, uma vez que as cooperativas tradicionais para quem esta lei foi feita são, na sua maioria, cooperativas do agronegócio, que não pactuam dos princípios e valores da economia solidária, e possuem uma organização interna muito mais parecida com as empresas capitalistas, que com os EES.

O avanço mais recente no sentido de construir um marco legal para a economia solidária no Brasil se deu com a aprovação da Lei 12.690/2012, que estabelece as diretrizes para o funcionamento das Cooperativas de Trabalho (BRASIL, Lei 12.690/2012). E mais recentemente, em 31/08/2017, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4685/2012 que, finalmente, se propõe a criar a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária (BRASIL, Projeto de Lei 4685/2012).

É importante assinalar, ainda, que o montante de dinheiro destinado ao apoio e fomento à economia solidária pelas políticas públicas, tanto no âmbito do governo federal, como estaduais e municipais, ainda tem sido insuficiente para promover a economia solidária no Brasil, ou seja, não atende às reais necessidades dos EES, especialmente no que se refere às necessidades de aquisição de itens materiais, como: compra ou aluguel de prédios para o funcionamento dos EES, de máquinas e equipamentos, de matéria-prima e para pagamento de fornecedores; dentre outros.

Para finalizar, é importante destacar que as discussões sobre as políticas públicas de economia solidária são bastante afetadas pela divergência de concepções e visões sobre o papel da economia solidária. Sendo assim, é possível encontrar diferentes diretrizes para essas políticas públicas, dependendo da concepção dos atores e/ou dos pensadores do tema.

Considerações finais

A economia social na Espanha e a economia solidária no Brasil guardam similaridades, mas também diferenças significativas. De maneira si-

milar, vemos que ambos os movimentos nasceram como ações coletivas, dos próprios trabalhadores, que buscavam solucionar seus problemas de desemprego e falta de renda. Além disso, eles buscaram inspirações no cooperativismo histórico, como na conhecida experiência da Cooperativa de Rochdale – especialmente no que se refere aos princípios norteadores das suas práticas, à negação do lucro e ao enfrentamento ao sistema capitalista de produção.

Porém, o cooperativismo histórico tinha uma clara tentativa de construir outra sociedade, como forma de se contrapor ao capitalismo, enquanto que nos dois movimentos atuais, vemos maneiras distintas de se manifestar com relação ao tema: a economia social na Espanha entende que as práticas internas dos empreendimentos (pautadas na gestão democrática e negação do lucro), e a preocupação com o entorno são os elementos mais importantes para a construção de um ambiente de trabalho mais justo, igualitário e sustentado e, com isso, um forma de enfrentamento ao sistema capitalista. As concepções sobre a economia solidária no Brasil se dividem em: um grupo que tem um posicionamento bastante similar aos pensadores espanhóis; e outro que defende que o real enfrentamento ao capitalismo e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária só pode ocorrer se, para além do ambiente interno dos EES, a autogestão se estender por toda a sociedade.

A questão das políticas públicas também é bastante distinta nos dois países: enquanto a Espanha já conta com apoio institucional melhor delineado, por meio das políticas públicas elaboradas desde as comunidades autônomas e no nível federal, e amplo conhecimento e apoio popular à economia social, no Brasil, embora haja grandes esforços dos atores da economia solidária, tanto o fomento das políticas públicas, como o apoio da sociedade ainda são bastante incipientes (no caso desta última, por desconhecimento da maioria da população sobre a economia solidária). A Espanha conta, inclusive, com uma legislação para a economia social, enquanto que no Brasil, essa legislação ainda não existe (existem apenas discussões e o projeto de Lei mencionado) e os apoios do Estado são pulverizados, escassos e insuficientes.

Além disso, na Espanha a economia social é vista como uma maneira alternativa de organização produtiva e do trabalho, enquanto que a economia solidária no Brasil é vista muito mais como uma política de combate à pobreza e não como uma forma alternativa de organização produtiva e social. Isso contribui para uma visão parcial, incompleta e preconceitu-

osa de que a economia solidária é alternativa para os pobres, que limita a participação de outros grupos sociais.

No entanto, se observarmos o fato de que a economia social na Espanha trilhou um longo caminho até chegar ao que é atualmente, e também se considerarmos as lutas e a organização das demandas da economia solidária, é possível crer que o Brasil trilha um caminho para a conquista de importantes vitórias para a construção da identidade do movimento da economia solidária, bem como a inserção das demandas desse movimento da agenda política do país.

Por fim, é importante salientar que ambos os movimentos têm muito a aprender um com o outro. Recentemente, pensadores espanhóis têm se voltado a entender sobre o debate da economia solidária, e de sua proposta de enfrentamento mais ostensivo ao capitalismo. Por outro lado, a experiência espanhola tem trazido importantes contribuições para o Brasil, no que se refere à sobrevivência dos empreendimentos em um ambiente de mercado. Essa pode estar sendo uma troca profícua, que trará vantagens de aprendizados e construções conjuntas de alternativas para ambos os países.

Referências

BAREA, J. T.; MONZÓN, J. L. C. **El libro blanco de la economía social en España**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

_____. **Informe de síntesis sobre la Economía Social en España en el año 2000**. España: CIRIEC, 2002.

_____. **Manual para la elaboración de las cuentas satélite de las empresas de la economía social: cooperativas y mutuas**. Liège/Bélgica: CIRIEC, 2006.

BRASIL. Lei 12.690, de 19 de Julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 Jul. 2012.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 4685/2012. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos

solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>. Acesso em: 15 Set. 2017.

ESPAÑA. Ley 5/2011, de 29 de Marzo de 2011. Ley de Economía Social. **Boletín Oficial del Estado [de España]**. Madrid/España, BOE n. 76, 29 de marzo de 2011. Sec. I. Pág. 33023-33033.

CARPINTÉRO, J. N. C.; BACIC, M. J. **Empreendedorismo e Desenvolvimento**. Trabalho apresentado na World Conference no Business Incubation. Rio de Janeiro, 2001.

CHAVES, R. Á.; MONZÓN, J. L. C. Economía Social. In: ARIÑO, A. (Org.). **Diccionario de la solidaridad**. Valencia: Tirant lo blanch, 2003; p. 187-197.

CHAVES, R. Á.; MONZÓN, J. L. C.; ZARAGOZA, G. P. La economía social: concepto macromagnitudes y yacimiento de empleo para el Trabajo Social. **Cuadernos de Trabajo Social**, v. 26, n. 1, p. 19-29. Fev/2013.

CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Campinas/SP: UNICAMP, 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. A acumulação solidária: os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital. **Revista Cooperación & Desarrollo**, Bogotá, n.99. pp. 101-121, 2011.

DAGNINO, R. P. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: _____ (org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. São Paulo: IG/UNICAMP, 2009. p. 73-112.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.

FAJARDO, G. G. El concepto legal de economía social y la empresa social. **GEZKI**, Valência/Espanha, n. 8, p. 63-84. 2012.

FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis, UFSC, 2005. 410 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filoso-

fia e Ciências do Homem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FREITAS, M. M.. **As políticas públicas de economia solidária no governo federal: 2003 a 2010**. 2012. 238 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração Economia Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FREITAS, M. M.; SANCHEZ, F. B.; NEVES, E. F. Políticas públicas em economia solidária: construção de conceitos e práticas coletivas. In: CORTEGOSO, A. L. et al. (Orgs.). **Economia solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão**. São Carlos: Edufscar, 2016, p. 173-191.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Revista Otra Economía**, São Leopoldo/RS, v. II, n. 3, 2ºSem. 2008.

MANCE, E. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Curitiba: Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), Dez/1998. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/rede.htm>. Acesso em 15 de maio de 2016.

_____. MONZÓN, J. L. C. Las cooperativas de trabajo asociado ante la reforma de los principios cooperativos. In: _____. **Las cooperativas de trabajo asociado en la literatura económica y los hechos**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989. p. 47-52.

_____. El cooperativismo en la historia de la literatura económica. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, CIRIEC-España, Valência/Espanha, n. 44, abril. 2003.

_____; CHAVES, R. A. **La economía social en la Unión Europea**. União Europeia: Comité Económico y Social Europeo. 2012. Disponível em http://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/ND_Economia-Social-na-Europa_CIRIEC.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2015.

MORAIS, L. P. **As Políticas Públicas de Economia Solidária: avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema**. Campinas: UNICAMP, 2013. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração Economia Social e

do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

NEVES, E. F. das. **Percepções sobre as contradições e dificuldades de inserção e sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária no mercado.** Campinas: UNICAMP, 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração Economia Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.** MTE, SENAES, 2006.

SINGER, P. Desemprego: uma solução não-capitalista. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, edição 32, Julho. 1996.

_____. Economia Solidária: um modelo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: INEP, 2005. p. 13-20.

A Experiência do Empreendimento Econômico Solidário COOPVILA da Vila Emater de Maceió

Uma análise do monitoramento do Projeto “Reciclar e Educar” no período 2013 a 2015

Ana Maria Rita Milani¹, Emanuel Lucas de Barros²

Resumo Este trabalho trata da experiência do empreendimento econômico solidário Cooperativa dos Catadores da Vila Emater em monitorar informações financeiras, de produção, comercialização e entre outros, durante a execução do projeto Coopvila: Educar e Reciclar de 2013 a 2015. Essas informações foram acompanhadas por um educador social durante dois anos, permitindo assim uma sistematização e análise sobre o empreendimento. A análise se dá através de uma abordagem da econômica solidária, onde podemos concluir que ocorreu um fortalecimento da autogestão da cooperativa, e ainda, melhorou-se as condições de trabalho dos cooperados da COOPVILA.

Palavras-chave Economia solidária; Cooperativismo; Catadores de materiais reciclados; Coopvila; Educar e reciclar.

Abstract This work deals with the experience of solidary economic enterprise Cooperative of Recyclers Emater Vila to monitor financial, production, marketing and among others, during the execution of Coopvila project: Educating and Recycle from 2013 to 2015. This information was accompanied by an educator social for two years, allowing for systematization and analysis of the enterprise. The analysis takes place via a joint economic approach where we can conclude that there was a strengthening of the cooperative self-management, and also was improved the working conditions of the cooperative COOPVILA.

Keywords Solidarity economy; Cooperatives; Collectors of recycled materials; Coopvila; Educate and recycle.

Resumén Este trabajo trata de la experiencia del emprendimiento económico solidario Cooperativa dos Catadores da Vila Emater en monitorear informaciones financieras, de producción, comercialización, entre otros, durante la ejecución del proyecto Coopvila: Educar

1 Doutora em Economia pela UFRGS - Professora Adjunta da Faculdade Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas. (FEAC-UFAL). Professora do Curso de Mestrado em Economia Aplicada (CMEA-UFAL). e-mail:amilani22@hotmail.com

2 Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Alagoas – elb.lucas@gmail.com

e Reciclar de 2013 a 2015. Esas informaciones fueron acompañadas por un educador social durante dos años, permitiendo así una sistematización y análisis sobre el emprendimiento. El análisis se presenta a través de la abordaje de la economía solidaria, en la cual se puede concluir que ocurrió un fortalecimiento de la autogestión de la cooperativa, y también, se mejoraron las condiciones del trabajo de los cooperados de la COOPVILA.

Palabras clave Economía solidaria; cooperativismo; Coopvila; Educar y Reciclar.

Introdução

A economia solidária é um modo de produção que surge devido às contradições do sistema capitalista e da impossibilidade deste de abarcar todos os indivíduos dentro das atividades econômicas: produção, distribuição e consumo. Podendo existir dentro do sistema vigente, mas que pretende se tornar um novo sistema econômico. Seus princípios são baseados em valores e na dignificação dos indivíduos, para tanto, faz-se necessária a igualdade dos sujeitos, tanto a igualdade de direitos quanto a econômica, tendo a autogestão como forma de organização do sistema dessa economia.

O sistema de produção capitalista carrega consigo contradições, como por exemplo, o desemprego, a desigualdade social, a miséria e pobreza extrema, permitindo aos indivíduos criarem mecanismos de sobrevivência que vão ao encontro das premissas do sistema vigente

A solidariedade e a autogestão são alternativas para os indivíduos que não conseguem se enquadrar no capitalismo. Assim, as empresas solidárias em que a propriedade dos meios de produção é coletiva, não há separação entre trabalho e posse dos meios de produção, há igualdade de voto entre os que trabalham e uma busca por melhores condições, fundamentada em valores e tem sido uma alternativa para os que de alguma forma não se enquadram, por não concordar com seus princípios ou por não ser aceito de alguma forma, nas empresas capitalistas que preveem a propriedade privada dos meios de produção e que apenas se interessa pela maximização do lucro.

Neste sentido, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) têm sido alvo de muitos debates e questionamentos sobre sua viabilidade financeira e forma de funcionamento, pois precisa enfrentar diariamente o dilema de ser um empreendimento que se propõe a construir um novo sistema econômico, mas que continua produzindo e comercializando dentro do sistema capitalista. A partir daí, surgem questionamentos como: uma

empresa solidária consegue sobreviver dentro do sistema capitalista sem romper com seus princípios? Mesmo este sendo um dos maiores dilemas da economia solidária, consegue-se perceber que, com o aumento do emprego da autogestão, houve uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores dos grupos solidários, contribuindo para o fortalecimento do empreendimento.

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a experiência do empreendimento solidário Cooperativa dos Catadores da Vila Emater durante a execução do projeto Coopvila: Educar e Reciclar de 2013 a 2015.

Assim, o trabalho está dividido em duas seções, a primeira discorre sobre alguns conceitos de economia solidária e como está inserida no Brasil, avaliando o aspecto do catador de materiais reciclados. Na segunda, há uma apresentação da história da Cooperativa dos Catadores da Vila Emater e, ainda, é apresentada a experiência de monitoramento de dados financeiros durante os anos de 2013 a 2015. Por fim, as considerações finais.

1. A economia solidária no Brasil

A economia solidária no Brasil está inserida no processo de subdesenvolvimento, diferentemente do contexto europeu no qual as iniciativas autogestionárias se tornam presentes em pleno desenvolvimento do capitalismo. Isto é, na Europa ocorreu dentro de fábricas/indústrias com o crescimento da exploração da relação de capital e trabalho, quando os operários foram submetidos a situações de subempregos e ao aumento da carestia. Por sua vez, o contexto do brasileiro vivenciou um processo de industrialização tardio, fazendo com que os empreendimentos solidários surgissem entre os trabalhadores do meio rural. Apesar dessa diferença, ambos os processos utilizaram a autogestão como forma de melhoria das condições de vida dos indivíduos. Esta característica também está presente no Nordeste e no estado de Alagoas.

Para podermos discutir acerca da economia solidária no Brasil, na região Nordeste e em Alagoas, faz-se necessário conceituá-la e diferenciar os empreendimentos que atuam de forma solidária das empresas de caráter mercadológico.

Ao longo do processo histórico de iniciativas autogestionárias, a economia solidária começou a se diferenciar e ganhar conceitos específicos

para sua maneira de organização do processo de produção, distribuição e consumo. Existem diferentes estudos sobre a definição de economia solidária. Para a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) a economia solidária é:

Compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária (ANTEAG, 2009 p. 17).

Paul Singer (2002, p. 10) amplia esta discussão sobre o conceito de economia solidária dando uma visão mais abrangente da problemática definindo-a da seguinte forma:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultando natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda [...].

Neste sentido, percebe-se que a economia solidária se diferencia da economia capitalista em dois grandes aspectos: propriedade e liberdade individual. O primeiro diz respeito a propriedade, no sistema capitalista a propriedade é individual, privada, por sua vez, no modo de produção solidário a propriedade é coletiva. Essa diferenciação irá resultar diretamente na forma de produzir, pois em um modo de produção no qual os trabalhadores são detentores dos meios de produção eles poderão definir em conjunto o que será feito com os excedentes da produção, podendo ser investido no próprio empreendimento e, ainda, ser dividido igualmente entre todos, empregando assim a autogestão. Nos empreendimentos capitalistas, nos quais poucos indivíduos são proprietários dos meios de produção, estes poucos são os responsáveis por definirem em que o excedente da produção será aplicado, sendo que, na maioria dos casos, nenhuma parte deste excedente vai para o trabalhador. Estes casos aplicam a heterogestão.

O segundo aspecto refere-se à liberdade individual, no sistema capitalista a liberdade concedida ao indivíduo não possuidor dos meios de produção é o de vender sua mão de obra, e os que são impossibilitados de fazê-lo, são excluídos do sistema, sendo obrigados a criar formas de sobrevivência através de subempregos, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis dos lixões. Na economia solidária, que tem como princípio a igualdade dos sujeitos, a liberdade individual é efetivada com a tomada de decisões coletivas, tendo todos os envolvidos os mesmos direitos: de participar, opinar, propor, votar e ser votado, etc.

Confirmando esta ideia a respeito do entendimento de economia solidária, Singer (2002, p. 9) explicita:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos.

As experiências de empreendimentos solidários foram e ainda são vivenciadas dentro do limite do sistema capitalista, sendo este gerador de desigualdade por meio do princípio da propriedade privada dos meios de produção, gerando competição entre os empreendimentos e indivíduos. Ou seja, há sempre vencedores e perdedores, melhores e piores. Portanto, neste contexto se faz necessária a presença do Estado como meio regulador das desigualdades. Mesmo assim, a implantação dos princípios da economia solidária está condicionada à transformação do sistema econômico vigente.

Assim, podemos definir a economia solidária como um modo de produção que surge devido às contradições do sistema capitalista e da impossibilidade deste de abarcar a todos os indivíduos dentro das atividades econômicas: produção, distribuição e consumo. Seus princípios são

baseados em valores e na dignificação dos indivíduos, para tanto se faz necessária a igualdade dos sujeitos, tanto igualdade de direitos quanto igualdade econômica, tendo a autogestão como forma de organização do sistema de economia solidária.

O quadro abaixo resume as principais diferenças entre as empresas capitalistas e as empresas solidárias.

Quadro 1. Empresa Capitalista VS Empresa Solidária.

Empresa Capitalista	Empresa Solidária
Propriedade privada dos meios de produção	Propriedade coletiva dos meios de produção
Separação entre trabalho e posse dos meios de produção	Nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção
Poder de mando concentrado nas mãos dos investidores	Voto igual entre os que trabalham nela
Busca por Lucro	Busca por melhores condições de trabalho, baseado em valores.

Fonte: Singer, 2002 - Elaboração própria.

A economia solidária no Brasil tem se consolidado através de diversos empreendimentos autogeridos por trabalhadores que encontraram nela uma solução para o desemprego e subemprego. Como demonstrado no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007 (BRASIL, 2009), 46,2% dos empreendimentos solidários brasileiro declararam que a motivação da criação do EES foi dar uma alternativa ao desemprego, e a região Nordeste apontou ser 42,56%, e dos empreendimentos que fazem parte do estado de Alagoas 73,37% declararam o desemprego como motivador da busca pela autogestão. Esses dados, especialmente para Alagoas que tem muitos empregos sazonais, demonstram a importância da economia solidária como forma de sobrevivência de diversas famílias.

Atualmente, no Brasil, ainda permanece a característica da maior parte dos empreendimentos solidários atuarem no meio rural, como demonstrado na tabela abaixo. O mesmo se segue para a região Nordeste, que apresenta 72,2% dos empreendimentos atuando em área rural, porém o estado de Alagoas foge um pouco desta realidade, e somente 44,6% dos empreendimentos apresenta atuação somente em área rural, o que pode ser motivado pelo grande êxodo rural ocorrido no estado na década de 1990, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2. Área de atuação do empreendimento (2013).

	Rural	Urbano	Rural e Urbano
Brasil	54,8%	34,8%	10,4%
Nordeste	72,2%	19,3%	8,5%
Alagoas	44,6%	26,3%	29,1%

Fonte: SIES, 2013. Elaboração própria

A organização em associação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) é a mais comum no Brasil, pois 60% dos empreendimentos se instituem com este formato, enquanto que somente 8,8% se organizam em cooperativas. Isto se dá, principalmente, devido aos altos custos envolvendo taxas e impostos para se fundar e sustentar uma cooperativa, em comparação com os tributos cobrados às associações, que são menores e envolve menos burocracia. Na região Nordeste, chega a 74,2% de associações, e em Alagoas somente 8,05% dos empreendimentos são formados por cooperativas.

Segundo o boletim informativo da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que publica dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) 2013, existem 646 empreendimentos econômicos solidários que atuam com coleta e/ou triagem de materiais recicláveis no Brasil. Em Maceió-AL encontramos três Cooperativas de Catadores que realizam estes dois serviços: 1) Cooperativa dos Recicladores de Alagoas (COOPREL) localizada na Av. Menino Marcelo, 6001, Antares, Serraria, e que conta com uma unidade filial no Conjunto Freitas Neto, s/n, Benedito Bentes II; 2) Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió (COOPLUM), situada na Rod. AL-101 Norte, Km 3,5, Jacarecica e 3) Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (COOPVILA), no seguinte endereço: Rua Livramento, s/n, Vila Emater, Jacarecica. Esta última, objeto de estudo do presente trabalho.

As cooperativas de catadores se enquadram como empreendimento econômico solidário, e de acordo com Singer (2002) merecem especial atenção devido à situação social imposta a seus membros, pois

[...]Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser, talvez, atividades criminosas e a mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclá-

vel. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. A única defesa é a *união faz a força*: a cooperativa. ... A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento de auto-ajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade catadores (SINGER, 2002, p. 89)

Estima-se que no Brasil existam mais de 100.000 catadores, sendo 70,5 mil informais e 30.390 organizados em cooperativas, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2008), porém este dado é contestado pela entidade da categoria, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Reciclados (MNCR), pois a pesquisa se baseia em informações geradas pelas prefeituras, que não teriam nenhum tipo de cadastro dos catadores. Percebe-se assim que a maior parte dos catadores de recicláveis não atuam dentro da economia solidária, mas dentro do mercado, submetidos a péssimas condições de vida, sem direitos ou amparo social.

De acordo com Julio Ruffin Pinhel (2013), há registros de pessoas que trabalham com reciclagem desde a I Revolução Industrial, e já no século XX, com o surgimento das gráficas, grande número de empresas trabalhando com a reciclagem do papel. Além disso, figuras como “garrafeiros” e “sucateiros”, que compravam ou trocavam objetos velhos ou danificados, há tempos permeiam os bairros e as vilas das cidades. Pinhel (2013), afirma ainda que, com o passar dos anos foi se modificando o perfil das pessoas que trabalham com este tipo de material devido ao aumento no consumo geral, especialmente de embalagens (descartáveis), concomitante ao crescimento das cidades e desigualdades sociais, levando ao surgimento de pessoas que encontrariam neste mercado um meio para sobreviver, catando recicláveis nas ruas sem necessariamente ter que pagar ou dar algo em troca.

O alto grau de obsolescência dos produtos leva mais rapidamente os consumidores às compras, e isto tem gerado uma questão importante: para onde vai a mercadoria já consumida? Em geral, o descarte feito pela população vai para a coleta de lixo comum, que é encaminhada para um lixão ou aterro sanitário, ocasionando graves problemas ambientais e de saúde pública, conseqüentemente, o aumento dos gastos públicos. Nesse sentido, os catadores vêm desenvolvendo um papel fundamental na sociedade, o de recolocar no ciclo produtivo os materiais por eles coletados,

diminuindo assim o “lixo” do meio ambiente e colocando-o de volta no ciclo produtivo, criando a chamada logística reversa.

Os catadores de materiais recicláveis trabalham em diferentes locais e de forma individual, encontramos-os principalmente nas ruas e nos lixões, e de forma coletiva em associações e cooperativas. Em Maceió, não sabemos a quantidade de catadores que trabalham de forma individual, até mesmo porque este pode ser um trabalho que sofre grandes flutuações devido à facilidade de entrada e saída. Em organizações, encontramos os catadores nas três cooperativas citadas acima. Há ainda, diversas associações de catadores em cidades do interior de Alagoas, como exemplo Arapiraca, Palmeira dos Índios, Coruripe e Delmiro Gouveia, porém ainda encontram dificuldades para o estabelecimento da autogestão e do trabalho coletivo.

Como já citado, nosso artigo tem foco na COOPVILA, que é formada por catadores de materiais reciclados, os quais trabalhavam no antigo lixão de Maceió. Estima-se que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento das atividades realizadas pelas cooperativas, a fim de estabelecer a relações entre os conceitos e práticas da economia solidária e o dia a dia dos empreendimentos.

2. Surgimento e caminhada da Coopvila: análise do monitoramento.

A COOPVILA é uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis localizada na Rua do Livramento, S/N, Vila Emater II, bairro Jacareica, Maceió-AL. É composta por 35 catadores do antigo lixão do bairro da Cruz das Almas, sendo 30 mulheres e 05 homens. Teve sua fundação em 06 de dezembro de 2008, porém alguns dos seus membros registram atividades ainda em 2001, com o apoio do Fórum Lixo e Cidadania, o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) quando ocorreram encontros com o objetivo de erradicar o trabalho infantil e encontrar formas de melhorar as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, em 2005 iniciou-se um trabalho por meio do Ponto de Cultura Guerreiros da Vila (CEASB/ Ministério da Cultura) o qual era voltado para o artesanato com um projeto de implantação de uma fábrica de vassouras ecológicas feitas com garrafas pet.

A COOPVILA encontra-se localizada em uma região que, com o fechamento do lixão, foi alvo de especulação imobiliária, pois passou a ser considerada uma “área nobre”, próxima ao oceano atlântico, oferecendo uma vista panorâmica do mar e da cidade. A proximidade com o *Shopping Center* e com as vias de ligação com o centro da cidade, além de ter áreas sem construções, reforçam essa especulação, surgindo o curioso fato de que barracos de lona e mansões dividem espaço em ocupações de terras do estado. Logo, evidenciam-se os barracos, construídos há anos por trabalhadores no limite com a área do antigo lixão, e as mansões, em lado oposto, próximas a ocupações mais recentes.

Inicialmente a cooperativa foi incubada pelo CEASB, tendo funcionado com pequenos núcleos produtivos e oficinas, como fabricação de vassouras com garrafas pet e serigrafia, no mesmo espaço também ocorriam as capacitações sobre cooperativismo. Posteriormente, conseguiu-se alugar um espaço próximo à Vila Emater II, local onde moram todos os cooperados, e foi recebida a doação de um caminhão para realização da coleta seletiva em edifícios e instituições públicas e privadas.

A Vila Emater II, também conhecida como “favela do lixão”, é uma comunidade que se formou no início dos anos de 1990 em um processo de ocupações de terras do estado. O nome da comunidade surge devido à proximidade com uma unidade da Emater, instituição de apoio técnico agrícola do estado de Alagoas. A maior parte de seus moradores é migrante de diferentes cidades do interior, em sua maioria expulsos por fazendeiros e usineiros movidos por transformações estruturais no setor sucroalcooleiro. Ao chegar a Maceió não conseguiram se enquadrar no mercado de trabalho formal e construíram barracos próximos ao lixão de Maceió, local onde passaram a trabalhar como catadores de materiais recicláveis. As famílias que lá residem não têm acesso à água encanada e aos demais serviços de saneamento básico, e se deslocam para outros bairros em busca de educação e saúde. Atualmente, a Associação dos Moradores da Vila Emater II (ASMOVE) conquistou do estado uma área de 51.410,71 m², parte desmembrada da área conhecida como Campo das Palmáceas, pertencente ao estado de Alagoas, para poder construir casas para os moradores por meio do programa do Governo Federal “Minha casa, minha vida”. Porém, a área é constantemente invadida por “grileiros” que falsificam documentos para tomar posse de terras pertencentes ao poder público ou de terceiros.

O processo de fechamento do lixão de Maceió se deu a partir de intensivas campanhas pela erradicação do trabalho infantil e dos lixões, bem como negociações por um programa municipal de inclusão social dos catadores, que incluía a luta por medidas de apoio às cooperativas de catadores formadas entre os anos 2001 e 2008. O estopim foi o atropelamento e óbito de uma criança que lá trabalhava, por um trator do lixão. O encerramento das atividades no lixão, em abril de 2010, atingiu cerca de quatrocentos catadores. A alternativa oferecida pelo poder público municipal para os catadores, que ficariam sem fonte de renda, foi a contratação de alguns catadores – cerca de 50, todos do sexo masculino – por empresas de coleta de resíduos, além da entrega de cestas básicas aos que eram cadastrados, na Vila Emater. Porém, diversas mulheres chefes de família ficariam sem ter de onde tirar seu sustento. Assim, a partir de um trabalho capacitação sobre cooperativismo e com a possibilidade de acompanhamento técnico, 40 catadores perceberam que a cooperativa poderia ser sua fonte principal de renda. Os demais catadores, que não foram contratados pelo poder público e não acreditavam na viabilidade da cooperativa, passaram a trabalhar individualmente, utilizando carroça na rua.

Neste sentido, a Coopvila surgiu para promover a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, tendo como princípio a preservação ambiental e a geração de trabalho e renda (COOPVILA, 2015). A cooperativa teve apoio direto de diversas instituições, que desenvolveram atividades antes mesmo de sua efetiva criação, bem como participaram ativamente da fundação desse empreendimento solidário, destacando o papel desenvolvido pelo Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB), instituição civil sem fins lucrativos e caracterizada como Organização Não Governamental (ONG) atuante nos estados de Alagoas e da Bahia.

Atualmente, o CEASB participa de conselhos e fóruns ligados à Economia Solidária e desenvolve projetos como: Rede de Adolescentes por uma Cidade Justa e Sustentável, Ponto de Cultura Guerreiros da Vila e atua como parceiro da Coopvila no Projeto Educar e Reciclar. Este último projeto é patrocinado pela Petrobras e visa a aperfeiçoar, a expandir e a buscar sustentabilidade econômica para a Coopvila, a partir dele surge o aperfeiçoamento das atividades de monitoramento de informações financeiras da cooperativa.

Além destes projetos desenvolvidos pelo CEASB para a cooperativa, outros também participaram da história da Coopvila, são eles:

- a) Catadores Vida e Cidadania (FNMA/CEASB), proposto para a realização de estudos, diagnósticos e mobilização dos catadores de materiais recicláveis, resultando no processo de capacitações e início de uma coleta seletiva;
- b) Criação de núcleos produtivos (CHESF/CEASB), concretizado no início da cooperativa, focalizando a confecção de materiais artesanais por meio de materiais recicláveis, como exemplo, fabricação de vassouras ecológicas feitas de garrafas pet e oficinas de serigrafia;
- c) Do Lixão da Emater a Coleta Seletiva (SEADES/FECOEP/CEASB), durante o fechamento do lixão ocorreram reivindicações dos catadores já organizados com o objetivo de conseguir recursos para a estruturação da cooperativa, com este projeto foi garantida a aquisição de equipamentos como prensa, balança e elevador de carga;
- d) Catando Cidadania (FBB/Coopvila), realizado com a aquisição de um veículo Kombi, capacitação de dois cooperados para tirar carteira de motorista categoria B e combustível por um ano.

Diante de todo esse processo histórico da Coopvila, foram vários os desafios enfrentados desde a criação até o processo de consolidação da cooperativa. Havia incerteza entre os catadores em relação ao fechamento do lixão, pois estes não acreditavam neste processo, devido ao recebimento de avisos pelo poder público acerca do encerramento das atividades, tendo descumprido a determinação várias vezes. A falta de estrutura física como um galpão ou terreno para armazenar o material reciclado proporcionava a incredibilidade no projeto, o pouco conhecimento em autogestão e o baixo nível de escolaridade entre os futuros cooperados eram apenas algumas das dificuldades encontradas para afirmação e consolidação do empreendimento. Porém, a confiança no trabalho coletivo para superar as dificuldades encontradas no dia a dia do catador do lixão, e a determinação em buscar melhores condições de vida foi categórica para que os catadores optassem em participar de oficinas e palestras sobre cooperativismo e autogestão. Isso subsidiou a criação da cooperativa e o andamento das atividades desenvolvidas, contribuindo em diversas áreas tais como, econômica, social, educacional, estrutura física, ambiental, interpessoal, artístico cultural.

A COOPVILA conta com 35 cooperados, como já foi exposto, destes, seis fazem parte da diretoria composta por: Presidente, Vice-Presidente, Se-

cretaria e vice e Tesoureiro e Vice, e as eleições ocorrem a cada três anos. Todos os cargos mencionados são compostos por mulheres. Além disso, a cooperativa designou algumas funções para os cooperados: vigilante, cozinheira, coletores e triadores. Este último com várias subdivisões. Há reuniões semanais da diretoria e encontros quinzenais com a presença dos cooperados, além de prestações de conta realizada mensalmente. Os encontros quinzenais e as reuniões gerais para prestação de contas mensal têm sido de grande importância para a vida da cooperativa, pois são nesses momentos que são discutidos os problemas do dia-a-dia e apresentadas as propostas de soluções, tomando as decisões coletivamente. Neste sentido, são divididos, entre todos os cooperados, os acertos e erros das decisões tomadas.

A cooperativa possui 144 parceiros, os quais se distribuem em 77 grandes geradores (empresas públicas e privadas, como exemplo, hospital, indústria, secretarias do Estado, supermercado, entre outros) e em 77 domiciliares (condomínios residenciais) que realizam a separação dos resíduos secos dos molhados, colaborando, assim, para a realização da coleta seletiva solidária feita pela COOPVILA. Para gerenciar a coleta nos lugares credenciados foram elaboradas seis rotas, sendo três para os grandes geradores e três para os domiciliares, de acordo com sua localização na cidade de Maceió. Para tanto, utilizam-se dois caminhões para a realização das coletas, sendo um destinado aos grandes geradores e outro aos domiciliares. Ambos fazem as mesmas rotas (Rota 1 – Jatiuca/Ponta Verde; Rota 2 – Pajuçara e Rota 3 – Farol), levando em conta os bairros, mas fazem destinos diferenciados, pois o responsável pela coleta seletiva domiciliar, segundo o Plano Nacional Resíduos Sólidos, é o poder público municipal, já o responsável pela coleta dos grandes geradores é a própria empresa.

O controle da coleta é realizado por meio da lista de assinaturas dos parceiros, assim o motorista ou cooperado, no ato da coleta dos pontos já cadastrados, solicita ao porteiro ou responsável para assinar a lista que confirma a realização da coleta. Essa lista tem servido para alimentar o mural de controle da coleta. Além disso, tem sido estudada a possibilidade de implantar o controle de coleta por meio de rastreador GPS, em um sistema similar ao que é realizado pela coleta comum, porém o custo deste investimento é alto e sem o aporte financeiro do poder público é inviável sua implantação pela cooperativa.

Os materiais reciclados chegam à cooperativa a partir da coleta seletiva, realizada principalmente em três bairros de Maceió: Farol, Ponta Verde e Pajuçara, ou através da entrega direta de Material Seco Reciclável (MSR) na sede da COOPVILA. São desenvolvidas ações voltadas à educação ambiental nessas regiões para obtenção de “parceiros” que forneceram os MSR para a cooperativa. Neste sentido, os cooperados fazem visitas aos condomínios e às empresas em que desejam realizar a separação do lixo, para ensinar a fazê-la e combinar em quais dias será realizada a coleta. De segunda a sábado, quatro cooperados e dois motoristas contratados seguem viagem em busca dos recicláveis, as rotas de cada caminhão se dividem em: Parceiro Particular (Resíduo Sólido Comercial – RSC) e Parceiro Residencial (Resíduo Sólido Domiciliar – RSD). Ao voltar da coleta, os materiais são descarregados no pátio da cooperativa, por meio do portão 1, para a realização da triagem. Enquanto aguardam o término da construção do galpão de triagem, executam-na ainda no chão, em sistema de montes. A descarga é separada em dois locais próximos, um para descarga de papelão e outro para os demais MSR. Assim, ocorrem duas triagem: A) a primária (“triagem grossa”) na qual são triados, por três grupos de mulheres, os seguintes itens: a) Plástico duro; b) Plástico mole; c) Papel e papelão; d) Vidro; e) Metal e; f) Rejeito; e B) a triagem secundária (“triagem fina”), nesta o plástico duro é separado em: a) Cadeiras; b) PVC; c) Cacareco colorido; d) Cacareco branco; e) Bambonas e baldes; f) Fino branco; g) Fino colorido; h) Pet óleo; i) Pet azul; j) Pet Verde; k) Pet transparente; l) PP e; m) Soro. Estes últimos MSR são separados em sacolões, bags ou caixas e enviados para suas baías de armazenamento até serem prensados, com exceção da Cadeira e do PVC, e vendidos. Os papéis separados em: a) Papelão; b) Papel apara; c) Jornal e; d) Revista. Dessa triagem de papel, somente o papelão vai para a prensa antes da comercialização. Os metais são divididos em ferrosos e nobres, este último com classificação entre cobre e alumínio. Esse processo foi sintetizado na figura 1.

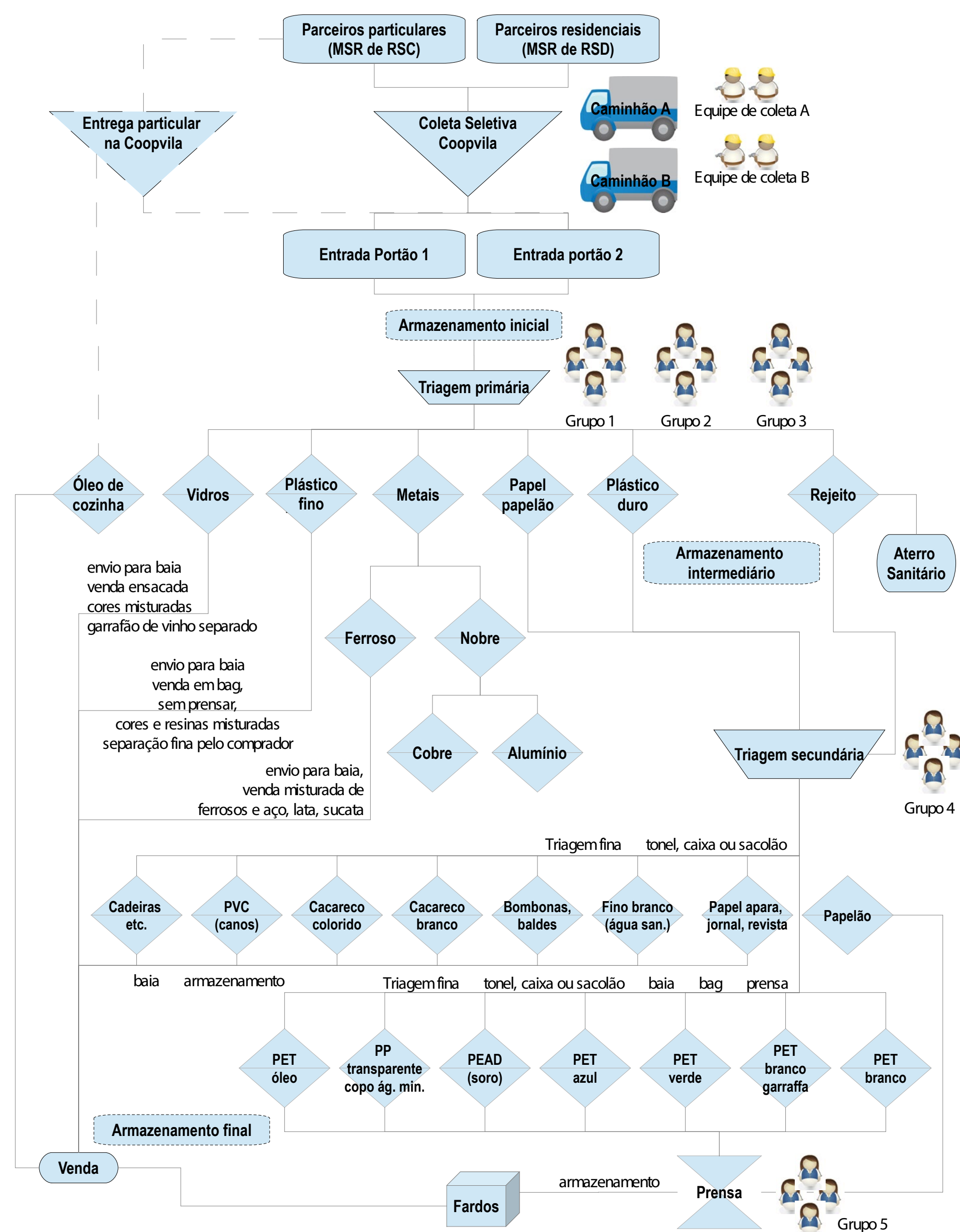


Figura 1. Fluxograma dos processos da coleta seletiva, triagem e comercialização da Coopvila. Fonte: COOPVILA, 2014.

A cooperativa tem comercializado uma média de 35,4 toneladas de MSR por mês, ou seja, 35,4 toneladas a menos no aterro sanitário, proporcionando uma vida útil maior ao mesmo. Essa quantidade, apesar de parecer pequena, ocupa um grande volume, diferente do lixo molhado. Por isso, a comercialização de MSR contribui para a diminuição de gastos públicos com limpeza urbana. Vale ressaltar que durante o período de setembro de 2013 a maio de 2015 evitou-se que 744,2 toneladas de MSR fossem parar no aterro sanitário, podendo assim voltar ao ciclo produtivo.

Foram encontrados muitos desafios para essa ação, pois toda a comercialização da cooperativa era feita com “atravessadores”, pessoas ou empresas que compram os materiais reciclados das cooperativas e organizam o processo de logística do envio destes materiais às fábricas e indústrias recicladoras. O grau de confiança dos cooperados nos atravessadores era tão alto que chegava ao ponto destes levarem o material reciclado da co-

operativa e apenas, posteriormente, avisarem os valores da pesagem, que ocorria em um lugar fora da cooperativa e sem o acompanhamento de nenhum membro.

Neste sentido, diversas rotinas foram sendo estabelecidas, como por exemplo, o estabelecimento dos responsáveis pela comercialização e fiscalização da pesagem dos produtos, registro diário das vendas, pesquisa de preço, cadastro dos clientes e prestação mensal de contas aos cooperados. Com isso, houve maior transparência nas contas da cooperativa, e ainda, a obtenção de melhores preços no mercado dos recicláveis. Outro fator importante ocorrido foi o cadastramento da cooperativa para o fornecimento de matéria prima para indústria de papel sem a figura do "atravessador", ou seja, a Coopvila passou a organizar, também, todo o processo de logística de vendas. Tentou-se, ainda, o cadastro em outros ramos, como exemplo o dos plásticos, porém a cooperativa não possui volume de produção suficiente para tanto.

A elaboração deste boletim permitiu a divulgação da quantidade de materiais reciclados pela Coopvila no ano de 2014, classificando-os por tipo de material, peso, valor, e o quanto cada item representou, percentualmente, para a cooperativa no ano, como demonstrado na tabela 3. A elaboração desse banco de dados, apresentado na tabela 3, permitiu a realização de uma reflexão sobre onde se encontra a principal potencialidade da cooperativa em termos de volume de produção, e ainda, quais os materiais que apresentam o maior valor agregado entre os MSR. Na classificação geral, os papeis tem sido os principais produtos em termos de volume, sendo responsáveis por 72,9% do total de comercialização da cooperativa em termos de peso (quilos), tendo o papel ondulado (papelão) como principal expoente desta classificação, porém, em termos financeiros, representa somente 47,7% dos rendimentos da cooperativa. Ao contrário dos metais, que em termos financeiros representa 12,1% da comercialização da cooperativa, enquanto em termos de quantidade representa somente 5,1% dos totais comercializados, sendo o cobre o principal responsável por isto, pois este é muito bem pago no mercado de recicláveis. No mesmo sentido, os plásticos apresentam um bom valor de comercialização se comparado ao peso, chegando a dobrar seu preço.

Tabela 3. Comercialização 2014.

COOPVILA – COMERCIALIZAÇÃO 2014 (não inclui vendas de produtos unitários)										
Classificação Geral dos Materiais Recicláveis		Peso (kg)	Peso (%)			Venda (R\$)	Valor (%)			
			Fração	Total			Fração	Total		
Papel	Papel Arquivo	89.283	25,9	18,9	72,9	21.573	26,6	12,7	47,7	
	Papel Ondulado	230.483	66,9	48,8		56.665	70,0	33,4		
	Jornal	1.428,16	0,4	0,3		388,9	0,5	0,2		
	Revista	23.480	6,8	5,0		2348	2,9	1,4		
	Total	344.674,16	100,0			80.974,9	100,0			
Plásticos	PET	10.758	14,5	2,3	15,7	11.039,7	18,2	6,5	35,7	
	PP	1.856	2,5	0,4		1566,4	2,6	0,9		
	OS	361	0,5	0,1		216	0,4	0,1		
	PEBD	37.154,86	50,1	7,9		28.643,6	47,3	16,9		
	PEAD	1.8917	25,5	4,0		15.949,5	26,3	9,4		
	PVC	5.088,5	6,9	1,1		3.147,65	5,2	1,9		
	Total	7.135,36	100			60.563,45	100			
Metal	Ferro sos	Aço	19.785,5	81,6	4,2	5,1	3.967,53	19,2	2,3	12,1
		Não Ferro sos	Alumínio	4.079,25	16,8	0,9		12.200,25	59,2	7,2
		Cobre	320,5	1,3	0,1		3.983	19,3	2,3	
		Metais Pesados	76	0,3	0,0		464,3	2,3	0,3	
	Total		24261,25	100			20.615,08	100		
Vidro		25500		5,4	5,4	3825		2,3	2,3	
Bateria		161		0,0	0,9	252,5		0,1	2,2	
Eletrônico		667,52		0,1		2.419,1		1,4		
Motor		3		0,0		21		0,0		
Gordura		3248,33		0,7		1.043,75		0,6		
TOTAL		472650,62		100	100	169714,78		100	100	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados empíricos da experiência do autor, 2015.

Assim, percebemos que ainda há a necessidade de mais equipamentos para agregar valor aos materiais recicláveis da cooperativa, especialmen-

te aos papéis, que apresentam volume suficiente aos exigidos para comercialização com indústrias. Atualmente a COOPVILA conta somente com uma prensa de 30 toneladas que contribui neste trabalho, mas tem realizado pesquisa de mercado para a obtenção de uma nova prensa e um triturador de papeis.

Com base no boletim de comercialização, podemos acompanhar mensalmente o volume financeiro e a quantidade de materiais recicláveis produzidos pela cooperativa, o que tem demonstrado uma evolução na comercialização, mas, principalmente, a flutuação de preços no mercado dos MSR.

O gráfico 1 compara a Receita da comercialização do material reciclado com a quantidade vendida no período em estudo. Assim, pode-se observar que no mês de 2014 a quantidade de materiais reciclados comercializados teve uma grande queda decorrente da não comercialização de papeis no período, devido a complicações com o comprador desse material, gerando uma crise nas vendas que durou até fevereiro de 2015. Além disso, houve também uma diminuição do preço de alguns plásticos, como o PET. Mesmo assim, percebe-se uma recuperação das vendas no período posterior, especialmente, por causa da comercialização do papel ondulado ter sido realizada diretamente com a fábrica, sem o intermédio do “atravessador”.

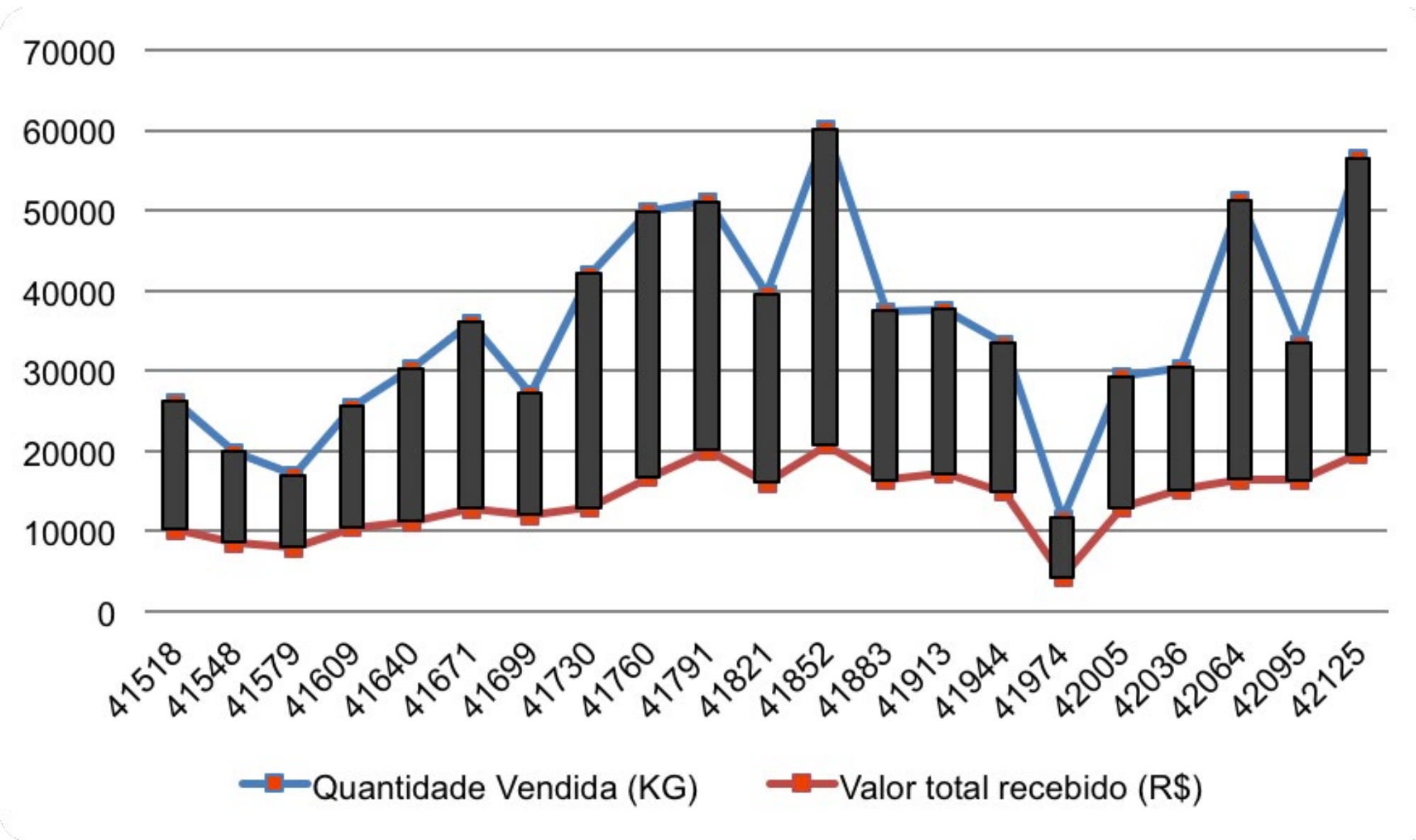


Gráfico 1. Comercialização: Quantidade x Valor Recebido 2013 a 2015. Fonte: Elaboração própria, com base em dados empíricos da experiência do autor, 2015.

Segundo depoimentos dos catadores, a primeira divisão do valor total recebido pela cooperativa foi em média trinta reais para cada cooperado. Com o desenvolvimento do projeto Coopvila “Reciclar e Educar”, o processo de controle foi aperfeiçoado e passou a subsidiar debates importantes sobre a renda dos cooperados. O boletim de renda, que é um dos instrumentos de controle, é preparado pela tesouraria da cooperativa.

A cooperativa utiliza de uma metodologia simples para a realização do rateio dos cooperados, a saber: após a comercialização do mês, que ocorre geralmente até o dia 05 do mês subsequente, subtraem-se as despesas correntes e o restante entra para a divisão que é proporcional ao número de dias trabalhados – a jornada de um dia de trabalho equivale a oito horas diárias. É utilizado, para tanto, a seguinte equação: $R_i = D_i \cdot (S/Dt)$, sendo:

- Renda do cooperado (R_i);
- Saldo do Mês (S) = Comercialização do mês – Despesas;
- Total de dias trabalhados da Cooperativa (Dt);
- Total de dias Trabalhados do cooperado (D_i).

Em setembro de 2013 existiam apenas 24 cooperados, que trabalhavam em média 180 horas mensais, ou seja, 45 horas semanais, e o rendimento médio bruto era de R\$ 338,92. Um fator muito importante e de destaque para Coopvila, é que todos os seus cooperados contribuem mensalmente com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), assegurando assim sua previdência social. No momento atual do projeto, a cooperativa encontra-se com uma renda média de R\$ 445,59, com 34 cooperados ativos e trabalhando uma média de 42,5 horas semanais. Assim, demonstra-se que mesmo com o aumento do número de cooperados e uma diminuição no número de horas trabalhadas, a renda tem aumentado significativamente, fenômeno que pode ser atribuído, embora em parte, a uma melhora na autogestão.

Verificando o rendimento individual dos cooperados, percebemos que há uma diferenciação significativa entre os cooperados que menos recebem e os que conseguem rendimentos maiores devido à presença regular na cooperativa. No mês de maio de 2015, por exemplo, a menor retirada foi de R\$ 222,87 e a maior foi equivalente a R\$ 503,88, ou seja, mais do que o dobro do valor recebido. Se compararmos esses dois extremos da renda no mês de junho de 2014, período em que alcançaram os maiores rendimentos na história da cooperativa, sendo o maior rendimento de R\$ 791,56 para os que não apresentaram faltas no mês, valor este quatro vezes maior do que a menor retirada, que foi de R\$189,89. Por essa grande variação de valor, para efeito estatístico, foi utilizada a renda mediana para demonstrar a evolução do rendimento dos cooperados durante os meses de setembro de 2013 a maio 2015.

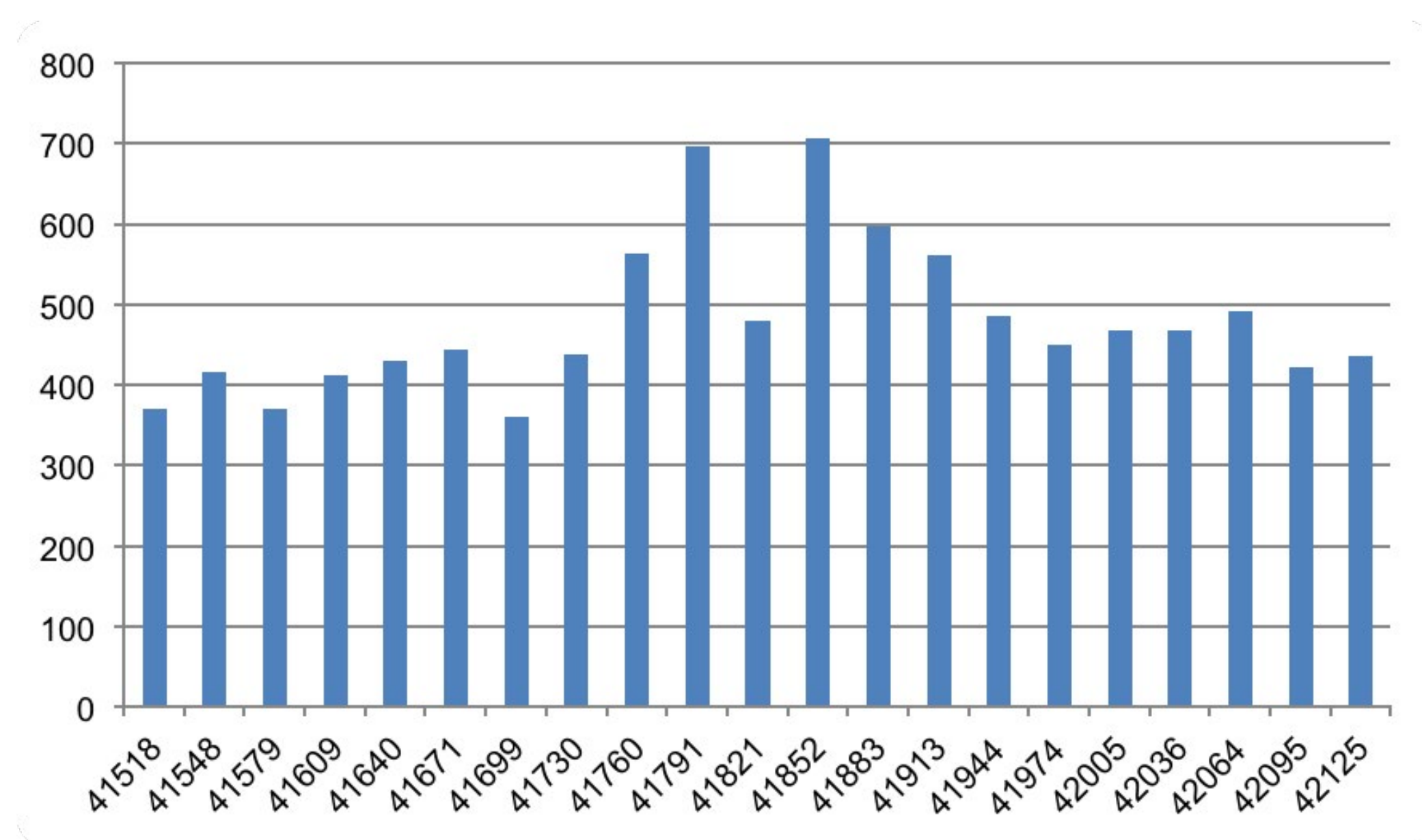


Gráfico 2. Evolução da Renda dos Cooperadores – 2013 a 2015. Fonte: Elaboração própria, com base em dados empíricos da experiência do autor, 2015.

Conforme apresentado no gráfico 2, percebe-se que, durante os primeiros meses de 2015, a renda não recuperou os números do período anterior, pois neste período ocorreram dois fatores que podem ter contribuído para isso: 1) baixa nos preços dos materiais reciclados e 2) início das obras do galpão de triagem.

O período anterior referido acima corresponde ao período de maio a setembro de 2014, no qual se visualiza um crescimento significativo em relação ao rendimento dos cooperados. Esse aumento do rendimento foi concebido por diversos fatores, sendo os mais importantes: o aumento do número de doadores de materiais recicláveis da cooperativa, a expansão do terreno que permitiu uma maior escala de produção, atividades promocionais como a semana do meio ambiente e, ainda, foram os períodos em que a cooperativa recebeu acompanhamento de um psicólogo especialista em mediação de conflitos, que trabalhou com ênfase no tema “ser cooperado”.

Com o aumento relativo no rendimento deste período, os cooperados ficaram mais solícitos a entrada de novos membros. Em novembro de 2014 ocorreu a entrada de quatro colaboradores. Esta atitude foi avaliada com muita cautela pelos membros da cooperativa, pois o período que corresponde a novembro de 2014 a março de 2015 foi muito difícil para a comercialização de materiais recicláveis, especialmente do papelão, como discutirei mais adiante quando for discorrer acerca do tema comercialização.

Fazendo um contraponto a isso, notamos que, apesar da diminuição na renda no intervalo de novembro 2014 a fevereiro de 2015, bastou a recuperação da comercialização dos produtos e a expectativa de melhor co-

mercionalização futura, bem como o aumento da capacidade produtiva da cooperativa com o término da construção do galpão, para que ocorresse em abril de 2015 a entrada de mais quatro cooperados.

Todos os clientes da cooperativa são cadastrados para poderem realizar as compras dos materiais reciclados. Como citado no ponto de comercialização, esse cadastro tem se expandido com a intenção de obterem melhores preços no mercado. As informações solicitadas para cadastro são: pessoa física: Nome, CPF, endereço, tipo de material de interesse, telefone e e-mail e para pessoa jurídica: Razão Social e Nome Fantasia, CNPJ, endereço, nome do responsável, telefone, e-mail. Os contatos são feitos mensalmente ou, quando necessário, com todos os clientes, de forma a pesquisar preços e volumes necessários. Atualmente, a cooperativa conta com um cadastro de 23 (vinte e três) clientes compradores de materiais reciclados.

Durante os meses de março, abril e maio de 2014 foi elaborada a pesquisa de prospecção, no intuito de aumentar seus parceiros para realização de coleta na região do bairro da Ponta Verde, Maceió-AL, com intuito de levantar informações para a expansão da coleta seletiva solidária. Foram levantados 505 endereços de edifícios, entre estes foram classificados como 447 domiciliares e 58 comerciais, em 39 diferentes ruas. Entre todos os entrevistados, 13 já participavam de algum programa de coleta seletiva com cooperativa de catadores, 10 demonstraram não se interessar em participar do programa e 482 demonstraram abertura para conhecer o programa. Neste sentido, a área demonstrou grande potencial para a expansão da coleta seletiva aplicada pela cooperativa, pois os 505 endereços representam um número bem maior de residências, porque todos os endereços domiciliares comportam mais do que uma residência, sendo o sistema de coleta verticalizada.

Considerações finais

A acumulação de capital tem gerado diferentes níveis de desigualdades, chegando ao ponto de muitos indivíduos sequer conseguirem se inserir no modo de produção capitalista, como é o caso dos catadores de materiais reciclados que optam por essa atividade por não conseguirem vender sua mão de obra no mercado formal de trabalho. Com isso, surgem novos sistemas de produção dentro do próprio capitalismo, um desses sistemas insurgentes é a economia solidária, que tem seus princípios baseados nos valores e na dignificação dos indivíduos.

As experiências de empreendimentos solidários foram e ainda são vivenciadas dentro do limite do sistema capitalista, sendo este gerador de desigualdade por meio do princípio da propriedade privada dos meios de produção, gerando competição entre os empreendimentos e os indivíduos. Ou seja, há sempre vencedores e perdedores, melhores e piores. Portanto, nesse contexto se faz necessária a presença do Estado como meio regulador das desigualdades.

Neste sentido, há uma grande necessidade do monitoramento de indicadores de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, como o desenvolvido na COOPVILA, pois se percebe um fortalecimento nas atividades administrativa, educativa, operacional e de comercialização desenvolvidas pela COOPVILA durante o período do projeto, expressado na melhoria da renda, expansão da comercialização, resultado das pesquisas de satisfação e expectativa, e ainda no aumento significativo de parceiros e convites para realização de palestras e ações voltadas para a educação ambiental.

Além disso, ocorreu também o fortalecimento do empreendedorismo e da autogestão da cooperativa, porém, ainda há muito a se avançar, pois a receita obtida com a venda dos materiais reciclados não cobre os custos operacionais da cooperativa, tampouco permite a obtenção de uma renda aos cooperados que se equipare ao salário mínimo. Para tanto, acredita-se que a conquista do reconhecimento do serviço público prestado pela cooperativa possa vir a gerar futuras contratações da mesma pelo poder público municipal e, assim, receber pelo serviço de coleta seletiva que atualmente é oferecido à população dos bairros Farol, Ponta Verde e Pajuçara do município de Maceió.

Com isso, estima-se que este estudo venha a contribuir com o trabalho dos catadores de materiais reciclados organizados em cooperativas e associações que pretendam implantar um sistema de controle e monitoramento das atividades desenvolvidas pela mesma, bem como subsidiar estudos nas áreas de economia solidária e de resíduos sólidos recicláveis.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005 – 2007** / Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG – São Paulo: Todos os Bichos, 2009. 66 pp. ISBN 978-85-60853-04-5.

_____. Sistema de Informações em Economia Solidária. **Atlas Digital**. 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em: 10 de jun. 2015.

_____. **Situação social as catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: Ipeia, 2013.

CARVALHO, C. P. de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

CEASB. **Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu**. Disponível em: <<http://www.ceasb.org.br/quem-somos/>> Acesso em 03 de abr. 2015.

COOPVILA. **Cooperativa dos Catadores da Vila Emater**. Disponível em: <<http://coopvila.com/>> Acesso em: 04 de abr. 2015.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Brasil: RocketE-diton, 1999. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf>> Acesso em: 06 de set. de 2015.

GAIGER, L. I. G. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, Salvador, n.39, p.181-211, jul./dez. 2003.

HOBBSAWM, E. Introdução. In: MARX, KARL. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5 ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: Economia solidária: volume I. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, p. 4 – 15. Disponível em:<<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>> Acesso em: 06 de set. de 2015.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar** / Karl Marx; introdução de Jacob Goren-der; traduções de Edgar Malagodi... [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2ª ed. Lisboa: Avant!, 1997.

PINHEL, J. R. (org.). **Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

QUANTO VALE ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Roteiro: Eduardo Benaim, Newton Cannito e Sergio Bianchi. Rio de Janeiro: Agravo Produções Ciematográficas, Riofilme, 2005. 1 DVD (104 minutos).

SANTANA JÚNIOR, G. **A economia solidária em face da dinâmica de acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?** 2007. 255f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** Economia solidária: volume II. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, p. 4 – 37. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf> Acesso em: 06 de set. de 2015.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos

Um estudo sobre a Feira Baiana

André Luis Ferreira da Silva

Resumo Este trabalho tem por objetivo identificar a natureza dos ganhos obtidos por membros de empreendimentos econômicos solidários que participaram das edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, além de propor uma relação entre a metodologia adotada pela gestão das feiras e a natureza desses ganhos. O ponto de partida traz dois pressupostos: 1) Um evento de natureza e fins diversos não gera somente ganhos financeiros aos seus participantes; 2) A metodologia de construção desse evento tem impacto na natureza desses ganhos. Esses pressupostos estiveram embasados pelo marco conceitual específico em que a economia é considerada a partir de uma pluralidade de princípios, além de abordar os ganhos dos empreendimentos econômicos solidários a partir de cinco diferentes dimensões. Assim, a abordagem da dimensão econômica mercantil está imbrincada com os aspectos políticos e sociais. Com base na caracterização da natureza de uma feira de economia solidária, da contextualização da metodologia de construção desses eventos, incluindo uma análise do evento da Bahia, foi construído um quadro analítico dividido em cinco dimensões: socioeconômica, sociopolítica, sociocultural, sociotecnológica e sociambiental. A partir dessa perspectiva, foram entrevistados os membros de empreendimentos econômicos solidários que participaram das edições realizadas entre 2007 e 2010. Com esse estudo, conclui-se que uma feira de economia solidária possibilita a geração de ganhos multidimensionais e, para tanto, a sua construção precisa estar orientada pela metodologia do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária.

Palavras-chave Pluralidade dos princípios econômicos; feiras de economia solidária; metodologia de feiras e ganhos multidimensionais.

Abstract This paper aims to elucidate the nature of the gains obtained by members of solidarity economy businesses that participated in the editions of the Bahia Solidarity Economy and Family Farming Fair, in addition to proposing a relationship between the methodology adopted by the fair's management and the nature of these gains. The starting point has two assumptions: 1) Financial gains to its participants are not the only outcome generated by an event of diverse nature and purpose; 2) The methodology used to build this event has an impact on the nature of these gains. A conceptual framework in which, economics is considered from a plurality of principles, while addressing the gains of solidarity economy enterprises from five different dimensions, were the basis for these assumptions. Therefore, the approach of the mercantile economic dimension is intertwined with the political and

social aspects. An analytical framework was constructed encompassing five dimensions, socioeconomic, sociopolitical, sociocultural, sociotechnological and socioenvironmental, which, had as a starting points, the characterization of the nature of a solidarity economy fair, the contextualisation of the methodology used to build these events, and the analysis of the Bahia event. Members of solidarity economy businesses that participated in the solidarity economy fairs carried out between 2007 and 2010 were interviewed. This study concluded that a solidarity economy fair generates a multidimensional gain and that, its construction needs to be guided by the methodology of the National Program of Support to Solidarity Economy Fairs.

Keywords Plurality of economic principles; solidarity economy fairs; fair methodology and multidimensional gains.

Resumén Este trabajo tiene por objetivo identificar la naturaleza de las ganancias obtenidas por miembros de emprendimientos económicos solidarios que participaron en las ediciones de la Feria Baiana de Economía Solidaria y Agricultura Familiar, además de proponer una relación entre la metodología adoptada por la gestión de las ferias y la naturaleza de esas ganancias. El punto de partida trae dos supuestos: 1) Un evento de naturaleza y fines diversos no genera solamente ganancias finas a sus participantes; 2) La metodología de construcción de este evento tiene impacto en la naturaleza de esas ganancias. Estos presupuestos se basaron en el marco conceptual específico en que la economía se considera a partir de una pluralidad de principios, además de abordar las ganancias de los emprendimientos económicos solidarios a partir de cinco diferentes dimensiones. Así, el abordaje de la dimensión económica mercantil está imbricado con los aspectos políticos y sociales. A partir de la caracterización de la naturaleza de una feria de economía solidaria, de la contextualización de la metodología de construcción de esos eventos, incluyendo un análisis del evento de Bahía, se construyó un cuadro analítico dividido en cinco dimensiones: socioeconómica, sociopolítica, sociocultural, sociocultural, sociocultural y sociambiental. A partir de esa perspectiva, fueron entrevistados los miembros de emprendimientos económicos solidarios que participaron de las ediciones realizadas entre 2007 y 2010. A partir de ese estudio, se concluye que una feria de economía solidaria genera ganancia multidimensionales y para tanto, su construcción necesita estar orientada por la metodología del Programa Nacional de Apoyo a las Ferias de Economía Solidaria.

Palabras clave Pluralidad de los principios económicos; Ferias de economía solidaria; metodología de ferias y ganancias multidimensionales

1. Introdução

Presente nos Anais das conferências de economia solidária, o apoio aos eventos ganham destaque pela sua importância para o fortalecimento da comercialização, da formação e da articulação das trabalhadoras e dos trabalhadores associados. Dentre os principais eventos destacam-se as feiras de economia solidária, que são realizadas com o intuito de

divulgar produtos e serviços, promover aproximação dos consumidores com os produtores, possibilitar articulação de redes dos trabalhadores associados, promover trocas de saberes e outros processos de formação e qualificação, bem como difundir o consumo consciente e sensibilizar a sociedade sobre esse outro modelo de economia. O espaço das feiras possibilita encontros que cooperam para um amplo fluxo de informações e de oportunidades às trabalhadoras e trabalhadores associados.

A importância das feiras foi reconhecida também por meio da criação do *Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária*, executado entre os anos de 2005 e 2008 com recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). Segundo o relatório de avaliação do programa (BRASIL, 2012), produzido pela SENAES, o objetivo foi contribuir para a visibilidade e promoção da comercialização dos produtos, bens e serviços dos empreendimentos econômicos solidários, além de estimular o consumo consciente e o fortalecimento das redes de empreendimentos.

Compreender a importância dos eventos de Economia Solidária como espaços de formação, de troca de saberes, de comercialização, de fortalecimento sócio econômico, articulação de redes de produção e consumo e de difusão do conceito de Economia Solidária, leva-nos a perceber aspectos importantes para a consolidação dessa outra economia, uma vez que atinge membros dos empreendimentos econômicos solidários – EES, que já atuam sob a lógica da solidariedade e da cooperação, bem como o público visitante que, apesar da lógica do individualismo e da competição arraigada na sua constituição cultural, podem acessar durante o evento, outras práticas que possibilitam a construção de relações mais justas e solidárias.

As edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, no período de 2005 a 2010, seguiram uma metodologia referenciada pelo Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária e promoveram a participação das mais diversas representações envolvidas no processo, além de uma programação que fomentou a comercialização, a formação, a divulgação e uma reflexão em torno do consumo e dos impactos ambientais gerados pela humanidade.

Portanto, a metodologia adotada na construção das feiras de economia solidária, em especial, na Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, difere em muitos aspectos da forma de gestão dos eventos realizados no âmbito empresarial, uma vez que a escuta das diversas par-

tes envolvidas e o caráter autogestionário do evento podem ter influência direta nos seus objetivos e resultados.

Assim como é fundamental caracterizar o evento, é importante destacar a natureza dos empreendimentos econômicos solidários, para buscar compreender os ganhos gerados/adquiridos nesse segmento. França Filho e Laville (2004) revelam cinco traços observados nesses empreendimentos, cuja natureza e origem dos recursos mobilizados refletem sua forma de gestão, a natureza das relações e sua finalidade. São eles: 1) pluralidade de princípios econômicos, 2) Autonomia institucional, 3) Democratização dos processos decisórios, 4) Sociabilidade comunitária pública e 5) Finalidade multidimensional. Tais características são indicativas de que para analisar aspectos como viabilidade, propósitos, bem como as perspectivas de ganhos a serem obtidos pelos empreendimentos durante uma feira, há que se considerar outras dimensões para além da econômica mercantil.

A partir das referências, foi construído um quadro analítico que embasou as entrevistas estruturadas realizadas com empreendimentos participantes e gestores que atuaram na Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar. O critério escolhido para definir os empreendimentos é o da participação em no mínimo três edições, no período de 2007 a 2010. Os empreendimentos escolhidos para a pesquisa e os seus nove membros estão no território da Região Metropolitana de Salvador, Portal do Sertão, Sertão do São Francisco e Sertão Produtivo. A escolha dos territórios se deu com o objetivo de não concentrar apenas em uma região do estado e buscar ouvir referências diferentes. Os gestores entrevistados foram o Superintendente de Economia Solidária que estava exercendo o cargo à época, bem como com o atual, que iniciou no exercício do cargo em 2011 e passou por todo o processo de mudança e extinção da feira. Foram realizadas entrevistas também com Lara Matos, que foi a Coordenadora de Formação e Divulgação da Sesol no período estudado e Tatiana Reis, coordenadora até o ano de 2016.

2. As feiras de economia solidária

As feiras de economia solidária se configuram como espaços de exposição e comercialização de produtos, porém, não estão restritas a essas atividades. Este espaço também se constitui pela realização de apresen-

tações culturais e artísticas da cultura popular, de informação e formação política em economia solidária, articulação de cadeias produtivas, bem como divulgação e estímulo do consumo ético, justo e solidário. (IMS, 2006). Portanto, esse espaço se configura pela diversidade de atores, encontros e atividades, que constituem um cenário capaz de promover dimensões econômicas, culturais e políticas. Um espaço que reúne representantes de empreendimentos econômicos solidários, representantes do Poder Público e entidades de apoio e fomento, além dos visitantes.

A natureza diversa das feiras está presente na conceituação trazida por AMORIM (2011):

As feiras se constituem em espaços para trocas solidárias de informações e de saberes; rodadas de negócios; apresentações culturais; avanço conceitual e difusão de uma economia centrada no cuidado e no respeito humano; bem como espaços de integração e articulação de EES, instituições governamentais e entidades de assessoria, apoio e fomento à economia solidária. (AMORIM, 2011, p. 8).

Diante dessa diversidade de acontecimentos, esses eventos também se configuram como uma das formas de organização do segmento, uma vez que a construção desses espaços já revela um processo coletivo onde é possível vivenciar os princípios e práticas dessa outra economia em diversos momentos. Portanto, o evento se configura como um espaço efetivo da comunhão entre teoria e prática, colaborando com um processo importante de transformação da sociedade, pois “Hoje vivemos um problema complicado, uma discrepância entre teoria e prática social que é nociva para a teoria e também para a prática.” (SANTOS, 2007, p. 20). Uma vez integradas, teoria e prática alicerçam o processo de transformação da sociedade.

2.1. O Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária

O Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, criado em 2005, apoiou eventos de organização da comercialização em feiras estaduais, nacionais e internacionais, muitas vezes denominadas “feiras em rede”. Esse programa contou com recursos financeiros da Ação de Promoção do

Consumo Responsável e Comércio Justo (PPA 2004/2007) e teve a execução garantida por meio de um diálogo entre o Departamento de Fomento (SENAES/MTE), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS).

Compreendendo a importância do programa, a complexidade em executar ações em diversos estados e municípios, além da pluralidade no arranjo institucional para assegurar uma boa estruturação e execução do projeto, a SENAES, o IMS e o FBES propuseram a criação dos seguintes documentos:

- Termo de Referência para servir como subsídio para apresentação das propostas para realização de feiras enviadas pelas respectivas comissões organizadoras;
- Modelo único de Plano de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiro para os estados enviarem suas propostas;
- Organização de um calendário nacional de feiras de economia solidária;
- Elaboração de identidade visual nacional;
- Produção de materiais promocionais, informativos e/ou pedagógicos sobre o tema;
- Distribuição da Campanha Nacional de Mobilização – economia solidária: outra economia acontece;
- Pesquisa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária (PAFES) composta por formulários para aplicação junto aos empreendimentos econômicos solidários (EES), expositores, entidades de assessoria e fomento e público visitante;
- Formulário de Sistematização da Feira com informações quantitativas e qualitativas;
- Presença do(a) interlocutor(a) estadual de feira que contribuiu com os processos locais.
- Além de promover:
 - Difusão do conceito de feira de economia solidária;
 - Acompanhamento e/ou articulação junto aos atores e atrizes envolvidos(as) para articular e/ou fortalecer a economia solidária.

Fonte: BRASIL, 2010.

Um momento de congregação entre diversos atores das mais diversas representações que atuam na economia solidária, as feiras têm uma característica bastante rica que é o espaço de debates que se constitui na sua construção. Ao verificar as características de uma feira de economia solidária, segundo o Termo de Referência do programa, percebeu-se a peculiaridade desse evento, conforme trecho a seguir:

- 1) Protagonismo dos empreendimentos na construção, divulgação, execução e avaliação da feira;
- 2) Espaço de exposição e comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos de economia solidária e da agricultura familiar;
- 3) Espaço para rodadas de negócios entre os expositores e os diversos compradores;
- 4) Espaços de formação e informação aos participantes dos empreendimentos por meio de oficinas temáticas;
- 5) Espaço de estímulo e divulgação do Consumo Responsável dos produtos e serviços em exposição;
- 6) Exemplo de inclusão efetiva de responsabilidade ambiental em todas as dimensões da feira;
- 7) Espaço de divulgação das ações das várias instituições (governamentais ou não) e grupos da economia solidária;
- 8) Espaço de difusão conceitual e filosófica da economia solidária para o público em geral;
- 9) Espaço para a realização de atividades artísticas e culturais por atores e atrizes oriundos dos movimentos organizados de cultura popular regional, economia solidária e agricultura familiar;
- 10) Espaço de realização de atividades de trocas solidárias com uso de moedas sociais;
- 11) Espaço de fomento e divulgação da organização de cadeias produtivas e redes de economia solidária e agricultura familiar;
- 12) Espaço de lazer e integração dos produtores e visitantes.

Fonte: BRASIL, Termo de Referência das Feiras.

As características listadas acima já revelam que não se trata apenas de um evento destinado à compra e venda de mercadoria, afinal, percebe-se

que a construção coletiva, o protagonismo dos empreendimentos, a promoção da difusão conceitual e filosófica, além da valorização da economia solidária e da agricultura familiar dão conta de promover outras dimensões para além da dimensão econômica do evento. Para confirmar essa multidimensionalidade, o Termo de Referência reafirma a importância estratégica de cinco dimensões: 1 - A dimensão econômica; 2 - A dimensão de fortalecimento da organização dos empreendimentos da Economia Solidária; 3 - A dimensão da divulgação; 4 - A dimensão de formação; 5 - A dimensão ambiental.

3. A Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar

A primeira edição dessa feira aconteceu em 2005, quando ainda não existia uma instituição no Governo do Estado da Bahia que tivesse a economia solidária destacada nas suas ações. Porém, já estava sendo executado pela SENAES o programa de apoio às feiras, e o evento da Bahia contou com aporte de recursos e suporte metodológico.

O ano de 2006, mesmo não fazendo parte do recorte do estudo, foi fundamental para revelar a importância das feiras de economia solidária. Durante a feira desse ano, o Fórum Baiano de Economia Solidária produziu uma carta contendo as propostas da sociedade civil, na qual representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, entidades de apoio e fomento, além de representantes de organizações não-governamentais registraram as diretrizes para a legitimação de um espaço da economia solidária na instância governamental. Nessa carta, produzida e entregue durante a feira, foram apontadas dificuldades da ordem da formação e qualificação, da comercialização e a necessidade de um marco legal que contemplasse as características das associações, cooperativas e grupos informais que produzem sob a lógica da autogestão e da solidariedade.

A demanda foi atendida em fevereiro de 2007, pelo governador recém eleito, Jaques Wagner, com a criação da Superintendência de Economia Solidária – Sesol no âmbito da reformulada Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. Tal estrutura, seguindo o exemplo do Governo Federal, além de estar contemplada na instituição que desenvolve a política para o trabalho, acompanhou a formatação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, com uma Coordenação de For-

mação e Divulgação, uma de Fomento e outra de Microcrédito e Finanças Solidárias.

A partir do ano de 2007 o apoio aos eventos de economia solidária passou a fazer parte das ações da Sesol, quando as edições da feira baiana passaram a contar com um aporte de recurso sistemático e crescente.

A figura abaixo demonstra a evolução dos investimentos no evento, desde 2006 até 2011:

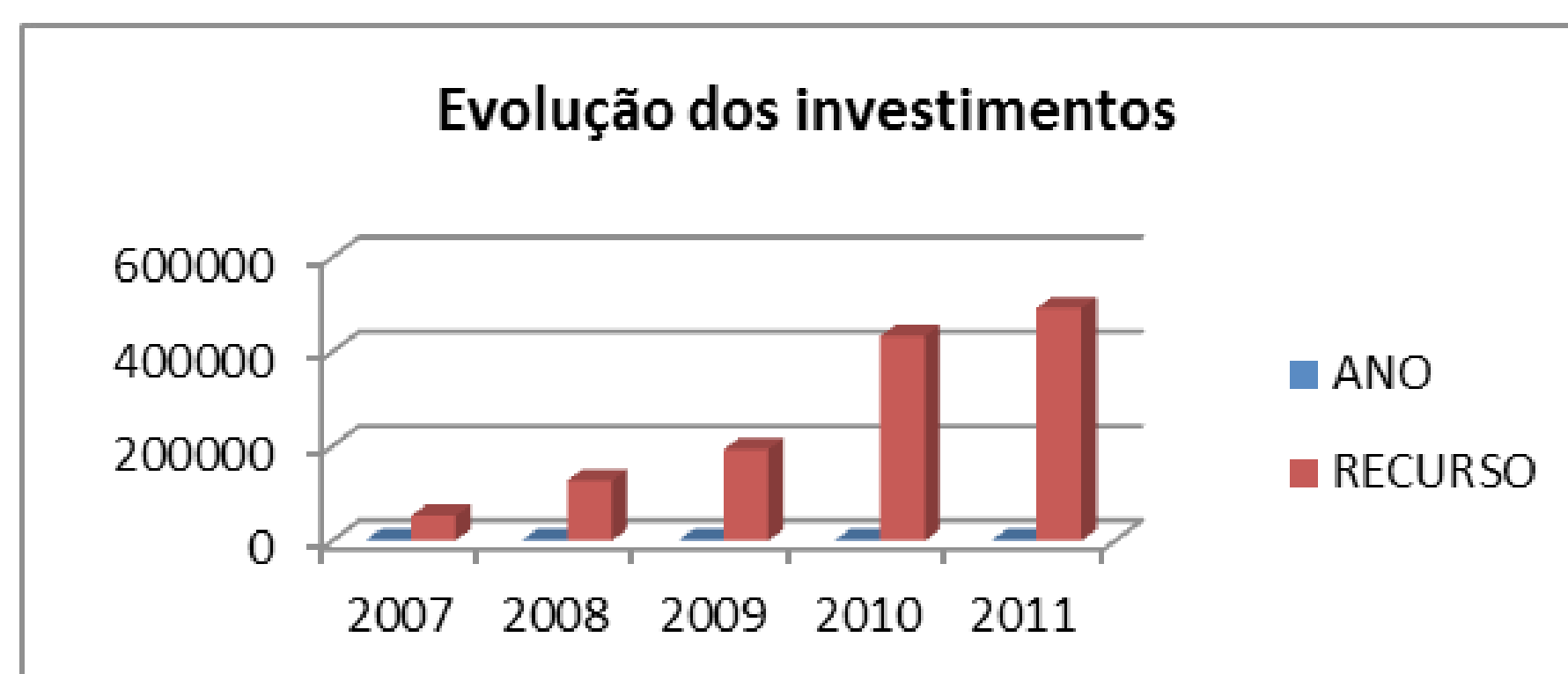


Figura 1. Evolução dos investimentos. Fonte: relatórios Superintendência de Economia Solidária.

Quadro 1. Investimentos da Bahia nas feiras

ANO	RECURSO
2007	R\$ 52.000,00
2008	R\$ 126.900,00
2009	R\$ 193.000,00
2010	R\$ 433.000,00
2011	R\$ 492.000,00

Ao conhecer o Estado da Bahia, com 417 municípios e 27 Territórios de Identidade, podemos compreender que apenas um evento durante o ano não atenderia à demanda real dos 1.611 empreendimentos registrados no mapeamento oficial. Vale destacar que o mapeamento não revela o número real de empreendimentos no estado, pois as etapas realizadas entre 2005 e 2007, bem como a segunda etapa, executada entre 2009 e 2013, tiveram algumas dificuldades tanto nas atividades de campo, quanto no tratamento dos dados.

Os esforços para gerar informações e sistematizá-las, são fundamentais para o reconhecimento da economia solidária no Brasil, uma vez que os dados auxiliam tanto no dimensionamento das iniciativas quanto na elaboração de instrumentos para a construção de políticas públicas. Po-

rém, não podemos afirmar que o mapeamento realizado até então revela o número real de empreendimentos, pois não se trata de um censo e não se propõe a identificar na sua totalidade, além das dificuldades encontradas na coleta das informações, exigindo um trabalho de crítica e validação. Como relata GAIGER (2014):

Há obstáculos inerentes à pesquisa de campo, compreensíveis diante do ineditismo dos mapeamentos e da sua complexidade operacional. Os instrumentos de coleta, além de múltiplos, no caso do segundo mapeamento são mais complexos, exigindo um tratamento redobrado, no sentido de depurar e validar a base de dados. (GAIGER, 2004, p. 18-19)

Diante dessa realidade, os gestores da SESOL avaliaram, a partir da escuta dos coletivos organizados e do fórum baiano, que a concentração dos recursos em apenas um evento não atenderia aos princípios de uma política pública que deve buscar contemplar a demanda do Estado. Diante dessa constatação foi lançado o Edital 04/2012 de Apoio às Feiras de Economia Solidárias com o valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), contemplando 10 (dez) projetos, sendo 2 (dois) para feiras estaduais e 8 (oito) para feiras regionais.

A importância dessa tentativa de interiorizar a política de apoio às feiras, foi confirmada pela entrevista realizada com o atual Superintendente de Economia Solidária:

(...) é preciso aprimorar e estamos fazendo isso. É tendo uma política mais descentralizada de realização das feiras. É compreensível que no início do movimento se investisse sempre numa grande feira, estadual, nacional, como estratégia de divulgação e de consolidação do movimento, mas como parte fundamental da atividade econômica, as feiras tem que acontecer na realidade é todo dia. *(Milton Barbosa, Superintendente de Economia Solidária, desde 2011 até o momento da pesquisa)*

No ano de 2013, contemplada pelo Edital 04/2012 – Setre, citado neste estudo, a União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES construiu o evento com a mesma metodologia e mesmo nome “Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar”, porém só foi possível realiza-lo no período de 04 a 07 de julho de 2013, deixando uma lacuna no ano de 2012.

3.1. Desafios e avanços

A Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, com sua referência metodológica e periodicidade, aproximou os atores da Ecosol na Bahia e promoveu um acompanhamento das iniciativas nos mais diversos territórios.

A construção do evento que, nas edições de 2006 a 2010 aconteceu no mês de dezembro, mobilizou os atores a partir do mês de fevereiro de cada ano, quando planejavam a mobilização de recursos em suas instituições e reuniam-se com outros parceiros para desenhar suas ações. O coletivo denominado Comissão Organizadora, iniciava suas atividades entre os meses de junho e julho, cujo objetivo era compartilhar suas iniciativas, identificar necessidades e planejar novas ações. Nesse momento, dividiam tarefas em subcomissões e inauguravam uma série de reuniões até o mês de dezembro. A Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar buscou seguir as orientações previstas no programa de apoio às feiras, executado pela SENAES e, assim, esteve pautada pela autogestão, sendo que desde a concepção à avaliação pós-evento buscava-se a participação de todas as representações.

Foi possível perceber como a autogestão e os princípios da cooperação estiveram presentes desde a concepção à execução do evento. Além disso, também foi perceptível a organização dos espaços de exposição, que na maioria das vezes era pequeno e precisava ser dividido por dois grupos, a gestão e o cumprimento da programação, a sistematização e no envio das queixas e sugestões à comissão organizadora. O ano de 2010 foi bastante simbólico para a compreensão acerca da importância da autogestão na construção e condução das feiras. A programação do evento já estava definida e a grade da formação também, inclusive com definição dos espaços. Ao perceber que na programação tinha poucas atividades de formação técnica, uma das integrantes do grupo propôs uma oficina, como afirma Tatiana Reis:

Eu lembro de uma das feiras que a gente organizou, em que o próprio empreendimento, na Mostra Nacional inclusive, uma pessoa do empreendimento, não lembro de que estado, fez uma proposta de uma oficina de bordado. Era alguma coisa ligada ao bordado ou costura, algum trabalho manual e foi a

oficina que teve mais demanda(...)" (*Tatiana Reis, atual Coordenadora de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária*)

Portanto, a proposta trazida pela integrante do grupo e acolhida pela Comissão de Metodologia e Formação, foi a atividade que teve maior número de participantes. O fato é que, caso o evento não fosse autogestionário, o espaço para fazer propostas de alteração na programação seria mais restrito. O reconhecimento e a luta pelos interesses comuns possibilitam avanços e transformações nas relações e nas construções coletivas. Como afirmam Faria e Novaes:

O Fortalecimento da identidade coletiva faz com que seus membros, reunidos nos organismos coletivos, identifiquem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. A criação espontânea substitui a subordinação passiva. (FARIA; NOVAES, 2001, p. 160).

Outro aspecto importante pôde ser percebido na infraestrutura, a partir da garantia da construção de espaços de formação com capacidade para abrigar todos os participantes. Os dias do evento foram marcados também pela troca de experiências entre participantes, a construção de articulações de redes, as ações destinadas à preservação do meio ambiente e o contato com manifestações culturais de diversas regiões do estado.

Uma concentração de experiências das mais diversas em apenas quatro dias de evento trouxe impactos sobre os atores envolvidos, como afirma Lara Matos "(...) a questão do conagraçamento, da festa, da celebração, é uma coisa que fortifica a sua prática, fortalece a sua prática, porque renova e reforça a sua prática e você volta pro interior, de fato empoderada". Afinal, a feira é também um momento de celebração e de reencontros, quando as trabalhadoras e trabalhadores podem se reconhecer na luta cotidiana e fortalecer seus sentimentos de pertencimento a um coletivo.

Apesar de destacar a feira como espaço de conagraçamento e de celebração, este estudo não pretende negar a importância dos ganhos econômicos financeiros. Ao visitar as críticas feitas pelo autor Henrique Welten, percebemos uma afirmativa sobre a economia solidária e a negação do mercado. Segundo o autor, "A mistificação está em achar que alguma parte do mercado, por mais isolada que seja, estará ausente de determinações capitalistas e, por isso, não subsumida à busca por lucratividade"

(WELLEN, 2012, pag. 303). A contribuição do autor é bastante importante, dada à hegemonia da lógica mercantil e, a partir dessa compreensão, é importante destacar a relação com o mercado, bem como a importância dos resultados das vendas e dos ganhos financeiros. Porém, mesmo pesquisando um evento denominado *feira*, o autor investigou a geração de outros ganhos.

4. A metodologia das feiras de economia solidária

Diante de um cenário de diversos eventos no Brasil, o FBES e a SENAES propuseram a criação de um programa capaz de aportar recursos financeiros de forma estruturada e planejada, capaz de mensurar os resultados e fortalecer a economia solidária (AMORIM, 2011).

Em 15 de julho de 2005, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, por meio da Diretoria de Fomento, lança o *Termo de Referência do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil*, cujo objetivo é:

[...] estabelecer diretrizes para a realização de feiras de economia solidária a serem apoiadas pela SENAES, contribuindo para afirmação de uma identidade nacional comum entre as diversas feiras que são realizadas no Brasil, no âmbito da economia solidária, bem como propiciar uma maior integração e sinergia entre estas diversas feiras. (BRASIL, 2005, p. 2).

Esse documento buscou orientar a seleção de projetos de apoio às feiras estaduais e trouxe tanto os *critérios exigidos* quanto *aspectos desejáveis*, o que nos indica a natureza das feiras.

4.1. A Bahia seguiu a cartilha, mas atendeu às suas peculiaridades.

Diante dos instrumentos criados a partir do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária e das orientações contidas neles, os atores envolvidos na construção das edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar buscaram cumprir o propósito de

promover a feira de economia solidária conforme a sua natureza. Ou seja, a construção coletiva, os processos autogestionários, a formação, a comercialização e outros importantes aspectos do evento foram as diretrizes que motivaram os trabalhos.

A experiência das feiras baianas investigadas por este estudo promoveu vivências que fortaleceram empreendimentos, pessoas, instituições e influenciaram na construção de políticas públicas. Como afirmou Tatiana Reis,

(...) este é um espaço permanente de articulação e quanto mais o movimento está fortalecido, isso interfere no fortalecimento da política pública. Então eu acho que a feira se torna um espaço estratégico importante pra política pública de economia solidária sim.

A confirmação desse aspecto diverso da feira é percebida também através da entrevista realizada, conforme trecho abaixo:

Na verdade a feira de economia solidária, desde sempre, tinha sempre dois objetivos principais. Primeiro objetivo era o mais corriqueiro, mais comum, que era a comercialização da produção dos empreendimentos e o segundo, ao meu ver, mais importante, que era a troca de experiências, as rodadas de negócios e na verdade a discussão do movimento de economia solidária como espaço de formação extremamente importante, pela troca das experiências vivenciais dos empreendimentos (...). (*Helbeth Lisboa de Oliva, Superintende de Economia Solidária no período de 2007 à 2011*).

Portanto é claro para grande parte das pessoas envolvidas que os propósitos de uma feira realizada conforme a metodologia estudada, vão além de vender produtos. Assim, os ganhos gerados por essas feiras precisam ser avaliados em diversas dimensões.

5. A natureza dos ganhos

Ainda que o *Termo de Referência das Feiras em Rede* indique como estratégicas as dimensões econômica, a do fortalecimento da organização dos empreendimentos, da divulgação, da formação e a ambiental, os apoiado-

res desses eventos ainda se utilizam de indicadores a partir do princípio econômico de mercado e o resultado das vendas parece ter mais importância sobre outras possibilidades de ganho.

O autor deste estudo pretendeu verificar ganhos para além do campo do princípio econômico mercantil, por meio da própria vivência durante as edições da feira e da compreensão de que, para perceber a economia acontecendo dentro de uma feira dessa natureza é preciso expandir a compreensão sobre economia. O erro está em igualar a economia geral humana à economia de mercado, afinal, o aspecto físico das necessidades do homem é inerente à condição humana e sendo assim, não pode haver sociedade que não possua algum tipo de economia substantiva. (POLANYI, 2012).

E as práticas econômicas verificadas durante as feiras são observadas a partir de seus princípios plurais, já que, durante os eventos, é possível perceber efetivamente os princípios da reciprocidade, a partir das trocas; da redistribuição, com a estrutura disponibilizada através da aplicação de recursos públicos; além da economia de mercado, a partir da venda de produtos.

Vale destacar que para verificar a natureza dos ganhos gerados a partir do evento estudado, foram abordados os aspectos econômicos e não econômicos, pois os princípios e práticas da economia solidária não se assemelham com os da economia capitalista e, sendo assim, é preciso considerar aspectos distintos.

O presente artigo avaliou os ganhos a partir das cinco dimensões abordadas por França Filho e Rosana Boullosa: socioeconômica, sociopolítica, sociocultural, sociotecnológica e socioambiental. Para avaliar a melhoria nas condições de vida dos membros desses empreendimentos, associado ao perfil ou à natureza do público e às próprias características do contexto, é insuficiente avaliar apenas os ganhos econômicos para uma apreensão completa de tais resultados. (Boullosa e França Filho, 2013)

5.1. Ganhos multidimensionais das feiras.

Apesar de trazer os estudos desenvolvidos por Boullosa e França Filho como base teórica para referendar a diversidade das dimensões a serem avaliadas, este trecho do estudo traz, além da experiência do autor, o resultado da pesquisa de campo, através das variadas entrevistas realizadas

com membros de empreendimentos que participaram do evento nas edições de 2007 a 2010.

5.1.1. Dimensão socioeconômica

O olhar a partir dessa dimensão buscou avaliar a geração de renda e a mobilização de recursos efetivada pelos empreendimentos durante o evento. Aqui, foram abordados aspectos relacionados à reprodução material, considerando comercialização, trocas e o próprio apoio do estado durante os eventos, refletindo sobre a capacidade dos participantes em gerar renda a partir da comercialização dos seus produtos, além da mobilização de recursos a partir de parcerias e articulações com outros parceiros, bem como a proposta de promover trocas entre empreendimentos participantes.

As vendas dos produtos foram bastante importantes para os empreendimentos, principalmente para aqueles que tinham dificuldades em acessar espaços de comercialização. Como afirma “Seu Agnaldo”:

É um meio de escoar, você tem onde escoar porque muita gente, muito artesão não tinha como escoar o produto, ficava mais em casa. (*Agnaldo Dias, CriArte, Salvador*)

Apesar do relato acima, foi possível perceber que os ganhos socioeconômicos, principalmente os ganhos dos princípios mercantis são os mais fragilizados durante as feiras, porém, além dos ganhos financeiros, é possível perceber também os ganhos a partir do princípio econômico da reciprocidade, quando das atividades de trocas.

Quando já não tinha mais expectativa de vender, fazia a feira de troca. A gente trocava um produto do nosso grupo, por um produto de outro grupo que nos interessava. Uma coisa maravilhosa assim, essa coisa da troca, porque a gente volta ao passado, como as pessoas faziam antes, quando não tinham muita comercialização. (*Selma Porto, AGESP, Palmas de Monte Alto*)

Selma Porto relata uma prática bastante comum nas feiras, principalmente no último dia, quando já estavam terminando as atividades da co-

mercionalização. Foram momentos de celebração a partir das trocas, quando as pessoas já estavam se despedindo e expressando sentimentos de gratidão e fortalecimento pra seguir trabalhando sobre os princípios da solidariedade.

A importância das trocas é trazida como prática inerente à economia solidária, a partir da afirmação de Dona Sueli Pereira “A gente fazia, porque a gente que faz a economia solidária, a gente fazia troca.”. Essa prática da reciprocidade surge como algo que é parte consciente do processo de constituição do segmento.

5.1.2. Dimensão sociopolítica

Nessa dimensão, buscou-se perceber o nível de articulação e autogestão do empreendimento durante o evento, quando observamos como seus representantes que participaram da feira se relacionaram com a sua natureza coletiva, se auto-organizando para participar das mais diversas atividades, bem como se foi possível aderir ou se associar às iniciativas como redes, fóruns e instâncias de articulação. Aqui, foi examinado o nível de participação de cada representante nas atividades, além da sua articulação com outros parceiros do poder público ou da sociedade civil.

Como já citado neste estudo, foi durante a feira do ano de 2006 que o Fórum baiano de Economia Solidária entregou um documento para o futuro Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, que assumiria no novo governo em janeiro de 2007. A partir desse documento com a sistematização das demandas do segmento, foi criada a Superintendência de Economia Solidária da Bahia, portanto, os ganhos nesta dimensão são facilmente mensuráveis.

A feira possibilita o encontro entre Estado e sociedade civil, quando em diversos momentos os empreendimentos estiveram com representantes do governo e puderam acessar a política pública.

A participação nas feiras, entendendo ser um espaço de encontro entre diversos atores, possibilita a articulação dos empreendimentos com outros parceiros, bem como, acessar políticas públicas. Dona Sueli Pereira, quando questionada sobre o apoio de outras entidades no período da feira, afirma “Ó, antigamente era muito bom. A gente tinha apoio assim da Cediter, era do Sebrae, apesar de não ter nada a ver, mas eles faziam feira e convidava.”

5.1.3. Dimensão sociocultural

Neste item, buscou-se observar se a participação no evento impactou nos sentimentos dos participantes, gerando a sensação de pertencimento ao evento e ao movimento de economia solidária, além dos sentimentos de cooperação e solidariedade, tanto quando se relacionam com os membros dos seus empreendimentos, quanto da relação com outras trabalhadoras e trabalhadores de outros empreendimentos. Observou-se também se a participação no evento promoveu aos participantes uma melhor compreensão sobre sua natureza, afinal, trata-se de um evento autogestionário e cada membro pode e deve auxiliar em todos os processos relacionados ao bom funcionamento dos espaços, programação, etc.

Doralice de Jesus, quando questionada sobre os impactos da participação nas feiras sobre a relação entre membros dos grupos, afirma “Até hoje nos estamos unidas graças a Deus. A gente ia e levava mercadoria, não só minha, por exemplo, levava do grupo”.

A entrevista com Dona “Conceição de Camaçari” revelou a diversidade de perfis e como o grupo se fortaleceu a partir das vivências nas feiras e da mudança de postura de alguns dos seus membros:

As vezes tem uma pessoa que é mais pacato e prefere ficar ali costurando seu pedacinho de pano, fazendo seu fuxico, emendando seu retalho, fazendo sua boneca. E já tem aqueles que interagem mais, que gosta de ir buscar, de procurar saber como faz pra participar. Então o grupo ficou mais forte, ficou mais confiante. (*Maria da Conceição, CASP, Camaçari – Ba.*)

Quando perguntado sobre o principal aprendizado da feira para os membros da CriArte, “Seu Agnaldo” afirma:

A colaboração entre si. Antes essa coisa de estar em grupo era aquele individualismo. Eu faço o meu, você faz o seu, depois a gente começou a se agregar mais e se unir muito mais. (*Agnaldo Dias, CriArte, Salvador*)

O depoimento acima revela uma mudança sociocultural bastante intensa no grupo.

5.1.4. Dimensão sociotecnológica

Neste âmbito foram observados os processos de geração, socialização e apreensão de saberes, sendo eles formais (em salas destinadas à formação) ou não formais, quando da própria participação na gestão do evento ou de processos durante o mesmo. Foi examinado também, se estes tiveram impacto sobre os participantes, bem como a sua influência sobre os processos produtivos dos empreendimentos.

A geração de saberes durante as feiras é bastante intensa e promove impactos em diversos campos, seja na comercialização e na relação com clientes, no campo ideológico, quando princípios e práticas da economia solidária são reforçados, ou no campo político, promovendo uma reflexão sobre a política pública e seu contexto.

A influência do aprendizado adquirido durante as feiras facilita o trabalho dos empreendimentos e fortalece a sua atividade. Quando questionada se a feira trouxe algum aprendizado, Dona Neura afirmou:

Trouxe muito né? Porque a gente fica assim, mais experiente, a gente aprende mais assim a trabalhar com o público né, isso divulga nosso trabalho, porque depois das feiras a gente já fez tantos clientes, porque o pessoal vê o trabalho da gente, aí pega *email* da gente, faz pedidos. As feiras são muito importantes para o contato da gente e pra divulgar nosso trabalho né. *(Neura Martins de Souza Alves, Grupo Neura Chique, Juazeiro – Ba)*

Nesse depoimento, é possível reafirmar também o aspecto da comercialização pós-feiras, porém o mais importante da dimensão sociotecnológica aqui tratada versa sobre o aprendizado no trato com os clientes.

Ainda sobre os saberes gerados durante as feiras, Magda, da Coopertane, traz um importante relato e revela como o planejamento para participar das feiras já gerou diversos saberes. Quando questionada sobre os aprendizados de uma feira, a entrevistada afirma:

Com certeza. Assim o saber, o entender que o espaço da feira é sem dúvida um espaço de formação. Pra além da comercialização é um espaço de formação. Por que? A gente se prepara e não é só chegar na feira. Tem que pensar: o que é que eu vou levar de produto? Quem vão ser as pessoas? Por mais que tenha aquelas pessoas que vão ser responsáveis por ficar na feira, sempre dizia:

quem puder e tiver disponibilidade pra ir participar das oficinas e das atividades, a gente sempre incentivava de mais pessoas irem. Não só as pessoas responsáveis, porque a gente tá lá pra atender os clientes, então tem que ser as pessoas que tem mais esse perfil dentro da cooperativa. (*Magda Souza de Almeida, Coopertane, Salvador – Ba*)

Outro importante relato é de Dona Mariza da Coopertane, no qual ela confirmou a diversidade dos saberes gerados, quando as discussões sobre cidadania e acesso a direitos foram aprofundadas durante a feira. Dona Mariza confirma ganhos na dimensão sociotecnológica:

Eu não tinha assim, conhecimento com os direitos das mulheres, eu aprendi na feira, porque quando começou logo, eu não tinha conhecimento “com” nada disso. Aí foi nas feiras que eu passei a me aprofundar mais nesses temas. (*Mariza Mendes da Silva, Coopertane, Salvador – Ba*)

Vale destacar que o conhecimento absorvido por *Dona Mariza* traz a possibilidade de gerar outro ganho no aspecto sociocultural, uma vez que, apesar de não ter sido captado por esta pesquisa, tem-se diversos relatos que versam sobre a libertação de mulheres que sofriam com a violência doméstica e que, a partir das discussões acerca do tema, passaram a tomar consciência dos processos vividos em seus lares e se libertaram.

5.1.5. Dimensão socioambiental

Este aspecto do estudo buscou observar como a dimensão ambiental foi percebida pelos participantes. Aqui vale destacar que este estudo partiu de um princípio de que o aspecto ambiental envolve a dimensão ecológica e a dimensão humana, assim, foi observada a importância dada aos impactos do evento sobre o meio ambiente (descarte de resíduos, redução no uso de descartáveis etc.), bem como na preocupação com as pessoas que estavam participando (saúde, bem viver etc.).

Dona Doralice revela uma mudança de hábito de todos os membros do grupo a partir das feiras, indicando a utilização de embalagens que proporcionam menor impacto ao meio ambiente:

Tanto que nós aprendemos que hoje nós nem trabalhamos mais com sacolas de plástico. Nós trabalhamos com nossa sacolinha de papel pra preservar o meio ambiente. Nós não trabalhamos mais com sacolas de plástico, é só nossa sacolinha de papel, não é? Então a gente aprendeu foi através da feira de economia solidária com certeza (*Doralice de Jesus, Associação dos Artesãos do Vale do São Francisco – AAVASF, Juazeiro – Ba*)

Como já citado neste estudo, a dimensão socioambiental foi trabalhada durante as feiras, porém, temos registros de alguns problemas acerca do tema, mesmo quando estamos tratando da compreensão de muitos participantes. O trecho abaixo traz uma situação bastante complexa:

Olha eu vou te contar, é uma denúncia tá. Eu já fui numa feira da economia solidária, que eu fiquei tão agoniada, falei com tanta gente, mas nada resolveu. Tinha um senhor vendendo orquídea tirada do mato. Você imagina que tinha tanta orquídea tirada do mato. Você via que ele arrancou naqueles dias, tá entendendo? E a mesa “tava” cheia. É por isso que eu luto com isso, que eu trabalho tá entendendo? Porque hoje mesmo a gente já tá fazendo um pouquinho de orquídea. Orquídea, pra quem trabalha em laboratório é outra história né. A gente compra as mudinhas novas e vai criando elas, porque a gente sabe fazer. Aí vamos criando elas, mas é orquídea de laboratório e a gente não vai na mata tirar. A gente olha e pensa: “Onde é que está o Ibama que não vê um negocio desses? Onde é que está os organizadores dessa feira, que não tem essa visão de vê essas coisas erradas?” (*Sueli Pereira Pimentel, Associação Comunitária dos Moradores Vila Sta. Inês, Feira de Santana – Ba*)

O relato acima traz algumas reflexões. A primeira delas é sobre a debilidade do controle da Comissão Organizadora sobre os produtos comercializados, uma vez que, um fruto de crime ambiental estava sendo comercializado. A outra vem da necessidade de formação sobre esse aspecto, buscando conscientizar os membros dos empreendimentos solidários sobre os aspectos ambientais. Por último, e aqui trato como importante ganho na dimensão socioambiental, versa sobre a consciência e luta da Dona Sueli sobre a necessidade de proteger a natureza e trazer a sustentabilidade da sua atividade como aspecto primordial da sua caminhada.

6. Considerações finais

A Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar promoveu o encontro entre uma diversidade de atores, os envolveu em uma gama de acontecimentos e os mobilizou em torno de processos sociais, políticos e econômicos plurais. Esses momentos estiveram orientados pela metodologia proposta pelo Programa Nacional de Apoio às Feiras em Rede, que tem como premissa nortear os atores envolvidos na construção das feiras em rede, buscando garantir que seja de forma participativa e autogestionária. A metodologia estudada traz dimensões estratégicas, revelando objetivos multifacetados, que possibilitam a geração de ganhos multidimensionais.

Diante dessa forma de fazer a feira, os atores envolvidos puderam vivenciar momentos de luta pra que o evento acontecesse como esperado, quando a diversidade de opiniões e de orientações chegou a promover embates tensos, repletos de disputas nos campos político e ideológico, onde Estado e Sociedade tiveram que alinhar interesses até garantir a estrutura necessária para a realização das feiras. Não bastasse os ganhos gerados nas dimensões sociopolítica, sociocultural e sociotecnológica durante a construção do evento, a condução dos quatro dias de feiras gerou ganhos nesses campos citados, através das atividades previstas na programação e principalmente na lida com os imprevistos de um evento dessa magnitude, além dos ganhos socioeconômicos e socioambientais promovidos pelos dias de execução do evento.

O caminho percorrido pelo autor desse estudo possibilitou fazer análise documental e do campo empírico, com o respaldo do campo teórico, o que trouxe a possibilidade de compreender a natureza do evento, a metodologia proposta para a realização deste e de que forma tal experiência impactou na vivência dos membros dos empreendimentos solidários envolvidos no processo. A partir desse cenário, a referência teórica trouxe embasamento sobre as possibilidades econômicas e sua pluralidade, bem como o olhar multidimensional sobre os ganhos. A partir disso, foi possível examinar a participação dos atores em diversos momentos do evento, passando pela construção inicial, pela execução do evento nos seus quatro dias, até o momento final, quando motivações e frustrações mobilizavam a todos.

O caminho percorrido entre referencial teórico, documentos construídos pelo governo e sociedade civil e o empirismo, contando a experiência

deste autor durante seis anos como membro da comissão organizadora, indicou que a natureza da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar e o modo de fazer esse evento promoveram ganhos multidimensionais para as mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores livremente associados, que estiveram participando das edições pesquisadas.

Um encontro de centenas de pessoas que atuam sob a lógica da solidariedade, seja do campo ou da cidade, onde foi possível comercializar produtos, conhecer novas experiências e novas pessoas, participar de processos de formação e de debate envolvendo aspectos técnicos, políticos e ideológicos, além da convivência durante quatro dias de imersão em um universo que vai muito além das cercas e muros que demarcam suas vidas cotidianas, possibilita aos participantes transformar práticas, sentimentos, condutas, culturas e melhorar sua renda. Esses ganhos multidimensionais promovidos pelas feiras pesquisadas foram percebidos a cada entrevista realizada e em diversos momentos em que este autor esteve presente durante os anos de evento. Se voltarmos aos conceitos trazidos sobre mercado concreto e mercado autorregulado será possível verificar que nas relações constituídas nos espaços das feiras baianas, o econômico não esteve dissociado do social e político.

Associar a metodologia de construção das feiras de economia solidária à natureza dos ganhos gerados nesses eventos auxiliará na execução de políticas públicas de apoio às feiras de economia solidária, bem como, poderá ser utilizada como instrumento de fortalecimento do segmento.

Revelar que a metodologia das feiras, conforme orienta o Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária, gera ganhos nas dimensões socioeconômica, sociopolítica, sociocultural, sociotecnológica e socioambiental, possibilita destacar o potencial de uma feira dessa natureza para corroborar a construção de políticas de desenvolvimento local, de combate à pobreza, de inclusão socioproductiva, de formação de trabalhadoras e trabalhadores, de desenvolvimento econômico, de promoção de mobilidade social, entre outras.

Referências

AMORIM, R. Feiras de Economia Solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado? **XV Congresso Brasileiro de Sociologia Grupo de Trabalho**

GT06 – Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Curitiba, 2014.

BAHIA. Governo do estado da Bahia. Lei 12.368 de 13 de dezembro de 2011, que versa sobre a instituição da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Bahia: Governo da Bahia, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relatório de atividades da Senaes Avanços e Desafios para as Políticas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010. Brasília: MTE, 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cartilha 1, série: feiras de Economia Solidária Programa Nacional de Fomento as Feiras de Economia Solidária. Brasília: MTE, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Termo de referência do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidária. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3ADC4075013AFECE06F969A4/Termo_Referencia_SNCJS.pdf. Acesso em 20 abril 2016.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Relatório de avaliação do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária. Brasília: SENAES, 2010.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Termo de Referência: Feiras de Economia Solidária no Brasil. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4B7E355E142B/prog_org_feira_termo_feiras.pdf. Acesso em: 15 dez. 2015

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. I Conferência Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/MET, 2006.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. II Conferência Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/MET, 2010.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. III Conferência Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/MET, 2014.

FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. (2011) O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. e DAGNINO, R. (Orgs.) **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões. p. 153 – 186.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.-L. **Economia solidária uma abordagem internacional**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. G. **A economia solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. Luiz Inácio G. Gaiger (Coord.), Patrícia Sorgatto Kuyven, Cláudio Barcelos Ogando, Sylvio Antônio Kappes e Jardel Knecht da Silva - São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000, p.167 – 198.

GIÁCOMO, C. **Tudo acaba em festa**: evento, líder de opinião, motivação e público. 2ª ed. São Paulo: Sociais, 1997.

MOURA, M. S. S.; MEIRA, L. **Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, n.1, p. 77-84, 2002.

NASCIMENTO, C (2011) A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. e DAGNINO, R. (Orgs.) **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas públicas da economia solidária. São Paulo: Outras Expressões. p. 91 – 99.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos** / Karl Polanyi; organização Kari Polanyi Levitt; introdução Michele Cangiani; tradução Vera Ribeiro; revisão César Benjamim. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SANTOS, B. V. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social** / Boa Ventura de Souza Santos; tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002;

_____. Economia dos Setores Populares - Propostas e Desafios. In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000.p.143 – 163.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

REIS, T. A. **A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões.** 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2005.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Arquivos da Superintendência de Economia Solidária, órgão ligado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia. (Disponíveis na Coordenação de Formação e Divulgação - COFD)

Relatório de Avaliação do Projeto Vencer Juntos. Avaliação de Resultados do Empreendimentos e dos Territórios, Volume II, Setembro de 2013.

A formação do complexo cooperativo de Serra Geral na Bahia como forma de desenvolvimento local e sustentável

Janilson Barros do Amaral¹, Rafael Lopes Ferreira²

Resumo Este trabalho expõe, como tema principal, a metodologia utilizada e os resultados obtidos com a formação do Complexo Cooperativo de Serra Geral na Bahia. O objetivo principal foi o de apresentar, em forma textualizada, a implantação do Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local; através da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, em parceria com o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, nos municípios de: Caetité, Ibiassucê, Rio do Antonio, Licínio de Almeida, Caculé, Igaporã, Lagoa Real, Guanambi, Matina, Tanque Novo e Livramento de Nossa Senhora; localizados na Região da Serra Geral na Bahia, no período de Agosto de 2003 a Dezembro de 2004. Outro objetivo foi apresentar a implantação do Projeto Saber Transformar, através da ECOSOL – Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária e da PETROBRÁS, com a coordenação da ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, no período de Maio de 2005 a Março de 2006; fortalecendo, assim, as ações dentro do Complexo Cooperativo de Serra Geral. Nesse contexto, também, está inserido o Programa Semear, coordenado pela FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional que já atuava na região do Complexo Cooperativo de Serra Geral, antes da sua formação. Para a realização deste estudo, inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica para descrever sobre a parte teórica do tema, utilizando obras publicadas pelas instituições responsáveis pelos Programas e Projeto citados e por outros autores; e, posteriormente, consultas a resumos de trabalhos, relatórios de reuniões, apostilas de cursos promovidos dentro das ações executadas, cartilhas e folders das instituições responsáveis pela implantação do Complexo Cooperativo de Serra Geral. As pesquisas para este trabalho foram realizadas no município de Caetité, no segundo semestre de 2012 e primeiro semestre do ano de 2013. O presente trabalho proporcionou para o pesquisador um conhecimento abrangente sobre os temas abordados, sobretudo na questão do Desenvolvimento Sustentável, que é uma das vertentes do Curso de Especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Facinter / Uninter.

Palavras-chave Desenvolvimento local sustentável; Complexos cooperativos; Economia solidária; Cooperativismo; Autogestão.

-
- 1 Engenheiro Agrônomo (UFRPE), concluinte do Curso de Especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Centro Universitário Internacional Uninter. Correio eletrônico: jbaral@gmail.com
 - 2 Gestor Ambiental (Faculdades Integradas Camões / PR), Especialista em Biotecnologia (Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)), orientador de TCC do Centro Universitário Internacional Uninter.

Abstract This paper aims at showing the methodology and outcome in the establishment of Complexo Cooperativo de Serra Geral, a cooperative organization in Serra Geral, Bahia, Brazil. The main goal is to present the implementation of the Integrated Action Program for Cooperative Local Development (Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local); through ADS – Cooperative Development Agency (Agência de Desenvolvimento Solidário), in partnership with SEBRAE – Brazilian Support Service for Micro and Small Businesses, in the municipalities of Caetité, Ibiassucê, Rio do Antonio, Licínio de Almeida, Caculé, Igaporã, Lagoa Real, Guanambi, Matina, Tanque Novo e Livramento de Nossa Senhora; located in the region of Serra Geral, Bahia, from August 2003 to December 2004. Furthermore, this paper presents the implementation of the Saber Transformar Project by ECOSOL - Credit Cooperative Center and Solidarity Economy (Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária) and Petrobrás, under the coordination of ADS - Cooperative Development Agency (Agência de Desenvolvimento Solidário), from May 2005 to March 2006, and therefore strengthening the actions undertaken by the cooperative organization in Serra Geral. The Semear Program is also included in the same context and it is coordinated by FASE - Social and Educational Assistance Federation (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), which had already operated in the same region, prior to the creation of Complexo Cooperativo de Serra Geral. The theoretical literature review gathered works published by different authors, including those in charge of the programs and projects mentioned herein; as well as abstract search, meeting reports, handouts from relevant training courses, booklets, and brochures from the institutions responsible for the establishment of Complexo Cooperativo de Serra Geral. The research was done in the municipality of Caetité, in the second semester of 2012 and first semester of 2013. It provided the researcher comprehensive knowledge on the topics covered, especially on sustainable development, which is one of the specialization courses offered by FACINTER.

Keywords Sustainable local development; Cooperative organizations; Solidarity economy; Cooperatives; Self – management.

Resumen Este trabajo propós, como tema principal, una metodología utilizada y los resultados obtidos con una formación del Complejo Cooperativo de Serra General en Bahía. Objetivo principal de la presentación, en forma textualizada, una implantación del Programa de Acción Integrada para Economía Solidaria y Desarrollo Local; en la ciudad de Caetité, Ibiassucê, Río do Antonio, Licínio de Almeida, Caculé, Igaporã, Lagoa Real, Guanambi, Matina, Tanque Novo y Livramento de Nossa Senhora; localizada en la Región de la Bahía, en el período de agosto de 2003 a diciembre de 2004. Otro objetivo para la implantación del Proyecto Saber Transformar a través de ECOSOL - Cooperativa Central de Crédito y Economía Solidaria y de PETROBRÁS, com a coordenação da ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário, no período de mayo de 2005 a marzo de 2006; fortalecer, assim, como acciones dentro del Complexo Cooperativo de Serra Geral. Nesse contexto, también, está insertado en el Programa Semear, coordinado por la FASE - Federación de Órganos para la Asistencia Social y Educativa que ya se encuentra en la región del Complexo Cooperativo de Serra General, antes de su formación. Para este tipo de estudio, se ha realizado una revisión bibliográfica para describir una parte de la teoría del tema, utilizando obras publicadas por instituciones responsables por Programas y Proyecto citados por otros autores; y a continuación, consulta los resúmenes de trabajos, notas de reuniones, folletos cursos promovidos dentro de las acciones, y folletos de las instituciones responsables de la ejecución del Complejo Co-

perativa Caetitê, en la segunda mitad de 2012 y la primera mitad del año 2013. Este trabajo proporciona al investigador un conocimiento exhaustivo de los temas, especialmente en el tema del desarrollo sostenible, que es uno de los aspectos de Especialización en Gestión Ambiental y Desarrollo Sostenible la Facinter, Rouscely / UNINTER.

Palabras clave Desarrollo local sostenible; Complejo cooperativo; Economía solidaria; Cooperativismo; La autogestión.

1. Introdução

A temática principal da pesquisa, diz respeito à descrição da formação de um Complexo Cooperativo, considerando sua cronologia histórica e os Programas e Projetos elaborados e implantados que ajudaram nessa formação. Dentro desse contexto, também são apresentados elementos básicos para a formação do referido Complexo Cooperativo, como o sistema de gestão através do cooperativismo e associativismo, da economia solidária e da autogestão, tendo como público-alvo associações de produtores rurais e cooperativas.

Objetivou-se descrever a organização social, política e econômica de produtores rurais, suas associações e cooperativas na região da Serra Geral, Bahia, bem como o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários existentes e a serem implantados com a formação do Complexo Cooperativo.

Este estudo é justificado, tendo em vista a escassez de pesquisa dentro da temática “Desenvolvimento Local Sustentável através da Economia Solidária e da Autogestão”. Dessa forma, ele é de fundamental importância no sentido de incentivar mais pesquisas voltadas para esse assunto.

Ademais, este artigo se trata de uma experiência pessoal do próprio autor, que como protagonista da formação do referido Complexo Cooperativo, atuou como gestor e coordenador dos principais programas citados, bem como foi responsável pela elaboração e o acompanhamento da implantação dos projetos apresentados neste trabalho.

2. Cronologia

A história da Formação do Complexo Cooperativo de Serra Geral surgiu com a fundação da Cooperativa Mista Agropecuária para o Desenvol-

vimento Auto-Sustentável de Caetité (COOMADAC), fundada em 24 de Abril de 2000.

Essa ação se somou ao apoio de outros atores e instituições parceiras, como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), deu início, no ano de 2003, à implantação do Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local, culminando na formação do Complexo Cooperativo de Serra Geral.

Após a implantação do referido Programa, no período entre agosto de 2003 e dezembro de 2004, as ações no Complexo Cooperativo foram fortalecidas por intermédio do Projeto Saber Transformar, implantado pela Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (ECOSOL) e pela PETROBRÁS, com a coordenação da ADS, no período de maio de 2005 a março de 2006.

O escopo principal dos projetos implantados foi fortalecer e articular os Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar por meio da constituição de um Complexo Cooperativo autogestionário. Esse Complexo, segundo Amato Neto (2006, p. 210), pode ser definido como “um conjunto de empreendimentos auto gestionários, sob a égide da economia solidária”³.

[...] Nos processos organizativos autogestionários, as pessoas influenciam a tomada de decisão, tomam decisões, refletem sobre a sua realidade, socializam informações, emitem seus pontos de vista, debatem idéias, negociam, resolvem problemas, reavaliam decisões tomadas em assembleias – enfim, se apropriam da gestão propriamente. [...] Também no dia – a – dia as pessoas planejam, replanejam e organizam os rumos do Empreendimento. (ADS, 2002, p. 16).

Nesse sentido, um projeto de Complexo Cooperativo deve estar orientado pelo projeto de desenvolvimento local e possuir uma dinâmica que permita acompanhamento e avaliação das políticas de intercooperação. (ADS, 2003, p. 4)

Esse Complexo Cooperativo tinha como objetivo geral organizar economicamente, socialmente e politicamente os agricultores familiares, no

3 A Agricultura Familiar ocupa mais de quatro milhões de estabelecimentos agropecuários do país (cerca de 90% do total), responde por 40% do valor bruto da produção agropecuária (metade dos componentes da cesta básica), ocupa 33% da área total agropecuária, e constitui-se como a principal alavanca do desenvolvimento sustentável do interior. (MDA, 2003, p. 5).

sentido de melhorar a tecnologia de produção, o beneficiamento, a classificação e a comercialização dos produtos agrícolas e pecuários. Ademais, visava fortalecer e implantar novos Empreendimentos Econômicos e Solidários, tendo em vista que, de acordo com Singer (2002, p.5), “A Empresa Solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão, gerando trabalho, renda e, conseqüentemente, melhores condições sociais”.

O propósito das ações, portanto, eram no sentido de desenvolver atitudes sustentáveis nas cadeias produtivas, ou seja, uma proposta de desenvolvimento local sustentável.

É importante lembrar as características da proposta do Desenvolvimento Sustentável. Diferentemente do modelo de desenvolvimento predominante, onde o que importa é o econômico, e a natureza é tratada como uma mercadoria, o Desenvolvimento Sustentável também envolve o econômico, mas só é tratado como sustentável porque exige que estejam envolvidas ou presentes a sustentabilidade ambiental, social, política e cultural. Quando pensamos em Desenvolvimento Local Sustentável, precisamos considerar tudo isso. (MATTEI; REBESCHINI, 2000, p.10).

3. A formação do complexo cooperativo de serra geral

Em Julho de 2003, a pesquisadora Karin Vecchiatti, a serviço da ADS, chegou ao município de Caetité para realizar uma pesquisa preliminar sobre a formação de um Complexo Cooperativo, que é

[...] uma concentração local de Empreendimentos Econômicos Solidários que atuam em estreita cooperação entre si, segundo os princípios da economia solidária e articulados ao desenvolvimento local, o que garante a sua sustentabilidade, autonomia e capacidade de inovação endógena. Estes Complexos podem ser compostos por: empreendimentos produtivos, empreendimentos de serviços, instituições de crédito, serviços de comercialização e serviços de assessoria e assistência técnica. (ADS, 2001, p. 14 e 15).

Por meio de entrevistas com lideranças e instituições locais, bem como estudos e pesquisas com agricultores familiares, instituições e atores so-

ciais locais, a pesquisadora escreveu um estudo intitulado: “A Formação do Complexo Cooperativo de Serra Geral”.

Existem evidências de que antes da realização desse trabalho, houve algum incentivo por parte da ADS na formação do Complexo Cooperativo, pois a própria autora cita em seu trabalho:

Parte da saída encontrada veio principalmente pelo impulso trazido pela ADS (desde o segundo semestre de 2000) com um longo processo de conscientização sobre o cooperativismo; um trabalho lento e não muito fácil, pois, como relatam os próprios entrevistados, metade dos agricultores da região é analfabeto ou semianalfabeto. (VECCHIATTI, 2003, p.6, grifo nosso).

O Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local ADS/SEBRAE, pioneiro na formação do Complexo Cooperativo, teve como público-alvo Empreendimentos Econômicos Solidários dos seguintes municípios localizados na Região da Serra Geral na Bahia: Caetité (Sede do Programa), Ibiassucê, Rio do Antonio, Licínio de Almeida, Caculé, Igaporã, Lagoa Real, Guanambi, Matina, Tanque Novo e Livramento de Nossa Senhora.

De acordo com o documento “Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local – Complexos Cooperativos” (ADS, 2002, p.7) e com Vecchiatti (2003, p. 2 e 3), os objetivos do Programa foram: constituir um ambiente institucional favorável ao Complexo Cooperativo; consolidar o compromisso social entre empreendimentos; fortalecer a cooperação; fortalecer a autogestão nos empreendimentos; ampliar e fortalecer as finanças locais; desenvolver metodologias de mobilização, organização, capacitação, pesquisa e assessoria apropriadas à economia solidária. Para a concretização desses objetivos, seria necessária a formação de um Grupo de Gestão Local.

Para a formação do Grupo de Gestão Local, denominado de GGL, foram realizadas várias reuniões em alguns municípios, culminando na consolidação de vários parceiros, dentre eles os órgãos do Poder Público, Movimentos Sociais, ONGs e Empreendimentos Econômicos Solidários já existentes na região. Assim, o GGL ficou composto da seguinte maneira: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Cooperativa Mista Agropecuária para o Desenvolvimento Auto Sustentável de Caetité (COOMADAC), Cooperativa de Crédito de Economia Solidária da Serra Geral (ECOSOL/-

SERRA GERAL), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento Ambientalista Terra (MATER), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Escola Agrotécnica Federal Antonio José Teixeira (EAFAJT), Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura (CNPQ), Prefeitura Municipal de Caetité, Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais da Bahia (SECOMP), Petrobrás, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caculé, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Licínio de Almeida e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Antônio.

No que concerne ao público-alvo direto do programa, foram definidos os Empreendimentos Econômicos Solidários Associativos (Associações e Cooperativas de Produtores Rurais) dos municípios e das comunidades beneficiadas por meio de um Planejamento Estratégico que, segundo Favareto (2003, p. 19), “é um planejamento participativo, e pressupõe um envolvimento de todos em todas as etapas”

Quadro 1. Associações de Produtores Rurais beneficiadas pelo Programa.

Município	Comunidade	Número de Associados na Associação
Caetité	Junquinho	180
	Volta do Morro	72
	Lagoa Azul	184
	Cercado	40
	Sapé	31
Caculé	Tapage	40
Ibiassucê	Santo Antonio	94
	Gramma	60
Licínio de Almeida	Vereda do Barro	62
	Pau Ferro	42
Rio do Antonio	Olho D' água	45
TOTAL		850

Fonte: Amaral (2005, p. 15)

Quadro 2. Cooperativas beneficiadas pelo Programa.

Nome do Empreendimento	Ramo de Atividade	Município Sede
COOMADAC – Cooperativa Mista Agropecuária para o Desenvolvimento Auto Sustentável de Caetité	Agropecuária	Caetité
ECOSOL / Serra Geral - Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária Serra Geral	Crédito Rural	Caculé
COOAMAC – Cooperativa Mista Agropecuária e de Mineração de Brejinho das Ametistas	Agropecuária e Mineração	Caetité / Distrito de Brejinho das Ametistas
COOGLAP – Cooperativa Mista de Garimpeiros, Lapidários e Agropecuaristas do Município de Licínio de Almeida	Agropecuária e Mineração	Licínio de Almeida
COOTRAF ³ – Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Serviços de Assessoria e Assistência Técnica Agropecuária	Caetité

Fonte: O autor.

Basicamente, os associados e cooperados desses empreendimentos são agricultores familiares, que citam como principais dificuldades a falta de assistência técnica, o acesso ao crédito rural e a comercialização dos seus produtos. Segundo Amato Neto:

Constata - se, ao longo das últimas duas décadas, o desenvolvimento de um longo trabalho de conscientização dos agricultores no sentido de se trabalhar de forma cooperativista, com uma maior preocupação com a sustentabilidade das formas de organização da produção. Observa-se, também, que há por parte dos agricultores muita dificuldade de acesso à assistência técnica, assim como ao crédito para financiar tanto a produção como a comercialização dos seus produtos. (AMATO NETO, 2006, p. 11).



Figura 1. Sede da COOMADAC em Caetité. Foto: Janilson Barros do Amaral, 2013.



Figura 2. Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité (esquerda) e da COOMADAC (direita), em Caetité. Foto: Janilson Barros do Amaral 2013.

Outra ação que veio se somar à formação do Complexo Cooperativo foi o Projeto Saber Transformar, implantado pela ECOSOLE pela PETROBRÁS, com a coordenação da ADS. Esse projeto deu continuidade às ações do Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local e teve o mesmo público-alvo do referido programa. Além disso, seu objetivo geral foi impulsionar a Economia Solidária enquanto mecanismo gerador de oportunidades de inclusão social por meio da organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários em bases de apoio, fortalecendo a intercooperação e contribuindo para construção de um modelo de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário.

Implantado pela Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Programa SEMEAR atuou na região como antecedente às atividades de formação do Complexo Cooperativo, tendo executado atividades paralelas junto com a ADS, SEBRAE, ECOSOL, PETROBRÁS e outros parceiros, fortalecendo, também, a formação do referido Complexo Cooperativo. O Programa consistiu-se em um importante instrumento pedagógico orientado fundamentalmente pela construção coletiva do co-

nhecimento e pela valorização do saber do homem e da mulher do campo. Inicialmente, com cursos modulares em sua primeira fase, com cadeias produtivas e temas específicos (caprinovinocultura, cultura da mandioca, gerenciamento rural, políticas públicas, gênero e etnia e manejo de bio-mas: semiárido e cerrado) e, numa segunda fase, com a formação de quatro turmas de gestores da agricultura familiar, com período de dois anos.

Em relação ao programa de capacitação, na formação do Complexo Cooperativo de Serra Geral, a programação definida foi a que consta no quadro a seguir:

Quadro 3. Atividades de capacitação e público – alvo do Complexo Cooperativo

Atividade de Capacitação	Público – Alvo
Curso Básico de Economia Solidária e Desenvolvimento Local	Dirigentes dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Complexo Cooperativo
Curso para Conselheiros Fiscais e Administrativos de Empreendimentos Econômicos Solidários	Membros das Diretorias dos Empreendimentos Econômicos Solidários
Curso de Gestão da Produção da Mandioca e Pequenos Criatórios	Associações de produtores rurais
Curso de Cooperativismo e Associativismo	Dirigentes dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Complexo Cooperativo
Seminário Regional de Políticas Agrícolas	Dirigentes e lideranças do Complexo Cooperativo
Seminário de Meio Ambiente e Agroecologia	Dirigentes e lideranças do Complexo Cooperativo
Oficina de Redes Associativas para Multiplicadores	Dirigentes e lideranças do Complexo Cooperativo
Oficina de Como Vender Mais e Melhor para Multiplicadores	Dirigentes e lideranças do Complexo Cooperativo
Curso de Avicultura Alternativa para Postura (Galinha Caipira)	Agentes Comunitários Rurais – ACRs, do Projeto de Auto Sustentação e Geração de Renda de Caetité, bem como agricultores familiares beneficiados pelo projeto
Curso de Ovinocaprinocultura	Agentes Comunitários Rurais – ACRs, do Projeto de Auto Sustentação e Geração de Renda de Caetité, bem como agricultores familiares beneficiados pelo projeto
Curso de Agricultura Irrigada (Olericultura e Fruticultura)	Agentes Comunitários Rurais – ACRs, do Projeto de Auto Sustentação e Geração de Renda de Caetité, bem como agricultores familiares beneficiados pelo projeto

Fonte: Velloso (2003, p. 1)



Figura 3. Materiais didáticos (folders, cartilhas e livros) utilizados para capacitação e informação durante a formação do Complexo Cooperativo de Serra Geral. Fonte: Janilson Barros do Amaral 2013

4. A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável dentro do complexo cooperativo de serra geral

Na época da formação do Complexo Cooperativo, na região da Serra Geral, ainda não havia preocupação nem conscientização sobre os problemas ambientais como atualmente. O crescimento populacional e o aumento da industrialização fizeram aumentar as preocupações com o meio ambiente e as questões ambientais, principalmente pelo aumento de resíduos sólidos resultantes do consumo exacerbado de produtos industrializados. (RAZZOLINI FILHO; BERTÉ, 2009, p. 56). Segundo Souza (2002):

Mudanças sensíveis de postura e de práticas veem ocorrendo nos sistemas de mercado, produtores e consumidores, a sociedade em geral passou a encarar a questão ambiental. Algumas organizações já tentam encarar o meio ambiente como prioridade de negócios, lado a lado com a produção e comercialização de bens e serviços. (SOUZA, 2002, p. 65).

Os projetos elaborados dentro dos programas implantados já previam soluções para questões ambientais locais, como nas agroindústrias de farinha e fécula de mandioca, nas quais já se pensava em como devia ser a destinação final dos resíduos e o seu aproveitamento, principalmente da manipueira⁴.

4 A manipueira é um subproduto resultante do processo de prensagem da massa da mandioca, contendo ácido cianídrico, que é tóxico para as plantas, o solo e os animais. Trata-se de um líquido contendo

Na capacitação para criação de ovinos e caprinos utilizando a caatinga como alimentação, foi orientado um uso sustentável, sem desmatamentos, usando os tipos de manejos: caatinga nativa, caatinga rebaixada, caatinga raleada, caatinga rebaixada-raleada e caatinga enriquecida. A tecnologia de produção das cadeias produtivas projetadas era baseada em princípios orgânicos e agroecológicos. A questão da Gestão Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável era sempre debatida e focada nas atividades, juntamente com a Economia Solidária e a Autogestão dos empreendimentos.

O processo de gestão ambiental e responsabilidade social, embora venha aumentando nas duas últimas décadas, ainda permanece como uma visão pré – ambientalista, pré – sustentalista, em parte pela falta de uma internalização dessa cultura institucional nova e também porque o modelo de administração atual é menos profissional e mais político. Os ministérios, assim como as secretarias, tanto nos governos estaduais como nos municipais, são loteamentos políticos; há, portanto, uma necessidade urgente de mudar essa conjuntura. (BERTÉ, 2009, p. 72).

Os Programas de Políticas Públicas para a agricultura familiar, na época, ainda emergiam de forma embrionária, e a questão da divisão do Estado da Bahia em Territórios começava a se desencadear, rumo a um planejamento estratégico; onde economia, sociedade e meio ambiente poderiam interagir de forma mais harmônica e concreta.

A solução definitiva virá apenas com a aceitação de que transformações importantes deverão ocorrer na sociedade, com o estabelecimento de padrões de desenvolvimento sustentáveis em todos os setores, continuamente aprimorados por meio de ordenamentos dinâmicos e democraticamente conduzidos. [...] Para que este processo aconteça em todo o território nacional, e para que ele se transforme em uma efetiva conquista democrática, será necessário promover o desenvolvimento rural desde uma perspectiva territorial. (MDA, 2003, p. 3).

nutrientes minerais para os vegetais. Em capacitação específica sobre mandioca, foi orientado o uso desse resíduo como adubo orgânico (aplicação foliar) e no combate às pragas das lavouras e ectoparasitas animais, como nematoides, ácaros, carrapatos, e vários outros insetos.

Cada vez mais, a questão da sustentabilidade é considerada além da preocupação da sociedade com modelos de produção que resultem em um produto competitivo em termos de preço, mas também que tenha qualidade, sanidade, preserve o meio ambiente e promova o ganho social. (NEVES; CASTRO, 2010, p. 1).

O Planejamento realizado nos empreendimentos econômicos solidários do Complexo Cooperativo foi baseado em princípios de metodologia participativa. A metodologia participativa privilegia os processos participativos de promoção do desenvolvimento rural apoiados em conceitos como desenvolvimento sustentável, agroecologia, equidade social, participação, educação popular, gênero, geração e etnia. (RUAS, et al. p. 21). No caso das Associações de Produtores Rurais, o trabalho de metodologia participativa foi realizado nas próprias comunidades rurais.

Os projetos de desenvolvimento rural sustentável elaborados e implantados no Complexo Cooperativo de Serra Geral são os que constam no quadro a seguir:

Quadro 4. Projetos elaborados e implantados no Complexo Cooperativo

Nome do Projeto	Entidade Proponente / CNPJ	Entidade Financeira	Cadeias Produtivas	Valor Total do Projeto R\$
1 - Projeto de Auto - sustentação e Geração de Renda das Famílias da Zona Rural de Caetité	Associação dos Pequenos Agricultores da Lagoa de Fora / 02.240.451 / 0001- 21	SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais da Bahia	Ovinocultura, Caprinocultura, Avicultura Alternativa (Galinha Caipira), Fruticultura e Horticultura	1.306.564,10 (Hum milhão, trezentos e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dez centavos)
2 - Projeto de Auto – sustentação e Geração de Renda da Comunidade de Sapé	Associação dos Pequenos Agricultores de Sapé / 42.709.725 – 0001 – 01	SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia	Ovinocultura, Avicultura Alternativa (Galinha Caipira), Apicultura e Horticultura	146.032,28 (Cento e quarenta e seis mil, trinta e dois reais e vinte e oito centavos)
3 - Projeto de Modernização e Reforma de Agroindústria de Farinha e Fécula de Mandioca	Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Junquinho / 02.372.351 – 0001 - 59	FBB – Fundação Banco do Brasil	Cultura da Mandioca	27.224,70 (Vinte e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta centavos)
4 - Projeto de Modernização e Reforma de Agroindústria de Farinha e Fécula de Mandioca	Associação dos Pequenos Agricultores de Volta dos Morros / 01.006.161/0001 – 55	FBB – Fundação Banco do Brasil	Cultura da Mandioca	26.846,90 (Vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa centavos)

Fonte: Elaboração própria.

Uma das maiores dificuldades na aprovação dos projetos citados foram os entraves político-partidários que, em alguns casos, são o resultado do que Queiroz (2011, p. 42) denomina de “conflito de representatividade nas decisões de alocação de recursos setoriais”.

Esse conflito acontece pelo fato de a maioria dos responsáveis pelos ministérios e pelas secretarias estaduais e municipais serem representantes políticos de Territórios (estados, regiões, municípios, bairros, comunidades) que

tendem a ser privilegiados nas suas decisões de alocações de recursos em detrimento dos demais Territórios que deveriam ter o mesmo grau de atenção, devido à função que o mesmo exerce no cargo que ocupa. Em virtude da tendência de os que decidem “privilegiarem”, nas suas decisões de alocação de recursos, as suas “bases políticas”, frequentemente verificamos que há Territórios com “excesso” de recursos alocados em um determinado setor e “falta” de recursos em outros setores. (QUEIROZ, 2011, p.42).



Figura 4. Instalações para galinha caipira e caprinos, num projeto do Complexo Cooperativo em Caetité Foto: Janilson Barros do Amaral 2005.

A política partidária, dentro do processo do cooperativismo e associativismo, causa enfraquecimento das comunidades tanto urbanas quanto rurais. E isso porque divide a população em grupos rivais, muitas vezes causando prejuízos econômicos e sociais consideráveis, tendo em vista ser uma política individualista e oportunista.

No que concerne aos objetivos e ações planejadas para o Complexo Cooperativo de Serra Geral, temos que eles são:

Quadro 5. Objetivos e ações planejadas para o Complexo Cooperativo.

Objetivos
<ul style="list-style-type: none">– Fortalecer a base produtiva do Complexo Cooperativo;– Fortalecer as relações de cooperação, intercooperação e parcerias;– Consolidar práticas autogestionárias de produção;– Ampliar a divulgação;– Consolidar a Política de Crédito Rural na região;– Estruturar a comercialização dos produtos da cadeia produtiva da mandioca;– Estruturar a COOMADAC;
Ações
<ul style="list-style-type: none">– Realizar Cursos Básicos de Economia Solidária e Desenvolvimento Local⁵;– Realizar Seminário Regional de Juventude da Agricultura Familiar;– Realizar Oficinas de Redes Associativas para multiplicadores;– Realizar Cursos Básicos de Formação e Gestão para Associações e Cooperativas;– Realizar Oficinas de Capacitação para os Conselhos Fiscais das Associações e Cooperativas;– Elaborar projetos de Geração de trabalho e renda;– Incentivar a agregação de valor aos produtos comercializados;– Realizar Oficinas Integradas de Gestão da Produção da Mandioca e Pequenos Criatórios;– Reestruturar as unidades produtivas de mandioca;– Realizar convênios de Assessoria Técnica;– Realizar intercâmbios com unidades produtivas de outras regiões;– Integrar os Agricultores Familiares do Complexo Cooperativo ao Laboratório de Biotecnologia Artesanal⁶ da Comunidade de Lagoa de Fora em Caetité;– Construir site do Complexo Cooperativo;– Elaborar folder do Complexo Cooperativo;– Elaborar boletim informativo do Complexo Cooperativo;– Ampliar convênios da ECOSOL;– Estruturar os Postos de Atendimento da ECOSOL nos municípios de Caetité, Pindaí e Riacho de Santana;– Realizar Seminário Regional de Políticas Agrícolas;– Realizar estudo de mercado do Complexo Cooperativo;– Registrar a logomarca do Complexo Cooperativo;– Elaborar projeto arquitetônico da Sede da COOMADAC;– Registrar a COOMADAC como Entidade de Utilidade Pública Estadual;– Realizar inscrição estadual e federal da COOMADAC SIE/SIF;– Elaborar Plano de Negócios para a COOMADAC;

Fonte: Velloso (2003, p. 2-3).

- 5 O objetivo desse Projeto foi a melhoria de vida de seiscentas famílias que vivem em treze comunidades rurais da zona rural de Caetité. Buscou-se a sustentabilidade e geração de trabalho e renda, com a implantação de projetos produtivos de ovinocultura, caprinocultura, avicultura alternativa (galinha caipira) e agricultura irrigada, aproveitando a disponibilidade de água de poços artesianos existentes nas comunidades beneficiadas. As Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Caetité, participaram do Projeto como Entidade parceira, ficando a assistência técnica e capacitação como responsabilidade da ADS em parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). (AMARAL, 2004).
- 6 O Laboratório de Biotecnologia Artesanal da Comunidade de Lagoa de Fora, no município de Caetité, foi implantado com a função de expandir e difundir a pesquisa científica, bem como a divulgação de tecnologias da cultura da mandioca e outras culturas na região. O laboratório foi implantado pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e teve como Entidades parcerias, a Prefeitura Municipal de Caetité e a EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola.

O Plano de Negócios de um empreendimento solidário, no caso da COO-MADAC, Cooperativa âncora do Complexo Cooperativo, citado nas ações planejadas, seria, de acordo com o Sebrae:

um instrumento de planejamento que contém informações sistematizadas sobre aspectos econômicos, organizacionais, jurídicos, ambientais, técnicos e financeiros de um empreendimento solidário futuro (ou em fase de implantação). (SEBRAE, 2003).

Em relação aos entraves na concretização dos objetivos e ações planejadas, tem-se que eles ocorreram em função dos convênios, que tiveram um prazo muito curto para a execução das atividades planejadas e programadas, da quantidade de municípios e empreendimentos, que era grande para o prazo e os recursos disponíveis; dos recursos humanos, que eram insuficientes para a dimensão do planejamento e das instituições parceiras, que não colaboraram de forma integral para a realização das atividades planejadas, principalmente em relação à aprovação dos projetos.

5. Metodologia

Sendo o referido artigo do tipo relato de caso ou experiência, com conteúdo original, onde o autor participou das ações de forma direta como gestor e coordenador dos principais programas e projetos implantados dentro da formação do Complexo Cooperativo, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica para descrever sobre a parte teórica do tema, utilizando obras publicadas pelas instituições responsáveis pelos Programas e Projetos citados e por outros autores. Posteriormente, foram realizadas consultas a resumos de trabalhos, relatórios de reuniões, apostilas de cursos promovidos dentro das ações executadas, projetos elaborados pelo próprio autor e cartilhas e folders das instituições responsáveis pela implantação do Complexo Cooperativo. Esse material foi, portanto, coletado da biblioteca pessoal do autor. Com o objetivo de complementar essa pesquisa foram consultados alguns sites da internet, além de revistas eletrônicas e materiais didáticos com assuntos relacionados aos temas abordados.

Considerações finais

Como pudemos observar ao longo deste trabalho, existem alguns fatores que merecem ser citados de maneira não só didática, como também técnica e de pesquisa. São eles:

- Existe uma escassez acentuada de fontes de pesquisa, em se tratando de material didático - livros, cartilhas, monografias, teses e dissertações - em relação aos temas: desenvolvimento local sustentável, economia solidária, complexo cooperativo e autogestão;
- Na formação de um Complexo Cooperativo, é necessário existir um planejamento estratégico que envolva: programas, projetos, instituições parceiras, recursos financeiros, recursos humanos e os atores sociais envolvidos;
- As parcerias institucionais são de fundamental importância na formação de um Complexo Cooperativo, tanto em relação à formação do grupo de gestão local quanto às responsabilidades em relação aos recursos financeiros e humanos na implantação dos programas e projetos envolvidos;
- Um dos entraves mais importantes na formação de um Complexo Cooperativo é a política partidária, que pode gerar fracassos nos empreendimentos, enfraquecimento dos grupos, desunião, distribuição de recursos desiguais e falência nos projetos implantados;
- O público-alvo é um dos fatores mais importantes na formação de um Complexo Cooperativo. Dele depende o sucesso ou o fracasso dos empreendimentos, caso não seja bem delineado;
- O programa de capacitação, tanto dos técnicos envolvidos como do público-alvo, na formação de um Complexo Cooperativo, é uma das etapas mais importantes, não podendo ser omitida quando da elaboração do planejamento estratégico geral;
- O prazo muito curto dos convênios para implantação de programas e projetos é um fator de insucesso para alcançar as metas desejadas e alcançar o sucesso dos empreendimentos econômicos solidários conduzidos;

- Os desafios maiores para implantação de um Complexo Cooperativo, tendo como público-alvo os agricultores familiares são: alto nível de analfabetismo nas comunidades rurais, individualismo, imediatismo, carência de assistência técnica e falta de capacitação em associativismo e cooperativismo e gestão da produção e da comercialização dentro desses empreendimentos;
- A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável devem ser vistos como metas indispensáveis no planejamento estratégico das atividades, na elaboração dos projetos e na implantação dos programas para os empreendimentos econômicos solidários de um Complexo Cooperativo;
- O presente trabalho será de muita importância, tanto no sentido de fortalecer a disponibilização de material didático e de pesquisa como para o incentivo ao cooperativismo solidário e ao desenvolvimento local sustentável dos territórios brasileiros.

Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO. **Programa de ação integrada para economia solidária e desenvolvimento local: Complexos Cooperativos.** São Paulo: 2002. 30p.

_____. **Desenvolvimento local e Economia Solidária: Proposta de políticas públicas municipais.** São Paulo: 2001. 34p.

_____. **Autogestão: possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar.** São Paulo: 2002. 45p.

_____. **Documento de apoio ao replanejamento institucional da ADS: Síntese das Discussões.** São Paulo: 2003. 14p.

AMARAL, J. B. **Projeto de auto sustentação e geração de renda das famílias da zona rural de Caetité.** Caetité - BA: 2004, v. 1. 142p.

_____. **Dados para subsidiar o Projeto SEBRAE 2005 – Complexo Cooperativo de Serra Geral - BA.** Caetité - BA: 2005. 35p.

AMATO NETO, J. Complexos cooperativos e desenvolvimento local: um estudo de casos brasileiros. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, 2006, v. 1, n. 3, p. 210

a 228. São Paulo, SP. Set. / Dez. 2006 Disponível em: < <http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/SGV1N3A3/21> >. Acesso em: 10 Ago. 2012.

BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil**. Curitiba: Ibpx, 2009. 212p.

FAVARETO, A. (Org.). **Planejando empreendimentos solidários**. 1. ed. São Paulo: MDA/ADS/CUT, 2003. 100p.

MATTEI, L.; REBESCHINI, P. R. **Capacitação em gestão social para os conselheiros municipais de desenvolvimento rural**. Brasília: Fundação Lindolpho Silva, 2000. 48p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: 2003. 23p.

NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. (Org.). **Agricultura Integrada: inserindo pequenos produtores de maneira sustentável em modernas cadeias produtivas**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 149p.

QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 3. ed. Curitiba: Ibpx, 2011. 280p.

RAZZOLINI FILHO, E.; BERTÉ, R. **O Reverso da logística e as questões ambientais no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Ibpx, 2009.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. EMATER- MG. Belo Horizonte, 2006.134p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Elaboração de Planos de Negócios – EES**. Brasília: 2003. 90p.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária – Fundamentos**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 7p. Disponível em: < http://www.numiecosol.ufscar.br/documentos/textos-economia-solidaria/introducao-a-es_paul-singer>. Acesso em: 05 set. 2012.

SOUZA, M. L. C. **Licenciamento ambiental passo a passo no estado da Bahia: normas e procedimentos**. Salvador: Série Cadernos de Referência Ambiental, 2002, v. 10, 136p.

VECCHIATTI, K. **A formação do complexo cooperativo de Serra Geral**. São Paulo: 2003. 27p.

VELLOSO, T. **Planejamento Estratégico: Complexo Cooperativo de Serra Geral**. Salvador: ADS, 2003. 3p.

As políticas públicas e a economia solidária

A gestão social como ferramenta para a economia solidária

José Ribeiro Gomes¹

Resumo Este artigo propõe uma reflexão sobre as políticas públicas, economia solidária e a gestão social tendo como objetivo precípuo, analisar a gestão social como ferramenta de gestão para a Economia Solidária no Estado de Minas Gerais. Buscou-se conhecer e entender a gestão social como ferramenta de gestão para a Economia Solidária, evidenciando os desafios que o movimento de ES enfrenta ao procurar direcionar ações que visem à melhoria e efetividade da política pública no Estado. Tal fato proporciona, entre outros problemas elencados, dificuldades na geração de relações no âmbito do movimento e governo, que respeitem a diversidade dos vários grupos sociais envolvidos, investigando a mobilização popular para a construção da política pública dentro dos espaços democráticos. Tornou-se necessário conceituar democracia e como se deu o seu processo de construção no país, a construção das políticas públicas e em específico a economia solidária e por fim a gestão social, compreendendo ser a melhor ferramenta de gestão para uma política pública, desde a sua formulação, monitoramento, avaliação e execução. Utilizou-se para o desenvolvimento do referido artigo o método crítico dialético ancorado na teoria social crítica, se valendo da pesquisa bibliográfica e documental, como livros, revistas, periódicos, sites e artigos científicos. As reflexões aqui encaminhadas foram instigadas após leituras, estudos e pesquisas acerca do tema.

Palavras-chave Gestão Social; Economia Solidária.

Abstract This article proposes a reflection on public policy, social economy and social management having as main objective to analyze the social management as a management tool for the Solidarity Economy in the State of Minas Gerais. He sought to know and understand the social management as a management tool for Solidarity Economy, highlighting the challenges the movement faces ES to seek direct actions for the improvement and effectiveness of public policy in the state. This fact provides, among other problems, difficulties in generating relations within the movement and government, to respect the diversity

1 Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Una. Pós Graduado no Curso de Especialização (MBA - UNA) Gestão de Programas e Projetos Sociais. Pós-Graduado em Promoção da Igualdade Racial na escola. Especialização UNIAFRO: Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Membro titular da Mesa de Diálogo e Negociação para resolução dos conflitos urbanos e agrários do governo. Secretário executivo do Conselho Estadual da Economia Popular Solidária do Estado de Minas Gerais. Diretor de comercialização na Subsecretaria de Trabalho e Emprego (SUBTE) - Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE). Artigo apresentado no IV Simpósio Mineiro dos Assistentes Sociais, ocorrido em Belo Horizonte Minas Gerais.

off the various social groups involved, investigating the popular mobilization for the construction off public policy within the democratic spaces. It became necessary to conceptualize democracy and how was your building process in the country, the construction off public policies and in particular the solidarity economy and finally the social management, including being the best management tool for public policy, from its formulation, monitoring, evaluation and implementation. It was used for the development off that article critical dialectical method anchored in social critical theory, making use off bibliographic and documentary research, such as books, magazines, newspapers, websites and scientific articles. The reflections sent here were instigated after Reading, studies and research on the subject.

Keywords Democracy; Public policy; Social management; Solidarity economy.

Resumén En este artículo se propone una reflexión sobre las políticas públicas, economía social y la gestión social que tiene como principal objetivo analizar la gestión social como una herramienta de gestión para la Economía Solidaria en el Estado de Minas Gerais. Se trató de conocer y comprender la gestión social como una herramienta de gestión para la economía solidaria, destacando los desafíos que enfrenta el movimiento ES para buscar acciones directas para la mejora y la eficacia de la política pública en el estado. Este hecho proporciona, entre otros problemas enumerados, las dificultades en la generación de las relaciones dentro del movimiento y el gobierno, para que respeten la diversidad de los diferentes grupos sociales involucrados, la investigación de la movilización popular para la construcción de políticas públicas dentro de los espacios democráticos. Se hizo necesario conceptualizar la democracia y cómo fue su proceso de construcción en el país, la construcción de las políticas públicas y, en particular, la economía solidaria y, finalmente, la gestión social, además de ser la mejor herramienta de gestión de la política pública, desde su formulación, seguimiento, evaluación y ejecución. Fue utilizado para el desarrollo de ese artículo crítico método dialéctico anclado en la teoría social crítica, haciendo uso de la investigación bibliográfica y documental, tales como libros, revistas, periódicos, sitios web y artículos científicos. Las reflexiones se ha enviado aquí fueron instigados después de leer, estudios e investigaciones sobre el tema.

Palabras clave Democracia; Economía solidaria; Políticas públicas.

Introdução

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, chamada de constituição cidadã, ampliou-se o debate na sociedade brasileira sobre as políticas sociais em um contexto de lutas pela democratização do Estado e da sociedade no Brasil. O cenário político da época introduz importantes inflexões nesse movimento, as quais estão relacionadas à participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, gestão e controle social das políticas públicas. Portanto, ganha força a constituição de espaços públicos que possibilitem a participação de novos atores sociais

no cenário político do país. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a gestão social como ferramenta para o desenvolvimento da Economia Solidária no Estado de Minas Gerais.

Para alcançá-lo, foram traçados os seguintes objetivos específicos como pontos norteadores da pesquisa: analisar a política pública de Economia Solidária no Estado de Minas Gerais; identificar pontos de confluência da gestão social no desenvolvimento da política de Economia Solidária; averiguar as legislações pertinentes à política de Economia Solidária; investigar a mobilização popular para a construção da política pública de Economia Solidária; e conhecer as estratégias desenvolvidas pelo movimento de Economia Solidária no Estado.

Visto que diversas determinações, inicialmente, eram desconhecidas pelo pesquisador, e que conforme esclarecidas, tornaram-se cada vez mais complexas, foi imprescindível traçar alguns procedimentos metodológicos. Assim, ao estabelecer a ligação do fenômeno com sua origem histórica, procurou-se investigar a causa da construção da política de economia solidária sob a pretensão de sua gestão ser conduzida na perspectiva da gestão social na contemporaneidade. Entretanto, além desse processo de compreensão da conjuntura sócio-histórica brasileira que incidiu nas novas configurações desta política, esta pesquisa também carrega um traço documental, pois serão analisados as legislações e o Plano Estadual da Economia Solidária que legitimam esse movimento no Estado, além de outras fontes de informação necessárias para o desenvolvimento e compreensão do objeto de estudo.

Analisar a gestão social como ferramenta para o desenvolvimento da Economia Solidária no Estado de Minas Gerais requer um levantamento investigativo que possibilite entender as relações e o trânsito entre a política pública e seus usuários no convívio social, como a relação com o Estado no que diz respeito ao acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana e direitos ao trabalho digno.

Com isso, a pesquisa tem como horizonte um produto palpável que faz a compreensão dos processos, estrutura, dinâmica, particularidades e determinações que não cessam os estudos, pois cada pesquisa se complementa e dá origem as novas interrogações.

A pesquisa se inicia utilizando como método a teoria social crítica, entendendo que a dialética, de acordo com Marx, é a ciência que estuda a sociedade a partir da concretude dos fatos, sem desprezar o campo das

ideias. Isso nos faz entender a sociedade de forma mais ampla, evidenciando as suas contradições e transformações.

Portanto, a pesquisa se desenvolverá a partir do estudo de documentos, pesquisas empíricas, legislações e bibliografias referentes à política de economia solidária, como também por meio da leitura de teóricos como Paul Singer, Raquel Raichellis, Fernando Guilherme Tenório, Jürgen Habermas, José Murillo de Carvalho, dentre outros. Esses estudiosos desenvolveram teses e publicações bibliográficas sobre o tema para realizar um resgate histórico e conceitual de compreensão do tema proposto e da Economia Solidária, entendendo como ela se desdobra na construção social do país e as possibilidades que condiciona a esse público de transitar e ter direitos pela efetivação dessa política pública no Estado brasileiro e no cenário mineiro.

Portanto, em razão do contexto mencionado, percebe-se que o cenário contemporâneo apresenta suas complexidades e intensifica as formas de exploração e articulação, sobretudo, para aqueles que compõem as classes menos favorecidas. Esta pesquisa é relevante, pois é necessário conhecer e discernir a realidade enfrentada por esses sujeitos e atores, utilizando-se dos conhecimentos e técnicas científicas disponíveis para investigar e entender os fenômenos. Sendo assim, visamos apresentar nossas considerações de modo a complementar ou definir novos paradigmas sobre o objeto de estudo.

Democracia, gestão social e as políticas públicas

A democracia deve ser compreendida como um processo político, econômico e cultural. Portanto, os esforços para organizar um sistema de governo que contenha o espírito da participação popular teve seu início em 1985 com o fim da ditadura no país, quando tivemos duros tempos de chumbo e severas retaliações aos movimentos populares. Pedro Jacobi descreve esse contexto da seguinte forma:

Na década de 1980 a participação cidadã se torna instrumento para um potencial aprofundamento para a democracia. Com supressão dos regimes autoritários que prevaleciam na região [América Latina], tem início um processo de descentralização que impulsiona mudanças na dinâmica de participação, notadamente em nível local, evidenciando a necessidade de arranjos institu-

cionais que estimulem, desde a esfera estatal, a criação de canais de comunicação com a sociedade e permitindo que de alguma forma se amplie a esfera de engajamento dos cidadãos (JACOBI, 2000, p.12).

A nova experiência ganhou força a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tornando-se um modelo positivo entre os vários setores e atores da sociedade, como sindicatos, partidos, organizações sociais e, principalmente, nos movimentos sociais com as suas pautas de reivindicações por políticas públicas, convocando a sociedade para as discussões e tomada de decisões na construção dessas políticas, o que vai de encontro com o que Habermas define como democracia:

[...] é o da cidadania deliberativa procedimental, baseado na correlação entre direitos humanos e soberania popular e consequente reinterpretação da autonomia nos moldes da teoria do diálogo [...]. A cidadania deliberativa consiste, assim, em levar em consideração a pluralidade de formas de comunicação – morais, éticas, pragmáticas e de negociação, em que todas são formas de deliberação. (HABERMAS, 1997, P. 99).

Porém, de acordo com Carvalho (2007, P. 28), o funcionamento do movimento democrático no Brasil vinculado à cidadania deliberativa ainda é muito incipiente e frágil devido à sua temporalidade de implantação, aperfeiçoamento e desenvolvimento, fato que ocasiona vários problemas nas tomadas de decisão por parte dos vários grupos na construção de políticas públicas efetivas que causem transformação na vida dos cidadãos.

O marco que possibilita essas formas de comunicação é estabelecido por meio da justiça, entendida como a garantia processual da participação em igualdade de condições. Dessa forma, Habermas procura e descreve a formação da opinião e da vontade comum não só pelo caminho do autoentendimento ético entre todos, mas também pelo ajuste de interesses pautados na discussão e pela justificação moral.

A gestão social e as políticas públicas

A gestão social é apresentada como ferramenta de gestão para a tomada de decisão coletiva sem coerção, baseada na inteligibilidade da lin-

guagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo de construção. Tendo a transparência como pressuposto e a emancipação enquanto fim último, a gestão social é vista como um processo em construção e discutida por vários atores em diversos segmentos da sociedade.

De acordo com Tenório (2005), o tema gestão social tem sido objeto de estudo e prática associado à gestão das políticas sociais, o que possibilita a discussão e construção de políticas públicas que solucionem problemas sociais apontados pela própria população e ainda não visualizados pelas instituições públicas através do diálogo. Tais diálogos se dão dentro dos espaços onde se elaboram as políticas públicas, sendo eles as organizações governamentais, protagonizados pelos atores sociais e técnicos, privilegiando a participação de todos.

Nesse caminho, as políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas advindas dos diversos seguimentos da sociedade.

Em alguns casos, a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas é assegurada na própria lei que as institui.

Portanto, as políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Assim, no caso da Economia Solidária, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional.

As audiências públicas, encontros e conferências setoriais, são instrumentos consolidados e utilizados nos últimos anos, como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processos de participação e controle social das políticas públicas, revelando que a gestão social é uma ferramenta pouco usada, mas que tem uma grande relevância para governantes e movimentos sociais no desenvolvimento das políticas públicas.

Para a consolidação da Economia Popular Solidária no Estado, reuniu-se os diversos segmentos do movimento de Economia Popular Solidária para elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de Minas Gerais (EPS). No processo de elaboração do plano, foram consideradas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Na-

cional de Economia Solidária, as quais orientaram as proposições deliberadas na III Coees.

Assim, o plano reflete as propostas construídas de forma participativa e democrática, constituindo-se como principal diretriz dessa política pública no estado de Minas Gerais, consolidando-se, então, enquanto uma agenda de execução de proposições articuladas e um instrumento de controle social.

A Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, que diz respeito à participação da sociedade, determina que :

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; [...]II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, todos os poderes públicos em todas as esferas e níveis da administração pública estão obrigados a assegurar a participação popular. Esta, portanto, não é mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população como um todo.

A trajetória de lutas do movimento de economia solidária

Os anos entre 1960 e 1970 ficaram marcados na história do capitalismo monopolista por uma sucessão de crises que define a saída de uma longa onda expansiva do capital para uma recessão econômica, que impôs grandes quedas nas taxas de lucro do capital. Essa conjuntura, aliada à investida neoliberal que se seguiu a partir de meados dos anos 1970, produziu altas taxas de desemprego, elevando os índices de pobreza e miséria na maioria dos países capitalistas centrais, e com grande incidência nos países periféricos (América Latina), em decorrência da instauração de regimes ditatoriais.

A ofensiva capitalista é marcada pelo profundo processo da globalização, financiamento da economia global, reestruturação produtiva e pela adesão às orientações políticas e econômicas do neoliberalismo.

Por outro lado, o desemprego impôs aos trabalhadores uma atitude defensiva, repensando suas estratégias de organização e determinando as opções do movimento operário em ações corporativas de defesa dos trabalhadores formais. Nesse contexto, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o pressuposto de unificar o movimento sindical no Brasil.

Esse processo desarticulou a resistência política no campo do trabalho, que vem acumulando diversas derrotas, principalmente no que concerne aos direitos sociais, colaborando objetivamente e subjetivamente com o enfraquecimento da resistência operária e popular.

Diante desse contexto, começaram a surgir no Brasil as primeiras iniciativas de organização dos trabalhadores na perspectiva da economia solidária. Essas iniciativas foram impulsionadas por ações de vários movimentos sociais, ONGs, igrejas e universidades, que apoiam a constituição e a articulação de cooperativas populares, de redes de produção e comercialização dos produtos em feiras de economia solidária. Esses grupos de trabalhadores começaram se organizar e se articular em fóruns estaduais e regionais de economia solidária para participar do Fórum Social Mundial (FSM) e, durante a 3ª edição do FSM (2003), foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Em 2003, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva assume o poder e, já em seu primeiro mandato, desenvolve uma política de trabalho na qual uma das diretrizes centrava-se na economia solidária. Nessa época, foi criada, por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (instituindo o Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), interna ao Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social (MTEPS). A direção da SENAES ficou sob o comando do economista Paul Singer e, a partir de então, a economia solidária alcançou o *status* de política pública de governo. (Parecer CEFES-S-CRESS, 2003, p. 1).

Diante desse contexto, para melhor compreensão do que está posto na atualidade sobre a economia solidária, o autor faz uma síntese, afirmando a importância dessa proposta como alternativa de superação da ordem vigente, o capitalismo:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária

casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. (SINGER, 2000. p. 13).

Na perspectiva desse autor, a superação do capitalismo é possível porque na economia solidária os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista: “posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores”. Por causa dessa estrutura organizacional e ideológica, as experiências de autogestão da economia solidária são, segundo Singer (2002), modos concretos de uma nova organização do trabalho fora do modelo capitalista, sendo herdeira da tradição socialista.

As iniciativas de economia solidária têm em comum a igualdade de direitos, fazendo com que os empreendimentos tenham participação democrática com igual poder para todos nas tomadas de decisões, sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, respeitando a diversidade e apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho. Essa estratégia de trabalho vem sendo cada vez mais requisitada, especialmente porque os custos iniciais desses trabalhos tendem a ser menores, possibilitando a inserção do sujeito no mundo do trabalho e, nessa onda de trabalho autônomo, os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) destacam-se pela sua diversidade. Sob o ponto de vista da organização econômica e a partir dos dados completos do Sies, a Economia Solidária brasileira se caracteriza pelas seguintes formas de organização:

1. Tipos de Organização

Forma de Organização	Quantidade	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade Mercantil	127	
Total	19.708	100

Fonte: Boletim Informativo Dados do SIES 2013.

Complementam esses dados a seguinte distribuição da Economia Solidária no território brasileiro: mais de 40 % dos EES da base do SIES se localizam na região Nordeste. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul, a distribuição é bastante próxima (15,9%; 16,4% e 16,7%, respectivamente). Na região Centro-Oeste, os 2.021 (dois mil e vinte e um) EES representam 10,3% do total. (SIES, 2013). Na perspectiva da construção da política pública, a economia popular solidária está organizada em Minas Gerais da seguinte forma: 475 EEs Rurais, 699 EEs Urbanos e 414 rurais/urbanos, Mais de 34 mil empreendedoras/es envolvidas/os se conformando em Grupos Informais, Associação, Cooperativas, Sociedade Mercantil, sendo que, dentre eles, 796 EEs têm como atividade principal produção e comercialização, destacando-se a Agricultura Familiar (31%) e o Artesanato (42%). Tal fato é evidenciado no gráfico a seguir:

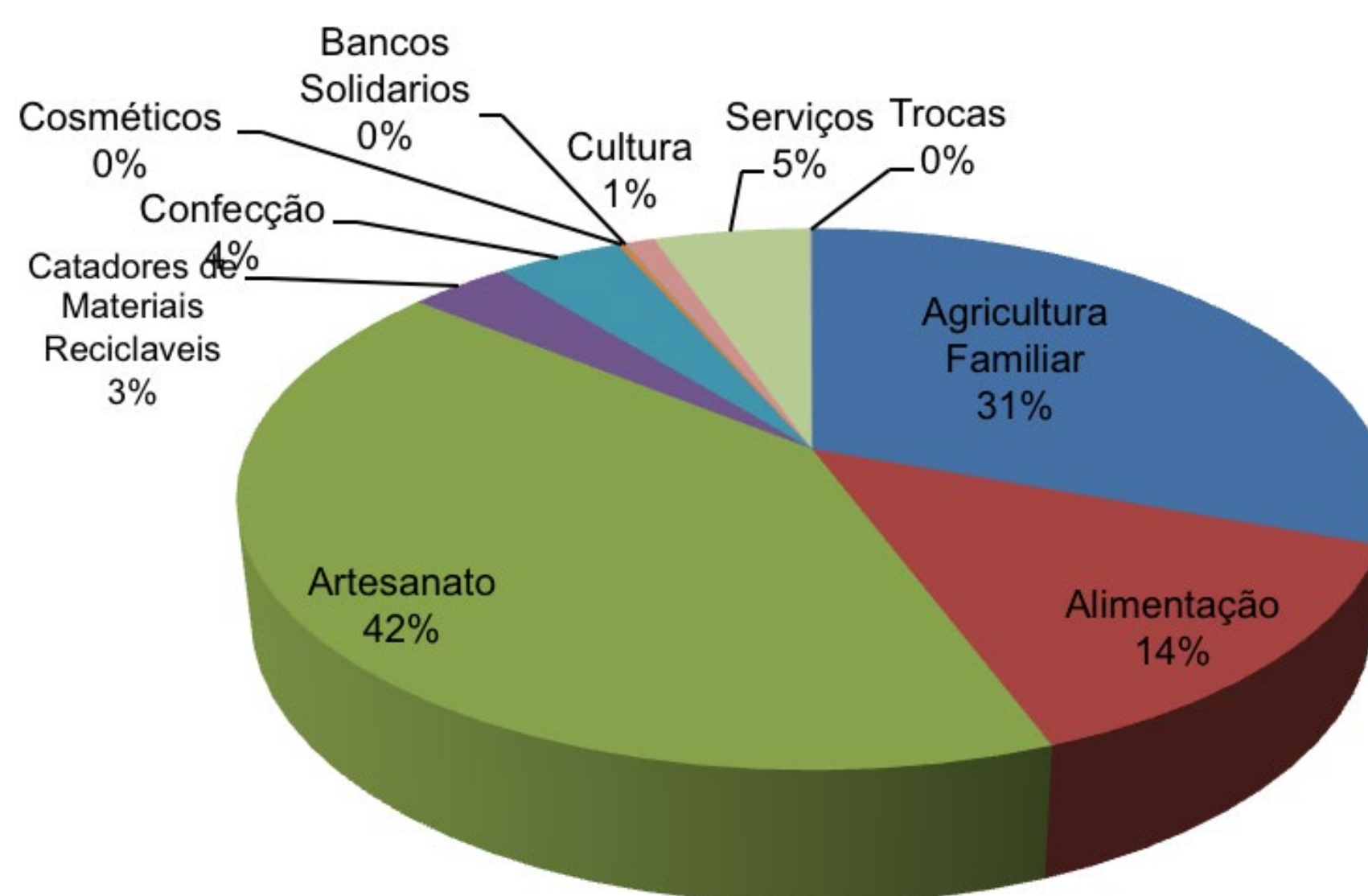


Gráfico 1. Total de Empreendimentos mapeados no Estado de Minas Gerais. Fonte: Base de dados da Sec. de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE.

Nesse cenário, vale destacar que Minas Gerais foi um dos primeiros estados a constituir uma legislação específica para o fomento à Economia Popular Solidária, que além da legislação, incorporou o termo “popular²” no seu escopo. Para a construção da Lei estadual nº. 15.028/04, foram re-

2 O termo Economia Solidária é usado no Brasil, porém o Estado de Minas Gerais, por meio da luta e reivindicação do movimento de EPS, incorporou o termo Popular em sua legislação, ficando, assim, reconhecida mundialmente como Economia Popular Solidária. A expressão Economia Solidária foi criada na França, no início de 1990, “fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris no Cri-da (Centre de Recherche et d’Information sur la Democratie et l’Auto) - inserção de muitos deles na empresa quando de sua consolidação e crescimento (MAGNANI, 2003). Já na Argentina e em outros países da América Latina, essa nova forma de economia carrega o nome de Economia popular, preservando os conceitos e a ideologia. Em 2001 surge o MNER (Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas) e, em 2003, o MNFRT (Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores), como uma cisão do MNER.

alizadas audiências públicas para a escuta e discussão com a sociedade civil, empreendimentos, entidades de apoio e fomento, com a participação dos parlamentares e gestores públicos.

A Lei estadual nº. 15.028/04 estabelece as definições acerca da Economia Popular Solidária, conforme artigo a seguir:

Art. 2º - A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres. (MINAS GERAIS, 2004).

Nesse sentido, destacamos as diversas manifestações da economia solidária e de suas composições, sendo elas: coletivos informais, associações, cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental), organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários, redes de empreendimentos, organização econômica de comunidades tradicionais, grupos culturais, dentre outros (MINAS GERAIS, 2012, p. 14-15).

A economia solidária aparece, nessa perspectiva, como uma alternativa ao desemprego, porque possui características que lhe são peculiares, como autonomia, iniciativa própria, autogestão e cooperação. Isso se relaciona com a necessidade de reinserir socialmente pessoas excluídas do mundo do trabalho e romper com a suposta exclusão que os desempregados vivenciam. Ademais, pressupõe, também, a criação de um mercado isolado e isento das características e traços da economia capitalista (competição, propriedade privada e a força de trabalho livre).

Considerações finais

Discutir as políticas públicas, a economia solidária e a gestão social como ferramentas de gestão para essa política é algo que vai muito além da simples reinserção do público marginalizado na sociedade por meio da renda. Percebeu-se, ao longo da pesquisa que, em sua trajetória sócio-histórica, esse público carrega as manifestações da questão social, como

o preconceito, a desigualdade, a exclusão social, além da luta cotidiana pelo seu reconhecimento como cidadãos que fomentam a economia do Estado por meio do trabalho, assim como faz o mercado formal.

A negação dos direitos se faz presente no cotidiano desses trabalhadores, o que é um resultado do modelo de acumulação capitalista e de um processo de industrialização desigual, tornando a economia popular solidária uma alternativa de sustento para as pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal.

As consequências nefastas desse modelo de produção já se tornam evidentes no plano social, marcado cada vez mais pelo acúmulo desmedido e crescente, pela concentração absurda de renda e bens nas mãos de poucos indivíduos e grupos econômicos, ocasionando situações extremas de injustiça social, exacerbação da violência, guerras, fanatismo, intolerâncias étnicas e preconceitos disseminados em todos os continentes.

Portanto, é urgente resistir e propor alternativas a esse modelo que se esvai por suas próprias contradições. Encontrar novas maneiras de prover as necessidades básicas de todos os habitantes do planeta e reverter as situações indignas e desumanas que se abatem a extensos segmentos sociais que sobrevivem em condições de grande vulnerabilidade social.

O que tem inspirado a construção da economia solidária é que “Outro Mundo é Possível” e, acreditando nesse lema, a economia solidária teve sua gênese e caminha de forma ordenada para sua consolidação na sociedade, trazendo outros instrumentos para a construção de uma nova realidade produtiva, que se baseia no esforço e em resultados obtidos por um trabalho coletivo e de base cooperativa, numa perspectiva solidária dotada de significados e valores compartilhados que se opõem à visão utilitarista engendrada no planeta nesses últimos três séculos de hegemonia do capitalismo.

A necessidade e urgência da edificação de um novo paradigma para as relações socioeconômicas divergentes do modo de produção capitalista, lastreadas nos princípios da democracia, sustentabilidade e da justiça social, para a construção de novas perspectivas e direcionamento para os indivíduos que acreditam neste modo de produção e sociedade.

O alcance da Economia Solidária já revelada em múltiplos empreendimentos exitosos nas mais diversas regiões do planeta e do Brasil. Apesar dessa realidade desfavorável imposta pela agenda do grande capital mundial, vários empreendimentos e grupos ordenados resistem e conseguem sobreviver apesar de todas as dificuldades apresentadas, atuando

em muitas cidades em diversos segmentos cooperativos de prestação de serviços, confecções, alimentação, ecoturismo, agricultura orgânica, extrativismo, pesca, coleta seletiva de resíduos, dentre outros.

Nesses doze anos de existência, observam-se importantes avanços na construção da Economia Solidária no Brasil, que já mobiliza aproximadamente 1,5 milhão de pessoas em mais de 20 mil empreendimentos econômicos solidários e contribui para a construção da humanização das relações de trabalho e geração de renda.

Diante dos fatos, compreende-se a gestão social como principal ferramenta de gestão para a tomada de decisão coletiva sem coerção. Isso é evidenciado quando analisamos a forma de gestão dos empreendimentos e cooperativas de Economia Solidária exitosos, que se baseia no entendimento como processo de construção, tendo a transparência como pressuposto e a emancipação enquanto fim. Ademais, nesses empreendimentos entende-se que a gestão social é um processo em construção nos diversos segmentos da sociedade. Como afirmou o Professor Paulo Freire: “através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais”.

Diante do contexto apresentado, pode-se perceber que no movimento de economia solidária aparecem traços próprios e evidentes da reestruturação capitalista e da dinâmica reificada da vida social, e não de rompimento com a investida capitalista. A economia solidária se apresenta como mais uma estratégia do capitalismo contemporâneo no mundo globalizado, que “fetichiza” as relações de produção e o consumo das mercadorias produzidas dentro das suas estruturas.

Por outro lado, isso também expressa que tais fenômenos estão se consolidando e têm suas bases arraigadas na existência real do capitalismo contemporâneo, impondo a busca por uma análise aprofundada à luz da crítica radical e ontológica do sistema capitalista, e não somente nas “construções ideais” que se autonomizam frente à realidade.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho II: escritos de Marx e Engels**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Acontece SENAES. Boletim informativo da Secretaria Nacional da Economia Solidária. Edição especial. Brasília: MTE. Jun. 2009.

_____. **A Economia Solidária**. Disponível:<<http://portal.mte.gov.br/EPSidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso: 17 set. 2015.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 p. 1931.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Economia Solidária – desemprego e precarização do trabalho**. Parecer em atendimento à deliberação n.º 18 do eixo de Seguridade Social do Relatório Final do 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS. Brasília, 21 de junho de 2013.

CORAGGIO, J. L. **La economia social desde la periferia: contribuciones latino-americanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

DAL MOLIN, F. P. F.; ALLEBRANDT, S. L. **Relatório técnico-científico: Gestão social: aproximações conceituais**. XIX SIC – Seminário de Iniciação Científica, 2011.

DEMO, P. **Participação é uma conquista: noções da política social participativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, L. I. G. (Coord.). **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário – DLSS Outra Economia é necessária e urgente**. Belo Horizonte, MG: Instituto Marista de Solidariedade, 2012.

JACOBI, P. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV 2000, p. 12.

LADEIRA, C. B.; COSTA, B. L. D. (Orgs.). **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

LIMA, J. C. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, J. C. (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 127-170.

MINAS GERAIS. **Plano Estadual de desenvolvimento da Economia Popular Solidaria**. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/economiasolidaria>. Acesso em 06 jun. 2017.

RAICHELIS, R. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: Um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. – 3. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008. p. 2 a 17.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. SOUZA, A. R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4^a ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Introdução à economia solidária: seis anos da SENAES. In: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Acontece SENAES**. Boletim informativo. Edição especial. Brasília: MTE. Jun. 2009.

TENÓRIO, F. G. O mito da participação. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v. 24, n. 3, p. 162-164, maio/jul./1990.

_____. **Flexibilização organizacional: mito ou realidade?** 2^a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

THEODORO, M.; JACCOUD, L.; OSORIO, R. et al. (Orgs.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 1^a. ed. Brasília: Ipea, 2008.

Desenvolvimento de empreendimento econômico solidário

Um estudo sobre a cooperança – Maringá/PR

Maria Adélia Alves Sousa¹, Rosalina Lima Izepão², Mara Lucy Castilho³

Resumo Os empreendimentos de Economia Solidária têm crescido, no mundo e no Brasil, em razão do aumento da pobreza e das desigualdades, oriundas do Capitalismo que é fundamentalmente concentrador e excludente. A Cooperança, objeto deste artigo, é uma cooperativa de catadores e recicladores de lixo eletrônico do Município de Maringá, cujos cooperados encontraram na coleta e nos processos de reciclagens, meios de sobrevivência e de inclusão no mercado de trabalho, por meio dos princípios coletivistas. O objetivo foi verificar se a cooperativa tem se desenvolvido e apresentado crescimento e rentabilidade aos cooperados, desde a sua fundação até os dias atuais. Como resultado tem-se que a cooperativa vem contribuindo decisivamente para a melhoria de vida e renda dos cooperados.

Palavras-chave Economia Solidária; Cooperança; Coleta e reciclagem; Sucatas eletrônicas.

Abstract The solidarity economy has grown in the world and in Brazil, due the growing poverty and inequality, derived from Capitalism, fundamentally concentrator and exclusionary. The Cooperança, aim of this study, is a cooperative of gatherers and electronic waste recyclers in the city of Maringa, whose cooperators has found in the collection and recycling processes, livelihoods and inclusion in the labor market, through the collectivist principles. The objective was to verify if the cooperative has developed and presented, to its members, growth and profitability since its founding to the present day. As a result we have that the cooperative is contributing decisively to the improvement of living and income of cooperative members.

Keywords Solidary Economy; Cooperança; Collection and recycling; Electronic scrap.

Resumén Los proyectos de economía solidaria han crecido en el mundo y en Brasil, debido al aumento de la pobreza y la desigualdad, que surge de capitalismo es fundamentalmente concentrador y excluyente. El Cooperança, el tema de este artículo, es una cooperativa

1 Economista - Técnica do Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá. E-mail maria.adelias@hotmail.com

2 Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: rlizepao@uem.br

3 Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mlcastilho@uem.br.

de recolectores de residuos y recicladores de basura en la ciudad de Maringa, cuya colaboración que reina en los procesos de recogida y reciclado, medios de vida y la inclusión en el mercado laboral, a través de los principios colectivistas. El objetivo fue verificar si la cooperativa ha desarrollado y presentado a la cooperación para el crecimiento y la rentabilidad desde su fundación hasta la actualidad. Como resultado tenemos que la cooperativa está contribuyendo de manera decisiva a la mejora de vida y los ingresos de los miembros de la cooperativa.

Palabras clave Economía Solidaria.

Introdução

No atual estágio de acumulação de capital, o trabalho assalariado ainda continua predominante. Contudo, o crescimento econômico, acompanhado de políticas públicas direcionadas ao aumento do emprego e à redução das barreiras que inibem o acesso do trabalhador ao trabalho, é essencial em qualquer economia para que os postos de trabalho cresçam. No caso brasileiro, as crises econômicas e políticas vivenciadas atualmente vêm gerando alterações constantes no mercado de trabalho, afetando a quantidade e a qualidade do emprego gerado no país e, conseqüentemente, as condições de vida dos assalariados.

Neste contexto, a economia solidária tem se mostrado importante instrumento de geração de renda ao trabalhador desempregado, subempregado ou para segmentos de atividades ligados à agricultura familiar, por exemplo. Para Singer (2002), embora a economia solidária esteja inserida no sistema econômico capitalista, é, sem dúvida, uma forma de trabalho que respeita o cidadão trabalhador, inserindo-o no mercado de trabalho sob a ideia da solidariedade, em contraste ao individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Tratam-se de empreendimentos baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão.

Na macrorregião noroeste do estado do Paraná existem vários exemplos de empreendimentos econômicos solidários, entre os quais se destacam as cooperativas de trabalho e produção, que vêm se constituindo em canais de acesso ao trabalho e à renda para trabalhadores desempregados ou em subempregos. A Cooperança é um destes empreendimentos e os seus cooperados se ocupam da coleta e da reciclagem de sucatas eletrônicas.

O objetivo deste artigo é analisar a importância da Cooperativa de Catadores e Recicladores de Sucatas Eletrônicas (Cooperança), localizada

no município de Maringá – Paraná, enquanto instrumento de defesa dos seus cooperados contra a pobreza. O estudo pautou-se em dados obtidos por meio da pesquisa de campo, onde se utilizou um questionário impresso, contendo questões abertas e fechadas, aplicado aos cooperados, além de fontes bibliográficas.

1 A economia solidária

1.1 Aspectos histórico-conceituais

Atualmente, muito se discute sobre empreendedorismo social, economia solidária e outros modelos semelhantes existentes no Brasil e no mundo. A literatura científica, em geral, tem abordado o tema nas diversas áreas da Ciência, sob os mais variados aspectos. Muitos até confundem economia social com economia solidária. Mas, segundo Lechat, existem diferenças entre uma e outra. A origem etimológica da palavra solidariedade é uma deformação da palavra romana *solidum*, que significa a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo, ou seja, *in solidum*. Assim, solidariedade significa dependência recíproca e, também, dever moral de assistência. É, portanto, diferente da caridade que compreende uma ação unilateral, pois solidariedade supõe, necessariamente, a reciprocidade. (LECHAT, 2010)

De acordo com Lechat:

Se a economia solidária é econômica e socialmente necessária, não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira. Por outro lado, a economia social não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades; mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da economia solidária, uma forma de permitir aos “beneficiários” da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente. (LECHAT, 2010, p. 09)

O termo solidariedade, segundo a autora, pode também ser definido como reciprocidade, lealdade e altruísmo, sendo que somente nos dois primeiros casos têm-se a dependência recíproca de fato, pois não se com-

prova a desigualdade entre os pares. A solidariedade só indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não evidencia uma desigualdade intrínseca. Este é o sentido que se tem dado à economia solidária pela literatura brasileira. (LECHAT, 2010)

Ressalta-se, entretanto, que o modelo atual de economia solidária teve origem na economia social, que apresentou crescente expansão a partir do século XIX tanto por meio do chamado socialismo utópico, representado por Henri Comte de Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Simonde de Sismondi (1773-1842), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858), quanto do socialismo cristão, cujo principal expoente é o inglês Charles Kingsley (1819-1875). Estes autores consideravam a economia de mercado defendida pelos economistas clássicos competitiva, injusta e prejudicial aos trabalhadores da época. (BRUE, 2005)

Outros pensadores também acreditavam que o socialismo poderia, algum dia, vir a prevalecer tendo, por base, os resultados de exemplos particulares bem sucedidos. Um destes autores foi William Godwin (1756-1836), que defendia a educação como instrumento de transformação social e, também, Joseph Proudhon (1809-1865), contestador da propriedade privada e que, a exemplo dos demais pensadores já mencionados, acreditava que graduais reformas poderiam levar a uma sociedade melhor para todos. (FEIJÓ, 2007)

Além da crítica em relação aos custos sociais gerados pelo avanço do capitalismo, alguns destes autores criticaram, também, a insensibilidade da Ciência Econômica por não incluir em seus debates as questões sociais. Portanto, a economia social é anterior à solidária e as mesmas não possuem conceitos e filosofias iguais. Mas, cada uma a seu modo, se preocupa com a população que é obrigada a produzir sua subsistência, subjugada pela lógica do capital. Laville apud Lechat define economia solidária como:

um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota

formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (LAVILLE, 1994, p. 211 apud LECHAT, 2010, p.07)

Diferente do que predomina na organização do trabalho e no assalariamento do trabalhador nas empresas, a economia solidária é uma forma de trabalho em que há a divisão das sobras de forma equitativa. Assim, embora nos dias atuais a maior parcela da produção mundial ocorra por meio do trabalho assalariado e de acordo com as regras impostas pelo capital, nos empreendimentos econômicos solidários a autogestão e a solidariedade são os seus pilares de sustentação. Trata-se de colocar o ser humano no centro do sistema e das relações produtivas, apesar destas estarem subordinadas ao funcionamento do capital (DUARTE, 2004).

Para o professor e economista Paul Singer, no capitalismo “a sociedade está cindida em dois campos distintos: o competitivo, que abrange parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc.; e o solidário, que engloba em princípio as relações familiares, de vizinhança [...]” (SINGER, 2001, p.100). Para o autor, não é nada fácil migrar de um lado para o outro. A competição, que gera a concentração do capital produz contradições que tornam difíceis, até para os detentores do capital, a retroalimentação do processo.

No entanto, segundo Singer, a posse do capital garante a manutenção dos detentores do capital no processo competitivo, que se renova de forma dinâmica e contínua. O mesmo não ocorre com o pobre, restando-lhe, portanto, a solidariedade, já que é excluído da possibilidade de participar da dinâmica competitiva, sob a égide do capital. Para o autor, esta solidariedade muito presente na população pobre advém das carências geradas pela própria pobreza, que por sua vez é decorrente da falta de oportunidades de participação dos resultados econômicos oriundos do processo de produção e de distribuição de riqueza vigente. (SINGER, 2001)

O autor cita como exemplo desta solidariedade a reação dos artesãos e camponeses ao seu empobrecimento crescente, após a I Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, em 1750 e, posteriormente, às reações da população francesa após a Revolução ocorrida em 1789. Neste contexto, Singer destaca a importância do britânico Robert Owen e sua iniciativa de propor a construção de aldeias cooperativas, usando o capital advindo dos fundos de sustento aos pobres. Nestas aldeias, segundo Owen, poderiam morar até 1.200 pessoas trabalhando a terra e, em indústrias, para

produzir a subsistência de todos. A ideia era, ao longo do tempo, retirar os pobres da tutela dos fundos de sustento e, ao mesmo tempo, criar um sistema social que abolisse a empresa lucrativa capitalista. (SINGER, 2002)

O autor entende que, embora Owen não tenha obtido sucesso com sua proposta, o movimento das cooperativas owenistas permaneceu ativo. Segundo Cole (1944 apud Singer, 2002), em 1828 já existiam 70 (setenta) cooperativas e, em 1830, esse número aumentou para 300 (trezentas). O movimento owenista misturou-se com o movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora, onde os trabalhadores não só reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, mas também a eliminação do assalariamento e a sua substituição pela autogestão. Singer chamou esta fase inicial da economia solidária de “cooperativismo revolucionário”, movimento que nunca mais se repetiria tão nitidamente até os anos 70, do século XX. (SINGER, 2002)

A partir de 1975, quando ocorreu o retorno do desemprego em massa no âmbito mundial, a economia solidária passou a ser reinventada. Segundo Singer (1998), tratava-se de um novo modelo de economia, em suas variadas formas de atuação, que visava a inserir no mercado, grande parcela de trabalhadores excluídos do sistema econômico capitalista. Assim, a economia solidária caracteriza-se por uma rede bastante diversificada de empreendimentos, em que se destacavam desde as associações e cooperativas de trabalho, produção e serviços até as empresas de autogestão e as semifamiliares nas quais a solidariedade é o princípio norteador das relações econômicas. (SINGER, 2002)

No Brasil fazem parte desta rede tanto a população excluída e, em vulnerabilidade social, quanto o conjunto de setores da sociedade, comprometidos com os valores solidários e que atuam em diferentes áreas, a exemplo das universidades públicas, sindicatos e organizações não-governamentais (ONGs) que defendem novas alternativas de geração de emprego e renda. O que se busca, por meios dos empreendimentos econômicos solidários é a sobrevivência a partir de um modo organização do trabalho, cuja estruturação, diferente do modo de produção predominante, segue os princípios coletivistas da solidariedade, apresentando-se não apenas como uma simples alternativa ao desemprego, mas também como forma de obtenção de autonomia e respeito ao trabalhador.

A economia solidária é praticada no Brasil e em muitos outros países, como afirma Culti (2011). Para a autora, embora com outros nomes e significados variados, estas práticas têm em comum a ideia da solidariedade,

em contraste ao individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Fazem parte desta modalidade de economia empreendimentos baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. Caracterizam-se por organizações de produtores, consumidores e de créditos, que se diferenciam por estimular e praticar a solidariedade entre os membros e a autogestão de seus empreendimentos. A cooperativa é a forma clássica de empreendimento da economia solidária e a ela também se aplicam as regras da autogestão.

Observa-se, portanto, que a economia solidária caracteriza-se por outra lógica de se produzir, comercializar e consumir, em que a qualidade e o desenvolvimento da vida humana ocupam sua centralidade. Por meio dela, toda produção de recursos, gerados pelo trabalho coletivo, é dividido de forma equitativa entre o grupo, o que além de contribuir para a sobrevivência, produz valores solidários que levam à inclusão social e à valorizando das relações produtivas. De acordo com Andrade (2004 apud GAIGER, 2009), a autogestão induz o trabalhador a uma maior participação política na esfera pública, ampliando suas competências para a participação democrática e cidadã. Ademais, existe a possibilidade de articulação positiva dos empreendimentos econômicos solidários com o entorno marcado por relações de mercado tipicamente capitalistas. Neste caso, a economia solidária seria capaz de mobilizar, ao mesmo tempo, recursos monetários e reciprocidade, religando o econômico ao social.

Ainda para Andrade (2004 apud GAIGER, 2009), a economia solidária pressupõe um pluralismo de mercado, capaz de abrigar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no interior do mercado capitalista mais amplo, por meio do reforço das capacidades de articulação destes EES na esfera política, em seus diversos níveis. O que implica dizer que o trabalho organizado nos EES vai além da esfera puramente econômica articulando o político e o social, a solidariedade e os vínculos de reciprocidade à atividade produtiva e de distribuição dos bens produzidos.

1.2 O cooperativismo solidário no Brasil

O cooperativismo é o principal antecedente da economia solidária e também a forma clássica de organização dos seus empreendimentos. A ideia do cooperativismo surgiu em *Rochdale*, na Inglaterra, em 21 de dezembro de 1844, quando um grupo de tecelões criou um armazém, onde

todos eram proprietários e podiam adquirir alimentos de qualidade a preços menores que os praticados no mercado. O objetivo do grupo era sobreviver sob a orientação dos princípios oriundos da Revolução Francesa de igualdade, justiça e liberdade. Assim, os cooperados de *Rochdale* abriram caminho para um movimento que logo se espalhou pela Europa e pelo mundo (BRASIL, 2006).

O primeiro registro de criação de uma cooperativa no Brasil data de 1889, com a implantação em Ouro Preto, Minas Gerais, da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos. Portanto, assim como os tecelões de *Rochdale*, os precursores brasileiros foram cooperados de consumo. A Sociedade Cooperativa oferecia produtos diversificados que variavam desde gêneros alimentícios até produtos para residências e crédito. A partir desta sociedade mineira, outras organizações foram surgindo pelo Brasil. Inicialmente, a maior parcela das cooperativas foi formada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários que, juntos, buscavam atender melhor suas necessidades. As demais cooperativas criadas vinculavam-se a empresas, as quais estimulavam a cooperação entre os funcionários, principalmente as do Estado de São Paulo (BRASIL, 2006).

Ainda no século XIX, surgiram também as cooperativas agropecuárias. A primeira registrada foi a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, fundada no Rio Grande do Sul, em 1892. A partir de então, esse segmento se desenvolveu com vigor no sul do País, estimulado por imigrantes europeus e asiáticos, que traziam dos seus continentes o conhecimento da doutrina e buscavam a união para amenizar as dificuldades de começar vida nova no Brasil. O ramo mais antigo de cooperativa, ainda em funcionamento no Brasil, é do setor de crédito, onde se destaca o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), fundado em 1902. Esta cooperativa, idealizada pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstad, grande conhecedor do sistema cooperativo europeu, foi formada inicialmente por colonos de origem alemã no município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Portanto, o cooperativismo começou a se delinear no Brasil influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes (BRASIL, 2006).

Em 2005 já existiam no Brasil 6,8 milhões de cooperados, somando quase 200 mil empregos diretos, em 7.500 cooperativas, que estavam presentes em 31% dos municípios brasileiros, conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em 2010, o número de coopera-

dos cresceu para 9 milhões, presentes em todos os estados da Federação. Estas cooperativas estão divididas em 13 setores da economia. A OCB estabeleceu os ramos do cooperativismo baseando-se nas diferentes áreas em que o movimento atua. As atuais denominações dos ramos são: agropecuário, crédito, trabalho, transporte, saúde, educacional, habitacional, infraestrutura, produção, consumo, mineral, turismo e lazer e especial. (OCB, 2010)

Na definição de Sandroni (1996), cooperativa é um sistema organizacional formado e dirigido por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. Os sete princípios do cooperativismo são: adesão voluntária e livre; gestão democrática e livre; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

A cooperativa no Brasil compreende uma sociedade de indivíduos e não de capital. Para a sua constituição são necessárias no mínimo 20 pessoas físicas, que se associem livremente e atuem em benefício de todos. O cooperado é, ao mesmo tempo, dono e usuário. O controle da entidade é democrático e deliberado nas assembleias. Para as decisões, cada associado tem direito a um voto, independentemente do capital que possua junto à entidade, enquanto nas empresas mercantis o peso do voto depende da posse de ações. A cooperativa também não permite a transferência de quotas-partes a terceiros; os sócios de uma empresa, por sua vez, podem vender suas ações. Assim, a cooperativa é uma associação, mas, ao mesmo tempo, tem particularidades em relação às associações definidas no Código Civil Brasileiro. A cooperativa tem uma legislação própria e uma estrutura diferenciada com conselho fiscal, conselho administrativo e estatuto social. (OCD, 2010)

A primeira lei brasileira do cooperativismo é a de nº 5.764, de 16/12/1971. Nela é detalhada a classificação, a constituição e o funcionamento das sociedades cooperativas. Foi esta lei que permitiu a organização do setor, possibilitando a criação de entidades estaduais ligadas à OCB e estimulando a sua modernização. A intervenção governamental foi mantida. Em 1982, a responsabilidade do Governo Federal pelas atividades ligadas ao cooperativismo e ao associativismo foi transferida por meio da Lei nº 7.231, sendo criada, também, a Secretaria Nacional de Cooperativismo (Senacoop), pelo Decreto nº 90.393, de 30 de outubro de 1984.

A cooperativa Cooperacção, objeto deste estudo, assim como as demais cooperativas formadas por catadores de recicláveis, é definida como cooperativa de trabalho. Além de ser fonte geradora de trabalho e renda de forma igualitária, este tipo de cooperativa contribui para o respeito às questões ambientais, tendo indispensável missão no redirecionamento do lixo para sua reutilização.

As cooperativas de trabalho possuem, desde 19 de julho de 2012, uma legislação específica, a Lei de nº 12.690, a qual define que as mesmas devem ser criadas e formadas por profissionais autônomos, que exerçam a mesma profissão. No seu artigo 6º, estabelece que a cooperativa de trabalho poderá ser constituída por, no mínimo, sete cooperados, possibilitando assim a formalização da Cooperacção, a qual possui doze cooperados.

A catação é um dos processos de reaproveitamento do lixo mais antigo no Brasil. Porém, foi no final dos anos 1980 que esta atividade ganhou maior importância, movimentando grandes quantias de dinheiro e dando destaque ao país, mundialmente. Por ser uma atividade recente, somente a partir dos anos 1990 é que a população passou tomar consciência da importância do profissional catador, do reaproveitamento e dos benefícios auferidos para a sociedade, a economia e a natureza (RODRIGUES e CAVINATTO, 1997). É na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, que se encontram os instrumentos importantes para o enfrentamento, no Brasil, dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) visa à prevenção e à redução na geração de resíduos, por meio de propostas direcionadas à prática de hábitos de consumo sustentável, além de apresentar um conjunto de instrumentos que objetivam propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos. Isto é, daquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado, bem como a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, ou seja, daquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado. (BRASIL, 2010)

2 a cooperacção – cooperativa de materiais recicláveis dos conjuntos João de Barro e Santa Felicidade, Maringá-PR

2.1 O município de Maringá e o cooperativismo solidário

Maringá se destaca entre os municípios paranaenses, por seu alto índice de desenvolvimento humano, em torno de 0,860 e por ser polo da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Instalado em 14/12/1952, o município conta atualmente com 403.063 habitantes, dos quais 97,48% residem na área urbana e 2,52% na rural. A sua taxa de desemprego é de aproximadamente 5,7%, possuindo até o início dos anos 2000 uma parcela da população que sobrevivia da coleta do lixo mantido a “céu aberto” pela prefeitura. No local, conhecido como Lixão, algumas pessoas retiravam, em condições desumanas, o seu sustento e o de sua família.

Em 2001, por meio do esforço conjunto entre a Prefeitura de Maringá e a UEM – Universidade Estadual de Maringá, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e a Unitrabalho, respectivamente, criou-se a Coopermaringá, uma cooperativa de catadores de recicláveis, tendo como cooperados, os catadores de lixo do conhecido Lixão. Em 2011 foi criado o Fórum Intermunicipal Lixo e Cidadania, congregando Maringá e, também, os municípios conturbados de Sarandi e Paiçandu. Do Fórum participavam representantes da sociedade civil, da Igreja Católica, das prefeituras dos municípios envolvidos, do Ministério Público e da UEM, por meio da Unitrabalho. O objetivo deste Fórum era possibilitar a melhoria das condições de vida dos recicladores, por meio da criação de instrumentos de geração de emprego e da renda. (BORGES, NASCIMENTO, ESCARANTE et al, 2014)

Antes, em 2010, foi sancionada a Lei Municipal nº 9.615, que criava nova regulamentação ao Programa de Coleta Seletiva, visando à inclusão social e econômica dos catadores de recicláveis – Pró-Catador, com base na Lei Federal 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A partir da Lei Municipal Pró-Catador foi formado o Conselho Gestor que, além de ser órgão deliberativo, fiscalizador e consultivo, propunha:

[...] regular as ações de inserção social e econômica, a geração de trabalho e renda e a promoção de cidadania para os catadores e cooperativas /associações de reciclagem e também atribui uma série de deveres ao Município para com as cooperativas e associações autogestionárias de materiais recicláveis, dentre os quais estão a aquisição de equipamentos, máquinas e veículos vol-

tados para a cadeia seletiva, bem como a implantação e adaptação da infraestrutura física das cooperativas e associações de catadores de recicláveis e reutilizáveis e a promoção de educação ambiental e política [...]. (BORGES, NASCIMENTO, ESCARANTE et al, 2014)

O Núcleo/Incubadora Unitrabalho – UEM, fundado em 29/10/1998, realiza o processo de Incubação Social Interdisciplinar dos empreendimentos solidários da região, orientando-os e capacitando-os tecnicamente para a autogestão e autonomia. Entre os empreendimentos que passaram pelo processo de incubação na Unitrabalho tem-se: Coopermaringá, Coopernorte, Cooperambiental, Coopercicla, Coopervidros, Cooperpalmeiras e a Cooperacção, objeto deste estudo. Todas dedicadas às atividades de coleta e reciclagem.

2.2 A cooperacção

A Cooperativa de Materiais Recicláveis (Cooperacção) dos Conjuntos João de Barro e Santa Felicidade está localizada na Rua Gertrude Heck Fritzen, nº 5769, em Maringá. Criado em 2005, este empreendimento consiste em uma cooperativa de coleta e reciclagem de sucatas eletrônicas e possui atualmente 12 (doze) cooperados. O objetivo da sua criação foi atender o grupo de carrinheiros e catadores de lixo que trabalhavam em Maringá, excluídos dos seus direitos mais elementares e em situação de risco nas ruas da cidade. Desde sua fundação, contou com a incubação do Núcleo Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá, elemento fundamental para a sua organização e formalização. Atualmente funciona de maneira autônoma.

O espaço ocupado pela Cooperacção é um terreno de 487m² e 200m² de área construída, contendo dois banheiros, feminino e masculino, uma cozinha, um refeitório e um escritório. O espaço físico é suficiente para o desenvolvimento das atividades de produção da Cooperativa, entretanto não possui a capacidade de armazenamento necessária aos materiais mais difíceis de comercialização, portanto o tamanho do local destinado a esta função não é satisfatório.

A cooperativa possui, ainda, os equipamentos básicos necessários para as suas atividades atuais. São eles: uma paleteira, um carrinho de carga, uma balança, ferramentas para desmontagem dos materiais (chave de fen-

da, alicate e martelo) e os equipamentos de proteção individual para cada cooperado (luvas, óculos, botas e uniforme). O uso dos equipamentos de proteção é obrigatório e todos na Cooperativa usam. Embora acidentes tenham ocorrido, nenhum apresentou gravidade graças ao uso constante de tais equipamentos.

A princípio, essa cooperativa trabalhava com material reciclável comum, em um galpão cedido pelo Governo Federal especificamente para o trabalho de reciclagem de resíduos sólidos. Em 2011, a Prefeitura do Município de Maringá fez um contrato de serviços com a cooperativa, e os cooperados passaram a trabalhar com sucatas eletrônicas e a Cooperativa a receber o valor bruto de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês para auxílio nas despesas e em outras necessidades. .

Para iniciar as atividades com sucatas eletrônicas, os cooperados receberam o treinamento, durante um mês, sobre como separar o material eletrônico. Esse treinamento foi realizado pela empresa Nova Fênix e, em contrapartida, a cooperativa venderia seu material apenas para Nova Fênix durante um ano. Assim, a comercialização do lixo eletrônico teve início em dezembro de 2011, tendo então, um único comprador, a empresa Nova Fênix, até dezembro de 2012. Após essa data, a cooperativa passou a atender e buscar outros compradores e mercados, possibilitando a obtenção de melhores preços e a ampliação da demanda por outros materiais. Atualmente a cooperativa tem em média 5 (cinco) compradores mais frequentes.

Na cooperativa existe a divisão de funções: coleta, descarga, separação, desmontagem, armazenamento, limpeza e comercialização. Uma cooperada é fixamente responsável pela limpeza. Para a coleta há uma escala, da qual todos participam. Na desmontagem, cada cooperado tem sua especialidade: a primeira desmontagem, o trabalho com cobre, o trabalho com fio e o trabalho com alumínio, metal e inox. A coleta é feita por um veículo cedido pela Prefeitura do Município de Maringá, assim como o motorista. Embora seja vantajosa por minorar os custos da cooperativa, essa cessão também apresenta desvantagens, pois há momentos em que a ausência do motorista, por motivos diversos, compromete o trabalho e a cooperativa fica sem coletar. Outra desvantagem é não poder realizar coletas aos sábados, domingos e feriados. Excetuando-se tais eventualidades, existe coleta todos os dias, nos pontos pré-determinados e nos locais solicitados. Os pontos de coleta se localizam atualmente no Senai, Tiro de Guerra, SESC, 4º Batalhão, Colégio Paraná, Rotary Club da Cerro

Azul, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Sanepar e Supermercados Cidade Canção (Maringá Velho, Avenida Brasil, Praça Rocha Pombo), todos no município de Maringá. Além desses pontos, é possível agendar coleta pelo telefone da cooperativa (44) 3255-1171.

A cooperacão atende prioritariamente a cidade de Maringá, porém, já foram feitas campanhas de recolhimento de material eletrônico em cidades vizinhas, como Mandaguari e Paiçandu, por exemplo. Contudo, nessas situações a Prefeitura de Maringá não cede o veículo para coleta, logo a Cooperativa é quem deve providenciar e arcar com os custos do transporte. Quanto aos rejeitos da Cooperativa, estes são retirados pela Prefeitura de Maringá uma vez ao mês, frequência suficiente já que o trabalho com a sucata eletrônica produz menos rejeitos que a reciclagem do lixo comum.

No que se refere à comercialização, existe um material que a cooperativa tem mais dificuldade para comercializar, o plástico PS, PSC (poliestirenos), e ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno), que são os plásticos das carcaças de televisão, monitores, teclados, entre outros. A problemática deste material é que além de haver poucos compradores e seu preço é baixo e o armazenamento desse material ocupa muito espaço, o que reduz o local de produção da Cooperativa, conforme se pode observar por meio da figura 01.



Figura 1. Acúmulo do plástico OS, PSC e ABS na área interna da cooperativa.

Outros materiais considerados problemas são os televisores e monitores tipo tubo porque ocupam muito espaço para armazenar e, para dar um bom retorno financeiro, é necessário abri-los, o que só é possível com uma máquina específica que a Cooperativa não possui. Recentemente, os cooperados encontraram um comprador destes produtos em Rio Claro -

SP, para quem poderão vender, porém o frete ficará a cargo da Cooperativa. A primeira venda ainda não aconteceu, já que a Cooperativa precisa acumular uma grande quantidade para completar um caminhão.

Então, em termos de gestão, a Cooperacão ainda apresenta muito espaço para crescimento, terá que encontrar caminhos para se livrar da dependência da Prefeitura do Município de Maringá e, também, conseguir mais recursos financeiros para poder promover políticas de ampliação do seu espaço de atuação e de comercialização, além da aquisição de máquinas e equipamentos necessários para o crescimento do empreendimento.

Atualmente a Cooperacão possui 12 (doze) cooperados, sendo que um deles está afastado há quase um ano devido a problemas de saúde. Nesse caso, o cooperado não recebe o rateio das horas trabalhadas, já que não produziu, porém, enquanto apresentar os devidos atestados, receberá parte da divisão do repasse da Prefeitura de Maringá referente aos R\$5.000,00, já mencionados anteriormente. A Cooperativa encontra-se completamente legalizada junto aos órgãos competentes, possuindo alvará de licença da Prefeitura, licenças ambientais, sanitárias e dos bombeiros. A contabilidade para recolhimento dos impostos é feita por um escritório especializado, pago pela Cooperativa. Internamente, além da documentação mencionada, os cooperados mantêm as suas assembleias e atas rigorosamente atualizadas.

Quanto às relações de trabalho, a jornada de trabalho na Cooperativa é de segunda a sexta-feira, das oito às doze horas, com uma hora e meia de almoço, retornando às atividades às treze e trinta e encerrando as atividades às dezessete horas. Os cooperados não possuem benefícios do tipo cestas básicas, plano médico, plano odontológico, creche, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ou 13º salário. Porém, começaram a pagar o INSS desde o final do ano de 2013, por meio da cooperativa, como catadores, pagando todo mês o valor proporcional a um salário mínimo. Existe um projeto na cooperativa de implantação do 13º salário, mas ainda não há meios concretos para alcançar esse objetivo. O mais próximo disso é a confraternização que a cooperativa faz todo final de ano para os cooperados e suas famílias.

A receita da Cooperativa acontece de duas formas. A primeira vem da prestação de serviços para a Prefeitura de Maringá, em que por meio de um contrato, a cooperativa recebe o valor de R\$5.000,00 mensais. Deste valor são descontados o IRRF e o ISS direto da fonte e após o recebimento é pago o Cofins, PIS, CSLL e IRPJ. Em 2015, o valor mensal líquido recebi-

do pela cooperativa foi de R\$4.183,50. Este valor a cooperativa tem usado para pagar o INSS dos cooperados e o restante é dividido igualmente entre todos os ativos. A outra forma de receita é a comercialização de seus materiais. Os materiais que mais geram renda para a cooperativa são os HDs e monitores LCD, devido à grande quantidade coletada e ao cobre (encontrado em motores em geral), devido ao seu alto valor de mercado.

A Cooperanção vende seus materiais para atravessadores, compradores que fazem a intermediação entre as cooperativas e a indústria transformadora, assim como a maioria das cooperativas da região. A venda para atravessadores, ao invés da venda direta para a indústria, causa uma queda considerável nos preços e, portanto, na renda dos cooperados. A dificuldade em vender para a indústria está na pequena quantidade de material coletado e na distância das indústrias interessadas, pois, geralmente, a viagem não compensa a compra para a indústria e a cooperativa não tem condições de entregar o material.

Embora haja algumas dificuldades na comercialização, pode-se observar por meio da Tabela 1 que a receita da cooperativa vem aumentando desde que começaram a trabalhar com sucatas eletrônicas e prestar serviços à Prefeitura de Maringá. Os valores abaixo não incluem o repasse da Prefeitura, pois esse valor é contabilizado à parte, conforme já explicado anteriormente. Contabilizados os valores com o repasse da prefeitura em 2015, somar-se-iam R\$7.811,79 mais R\$5.000,00, totalizando R\$12.811,79.

Tabela 1. Receita Bruta Média Anual da Cooperanção de 2012 a 2015.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Receita	R\$ 5691,68	R\$ 6578,65	R\$ 7898,57	R\$ 7811,79

Fonte: Cooperanção, 2015.

Vale ressaltar algumas situações significativas para analisar as receitas da cooperativa. Em 2012 foi feita uma campanha de coleta de sucatas eletrônicas em toda cidade de Maringá, promovida pela Prefeitura, que gerou uma receita de R\$11.094,00 em agosto daquele ano, o que equivale a quase o dobro da receita média. Essas campanhas são muito importantes, pois divulgam a Cooperativa e a reciclagem em geral. Sabendo disso, a Cooperativa, em 2015, criou uma página no *facebook* para divulgar suas atividades e mandou fazer panfletos de divulgação para distribuir pela cidade. O intuito foi divulgar a Cooperativa e conscientizar a população sobre a importância da reciclagem das sucatas eletrônicas.

Em 2015, percebeu-se uma queda geral nos preços pagos pelos materiais recicláveis, não só o material eletrônico, mas todos os materiais na região. O que explica a queda da receita neste ano. A Tabela 2 mostra a despesa média anual entre 2012 e 2015, da Cooperanção.

Tabela 2. Despesa Média Anual da Cooperanção de 2012 à 2015.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Despesas	R\$ 699,87	R\$ 811,81	R\$ 968,65	R\$ 1083,36

Fonte: Cooperanção, 2015.

Por meio da Tabela 2 é possível observar que as despesas médias da cooperativa, evoluíram no período analisado. As despesas fixas que a cooperativa possuía mensalmente eram com energia elétrica, água, escritório de contabilidade, serviços de segurança e produtos de limpeza. Ocasionalmente a cooperativa teve despesas com documentações e atas. Os gastos com impostos sobre o repasse da Prefeitura do Município não estão inclusos nessas despesas, pois esses valores são contabilizados a parte. A Tabela 3 mostra a renda mensal dos cooperados no período de 2012 a 2015, bem como o número de cooperados.

A renda média apresentada é a renda total recebida pelos cooperados, considerando o valor do rateio das vendas e a divisão do repasse da Prefeitura. Pode-se perceber que o aumento na renda foi maior que o aumento na receita da cooperativa, isso se deu devido ao aumento do valor que cada cooperado recebeu na divisão do repasse da prefeitura, já que, como pode-se observar, o número de cooperados diminuiu durante o período.

Tabela 3. Número de Cooperados e Renda Média de 2012 a 2015.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Nº de cooperados	17	14	10	11
Pagamento	R\$ 569,23	R\$ 762,13	R\$ 1123,81	R\$1024,47

Fonte: Cooperanção, 2015.

A queda na renda, em 2015, é explicada pelo pequeno aumento no número de cooperados, pela pequena queda na receita da cooperativa e pelo crescimento nas despesas. Ainda assim, nota-se um movimento crescente na renda dos cooperados, conjuntamente analisando. Se analisarmos apenas os valores do rateio das vendas, demonstrado na Tabela 4, vemos que o movimento crescente também ocorre.

Tabela 4. Média Anual da Renda – rateio das vendas.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Renda (rateio das vendas)	R\$ 318,73	R\$ 431,36	R\$ 693,46	R\$ 624,61

Fonte: Cooperacão, 2015.

Os valores médios da renda total recebida mensalmente pelos cooperados, se comparados ao salário mínimo da região pago aos trabalhadores empregados em serviços, nos revela que em 2014, a cooperativa trouxe um retorno maior do que um salário mínimo para os cooperados, e, em 2015, quase se equiparou.

Tabela 5. Média Anual de Salários, Comparados ao Salário Mínimo Regional.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Salário Mínimo	R\$ 811,80	R\$ 914,82	R\$ 983,40	R\$ 1070,33
Pagamento	R\$ 569,23	R\$ 762,13	R\$ 1123,81	R\$1024,47

Fonte: Cooperacão, 2015.

Outro apontamento acerca da evolução da cooperativa é a comparação da renda total obtida pelos cooperados no período antes do contrato com a prefeitura (2006 – 2011) e o período após o contrato (2012 – 2015). Os dados dos anos de 2010 e 2011 foram obtidos nos arquivos da cooperativa e os dados dos anos anteriores foram obtidos em Culti (2011).

Tabela 6. Pagamentos – Médias Anuais.

Média anual	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pagamento total	R\$ 182,23	R\$ 148,00	R\$ 349,93	R\$ 160,49	R\$ 254,65	R\$ 242,59

Fonte: Cooperacão, 2015 e Culti (2011)

A renda média na cooperativa nos anos anteriores ao contrato com a Prefeitura não alcançava os R\$300,00 (trezentos reais), com exceção de 2008, e se mantinha sempre nessa faixa dos R\$200,00 (duzentos reais). Após o apoio da Prefeitura e a mudança no material de trabalho, a cooperativa alcançou um índice positivo de crescimento.

A pesquisa de campo evidencia o perfil dos cooperados da Cooperacão. O questionário foi aplicado a cada um dos onze cooperados ativos da cooperativa. Já foi mostrado anteriormente que os eles têm uma renda mensal pequena, se comparada ao custo de vida da população no muni-

cípio de Maringá, mas que, apesar disto, a Cooperativa é uma importante fonte de trabalho e de renda para a população por ela atendida. O Quadro 1 mostra o perfil destes cooperados no que se refere a sexo, idade, escolaridade e tempo na cooperativa.

Quadro 1. Perfil dos Cooperados da Cooperanção

Perfil do cooperado da Cooperanção – Maringá				
Sexo	Masculino		Feminino	
	2		9	
Idade	18-20	20-40	40-50	60 ou mais
	2	-	7	2
Escolaridade	1º grau incompleto	1º grau completo	1º grau incompleto	1º grau completo
	2	-	9	-
Tempo na cooperativa	Até 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 ou mais
	2	-	4	5

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na pesquisa de campo.

Os cooperados foram questionados sobre as ocupações anteriores e os motivos que os levaram até a cooperativa. Das ocupações anteriores, 4 (quatro) deles já trabalhavam com reciclagem, 3 (três) eram empregadas domésticas, 2 (dois) trabalhavam no comércio de Maringá, 1 (um) trabalhava na construção civil e 1 (uma) era dona de casa e viu na cooperativa a oportunidade de se colocar no mercado de trabalho e auxiliar na renda da família.

Dos motivos que os levaram a trabalhar na cooperativa, 1 (um) deles alegou que foi devido à idade, considerada avançada para trabalho na construção civil, 2 (duas) afirmaram que foram para a cooperativa após o fechamento do Lixão. Outros motivos citados foram o trabalho tranquilo, o fato de morar perto, não ter patrão e, principalmente, ter liberdade de horário. Outros 3 (três) relataram que têm filhos que precisam de maior atenção em virtude da deficiência, hiperatividade ou uso de drogas, por isso a flexibilidade de horário é muito importante.

Com informações adicionais de identificação dos cooperados, podem-se traçar os perfis mais comuns na cooperativa. O primeiro perfil identificado refere-se a dois cooperados do sexo masculino, que entraram mais recentemente na cooperativa, jovens de 18 a 20 anos, que são filhos de cooperadas e não possuem o primeiro grau completo. Nesse caso, para

eles a cooperativa é um espaço temporário até conseguirem um emprego melhor, fazer alguma capacitação e estudar.

O segundo perfil engloba a maioria dos cooperados. Pessoas, na grande maioria mulheres, com mais de 40 anos, que não possuem formação acadêmica, pois todas possuem o primeiro grau incompleto, e que já estão há muito tempo na cooperativa. São pessoas que, aparentemente, apresentam dificuldade de entrar no mercado de trabalho devido à idade e à falta de formação.

A segunda parte do questionário se referia a mudanças na qualidade de vida, medidas por aquisições e nível de educação, que ocorreram na vida dos cooperados depois que passaram a fazer parte da Cooperacão. Quando perguntados sobre as melhorias que alcançaram trabalhando na cooperativa, em relação a moradia, 2 (dois) cooperados quitaram uma casa, 2 (dois) estão pagando um financiamento com a renda da cooperativa e 1 (um) deixou de morar de favor e alugou uma casa para morar com sua família.

Sobre aquisição de meios de transporte, apenas um deles disse ter quitado uma moto. Sobre aquisição de móveis e eletrônicos: 1 (um) relatou que não adquiriu nada no período, 5 (cinco) deles adquiriram um ou dois itens (principalmente TV e celular), 2 (duas) adquiriram quatro itens (ambas máquina de lavar, geladeira e TV) e 3 (três) cooperadas afirmaram que tudo o que possuem atualmente veio da renda da cooperativa.

Em relação a melhorias na educação e na vida da família, apenas 2 (duas) cooperadas relataram que seus filhos fizeram curso de capacitação. Quando perguntados sobre viagens/lazer, apenas 1 (uma) respondeu que pôde fazer uma viagem à praia, os outros entrevistados disseram que não fizeram e que não têm interesse em viagens.

Sobre os auxílios e programas oferecidos pelo Governo Federal, como os programas Bolsa-Família e Minha Casa Minha Vida, 3 (três) dos cooperados recebem Bolsa-Família em suas casas, 5 (cinco) já receberam, 2 (dois) foram excluídos do Programa porque os filhos não estão frequentando a escola e 3 (três) nunca receberam. Dos onze cooperados, 4 (quatro) participaram/participam do programa Minha Casa Minha Vida, sendo que 2 (dois) deles já quitaram a dívida.

A Cooperacão foi incubada desde sua fundação pelo Núcleo Incubadora Unitrabalho – UEM. A Incubadora, desde 2001, estava envolvida na criação das cooperativas de reciclagem em Maringá e região, pois devido a uma ação judicial que exigia a retirada dos trabalhadores do “Lixão”, a

Secretaria Municipal do Meio Ambiente organizou o projeto de ação, já mencionado, e solicitou seu apoio. Embora a Cooperativa tenha autonomia, a Unitrabalho - UEM continua acompanhando-a, auxiliando na área financeira, contábil, legal e de capacitação. Acompanha o fechamento de caixa mensal, as assembleias, reuniões, preenchimento de atas, além de capacitação na área de cooperativismo e Economia Solidária. O Instituto Lixo e Cidadania de Maringá também apoia a Cooperativa, como espaço de discussão da gestão de resíduos e inclusão social dos catadores e separadores (CULTI, 2011). A faculdade Unifamma também já realizou trabalhos com a cooperativa oferecendo dinâmicas de grupo, organização do espaço de trabalho e segurança no trabalho.

A Cooperanção mostra-se cumprindo os princípios do cooperativismo, quando suas decisões são deliberadas em assembleias, em que cada cooperado possui voz e voto, além de possuir um Conselho Fiscal. Trata-se de uma Cooperativa que atua no mercado para gerar benefícios aos seus cooperados, mas sempre obedecendo a legislação tributária ligada ao cooperativismo. Quanto às dificuldades, embora a Cooperanção esteja demonstrando desenvolvimento ao longo dos anos, ainda há desafios a serem vencidos e melhorias a serem feitas. Muitos destes desafios já foram identificados pela Cooperativa. Alguns já estão caminhando para possíveis soluções, enquanto outros ainda são questões a serem estudadas. Uma das maiores dificuldades apontada pelos cooperados é a dificuldade na comercialização de materiais específicos como, por exemplo, o já citado plástico da carcaça de monitores, televisores, impressoras e teclado, o chamado plástico PS, PCS e ABS. A busca por compradores é feita constantemente, porém com pouco sucesso.

No primeiro ano de trabalho com sucatas eletrônicas, em razão do acordo com a Nova Fênix, já mostrado anteriormente, a empresa foi obrigada a comprar esse material, mas, após o fim do contrato, a empresa se recusou a continuar comprando esse tipo de sucata, começando, assim, a problemática com tal material. Uma outra venda deste material até foi realizada, por meio da Coopercentral, uma cooperativa de segundo grau, da qual a Cooperanção faz parte. A ideia da Coopercentral é a união das cooperativas para a comercialização dos materiais, buscando melhores preços por meio da venda direta para a indústria em maior quantidade e do beneficiamento dos materiais. Porém, a venda para a Coopercentral foi realizada apenas uma única vez, pois a mesma tem encontrado dificuldades em seu funcionamento.

Além desse material, tem-se ainda o caso dos tubos de televisores e monitores, que também não são comercializados facilmente. Para solucionar a questão desses dois tipos de materiais, os cooperados apontam duas possíveis alternativas. Na primeira, a cooperativa se organizaria para a comercialização, por meio do melhoramento do espaço para a estocagem desse material, a fim de possibilitar uma grande venda quando chegasse a uma determinada quantidade. Porém isso ocuparia um precioso espaço da cooperativa e necessitaria de investimentos em máquinas e equipamentos que agregassem valor a esses materiais, seja a máquina de abertura dos tubos, seja a de moer o plástico OS. O problema é que isto teria um custo muito elevado para a Cooperativa, capital de que não dispõe no momento.

A segunda solução seria por meio da Coopercentral, pois, com essa organização, as cooperativas venderiam, em conjunto, para a indústria, ou, até mesmo, poderiam adquirir os equipamentos necessários para beneficiar materiais e agregar valor a estes produtos. Por esse meio, seria possível superar o outro desafio que é a negociação com atravessadores, pois vendendo diretamente para a indústria, as cooperativas conseguiriam um preço melhor. Porém, para que essa solução funcione, são necessários participação e empenho das cooperativas e órgãos envolvidos, para que a Coopercentral possa funcionar de fato como uma Cooperativa Central.

Outro desafio da Cooperança é adquirir seu próprio veículo para coleta, gerando maior autonomia e segurança para o grupo. Como sugestão para que isso aconteça, propõe-se a possibilidade da criação de um fundo, no qual mensalmente seria depositado um dinheiro destinado à compra do veículo. Além desta, outra solução é ficar atento a projetos, editais e premiações, dos quais a Cooperativa possa participar e obter recursos para a aquisição em questão.

A fim de aumentar a arrecadação de materiais para a Cooperativa, é sabido que as campanhas realizadas pela Prefeitura causam bons resultados, porém não ocorrem há muito tempo. Para maior autonomia da Cooperança, seria interessante que o grupo, com o apoio de seus parceiros, pudesse criar frequentes campanhas de arrecadação e conscientização na região, por meio de panfletos, propagandas em rádio e divulgação pela *Internet*, promovendo assim a Cooperança. Estas campanhas podem ser feitas juntamente com outras cooperativas da região, reunindo forças por um objetivo comum.

3 Conclusões

A Economia solidária e seus empreendimentos vêm crescendo no mundo e no Brasil. Trata-se de uma forma de trabalho diferenciada dentro do sistema econômico capitalista, pois não se baseia na exploração da força de trabalho pelo capital, embora faça parte do sistema. Nos empreendimentos solidários, prevalecem a solidariedade e a reciprocidade, as quais apresentam-se como importantes soluções para a inclusão de grande parte da população excluída no País.

No caso da Cooperança, objeto deste artigo, embora possua apenas 12 cooperados e seja um empreendimento relativamente recente, tem apresentado resultados positivos em relação ao crescimento econômico e social dos cooperados, além de produzir amplos benefícios ao meio ambiente devido à natureza do seu trabalho. Por meio dos dados econômicos apresentados, pode-se observar um aumento na renda dos cooperados e a ultrapassagem do valor do salário mínimo, o que representou uma mudança no quadro da cooperativa. Ou seja, neste quesito, a Cooperança passou de uma cooperativa que não rendia meio salário mínimo aos seus cooperados, para uma cooperativa que tem rendido um salário mínimo e que apresenta forte perspectiva de aumentar esse valor, se alguns dos seus desafios forem vencidos.

Entre os desafios apontados se destacam a aquisição de veículos para transporte dos produtos coletados e, também, para a venda, além de equipamentos para transformação de alguns materiais coletados como PCs e televisores. Outros obstáculos importantes a serem transpostos referem-se à necessidade de ampliação do espaço físico para armazenamento dos produtos coletados e que são mais difíceis de serem comercializados. Observa-se, ainda, que o crescimento apresentado pela cooperativa está diretamente relacionado ao contrato firmado com a Prefeitura do Município de Maringá. Contudo, defende-se, neste artigo, que, embora o vínculo Prefeitura/Cooperativa seja fundamental neste momento, esta dependência deverá ser rompida ao longo do tempo, para que a Cooperativa funcione com mais autonomia.

Por meio dos questionários, pode-se entender a importância da Cooperança para cada cooperado, considerando-se que, por meio dela, estas pessoas encontraram meios de sobrevivência de forma mais digna e solidária. Os resultados da pesquisa, que resultou neste artigo, foram

positivos, provando empiricamente os impactos benéficos da Economia Solidária para a economia, sociedade e o meio ambiente.

Referências

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOP em ação**. 2006. Disponível em: <agricultura.org.br>. Acesso em: 25 jan 2016.
- BORGES, W.A; NASCIMENTO, A. A; ESCARANTE, A.D. et al. Incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) formados por catadores de materiais recicláveis. **Anais do 32º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS)**. 18 a 20 de agosto de 2014. Disponível em: www.unitrabalho.uem.br. Acesso em 11 nov. 2016.
- BRUE, S. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson, 2005.
- COOPERCANÇÃO. **Arquivos e documentos**. Maringá: Cooperança, 2015.
- CULTI, M. N. **Incubadora universitária de empreendimentos solidários: aspectos conceituais e práxis dos processos de incubação**. Paraná: Caiás, 2011.
- DUARTE, N. **Formação do Indivíduo, Consciência e Alienação: o ser humano na psicologia de Leontiev**. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 62, 2004.
- FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GAIGER, L. I. A presença política da Economia Solidária. In: GEORGES, I, LEITE, M. de P. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Anablume, 2009.
- LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: BARCELOS, E. S. et all (Orgs). **Economia Solidária: sistematizando experiências**. Rio Grande do Sul: Unijai, 2010.
- OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras. Apresentação Institucional Sistema Cooperativista, 2010. Disponível em: www.ocb.org.br. Acesso em: 26 jan 2016.
- RODRIGUES, F. L.; CAVINATTO, V. M. **Lixo: de onde vem? Para onde vai?** São Paulo: Moderna, 1997.
- SANDRONI, P. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Best Seller, 1996.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **O que é Economia**. Brasiliense: São Paulo, 1998.

SINGER, P. Economia Solidária Versus Economia Capitalista. **Soc. Estado (online)**, v. 16, n 1-2, pp.100-112, 2001. Disponível em: www.scielo.br/scileo. Acesso em: 03 jul 2017.

A política pública de Economia Solidária pelas mãos de seus trabalhadores

Nelsa Inês Fabian Nespolo¹

Resumo A verdadeira democracia precisa de políticas pública de acesso de oportunidades iguais a todo seu povo. O que é política pública senão a forma como será investido ou reinvestido o recurso público? Ter a clareza que este recurso é gerado pelo povo que contribui no pagamento de impostos embutido em tudo o que consome, e que não é o empresário que paga os impostos mas o cidadão no consumo de bens e serviços, significa entender que tudo é do povo. Que elegemos pessoas para representar este povo e para fazer a gestão deste recurso gerado e outras elegemos para fazer leis que respaldam para onde ir este recurso. A soma disso resulta em política pública de Estado e de Governo. Longe desta clareza, os grandes meios de comunicação e o processo tradicional de educação aliena a maioria da população que se nega a uma participação ativa da política pública. Esta consciência tão necessária é que nos fará elegermos representantes comprometidos, para fazer a boa gestão e para criar as leis que respaldam e radicalizem na construção de uma sociedade justa, sem ricos e sem pobres, mas de cidadãos com igualdade de direitos e de deveres. A economia solidária dá passos com governos populares, quando coloca trabalhadores do meio, mas a continuidade destas políticas com a troca de governos é totalmente dizimada, fica muita resistência na organização e muita luta, a luta, e sempre a luta.

Palavras-chave Economia solidária; Políticas públicas; Democracia.

Abstract The true democracy needs public access policies of equal opportunity to all its people. What is public policy other than how the public resource will be invested or reinvested? To have the clarity that this resource is generated by the people who contribute in the payment of taxes embedded in everything that consumes, and that is not the businessman who pays the taxes but the citizen in the consumption of goods and services, means to understand that everything is of the people. That we elect people to represent this people and to manage this generated resource and others we elect to make laws that support where to go this resource. The sum of this results in public policy of State and Government. Far from this clarity, the mass media and the traditional process of education alienates the majority of the population who refuses to actively participate in public policy. This awareness is so necessary that we will be able to elect committed representatives to make good management and to create the laws that support and radicalize the construction of a just society, without rich and poor people, but with citizens with equal rights and duties. Solidarity economy takes steps with popular governments, when it puts middle workers, but

1 Costureira, diretora presidente da Cooperativa Central. Justa Trama, desde a fundação e vice-presidente da Unisol Brasil. Período de 2015 a 2018. 2011 a 2014 diretora de Economia Solidária do Governo Tarso no Estado do RS. E-mail: nelsaifn@gmail.com

the continuity of these policies with the exchange of governments is totally decimated, there is much resistance in the organization and much struggle, the struggle, and always the struggle.

Keywords Solidarity economy; Public policy; Democracy.

Resumén La verdadera democracia necesita políticas públicas de acceso de iguales oportunidades a todo su pueblo. ¿Qué es la política pública sino la forma en que se invertir o reinvertir el recurso público? La claridad que este recurso es generado por el pueblo que contribuye al pago de impuestos incrustado en todo lo que consume, y que no es el empresario que paga los impuestos pero el ciudadano en el consumo de bienes y servicios, significa entender que todo es del pueblo. Que elegimos a personas para representar a este pueblo y para hacer la gestión de este recurso generado y otras elegimos para hacer leyes que respaldan a dónde ir este recurso. La suma de ello resulta en política pública de Estado y de Gobierno. Lejos de esta claridad, los grandes medios de comunicación y el proceso tradicional de educación alienan a la mayoría de la población que se niega a una participación activa de la política pública. Esta conciencia tan necesaria es que nos hará elegir representantes comprometidos, para hacer la buena gestión y para crear las leyes que respaldan y radicalizan en la construcción de una sociedad justa, sin ricos y sin pobres, sino de ciudadanos con igualdad de derechos y de deberes. La economía solidaria da pasos con gobiernos populares, cuando coloca a trabajadores del medio, pero la continuidad de estas políticas con el intercambio de gobiernos es totalmente diezmada, queda mucha resistencia en la organización y mucha lucha, la lucha, y siempre la lucha.

Palabras clave Economía solidaria; Política pública; Democracia.

O Brasil tem acumulado várias formas de construção da política pública. Os gestores dessas políticas sempre estão em governos comprometidos e dispostos a fazer a diferença, sobretudo para os trabalhadores ou para os pobres e outros, ainda, por serem somente populistas. Percebe-se que a grande maioria tem uma ideologia de esquerda, o que promove o crescimento da Economia Solidária. Embora os gestores tenham vasto conhecimento, muitas vezes adquirido em universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, e até mesmo por pertencerem ao quadro de funcionários públicos, são poucos os que vem das Cooperativas, das associações ou dos grupos. O governo de Tarso Genro, do Rio Grande do Sul (RS), no período de 2011 a 2014, criou uma secretaria de Economia Solidária e oportunizou que a gestão fosse realizada por uma equipe originária das cooperativas e dos grupos. Tal política é construída à luz da prática vivida, ou seja, pelas mãos de seus trabalhadores.

A história da Economia Solidária tem uma trajetória de vida ainda curta, porém se fortalece especialmente a partir da década de 1990, e isso não só no Brasil, mas também na América Latina. Essa economia surge

sob forte influência da Igreja Católica, sobretudo da Teologia da Libertação e nesse contexto tem, perante o Estado, posições difusas e muitas vezes confusas, pois ao mesmo tempo em que defende a autonomia do movimento, confunde-o com posições anarquistas de negação do Estado, a fim de fortalecer a autogestão dos trabalhadores e suas organizações: cooperativas, associações ou coletivos informais.

Apesar das várias experiências de políticas públicas, sobretudo nos municípios, essas questões aparecem efetivamente a partir de 2002, com a Eleição de Lula para Presidente da República, um trabalhador metalúrgico conhecedor da Economia Solidária e do cooperativismo, que criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Período de fortes discussões, com dificuldades de lidar com o novo cenário a partir de uma demanda do movimento, tal economia tem um lugar dentro da estrutura do Governo Lula, e surgem as contradições: quem está na equipe de Gestão do Governo em alguns momentos sente-se no controle das definições e por outro lado o movimento busca validar suas posições. Não foram poucos os momentos de confronto e do não consenso entre a equipe do Governo Federal e a representação do Movimento no Fórum Brasileiro de Economia Solidária como, por exemplo, na definição das organizações que comporiam o Conselho Nacional de Economia Solidária, ou a dinâmica do primeiro encontro nacional de Empreendimentos e até mesmo a proposta de inclusão do artigo 7 que trata da obrigação das cooperativas de trabalho garantirem os mesmos direitos dos trabalhadores assalariados, isso na nova Lei 12.690/2012 das cooperativas de trabalho.

Por quê? Será que temos interesses distintos? Ou será que temos visões diversas? O papel do Estado é visto de maneira diferente por quem está na gestão em relação aos que estão na ação?

Sugestão: O objetivo aqui é trazer uma reflexão sobre a construção da Politicapública publicapública na Economia solidáriaSolidária, seus conceitos e pré conceitospré-conceitos, ao mesmo tempo demonstrar que apartira partir da Experienciaexperiência do RS em de 2011 a 2014 foi possível dar passos importantes no que se refere a leis e programas, bem como a organização estrutural dos trabalhadores em Cadeias cadeias solidárias. Ao mesmo tempo, visa a demonstrar que o sistema político Brasileirobrasileiro, em suas várias esferas, mesmo tendo leis e programas, só executa se tiver a frente governos comprometidos com este público e com visão e inicitivasiniciativas sociais.

Política de estado ou política de governo?

A Economia Solidária consolidou o conceito de que seriam necessárias políticas de Estado para a continuidade, pois as políticas de governo findam quando troca de governo. Quem já não ouviu tal afirmação? Será ela uma contraditória da outra? Será realmente verdadeiro isso?

As políticas de Governo se apresentam em formato de programas, as políticas de Estado se apresentam em forma de leis. Portanto, cabe aos trabalhadores lutar pela conquista das leis, lutar por sua aplicação e manutenção. Lutar e Lutar sempre, pois a garantia delas depende de Governos comprometidos com as causas dos trabalhadores, as causas da Economia Solidária e, mesmo assim, temos que lutar, a diferença é que já teremos as conquistas.

Depois desta caminhada, pode-se afirmar que a Economia Solidária precisa de políticas de Estado e políticas de Governo para se consolidar, este encontro é que faz a diferença e promove o desenvolvimento que a essa economia defende.

Para fundamentar este conceito trago a experiência de políticas públicas de Estado e de Governo desenvolvidas no Rio Grande do Sul, no período de 2011 a 2014, durante o Governo Tarso Genro da Frente Popular.

Criar uma Secretaria de Economia Solidária em um Estado Brasileiro é como criar um Ministério no Governo Federal, mesmo assim o Governador Tarso Genro criou, antecedendo a eleição, muitas agendas, atos e visitas foram realizados junto ao então candidato, o que tornou a Economia Solidária um foco de atenção. Foi incluída na proposta de plano de governo e, com o resultado da eleição, veio o anúncio da criação da Secretaria Estadual de Economia Solidária, a qual abrangia também as micro e pequenas empresas, tendo como foco o programa de microcrédito orientado.

E agora? Quem vai para o Governo? Com que programa? Como se faz a política pública?

Várias reuniões realizamos entre a Unisol, o Fórum de Economia Solidária, organizações de apoio e universidades para definir o foco a ser dado e também como assumiríamos esse desafio junto ao Governo.

Trabalhadoras dos empreendimentos assumem a política

No 16º andar do Centro Administrativo, em uma sala de fundo, iniciaram as conversas e começamos a desenhar a equipe que resultou em um departamento dentro da Secretaria, formado por 5 - cargos de confiança - CC e mais 5 funcionários do quadro. Como não tínhamos experiência de participação em um governo, posicionamo-nos assumindo provisoriamente e por um curto período até que se organizassem as ações. Entretanto, os dias se passaram e o envolvimento com a implantação das ações nos manteve durante os quatro anos do mandato.

Um governo que opta por ter uma secretaria de Economia Solidária provoca um debate dentro do Governo e na sociedade, sobretudo a fim de que se compreenda tal economia, promovendo uma apropriação desse conceito pela sociedade, algo que deve ser considerado uma vitória. Encantar-se com a proposta e ser parceiro na construção é uma conquista. A política de economia solidária no Estado teve início com a gestão de Olívio Dutra de 1999 a 2002 e foi interrompida nos 8 anos posteriores, nada teve continuidade após esse governo, então estávamos recomeçando, pois registros não haviam. O Estado do RS, em toda sua história, nunca reelegeu governador, sempre renova, muitas vezes da direita para esquerda e outras da esquerda para a direita.

Muitas reuniões abertas, muito debate e discussão para essa construção. Reuniões entre os vários atores da Economia Solidária, organizações de apoio, gestores municipais, universidades e representantes das cooperativas, associações e grupos, todos tiveram participação ativa, para enfim definir a política e a estratégia desse Departamento de Economia Solidária, o DIFESOL. Assim definimos objetivos e Conceitos.

O objetivo e a estratégia

O objetivo do Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária é fortalecer essa economia enquanto estratégia de *desenvolvimento solidário e sustentável, incluyente e socialmente justo*, por meio do reconhecimento e do fortalecimento das formas de organização associativa e autogestionária, do apoio efetivo aos processos de produção, comercialização e consumo dos seus bens e serviços.

A estratégia definida foi proporcionar o fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários mediante incentivo e fomento à constituição e ao adensamento das *cadeias produtivas solidárias*.

Como definir estas cadeias?

Buscamos as análises já construídas especialmente junto às universidades e às incubadoras no seguinte aspecto: quais os setores econômicos em que a economia solidária está e quais os que a economia solidária está presente em quase todo o território.

Neste levantamento encontramos 4 setores econômicos:

- Agricultura e alimentação, com foco na agroecologia
- Reciclagem, com foco nos catadores
- Artesanato
- Serviços

Embora exista em todo estado um setor de serviço, a Economia Solidária muito pouco esta presente.

Neste sentido e nesta análise definimos pelos três setores econômicos, ou seja ou seja, não priorizamos priorizamos o setor Serviços serviços e realizamos vários seminários no Estado onde definimos as cadeias solidárias a serem apoiadas, fortalecidas e organizadas. Com isso também conseguiríamos o que sempre é questionado na Economia Solidária: “o recurso não chega ao empreendimento, não traz impacto e mudanças”. Portanto o objetivo era fazer com que os recursos chegassem aos empreendimentos. As cadeias solidárias definidas foram seis:

- Cadeia binacional do pet – unindo com Uruguai e Minas Gerais, a partir das garrafas pet, produzir o flake, a fibra, o fio e o tecido de pet
- Cadeia das frutas nativas, produzindo sucos, sorvetes, picolés e vários pratos e produtos derivados das frutas nativas como jabuticaba, butia, guabiroba.
- Cadeia da lã – unindo os criadores de ovelha, com o beneficiamento da lã (única cooperativa que faz o beneficiamento é a da Economia Solidária), e as artesãs sobretudo que trabalham com tricô.

- Cadeia do peixe – a partir do peixe desenvolver pratos diversos e artesanato com o couro e a escama do peixe
- Cadeia das pedras – Envolver desde o extrato, o beneficiamento e as bijuterias e botões com as pedras preciosas ou semipreciosas.
- Cadeia do osso – Aproveitamento dos ossos dos frigoríficos para produzir artesanatos diversos.

Apresentar essas cadeias com produtos e com toda a possibilidade de articulação deu credibilidade e entendimento do que realmente é a Economia Solidária. É sim formada em sua grande maioria por pobres, mas o foco é de desenvolvimento, é de visão, para superar esta situação, de forma coletiva e sustentável.

Desafio inicial

O desafio inicial foi de constituir a política pública e os instrumentos necessários para sua execução contemplando:

- Acesso a mercado – produtos e serviços.
- Acesso ao conhecimento – formação e qualificação, assessoria técnica permanente
- Acesso a recursos financeiros e materiais
- Articulação social : mobilização e sensibilização dos empreendimentos, criar um ambiente favorável à articulação e às ações conjuntas ou transversais com outras esferas de governo e da sociedade civil.

É preciso reconhecer a necessidade e o importante papel de articulação entre os eixos antes referidos e a estratégia escolhida, assim como o respaldo legal construído com a regulamentação, a partir da **LEI 13.531 de 20 de outubro de 2010**, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária:

CAPÍTULO I DA POLÍTICA DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA Art. 1.º Fica instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária que integrará a Política de Desenvolvimento Estadual e Regio-

nal do Rio Grande do Sul, visando incentivar a difusão, a sustentabilidade e a expansão econômica das empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão que compõem o setor da economia popular solidária. CAPÍTULO II DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA Art. 2.º O setor da economia popular solidária é formado por empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão preenchendo, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - que sejam organizados sob os princípios da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da sustentabilidade econômica e ambiental e da valorização do ser humano e do trabalho; II - cujo objetivo, patrimônio e resultados obtidos sejam revertidos para melhoria, sustentabilidade e distribuição de renda entre seus associados; III - que tenham por instância máxima de deliberação, para todos os fins, assembleia periódica de seus associados, onde todos tenham direito a voz e a voto, e por instâncias intermediárias aquelas que garantam a participação direta dos associados de acordo com as características de cada empreendimento; IV - que adotem sistemas de prestação de contas detalhadas de acordo com as necessidades e interesses dos associados, em especial, do Fundo de Assistência, Educacional e Social; V - cujos sócios sejam seus trabalhadores, produtores, usuários ou gestores; VI - cuja participação de trabalhadores não associados seja limitada a 10% (dez por cento) dos primeiros 30 (trinta) associados mais 1% (um por cento) do número que exceder a 30 (trinta), limitado ao máximo de 500 (quinhentos) associados; e VII - cuja maior remuneração não exceda a 6 (seis) vezes a menor remuneração. § 1.º Serão consideradas, ainda, integrantes do setor, as organizações e as instituições sem fins lucrativos, que formulam e fomentam a Economia Popular Solidária. § 2.º Excepcionalmente, por necessidades comprovadas ou por motivos de sazonalidade na produção, poderá ser admitido, em caráter temporário, número de trabalhadores não associados, superior ao disposto no inciso VI. CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS E INSTRUMENTOS Art. 3.º São objetivos da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária: I - promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho; II - proporcionar a criação e a manutenção de oportunidade de trabalho e a geração e distribuição de renda; III - estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular Solidária. Art. 4.º São instrumentos da Política: I - educação, formação e capacitação técnica para

cooperação e autogestão; II - assessoria técnica para elaboração de projetos econômicos; III - apoio à promoção comercial e constituição de demanda através de assessoria técnica, abertura de mercados, compras governamentais e estímulo ao consumo dos produtos da Economia Popular Solidária; IV - apoio à pesquisa, à inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas aos empreendimentos; V - incubação e apoio técnico para criação de novas cooperativas e empresas de autogestão; VI - apoio técnico e financeiro à recuperação e à reativação de empresas por trabalhadores; VII - apoio jurídico e institucional à constituição de cooperativas e empresas de autogestão; VIII - financiamento, incentivo e fomento a investimentos e à constituição de patrimônio; IX - disponibilização de linhas de crédito adequadas às especificidades das cooperativas e das empresas de autogestão, especialmente no que se refere ao valor das taxas de juros, à disponibilização de garantias e a itens financiáveis. CAPITULO IV DO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA Art. 5.º Os empreendimentos da Economia Popular Solidária terão prioridade e critérios diferenciados para obtenção de incentivos ao investimento e à fixação de atividades econômicas, nos termos do parágrafo único do art. 160 da Constituição Estadual e da legislação estadual vigente. CAPÍTULO V DO CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA Art. 6.º A aplicação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária será organizada e acompanhada por um Conselho Estadual, de composição tripartite e paritária, formado por representantes do Estado, das entidades de apoio e dos trabalhadores da Economia Popular Solidária, conforme disposto em regulamento. Art. 7.º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução. Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Essa lei respalda todas as demais, bem como os decretos, os quais estão elencados a seguir: (Acho importante para o leitor não precisar se reportar, mas se acharem que isso sobrecarrega, podem definir) **DECRETO 48638 DE 15.12.2011**, regulamentou o Conselho Estadual de Economia Solidária, Com relação às atribuições do CESOL, de acordo com o Artigo 2º do Decreto n. 48.688, de 14 de dezembro de 2011, compete a ele:

I - estimular a participação da sociedade civil e da Administração Pública Estadual no âmbito da política de economia solidária; II - propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária; III - propor

medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vista ao fortalecimento da economia solidária; IV - avaliar o cumprimento dos programas da SESAMPE e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho; V - examinar propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pela SESAMPE; VI - coordenar as atividades relacionadas com a economia solidária desenvolvidas pelas entidades nele representadas com as da SESAMPE; VII - estimular a formação de novas parcerias entre as entidades nele representadas e a SESAMPE; VIII - colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza; e IX - aprovar o seu Regimento Interno (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

O presente decreto também prevê a composição do CESOL, a qual tem caráter tripartite e paritário, isto é, divide-se em representantes da administração pública; representantes dos empreendimentos de economia solidária e representantes da sociedade civil.

LEI N.º 13.874, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011 – Simples cooperativo (publicada no DOE n.º 250, de 29 de dezembro de 2011) institui tributação diferenciada de ICMS para as cooperativas, isentando de ICMS as cooperativas com faturamento anual até R\$360.000, 00 e criou um índice percentual proporcional chegando aos 17% somente quando atingir faturamento de R\$4.000.000, 00 ao ano.

RECEITA BRUTA ACUMULADA (Em R\$)	CARGA TRIBUTÁRIA
Até 360.000,00	0,00%
De 360.000,01 a 540.000,00	1,31%
De 540.000,01 a 720.000,00	1,50%
De 720.000,01 a 900.000,00	1,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	2,00%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	2,20%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	2,30%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	2,50%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	2,55%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	2,70%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	2,75%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	2,85%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	2,90%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	3,95%

Antes desta lei as cooperativas, independente do faturamento, eram tributadas pelo valor integral.

- **LEI N.º 13.922, DE 17 DE JANEIRO DE 2012:** (publicada no DOE nº 013, de 18 de janeiro de 2012) Estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS
 Art. 3º A Compra Coletiva/RS observará os seguintes princípios e diretrizes:
 I - descentralização das compras governamentais destinadas à aquisição de bens e de serviços, em especial de gêneros alimentícios;
 II - aquisições diretamente da Economia Popular e Solidária e da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando-se a produção agroecológica, os

assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas, de pescadores artesanais e de remanescentes de quilombos;

III - realização de processo simplificado para aquisição de gêneros alimentícios oriundos dos beneficiários desta Lei, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com redação dada pela Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011;

IV - apoio a práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica;

V - equidade na aplicação das políticas públicas, respeitando os aspectos de gênero, cultura e etnia;

VI - participação dos agricultores familiares e dos empreendimentos da Economia Popular e Solidária na formulação e implementação da Política instituída por esta Lei;

VII - incentivo à produção diversificada agroecológica e ao apoio multisetorial das entidades de extensão rural e dos órgãos de pesquisa agropecuária, de crédito, de abastecimento e de armazenamento do Estado;

VIII - estímulo à conscientização da sociedade e dos servidores e empregados públicos sobre a importância da alimentação saudável e do valor social da forma de aquisição dos bens e serviços pelo Estado; e

IX - fomento ao desenvolvimento local e regional.

Art. 6º A Compra Coletiva/RS, para atingir os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei, poderá também reservar percentual de, no mínimo, 30% (trinta por cento) nas compras realizadas pela Administração Direta e Indireta do Estado para aquisição de bens e de serviços provenientes da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária.

Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos definidos pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, adquiridos nos termos da Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição

de Alimentos e do Comitê Gestor da Compra Coletiva/RS constituído pelo art. 8º desta Lei.

DECRETO 50.285 DE 30 DE ABRIL DE 2013: Institui a Política Estadual de Certificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, nos termos do inciso II e parágrafo único do art.17 da Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011. Certificaremos o processo de organização dos empreendimentos, identificando-os, priorizando seu acesso às políticas públicas, como a lei de compras coletivas e demais políticas.

Art. 5º A Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa - SESAMPE, disponibilizará em seu sitio – www.sesampe.rs.gov.br, uma aba específica para o requerimento de Certificação dos Empreendimentos Solidários de que trata este Decreto, mediante a declaração de que o requerente enquadra-se em um Empreendimento Econômico Solidário. § 1º O requerimento feito pelo Empreendimento Econômico Solidário, conforme estabelecido no caput deste artigo será encaminhado para a análise da Comissão Certificadora Regional, na qual este se localiza, com os documentos e/ou comprovação de que o Empreendimento requerente atende aos seguintes critérios: I – ser coletivo, com no mínimo cinco integrantes, todos sócios com igualdade de direitos de voz e voto; II – realizar ao menos três assembleias gerais por ano; III – a diferença entre o menor e maior valor de retirada mensal dos sócios não seja superior a seis vezes; e IV – participar de Fóruns de Economia Solidária, Redes, Cadeias Solidárias ou Entidades de representação de EES.

- DECRETO Nº 50.459, DE 3 DE JULHO DE 2013: Regulamenta o Programa de Economia Popular e Solidária no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pela Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011. (economia da cooperação); Permite o aporte de investimentos direto aos Empreendimentos; Possibilita a criação do Fundo Público.
Art. 7º O Programa de Economia Popular e Solidária reger-se-á pelos instrumentos definidos na Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, destacando-se: I - programas e projetos

setoriais de fomento econômico, de agregação de valor, de tecnologia e de inovação; II - linhas e fundos de financiamento, subsídio, equalização e garantias operadas pelos agentes financeiros; III - investimentos em infraestrutura, energia e logística; IV - inversões financeiras; V - mecanismos tributários e fiscais; VI - ensino e formação profissional; VII - pesquisa e estatística aplicadas; VIII - apoio técnico, qualificação, extensão e transferência de conhecimentos à gestão empreendedora, inovadora e associativa; IX - divulgação e promoção institucional dos objetivos da Política Estadual da Economia da Cooperação; convênios, termos de cooperação e outros instrumentos jurídicos

Ainda estavam em processo de análise jurídica duas novas leis:

- Criação do fundo de Economia solidaria e
- Assistência técnica permanente para os empreendimentos de economia solidaria, inspirado nos moldes da Emater.

As cadeias solidárias

Esta, estratégia, inspirada na experiência Justa Trama, é a cadeia mais completa na Economia Solidaria do Brasil e envolve desde o plantio do algodão agroecológico, pela fiação, tecelagem, confecção da roupa, de brinquedos e adereços até a comercialização, e todo esse processo sendo feito por cooperativas e associações da Economia solidária, portanto não há atravessador e isso nos deu a certeza que seria possível, primeiramente, com o encantamento dos trabalhadores(as) da Economia Solidária, das organizações de apoio, das universidades e dos gestores públicos, fortalecer a organização de forma horizontal e também vertical, além de colocar os trabalhadores dos empreendimentos como protagonistas. Especialmente a cadeia do pet e das frutas nativas, que provocou mudanças de conceitos, de visão do que pode-se construir, sempre na visão de desenvolvimento estratégico e sustentável, e que traz o conceito da Justiça social, pois a riqueza gerada fica com os trabalhadores que a geram.

Nossa ação é articular e fortalecer as iniciativas que existem, aproximar os atores locais, nacionais e, caso seja necessário, internacionais, a fim de aproximar as distancias e promover ações que demonstrem que é possível ter cadeias solidárias, nas quais os trabalhadores(as) sejam os protagonistas.

1. Cadeia solidária binacional do pet

A cadeia Solidária Binacional do Pet tem por objetivo dar um passo para além do que os catadores realizam que é a coleta, separação, prensagem e venda da garrafa pet, mas produzir o flake (flocos) e isso por meio de centrais regionais de cooperativas e associações. Esse flake seguiria para a cooperativa de Polímeros – Coopima do Uruguai, onde produziria a fibra e retornaria ao Brasil. Em Minas Gerais, a Coopertextil produziria o tecido, abrindo possibilidades para vários produtos de confecção entre outros, porém todos empreendimentos da Economia Solidária.

Para isso realizamos inúmeros encontros entre os atores envolvidos em todas as esferas de Governo, além de Minas Gerais e do Uruguai. Houve também apoio da Itália – Nexus da CCGL para estudo de valores justos ao processo e parcerias com o SEBRAE para estudo de viabilidade. Assinaturas de termos entre o Inacoop (Instituto Nacional de Cooperativismo do Uruguai e a SESAMPE – Secretaria de Economia Solidária do Governo do RS. O Governodo Estado do RS, com os prefeitos dos municípios, onde estão as centrais e conseqüentemente os polos: Novo Hamburgo, Canoas Jaguarão e Santa Cruz do Sul. Convênio com Governo Federal SENAES de mais de 3 milhões para a aquisição de equipamentos, como as máquinas para a produção do flake, caminhões, materiais de divulgação e equipamentos para a gestão, tudo isso repassado diretamente para as centrais criadas: Coopetsul, Coopetsinos e Coomcat.

Intensificamos os processos de formação com convênio entre a Escola de Governo e a Universidade da Cidade de Ijuí - Unijui para qualificação em cada central e ainda um convênio com a Escola Mesquita para garantir a mobilização e a articulação pelos próprios trabalhadores das centrais. Um processo que promoveu muitas reuniões, seminários e intercâmbios, além da integração das várias esferas de governo e trouxe para o debate e o encantamento de muitos dos gestores sobre a realidade dos catadores e as reais possibilidades de serem protagonistas desse processo, melho-

rando a renda. Para os catadores e as demais cooperativas envolvidas o convencimento que um processo sem atravessador possibilita uma melhoria na renda de quem faz a parte mais difícil do processo.

2. Cadeia solidária das frutas nativas

Esta cadeia foi a soma de várias iniciativas e organizações que estavam no foco desta ação junto as Frutas Nativas. O novo foi desenvolver outros produtos com as frutas regionais como o açaí, conhecido também como juçara, o butiá, a jabuticaba, a guabiroba, a pitanga e o pinhão, para além dos sucos ou das farinhas e produzir o sorvete e o picolé para agregar valor. Além da integração no fluxo das feiras no Estado. Aconteceram muitos encontros, formações e intercâmbios, inclusive em Cuba, Itália e Espanha, além da aquisição de equipamentos e maquinários para produção e para o deslocamento. Neste processo, a articulação e a cadeia se consolidaram especialmente em dois polos, sendo um no litoral na região de Torres e entorno e outro na região nordeste, Passo Fundo e em torno. É em relação à cadeia que, tanto as associações e cooperativas quanto as organizações de apoio, tem um grau de consciência e participação ativa sobretudo no tema da agroecologia.

3. Cadeia solidária da lã

Da mesma forma proporcionamos vários encontros e formações, a fim de proporcionar conhecimento entre os vários elos, a partir da constatação do desconhecimento e do isolamento entre os vários atores da Economia Solidária, que produzem a lã, beneficiam-na e produzem os vários produtos dela derivados seja em teares ou manualmente, favorecendo somente o mercado. Em Livramento, a Coofitec é a única Cooperativa que faz a lavagem e o beneficiamento da lã do Brasil. Muitos agricultores que tosam suas ovelhas e a descartam a lã, sobretudo na região Sul do Estado. Os artesãos compram a lã no mercado, pois não conseguem fazer um produto diferenciado e não agregam valor ao seu trabalho de produção.

Nossa ação foi promover vários encontros entre os empreendimentos que trabalham com a lã, promover o intercâmbio em Livramento para se conhecerem e integrarem a Coofitec. A cadeia estava se desenhando com

um polo na fronteira, em Livramento, outro na região sul, especialmente no Rio Grande, e outro na região metropolitana. Os teares doados pelo Governo do Estado aproximaram essa articulação.

4. Cadeia solidária das pedras preciosas

É uma cadeia localizada na região da Fronteira, que além de envolvê-los em espaços de comercialização também teve a aquisição de equipamentos. O objetivo era que a Economia Solidária não ficasse apenas no beneficiamento das pedras preciosas, num trabalho terceirizado, mas que fizesse todo o processo, desde a extração da pedra, o beneficiamento e a produção das joias. Uma cadeia curta e local. Mas que, a partir da articulação e de seu crescimento, atingiria outras regiões do Estado. Foi a cadeia a que menos tempo pudemos nos dedicar e que pouco avançou.

5. Cadeia solidária do Peixe

Realizamos vários encontros entre artesãos e trabalhadores da pesca, organizados coletivamente, tanto na região metropolitana, como no Sul e com a presença do litoral. Nessas três regiões há vários grupos, cooperativas e associações que vivem do Pescado. Muitas delas exercem o pescado e vendem o peixe direto para o mercado, há também iniciativas de transformação do peixe em vários produtos agregando valor, entretanto o couro ainda não é beneficiado pela Economia solidária. Além da Arte escama das Ilhas de Porto Alegre, poucas são as iniciativas que desenvolvem artesanato com as escamas. O objetivo é exatamente a partir do produto peixe desenvolver toda a cadeia. Os encontros regionais promoveram muita motivação para uma articulação mais consolidada. Neste processo houve o envolvimento com dos gestores municipais, sobretudo na análise do setor pesqueiro. Entre outros desafios coletivos houve a definição de equipamentos necessários, mas os processos de compra não foram concluídos devido a troca de governo.

6. Cadeia solidária do osso

Houve seminários nas várias regiões do Estado, especialmente na região metropolitana, em Bagé e região Sul, incluindo oficinas de como desenvolver uma produção que exige pouco investimento mas muito es-

forço e trabalho. A cadeia em processo de construção. A matéria prima do osso existe em todas as regiões e foi uma cadeia de provocação para outras possibilidades de artesanato nas quais sejam aproveitados os produtos que existem na região. Essa cadeia ficou na expectativa e pelo pouco tempo não foi priorizada sua concretização.

Este processo de construção das cadeias teve presente a definição dos setores econômicos prioritários: reciclagem, agroecologia (agricultura familiar) e o setor do artesanato.

Comercialização e formação permanente

Casas da Economia Solidária

Resgatamos um conceito que já havia no Estado, as casas de Economia Solidária. Trata-se de espaços que podem ter tripla função: formação e capacitação, produção e comercialização. São espaços públicos que podem ser patrimônio da União, do Estado ou do Município. A gestão destes espaços sempre é compartilhada.

As Casas da Economia Solidária necessitam de suporte no custeio básico e concluir sua implantação, bem como sua regulamentação (regimento interno geral) ser formalizada. Tem o importante papel de ser referência de informação e de acesso às políticas públicas de Economia Solidária. Locais onde as casas se consolidaram:

- 1) Em Porto Alegre, na Rua Vigário José Inácio, 303 –Centro –Parceria com o Patrimônio da União;
- 2) Em Pelotas, na Rua Lobo da Costa, 1274 - Patrimônio do Estado; e
- 3) Em Santana do Livramento, na Rua Rivadavia Correa, 60 - Parceria com o Patrimônio da União e da Prefeitura Municipal

Além disso foram apoiadas, durante 4 anos, várias feiras de Economia Solidária ou com temas afins, que tem proporcionado momentos especiais de vendas e articulação.

Reconhecimento público – certificação

A partir do decreto, que cria a certificação dos empreendimentos da Economia Solidária para ter acesso a toda a política pública seja com equipamentos, investimentos, comercialização nas casas e mesmo para participar das compras públicas, o processo de certificação respalda as ações da mesma forma que a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf²), certificação que define o que é uma propriedade de agricultura familiar para acessar as políticas públicas. Entendemos que a política pública é incluyente, e que essa definição é universal, com critérios claros como está no decreto.

A certificação elegeu em assembleias regionais as comissões certificadoras, e a orientação é que funcionem nas casas de Economia Solidária. Colocamos em processo de convênio para acompanhamento das comissões, o qual não teve continuidade com o fim do Governo e também da compra de equipamentos para facilitar o funcionamento. Concluímos a gestão com a certificação e entrega dos certificados pelo Conselho Estadual de 100 empreendimentos.

Encontros das mulheres da economia solidária

Durante os 4 anos de Governo, o tema do protagonismo das mulheres na Economia Solidária esteve muito presente, promovemos três encontros latino-americanos e Caribe das mulheres da economia solidária, debatendo a especificidade da realidade das mulheres da Economia Solidária, inclusive fazendo caminhadas e lançando cartas públicas acerca desta realidade, além de aprofundar o tema do protagonismo e da participação ativa nos empreendimentos. Nos dois últimos com a presença de mais de 500 mulheres em cada um deles, vindas do Estado do RS, do Brasil e da América Latina e do Caribe, tem dado uma dimensão de quanto este tema é importante e precisa ser priorizado em todos os sentidos.

Pós-governo

Os Gaúchos escolheram a não continuidade deste Governo. O que se passou com esses programas, leis e ações? Como um vendaval, acabou a

2 Pronaf é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Secretaria de Economia Solidária, engavetaram todos os programas e leis. Foi como se nunca tivesse existido a Economia Solidária. As entidades, universidades e empreendimentos do Conselho Estadual e o Fórum Gaúcho de Economia Solidária pressionaram para a continuidade da política pública, inclusive com audiências, mas foi um grito para um governo surdo. Por isso é fundamental para o avanço das políticas públicas a existência de governos comprometidos com as causas sociais e gestores que venham dos movimentos sociais.

A política emancipa?

A política pública pode ser assistencialista ou emancipatória, por isso merece um destaque. Precisamos de políticas públicas de Estado, de políticas de governo e de governantes comprometidos com as causas sociais. É um tripé importante por meio do qual é possível juntar esse tripé para termos um avanço significativo da Economia Solidária, com leis, programas e ações que fortaleçam de fato a construção de outra economia.

Poderíamos destacar várias experiências de cidades, estados e países de nossa América Latina, que tem passos importantes como leis nacionais de economia social e solidária, como no Equador, em que leis atualizadas do cooperativismo permitem filiais de cooperativas como é o caso do Uruguai, leis de compras públicas, como no Rio Grande do Sul, do cooperativismo e Economia Solidária no Brasil. Decretos e leis de comércio justo. Também são importantes programas pontuais de formação, apoios em infraestrutura, equipamentos e comercialização os quais fortalecem e promovem o desenvolvimento.

Porém, quando os governos não têm compromisso com as causas sociais e com a Economia Solidária, essas leis não são aplicadas, os programas terminam e as prioridades são outras. Ter a consciência clara de que o destino do dinheiro público necessita de uma constante vigilância da sociedade é fundamental, e se envolver nas decisões da política pública é hoje um tema colocado para garantir o presente e futuro desse tipo de economia. Para manter a autonomia do movimento, é preciso ter posições claras, bandeiras definidas e saber aonde queremos chegar. Definir uma plataforma de políticas públicas e eleger representantes comprometidos com essa plataforma é o desafio colocado. As políticas públicas de-

vem nos fortalecer, pois o que mais queremos não é egoísta, é coletivo, é o bem comum.

Embora o Brasil tenha vivido experiências de administração popular comprometida com a Economia Solidária, hoje a situação é bastante distinta, portanto é fácil o compreender o porquê da descrença do povo brasileiro que afirma não GOSTAR DE política ou então que TODOS OS POLÍTICOS SÃO IGUAIS. Para manipular, desrespeitar, não cumprir as leis e conquistas, é fundamental ter um povo alienado e indiferente. É fundamental que as informações não cheguem até a população e quando chegam venham carregadas de preconceitos e parcialidade.

A política que emancipa vem carregada de consciência, de informação, de compromisso e deve ser pública e universal. É fundamental que os gestores tenham uma permanente inquietude: “Esta ação ou programa cria privilégios ou direitos? Inclui ou exclui?”

O Brasil dos brasileiros(as) clama por um sistema em que a política pública tenha continuidade, sobretudo a que transforma o Brasil em um país com distribuição de renda, igualdade e justiça social, no qual os governos sejam comprometidos com aqueles que constroem a riqueza deste País e neste sentido a Economia Solidária possa ser um elemento importante na promoção do desenvolvimento.

Balanço do projeto “Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária” dez/13 à set/17

*Maria da Penha Lage Camargo¹, Sandra Fae², Valéria Blumer³,
André Luís Ferreira Silva⁴, Raquel Sobral⁵*

Resumo O “Projeto Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária” CONVÊNIO MTE/SENAES Nº 00059/2013 – SICONV Nº 795123/2013 desenvolvido pela UNITRABALHO. Tal projeto veio de encontro às necessidades da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária em fortalecer esta política em todo território nacional, formando, capacitando e formando uma rede de contatos entre os gestores desta política. Os objetivos do projeto foram: Intercâmbio entre gestores e gestoras e as universidades; Sistematização das experiências; Formulação de novas iniciativas, arti-

-
- 1 Pós graduada e especializada em Gestão da Política de Assistência Social pelo Instituto Spei Tecnologia e Desenvolvimento Ltda. Pós graduada e especializada em Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente – USP. Assistente Social na Prefeitura Municipal de Joinville/SC.
 - 2 Pós-graduada em Sócio Psicologia pela Fundação e Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Especialista em Condução de Grupos e Planejamento Estratégico. Foi Secretária Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura do Município de Osasco/SP, Integra a Coordenação Nacional da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Atuou como técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE foi Secretária Adjunta da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo do Município de São Paulo, Gestão Prefeito Fernando Haddad até dezembro de 2016, atualmente atua com assessora para Municípios, iniciativa privada e entidades da Sociedade Civil organizada e apoia a Secretaria Executiva da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.
 - 3 Formada em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá, e Pós graduanda em Gestão de Projetos Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul (conclusão dez 2017). Atualmente é coordenadora técnica do Projeto “Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”, na Fundação Unitrabalho (2014 até os dias atuais). Tem experiência com execução administrativa e de projetos, na gestão do Programa Osasco Solidária, e chefe administrativa no Gabinete da secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, da Prefeitura de Osasco, assim como no apoio da secretaria executiva da rede de Gestores de (2009 à 2014).
 - 4 Graduado em Marketing pela Estácio de Sá; Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UNIFACS; Especialista em gestão Pública e Sociedade: Ênfase em Economia Solidária, pela Universidade Federal do Tocantins; Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, pela Universidade Federal da Bahia; Membro da Superintendência de Economia Solidária da Bahia.
 - 5 Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (2008-2011), Mestrado em Administração Pública e Governo pela EAESP/FGV (2013-2015) e Doutorado em andamento no mesmo programa. Atualmente é Pesquisadora no Centro de Estudos de Administração Pública e Governo (CEAPG) atuando principalmente nos seguintes temas: Ação Pública e Políticas Públicas, Economia Solidária, Poder e Desenvolvimento Local, Arranjos institucionais, Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade.

culações de políticas públicas e o Fortalecimento da Rede.

Palavras Chave Rede de Gestores; Políticas Públicas; Fortalecimento da Rede de Gestores

Abstract The “Strengthening of Networks of Public Policy Managers of Solidarity Economy” MTE / SENAES CONVENTION No. 00059/2013 - SICONV No. 795123/2013 developed by UNITRABALHO. This project met the needs of the Network of Managers of Public Policies of Solidarity Economy in strengthening this policy throughout the national territory, forming, training and forming a network of contacts between the managers of this policy. The objectives of the project were: Exchange between managers and managers and universities; Systematization of experiences; Formulation of new initiatives, articulations of public policies and the Strengthening of the Network.

Keywords Network of Managers; Public Policies; Strengthening of the Network of Managers

Resumén El “Proyecto Fortalecimiento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economía Solidaria” CONVENIO MTE / SENAES N° 00059/2013 - SICONV N° 795123/2013 desarrollado por UNITRABALHO. Este proyecto vino a las necesidades de la Red de Gestores de Políticas Públicas de Economía Solidaria en fortalecer esta política en todo el territorio nacional, formando, capacitando y formando una red de contactos entre los gestores de esta política. Los objetivos del proyecto fueron: Intercambio entre gestores y gestoras y las universidades; Sistematización de las experiencias; Formulación de nuevas iniciativas, articulaciones de políticas públicas y el Fortalecimiento de la Red.

Palabras clave Red de Gestores; Políticas Públicas; Fortalecimiento de la Red de Gestores

Introdução

“Tomando em conta as avaliações presentes quanto às formações já executadas pela SENAES e aquelas efetuadas pela Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, desde a sua fundação em 2003, observa-se, ainda, uma limitação da compreensão do papel do Estado na formulação de Políticas, no domínio técnico para a elaboração de instrumentos e mecanismos de políticas que possibilitem ao Poder Público responder com maior precisão as demandas da sociedade civil e principalmente das organizações associativas em escala municipal e regional.” (citação retirada do projeto apresentando à SENAES)

As limitações citadas acima se justificam em virtude das dificuldades provenientes do referencial de instrumentos e metodologia de gestão, monitoramento e avaliação. Vale considerar também as trocas constantes de

gestores desta política entre outras barreiras que causavam de certa forma o enfraquecimento da política no território, município e estado.

A proposição deste projeto teve o objetivo de diminuir e/ou superar estas fragilidades, buscando garantir uma construção saudável por meio da difusão de inovações nas formas como os governos municipais e estaduais vem desenvolvendo sua formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de economia solidária e ainda trazendo mais experiências de entidades e empreendimentos. Acreditando que a Economia Solidária deve ser vista como uma estratégia de desenvolvimento.

Conseguimos avançar em muitas mobilizações e articulações, bem como em alguns produtos/instrumentos que é e será de grande valia na consolidação das políticas de economia solidária. Pontuaremos aqui nossa experiência, apresentando o alcance e os frutos deste projeto.

Contextualização

Fruto de uma parceria da Rede de Gestores com a Fundação Unitrabalho, por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, MTb/SENAES nº 00059/2013, Siconv nº 798123/2013, o projeto teve como finalidade contribuir para o fortalecimento institucional da política nacional de economia solidária com vistas à superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Ofereceu assessoramento para o fortalecimento da atuação em rede dos gestores de políticas públicas de economia solidária e o aprimoramento da qualificação de seus gestores e políticas, por meio de processos formativos e informativos, integrados e participativos, contribuindo para os trabalhadores dos empreendimentos terem acesso a políticas públicas mais eficazes, efetivas e adequadas às suas demandas e necessidades, no âmbito local e regional.

Para o acompanhamento do projeto constituiu-se o Comitê Gestor do Projeto, formado por 02 gestores/as (1 titular/1suplente) de cada região do Brasil, coordenação técnica do projeto /diretoria da Unitrabalho, pela SENAES e Secretaria Executiva da Rede de Gestores.

Inicialmente, realizamos uma proposta de execução do projeto com a entrega de produtos e atividades, que no decorrer do processo sofreram alguns ajustes, sempre com perspectiva maior de alcançar mais gestores

municipais e estaduais. Seguimos pontuando o que era pretensão inicial e o que realmente fora executado (conforme ajustes de plano).

A execução deste projeto foi realmente um grande desafio, pois a proposta foi fortalecer a rede de gestores e desde o início da realização do mesmo, tivemos muita mudança no quadro de gestores, lembrando que tivemos alterações nas 3 esferas de governo. Consequentemente, em vários momentos, constatamos a grande rotatividade de gestores e muitas vezes a descontinuidade da política em alguns locais.

Nosso empenho no projeto se deu principalmente em propor o fortalecimento da política de economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento, e para tanto, buscar junto aos gestores o fortalecimento dos marcos legais e dos instrumentos em seus locais de atuação, almejando o fortalecimento da ECOSOL como política de Estado.

Da execução do projeto

A execução do projeto teve início em 2014, ano em que executamos 5 oficinas regionais e 1 oficina Nacional, promovendo o fortalecimento dos gestores para a participação da III Conferência Nacional de Economia Solidária. Observamos neste primeiro ano de contato várias trocas de experiências, intercâmbios de atividades e avanço na organização dos contatos da Rede de Gestores, que nos possibilitou melhorar a comunicação.

O que propomos inicialmente:

- Suporte às atividades de mobilização e de articulação da rede de gestores públicos por meio da constituição e manutenção do trabalho da equipe de apoio técnico
- Realização de 08 (oito) reuniões presenciais de dois dias, com um grupo de 4 participantes da equipe de coordenação e sistematização do projeto para planejar, monitorar e avaliar o andamento das atividades.
- Realização de 10 oficinas regionais (02 por região), com 40 participantes, carga horária de cada 20 horas cada e presença de 2 membros da coordenação.
- Realização de 01 (uma) oficina nacional com 80 participantes e carga horária de 16 horas.

- Elaboração de material pedagógico a partir da experiência de formação acumulada pelos gestores e sistematizada com o desenvolvimento das atividades previstas no Projeto (com tiragem e distribuição de 2000 exemplares).
- Realização de um Seminário Nacional de Formação para apresentação e validação da sistematização parcial dos resultados do projeto e do material elaborado junto aos gestores, com 150 participantes e carga horária de 16 h.
- Realização de processos de assessoramento técnico junto aos gestores que estão iniciando a implantação de políticas públicas de economia solidária em seus municípios e estados, para utilização e disseminação do material elaborado.
- Criação e manutenção de um sítio na internet para divulgação das experiências, informações e dados sobre legislação, programas, políticas, debates, entre outros aspectos sobre gestão pública e economia solidária.
- Elaboração de material de divulgação permanente das experiências exitosas de Políticas Públicas por meio de 8 (oito) boletins eletrônicos, 3 (três) revistas técnico científicas e elaboração de guia metodológico de apoio para implementação de Políticas de Economia Solidária – Coletânea de Cartilhas Economia Solidária

Da metodologia

Este projeto orientou-se, antes de tudo, pela compreensão da prática como ponto de partida e de chegada. Assim, a experiência dos gestores participantes no processo formativo, suas inquietações, dúvidas e angústias, bem como o saber e o conhecimento que trouxeram de suas experiências de gestão, foram o ponto de partida. O objetivo foi trabalhar conceitualmente as questões geradoras do debate, confrontando os aspectos práticos e os teóricos na construção de novos referenciais, em um processo de superação e aperfeiçoamento.

O campo da economia solidária é marcado notadamente pela diversidade. Diversidade entre os empreendimentos, que variam em dimensão, grau de organização, setores de inserção econômica e grau de dependência

dos instrumentos de proteção social. Diversidade que se apresenta entre as realidades locais, desde as pequenas cidades, onde se confundem as fronteiras entre o rural e o urbano, e as grandes metrópoles hipertrofiadas. As experiências de gestão no âmbito das políticas de apoio e fomento à economia solidária também variam enormemente entre si, diferindo quanto ao tempo de implantação das políticas, grau de institucionalização, lugar institucional e disponibilidade de recursos orçamentários. Daí a ineficácia das fórmulas prontas de gestão pública, que podem funcionar em alguns contextos específicos e serem absolutamente inoperantes em outros.

Assim, entendemos o processo de formação vinculado a uma postura dialógica e plural. Diálogo a ser estabelecido entre as diferentes experiências de gestão; entre as diferentes necessidades; entre os referenciais conceituais e teóricos e o conhecimento prático. Desta interação dialética, pretendeu-se construir um conhecimento novo, significativo e eficiente na orientação da gestão das políticas públicas de economia solidária.

É interessante observar que os participantes do processo formativo são ao mesmo tempo sujeitos e objetos da formação, são atores e autores do novo conhecimento que se pretende construir.

Nesta perspectiva, os instrumentos e técnicas pedagógicas, foram pensados sempre objetivando estimular a participação, facilitar e estimular a apreensão dos instrumentos de gestão com os quais se pretende trabalhar e abrir espaços para a reflexão e os debates coletivos.

Além disso, buscamos a participação e o controle social da sociedade para contribuir na formulação e implementação da proposta. Essa participação poderá ser materializada por meio de instâncias já consolidadas, tais como: Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, Comitês do Plano Brasil Sem Miséria, Comitê Gestor dos Centros Públicos de Economia Solidária, Fóruns de Economia Solidária, Rede de Gestores Públicos de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Todas as iniciativas contempladas pelo projeto foram orientadas pelas três metas do projeto: 1) Promover eventos estaduais, regionais e nacionais para a integração e articulação de políticas públicas municipais e estaduais de economia solidária com vistas a aprofundar os mecanismos e instrumentos para o Sistema de Políticas Públicas de Economia Solidária; 2) Realizar processos participativos sistematização de práticas e de fortalecimento de redes de gestores de políticas de economia solidária no Brasil como espaços de articulação e integração nacional que possi-

bilitam o aperfeiçoamento das estratégias, metodologias e instrumentos das políticas públicas de economia solidária; 3) Criar e manter espaços presenciais e virtuais de articulação e integração sistemática das redes de gestores de políticas públicas de economia solidária.

Da implementação do projeto

O projeto teve uma Coordenação Geral exercida por um Coordenador Técnico e um Coordenador Pedagógico (ampliado para uma Coordenação Pedagógica acompanhada pela Profa. Doutora Sonia Marize da UNB/DF e a contratação pelo projeto, de um assistente pedagógico), indicados pela diretoria da Fundação Unitrabalho, além de um Comitê Gestor composto por cinco gestores/as de Políticas Públicas de Economia Solidária e (5 gestores/as com suplentes), um representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e um representante designado pelo Comitê Permanente do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Coube à Coordenação Geral do projeto definir as diretrizes de planejamento, monitoramento, avaliação dos processos e dos resultados das ações propostas, bem como sua readequação, e quando necessário, fora ouvido o Comitê Gestor.

Uma das características marcantes deste projeto foi a construção em conjunto da Rede de Gestores com a Unitrabalho, envolvendo cada atividade e produto a ser desenvolvido, o que nos possibilitou alcançar os objetivos propostos e conseguirmos êxito no projeto.

Dos resultados

Um dos principais eixos do projeto correspondeu ao fortalecimento da rede de gestores por meio da realização de encontros, seminários e oficinas. O ano de 2014 foi iniciada as atividades do projeto para a rede de gestores e para o cenário da política nacional.

Reunindo cerca de 250 gestoras e gestores municipais e estaduais, as oficinas regionais foram realizadas nas cidades de Palmas – TO, Itajaí – SC, Salvador – BA, Brasília – DF, e Vitória – ES. Na oportunidade, foi possível a realização de uma intensa discussão acerca das contribuições trazidas pelas etapas da CONAES nos estados. A partir desses encontros foi possí-

vel também apresentar a rede e suas ações para gestores que não faziam parte do coletivo, além de propor a construção de um documento para compor a contribuição da Rede de Gestores para a Conferência Nacional.

A Oficina Nacional aconteceu no período de 09 a 12 de novembro de 2014, em Campinas – SP, integrando as atividades da 66ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), quando os participantes puderam debater sobre diversas ações e instrumentos da política pública, a exemplo do Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades – FMDV e o debate sobre o Sistema Único do Trabalho e Economia Solidária. Durante o evento as gestoras e gestores tiveram a oportunidade de refletir sobre o aprofundamento dos elementos para a construção de um diagnóstico e a visão de futuro da economia solidária, além de participarem da oficina: **“Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária - III CONAES”**.

A partir da realização das oficinas regionais e da Oficina Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, atores das regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro Oeste puderam qualificar o debate e contribuir com a proposta de construção do Plano Nacional de Economia Solidária, tema principal da III CONAES. Como resultado, conseguimos perceber a participação ativa dos gestores na Conferência Nacional.

Na 3ª CONAES, foi realizado o 1º Encontro Franco Brasileiro de Economia Solidária. Os dois dias do encontro destacaram a riqueza e variedade de experiências solidárias nos dois países e confirmaram a pertinência de cooperação no nível dos governos locais. Contudo, foram identificados temas de interesse de ambas as partes, e definida uma agenda possível para os próximos encontros.

Em 2015, entre as principais ações de fortalecimento da rede de gestores, destacamos a realização do 3º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável III EMDS. O evento alcançou cerca de 800 pessoas durante os três dias de realização. Na oportunidade a rede promoveu também o II Encontro Brasil e França de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, bem como o Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Políticas Públicas de Economia Solidária em Salvador/BA.

Também em 2015 foi criada por meio de importante parceria da Rede de Gestores com a Frente Nacional de Prefeitos apoiada pelo projeto Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, a Vice Presidência Temática de Economia Solidária da FNP, trata-se da conquista de um espaço de discussão e construção de políticas públi-

cas no setor. A 1º posse aconteceu nas atividades do III EMDS em abril de 2015 Prefeito: Maurício Moromizato (Prefeito de Ubatuba) – 2015 à 2017.

Realizamos de 05 Oficinas Regionais no ano de 2016. Abordagem Temática: Construção de uma carta compromisso com parâmetros de economia solidária, para apresentar aos candidatos/as nas eleições de 2016. As oficinas ocorreram em Londrina/PR, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Belém/PA e Natal/RN e reuniu mais de 300 participantes.

A esfera estadual também foi foco de ações estratégicas para o fortalecimento da rede de gestores. Durante a execução do projeto foram realizados 6 encontros estaduais nos estados de SP, PE, AL, SC, BA, RJ. Os encontros reuniram mais de 300 participantes e representaram importantes espaços para o intercâmbio de experiências e de articulação de políticas públicas.

Em 2017 também houve a realização da Sala Temática “Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Promoção do Trabalho Decente” durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS). Na oportunidade foram travados debates sobre Economia Solidária com foco em desenvolvimento, potencialidades e oportunidades locais, gestão participativa e intersetorialidade. Atores sociais de diversos estados brasileiros estiveram presentes na ocasião. Ocorreu a posse da Vice Presidência Temática de Economia Solidária da FNP pelo Prefeito: Edinho Silva (Prefeito de Araraquara) – 2017 à 2019. O evento contou ainda com uma homenagem ao professor Paul Singer pela sua inestimável contribuição para o campo de Economia Solidária no Brasil.

Ainda foram realizados em 2017 em São Paulo, dois Encontros nacionais de gestores: estaduais e municipais que teve como objetivo contribuir para o intercâmbio, a integração e o fortalecimento das políticas públicas municipais, estaduais e nacional de economia solidária. Nestes encontros conseguimos avançar com agendas a cumprir para o fortalecimento da política de economia solidária, mais uma vez pudemos constatar a rotatividade de gestores em todas as esferas, mas o que havíamos proposto conseguimos alcançar e os novos gestores assim como aqueles que já o são a mais tempo trocaram experiências e saíram mais fortalecidos e empoderados.

O projeto por meio de assessoria técnica realizou apoio de estratégias estaduais de fomento à implantação de Políticas Públicas de Economia Solidária, integradas ao projeto, apoio a iniciativas piloto de organização

e fortalecimento da Rede de Gestores nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e João Pessoa, que foram definidos e indicados pela Rede de Gestores e Unitrabalho. Esta ação também possibilitou o mapeamento e integração local com os atores da Economia Solidária.

Outro objetivo alcançado com a execução do projeto “**Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária**”, Convênio .MTb/SENAES, nº 00059/2013 – SICONV nº 795.123/2013 correspondeu a sistematização e disseminação do conhecimento sobre economia solidária.

Ao longo do projeto foram elaborados 8 edições do Boletim Digital da Economia Solidária, reunindo as principais informações do campo bem como os principais eventos promovidos pelo projeto. Também foram elaborados folders explicativos sobre as Conferências de Economia Solidária e a Rede de Gestores. A criação e a manutenção do site www.redegestoresecosol.org.br ampliou o alcance das informações disseminadas.

No período também foi feito um esforço de atualização do banco de dados da Rede, com o cadastro de 1700 participantes de todas as atividades da Rede de Gestores, realizadas no projeto, atingindo 450 municípios e estados e de 1200 gestores/as.

Outra conquista viabilizada pelo projeto corresponde a criação da revista Mundo do Trabalho Contemporâneo (a publicação de seus 03 exemplares), que busca fomentar a produção de conhecimento a partir do diálogo entre academia, gestores, movimentos sociais, sindicatos e demais atores sociais. O objetivo é aprofundar as reflexões sobre questões centrais do mundo do trabalho atual, com especial atenção a temática da Economia Solidária, relações de trabalho, educação e trabalho; e avaliação de políticas públicas.

De acordo com Pedro Henrique Silva, diretor administrativo financeiro da Unitrabalho:

“A revista científica é um instrumento importante nesse momento de ameaças às conquistas sociais que tivemos nos últimos anos. Vemos o recrudescimento do neoliberalismo, o ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários e o desmonte da política pública de economia solidária. Nesse sentido, a Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo pode nos permitir o debate qualificado a respeito dos nossos desafios atuais e propor caminhos a serem percorridos no futuro”. (Pedro Henrique – Direto Administrativo Financeiro da Unitrabalho)

Por fim, a rede de gestores construiu um guia metodológico de apoio para implementação de Políticas de Economia Solidária – Coletânea de Cartilhas Economia Solidária. Este material tem como referência as experiências acumuladas pelos gestores durante 14 anos de existência, e aquelas sistematizadas com o desenvolvimento das atividades previstas no projeto, para identificação dos desafios de implementação destas políticas públicas e das alternativas para sua execução.

Trata-se de uma importante fonte de conhecimento que suscita a reflexão sobre os instrumentos disponíveis e a estruturação de estratégias mais efetivas no campo da economia solidária, fomentando assim práticas inovadoras e de participação social.

Todas as informações das cartilhas e dos boletins também podem ser acessadas pelo endereço eletrônico:

<http://www.redegestoresecosol.org.br/publicacoes-da-rede/>

Considerações finais

Creemos que a união de vários esforços tornou possível os resultados alcançados, os frutos colhidos, as sementes semeadas e com certeza os novos frutos que surgirão. Esta parceria da Rede de Gestores com a Unitrabalho contou também com a participação ativa de pessoas que se dedicaram muito além do esperado, mesmo não estando na gestão pública ou na Unitrabalho, isso porque são pessoas que assim como nós, entendem a necessidade de fortalecimento da Política Economia Solidária.

Trabalhamos e acreditamos que “Outra Economia é Possível”. Nossos esforços enquanto gestores desta política é buscar as alternativas viáveis para executar uma política de qualidade e de referência.

...El gobierno es la autoridade responsable de orquestar y controlar El uso de los recursos para haber frente a las necesidades y a los derechos de la sociedad. El gobierno democrático es la capacidade que tiene la institución de gobernanza que de incorporar al pueblo en el ejercicio del poder y la autoridad sobre su desarrollo colectivo e individual, y de orquestar la diversidad alrededor de una identidad y um proyecto común de vida y organización social... (Arruda, Marcos, páginas 93-94)

Conforme os resultados acima expostos, o projeto **“Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”**, conseguiu alcançar os objetivos propostos, efetivamente, fora uma experiência enriquecedora mas acreditamos que esse processo deve ser contínuo, e para isso necessitamos buscar novas parcerias como esta e avançar na instrumentalização e publicização da Economia Solidária, afim de que esta se torne realmente uma política de Estado forte e, mesmo que os gestores mudem em suas respectivas esferas de governo, a política seja perene.

Referência bibliográfica

ARRUDA, Marcos (org), Intercambiando Visiones Sobre Uma Economia Responsable, Plural Y Solidaria – ERPS. 2008

“Projeto Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária” CONVÊNIO MTE/SENAES Nº 00059/2013 – SICONV Nº 795123/2013

Sistematização dos resultados do Projeto “Fortalecimento de Redes de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”. Unitrabalho 2017

Apêndice

Meta	Atividade	
<p>Meta 1 - Promoção de 10 (dez) eventos regionais e 02 (uma) oficinas nacionais e 12 encontros estaduais, para a integração e articulação de políticas públicas municipais e estaduais de economia solidária com vistas a aprofundar os mecanismos e instrumentos para o Sistema de Políticas Públicas de Economia Solidária.</p>	Etapa 1.1	Etapa 1.1 - Suporte às atividades de mobilização e de articulação da rede de gestores públicos por meio da constituição e manutenção do trabalho da equipe de apoio técnico
	Etapa 1.2	Etapa 1.2 - Realização de 08 (oito) reuniões presenciais, de dois dias, dos titulares e suplentes da coordenação da Rede de Gestores (por região) e a equipe de coordenação e sistematização do projeto para planejar, monitorar e avaliar o andamento das atividades e realização de reuniões de acompanhamento interno do projeto.
	Etapa 1.3	Etapa 1.3 - Realização de 10 oficinas regionais (02 por região, com apoio de infraestrutura) com 40 participantes e carga horária de cada 20 horas cada e presença de membros da coordenação e mais 12 encontros (dois por região, com o NO dividido em duas regiões) que serão apoiados pelo projeto com a disponibilização de facilitadores e expositores.
	Etapa 1.4	Etapa 1.4 - Realização de 02 (duas) oficinas nacionais com 40 participantes e carga horária de 16 horas.

Continua...

Meta	Atividade	
<p>Meta 2 - Realização de processos participativos de Sistematização e Fortalecimento de redes de gestores de políticas de economia solidária no Brasil como espaços de articulação e integração nacional que possibilitam o aperfeiçoamento das estratégias, metodologias e instrumentos das políticas públicas de economia solidária.</p>	Etapa 2.1	Etapa 2.1. Elaboração de material pedagógico a partir da experiência de formação acumulada pelos gestores e sistematizada com o desenvolvimento das atividades previstas no Projeto (com tiragem e distribuição de 2000 exemplares)
	Etapa 2.2	Etapa 2.2 Realização de um Seminário Nacional de Formação para apresentação e validação da sistematização parcial dos resultados do projeto e do material elaborado junto aos gestores, com 100 participantes e carga horária de 16 h
	Etapa 2.3	Etapa 2.3. Realização de processos de assessoramento técnico junto aos gestores que estão iniciando a implantação de políticas públicas de economia solidária em seus municípios e estados para testagem e disseminação do material elaborado.

Continua...

Meta	Atividade	
<p>Manutenção de espaços presenciais e virtuais de articulação e integração sistemática das redes de gestores de políticas públicas de economia solidária.</p>	Etapa 3.1	Etapa 3.1. Gestão e manutenção de um sítio na internet para divulgação das experiências, informações e dados sobre legislação, programas, políticas, debates, entre outros aspectos sobre gestão pública e economia solidária.
	Etapa 3.2	Etapa 3.2 Elaboração de material de divulgação permanente das experiências exitosas de Políticas Públicas por meio 8 (seis) boletins eletrônicos, 3 (três) revistas técnico científicas eletrônicas, bem como elaboração de arte, diagramação, projeto gráfico e revisão de textos referente ao material de divulgação e didático pedagógico do projeto, para divulgação, comunicação e desenvolvimento das atividades previstas no mesmo.
	Etapa 3.3	Etapa 3.3. Promoção de 10 eventos virtuais que possibilitem a discussão sobre diferentes temáticas dentro da gestão pública e economia solidária (webminars, chats e vídeo conferências) com gestores.
<p>Meta 4 - Em complementação a Meta 01 – Etapa 1.4 para promoção de mais um dia de Oficina Nacional para integração e articulação de políticas públicas municipais e estaduais de economia solidária com vistas a aprofundar os mecanismos e instrumentos para o Sistema de Políticas Públicas de Economia Solidária.</p>	Etapa 4.1	Etapa 4.1 Em complementação a meta 01 - etapa 1.4 para promoção de mais 01 dia Oficinas Nacionais para 40 gestores, sendo a 1ª oficina voltada para os gestores escolhidos como delegados das Conferências Estaduais. Esta oficina, teve como produto, o debate e a elaboração de um documento para orientação da participação dos Gestores na 3ª CONAES, resultado da sistematização da discussão acumulada nas primeiras 5 (cinco) oficinas regionais previstas inicialmente no projeto.

Continua...

Meta	Atividade	
<p>Meta 5 - Em complementação da Meta 01 / Etapa 1.2 - Efetivação da extensão das atividades previstas no projeto com a realização sequencial de reuniões do comitê gestor, em situações que se façam necessárias. Está solicitação atenderá as despesas na execução do projeto, estendendo suas atividades e integrando as reuniões do comitê gestor, a outros encontros e oficinas previstos, permitindo a estes gestores coordenadores regionais da Rede, a participação em mais de uma atividade, com um maior aproveitamento dos recursos do deslocamento e do tempo disponibilizado para este fim.</p>	<p>Etapa 5.1</p>	<p>Etapa 5.1 Complementação da etapa 1.2 - Esta etapa atenderá as despesas de diárias, hospedagem, refeições e locação de espaço e equipamento na execução do projeto, estendendo suas atividades, integrando as reuniões do comitê gestor a outros encontros e oficinas previstos e permitindo a estes gestores coordenadores regionais da Rede, a participação em mais de uma atividade, com um maior aproveitamento dos recursos do deslocamento e do tempo disponibilizado para este fim.</p>

Continua...

Meta	Atividade	
<p>Meta 6 - Continuação das ações de articulação, intercâmbio e integração entre gestores de políticas públicas de economia solidária para contribuir na elaboração e implementação dos planos municipais e estaduais de economia solidária, no aprimoramento das políticas executadas em seus territórios e na organização da Rede de Gestores, no plano nacional e estadual, com a realização de 02 encontros nacionais com gestores estaduais, sendo o primeiro com estimativa de 54 participantes dos 27 estados da federação, com 02 dias de duração e carga horária de 16 horas e o segundo com estimativa de participação de 40 gestores estaduais e municipais (dos 08 estados que serão visitados), com duração de 02 dias e carga horária de 16 horas, e com a contratação de assessoria para apoiar em estratégias estaduais de fomento à implantação de Políticas Públicas de Economia Solidária, integradas ao projeto, apoiar iniciativas piloto de organização e fortalecimento da Rede de Gestores em 08 estados, definidos e indicados pela Rede de Gestores e Unitrabalho.</p>	Etapa 6.1	Etapa 6.1 Manutenção da equipe técnica e estrutura de apoio para execução do projeto
	Etapa 6.2	Etapa 6.2 Realização de 01 (uma) reunião presencial ampliada do comitê gestor, de dois dias, com a presença dos representantes do comitê, da coordenação e representações da Rede de Gestores e da equipe do projeto da Unitrabalho.
	Etapa 6.3	Etapa 6.3 Realização de 02 encontros nacionais com gestores estaduais, sendo o primeiro com estimativa de 54 participantes dos 27 estados da federação, com 02 dias de duração e carga horária de 16 horas e o segundo com estimativa de participação de 40 gestores estaduais e municipais (dos 08 estados que serão visitados), com duração de 02 dias e carga horária de 16 h.
	Etapa 6.4	Etapa 6.4 Contratação de assessoria para apoiar em estratégias estaduais de fomento à implantação de Políticas Públicas de Economia Solidária, integradas ao projeto, apoiar iniciativas piloto de organização e fortalecimento da Rede de Gestores em 08 estados, definidos e indicados pela Rede de Gestores e Unitrabalho.
Meta 7 - Complementação da folha de pagamento dos profissionais contratados pelo projeto	Etapa 7.1	Etapa 7.1 Complementação da folha de pagamento dos profissionais contratados pelo projeto
Meta 8 – Complementação da folha de pagamento dos profissionais do projeto	Etapa 8.1	Etapa 8.1 Complementação da folha de pagamento dos profissionais do projeto

